

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA**

**“A gente é descartado e invisível”: processo de  
trabalho, fome e insegurança alimentar em  
entregadores de comida de Curitiba**

**VANESSA DAUFENBACK RAMOS**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Saúde Pública da  
Faculdade de Saúde Pública da  
Universidade de São Paulo para  
obtenção do título de Doutora em  
Ciências.**

**Área de Concentração: Saúde Pública**

**Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria  
Bógus**

**São Paulo  
2023**

**“A gente é descartado e invisível”:  
processo de trabalho, fome e insegurança alimentar em entregadores de comida de Curitiba**

**VANESSA DAUFENBACK RAMOS**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências.**

**Área de Concentração: Departamento de Política, Gestão e Saúde**

**Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria Bógus**

**Versão Revisada**

**São Paulo**

**2023**

Nome: RAMOS, Vanessa Daufenback

Título: “A gente é descartado e invisível”: processo de trabalho, fome e insegurança alimentar em entregadores de comida de Curitiba

Tese apresentada para avaliação escrita no Programa de Pós-graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

*À minha mãe Altina, presença de luz.  
A ela que sempre sonhou com este  
momento.*

## AGRADECIMENTOS

Uma jornada como esta, em meio a momentos tão difíceis, nebulosos e incertos como a pandemia de covid-19, a diminuição de incentivos financeiros à pesquisa científica, a descrença e perseguição à ciência, à universidade brasileira, principalmente às pesquisas sociais, somente é trilhada com apoio financeiro, institucional, pessoal, terapêutico, afetivo e profissional.

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. A bolsa de doutorado concedida foi indispensável à dedicação ao trabalho e à realização do doutorado sanduíche, cujo produto é esta tese de doutorado que procurou contribuir para um debate importante à sociedade brasileira contemporânea.

Em relação ao apoio institucional, agradeço à Faculdade de Saúde Pública e à Universidade de São Paulo pela oportunidade de aprendizagem em uma instituição de ensino público superior de excelente qualidade, que me levou a uma profunda transformação profissional.

Esta jornada também não seria possível sem o apoio de muitas pessoas que, de perto ou de longe, contribuiram de várias formas possíveis.

À Cláudia Maria Bógus, que me acolheu em momentos difíceis e aceitou o desafio de orientar uma proposta diferente da original, com muita paciência, amizade e compreensão. A breve convivência presencial antes da pandemia e posteriormente virtual me fortaleceram pessoalmente e profissionalmente. Gratidão imensa pela guiança e parceria generosa, calorosa, justa e aberta, por todo o incentivo e segurança transmitidos em cada passo dessa jornada.

À professora Cecília Rocha, da Toronto Metropolitan University, um grande agradecimento pela acolhida generosa no Doutorado Sanduíche e por todo o suporte e contribuição para o desenvolvimento da minha pesquisa.

À professora Silvia Rigon, cujos frutos de parceria e amizade são sempre prósperos, agradeço o suporte, atenção e generosidade desde a Residência até o Exame de Qualificação deste trabalho. À professora Maria Teresa Ribas, minha primeira parceria neste campo de conhecimentos e práticas.

Ao professor José Raimundo Sousa Ribeiro Júnior, cuja generosidade, dedicação à leitura e avaliação do meu trabalho durante o exame de Qualificação fortaleceram a minha compreensão teórico-metodológica do trabalho.

À professora Maria Angélica Tavares de Medeiros, pela maravilhosa surpresa de sua participação Exame de Qualificação, que se tornou indispensável no direcionamento da pesquisa.

Agradeço também aos professores, colegas de disciplinas e funcionários do Departamento de Política, Gestão e Saúde, pela acolhida carinhosa, por todo o auxílio, pelas aulas e discussões fundamentais no desenvolvimento da pesquisa. Aos professores e colegas do Departamento de Nutrição e Saúde Pública, e de Ciclos de Vida, Saúde e Sociedade com quem pude conviver, também agradeço pelas discussões e apoio valiosos.

Às minhas colegas, companheiras e amigas da sala 7: Adriana Fiorussi, Denise Coelho, Jaqueline Dourado, Jéssica Franco, Letícia Machado, Roberta Miranda, Juliana Levra e Raquel Nunes, um agradecimento muito especial e caloroso. Entre conversas, discussões, aconselhamentos, cuidados, cafés, almoços no bandeirão, comemorações e bloquinhos de carnaval, encontrei muito amor em SP. À Viviany Chaves, grande companheira do Doutorado Sanduíche, pela presença única, alegre e sempre esperançosa, seja na universidade, nos pubs ou nos parques de Toronto.

Ao SINTRAMOTOS um grande agradecimento pelo apoio generoso na validação do roteiro semiestruturado e no desenho da pesquisa de campo. A todas e todos os entregadores de comida de Curitiba que me permitiram trocar conhecimentos, aprender com suas glórias e sofrimentos, observar suas vivências e seus ambientes, interagir com o seu mundo, confrontar meus preconceitos e opiniões pessoais, amadurecer pessoal e profissionalmente. A todos eles e elas que interromperam as suas entregas, sentaram-se ao meu lado, compartilharam as suas dores, incertezas e desejos e acreditaram no propósito desta pesquisa, um agradecimento profundo.

À equipe PROTEJA-UFAL, dos professores Jonas Silveira e Risia Cardoso, das Apoiadoras Regionais Jayanne, Patricia e Mayara, além de todas as Apoiadoras Locais da minha equipe da Região 4, um grande agradecimento pela paciência e compreensão, mesmo durante algumas ausências, principalmente no período fora do Brasil.

Agradeço ao meu pai Valdino Ramos, grande fortaleza em minha vida, por me tornar sempre mais forte. Aos meus irmãos Rogério e Júnior, por todo o carinho, por

tudo o que já compartilhamos, pelo apoio de sempre, mesmo à distância. Às minhas primas irmãs Irene e Maria, por todo o suporte desde sempre. Amo todos vocês.

À minha terapeuta Mariah Mendes, um grande agradecimento pela escuta compreensiva, pelos resgates em momentos difíceis e pelo suporte carinhoso neste profundo e intenso processo de transformação. Ao Gabriel Maia, pela fé, força e axé. A Luiza Souza, por me ensinar, através do yôga, a me resgatar e fortalecer.

Aos maravilhosos amigos-irmãos Tiane Muniz e Marcelo Avelar, grandes refúgios de amor, alegria, esperança e paz. Às amadas *virsas*, Alexandra Alberini, Juliana Carlos, Kelly Santos, Liana Notari e Lilian Fontes, amigas irmãs desde a adolescência, que me acolheram e formaram, de portas, braços e corações sempre abertos, uma linda rede de apoio durante todo esse percurso, tanto em São Paulo quanto em São Carlos. Um especial agradecimento à Lilian Fontes pela acolhida em São Paulo e pelo valioso e inestimável suporte estatístico. Às minhas companheiras da Residência que se tornaram parceiras profissionais e grandes amigas, Adriana Adell, Milena Mussoi e Victoria Ruthes, gratidão pelos aceites de projetos e deadlines de última hora, por tudo o que lutamos e celebramos juntas.

E por último, ao meu marido Rôman Kuiava, amor profundo de outras vidas. A caminhada contigo foi mais fácil, esperançosa, leve e amorosa. Gratidão pela espera, amor, generosidade, paciência e compreensão, pelo desapego nas minhas ausências necessárias, durante as quais cuidou de todos os nossos felinos amados, Mia e Pretinho, que já se foram, e Capitu e Bentinho, aos quais também agradeço pelo carinho e companhia durante esta jornada. De mãos dadas sempre vamos juntos e mais longe, durante tempestades e dias de sol. A você toda a minha gratidão e amor mais terno, genuíno e profundo.

*Quer ser MOTOBOY?  
Saiba que terá de ser extremamente forte!  
Terá de aprender a viver fora de casa!  
Solitário, esquecido em portaria de condomínio.  
Será o último a falar e o primeiro a ter culpa!  
Nunca terá valor ou razão!  
Nunca terá hora pra comer,  
Descansar ou banhar!  
Conhecerá muitos lugares!  
Mas terá de se virar em todos eles!  
Será conhecido!  
Mas nunca respeitado!  
Teu único valor  
Será pra tua família e quem te ama.  
Se reclamar será dispensado e conseqüentemente humilhado!  
Se recusar uma entrega será julgado por quem nem se quer  
sabe onde é a rua da própria casa!  
Se tiver alguma comemoração não poderá ficar!  
Feriado, sexta-feira ou fim de semana  
serão dias normais de trabalho!  
Seu aniversário será muitas vezes sozinho na rua!<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Texto anônimo, retirado da rede social de Maicon Vieira, jovem motoentregador de aplicativo, que publicou este desabafo dois dias antes de morrer, na região central de Curitiba, no dia 5 de fevereiro de 2023, domingo, em um local próximo a um dos *points* de pesquisa visitados. Neste mesmo dia, outros 2 motoentregadores faleceram em Curitiba e região metropolitana, em acidente durante o trabalho.



## **EPÍGRAFE: BREVES NOTAS SOBRE O ENCONTRO COM O TEMA E O CAMPO**

Nos últimos dias como Residente em Saúde da Família, na Unidade de Saúde Osasco, de Colombo-PR, enquanto fazíamos o balanço das nossas realizações e dificuldades enfrentadas, uma sensação de incômodo e incompletude, muito comum em trabalhadores de saúde da Atenção Básica do SUS, me despertou para o que seria, posteriormente, o meu tema de pesquisa de Doutorado em Saúde Pública: o fato de trabalhadores autônomos, tais como empregadas domésticas, confeitadeiras, cozinheiras, manicures, pedreiros e motoristas de aplicativo, dificilmente estarem presentes na Unidade de Saúde para consultas, a não ser quando levavam o(a)s filho(a)s para completar as obrigações vacinais ou para seguir o calendário de puericultura. Estavam trabalhando, possuíam alguma renda, mas quando consultavam com a nossa equipe de nutricionistas, já com algum diagnóstico de doença crônica em seus vinte ou trinta anos, apresentavam extrema dificuldade para seguir o acompanhamento sugerido, seja pela falta de tempo e disponibilidade para o autocuidado, seja pelo já crescente preço dos alimentos nas prateleiras dos supermercados nos anos de 2017 e 2018.

Dois casos me chamaram muito a atenção: o de Adriana<sup>2</sup>, uma empregada doméstica que se consultou com nossa equipe por conta de seu excesso de peso e do transtorno alimentar de suas duas filhas adolescentes. Já tinha sido titular do Bolsa Família, mas como excedeu a faixa de renda para o recebimento do benefício, havia sido retirada do Programa, e desde então lutava para participar de outros programas de segurança alimentar e nutricional do município. Para frequentar a Unidade de Saúde perdia o dinheiro dos dias de faxina, não conseguia frequentar os nossos grupos de promoção de saúde, e raramente participava aos sábados de campanhas preventivas, pois também trabalhava neste dia. Possuía pouco tempo para cozinhar e ajudar suas filhas portadoras de transtornos, ambas mulheres. Elas e as filhas haviam sofrido diferentes tipos de abuso, moradoras da periferia e com dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, no ensino formal e em programas de proteção social. Encontravam-se, como tantas outras famílias de únicas mulheres responsáveis pelo domicílio, desprotegidas.

---

<sup>2</sup> Nome fictício

O caso de Ricardo<sup>3</sup>, motorista de aplicativo de transporte de passageiros, trouxe uma profunda reflexão sobre a precarização dos trabalhadores informais. Já com hipertensão arterial antes dos 30 anos de idade, sua rotina de vida acontecia dentro de um banco de carro, pedindo a donos de bares para usar os banheiros, e por isso bebia pouca água. Não conseguia comprar refeições todos os dias por conta do preço e o Restaurante Popular da região central de Curitiba não era uma opção devido às filas e dificuldade de estacionar. Em vista disso, suas refeições eram geralmente lanches consumidos dentro de seu carro ou salgados em bares. Enquanto se consultava conosco, também perdia dinheiro de corridas. Os poucos encontros que tivemos, já ao final do meu período de residência, foram marcados pela dificuldade progressiva de encontrar soluções de autocuidado que pudessem mitigar o seu quadro crônico já instalado.

Estes dois casos trouxeram, então, reflexões sobre o impasse presente em grupos de trabalhadores informais acerca de suas possibilidades de alcance de qualidade de vida em suas rotinas de trabalho, que não pareciam ter fim, uma vez que estas pareciam ser sua única perspectiva de trabalho.

Já em 2020, no primeiro ano de pandemia, enquanto ouvia os estouros das motos de entrega, via com incômodo nos jornais os clamores dos entregadores de aplicativo, em especial de Paulo Galo, líder do movimento de entregadores antifascistas e a principal voz da greve “Breque dos Apps”, sobre a convivência entre trabalhar com fome e entregar comida. Este incômodo, por fim, se transformou em perguntas de pesquisa: Por que as plataformas se negam a pagar alimentação para seus trabalhadores? Como eles conseguem lidar com as dificuldades que enfrentam no seu cotidiano? Porque, afinal de contas, eles *trabalham entregando comida, mas passando fome?*

Via também a primeira morte por covid noticiada ser a de uma empregada doméstica, que contraiu a doença por meio de sua patroa que havia chegado da Europa. Via outras empregadas que não foram dispensadas ou afastadas com remuneração serem acusadas de transmitir a doença aos patrões, “foi a empregada que transmitiu”, acusou-se sumariamente. Via milhares de outras empregadas serem demitidas e jogadas ao inferno da fome cotidiana.

---

<sup>3</sup> Nome fictício

E então, apesar de inicialmente a proposta de pesquisa que adentrou o doutorado ser diferente, os dois incômodos de outrora se somaram ao incômodo daquele presente em 2020 e formaram o meu tema de pesquisa. Afinal de contas, eu não poderia ignorar tantos incômodos.

Após a qualificação e sugestões do grupo de pesquisa e da banca, o projeto aprovado no Comitê de Ética ainda em 2020, ainda continha em sua proposta a investigação do universo das empregadas domésticas e de uma realidade maior de iniquidades em alimentação e nutrição de Curitiba. Mas a piora do quadro epidemiológico da pandemia nos obrigou a modificar novamente a temática da pesquisa, restringindo a proposta para o universo dos entregadores de comida, devido aos seis meses de atraso da pesquisa de campo.

Após várias tentativas de conduzir as entrevistas com empregadas domésticas e entregadores de comida via online, além da espera infinita pela dose de vacina tão almejada, junto a um quadro pessoal de covid e pós-covid que protelou a entrada ao campo, optamos por restringir a pesquisa ao universo dos entregadores, devido à sua maior disponibilidade para entrevistas e localização ao ar livre. Esta opção permitiu a garantia do andamento do cronograma, além da profundidade necessária para coletar os dados de acordo com a metodologia proposta, organizar, analisar, apresentar e discutir os resultados.

Alguns entregadores entrevistados, durante o processo de trabalho de campo, perguntaram o que eu fazia em meio a um monte de homens, na rua, insistindo horas na possibilidade de entrevistar alguém, quebrando a rotina deles e gerando algum tipo de desconforto, pois aparentemente eu não tinha nada a oferecer. O que esta mulher branca, estudante de doutorado, de uma universidade pública de renome (para alguns), alheia a Curitiba, nitidamente de classe média, teria a oferecer, por exemplo, a jovens negros de periferia que nunca frequentaram uma universidade pública e não possuíam perspectivas de um trabalho digno? Aos homens negros mais velhos, que tinham suas famílias para sustentar e que acabaram de perder o emprego formal e foram “rebaixados” às entregas por aplicativo? Aos homens que se acidentaram por diversas vezes e ainda trabalhavam com o medo e as sequelas em cima de suas motos? A todos que não tinham perspectivas de ascensão profissional? Aos trabalhadores formais precarizados que viram a sua renda encolher e então se viram obrigados à recorrer às entregas, ocupando todas horas e dias de sua semana? Aos

que não tinham perspectivas de ascensão social e sentiam em seu cotidiano o peso e as consequências da invisibilidade do seu trabalho e de seus corpos?

Assim que as entrevistas começavam e à medida que o vínculo era estabelecido por conta das constantes visitas, fomos compreendendo juntos o lugar que eu ocupava ali, em meio a eles. Esse lugar era justamente o que eu tinha a oferecer, o da inquietação e incômodo ao longo das conversas. Quando o vínculo não era estabelecido então ficava apenas uma rápida conversa, seja pela falta de tempo ou pela falta de engajamento, e então a minha contribuição era menos sentida. Já quando ocorria o contrário, a conversa gerava reflexões mais profundas, e então os entregadores recomendavam as minhas entrevistas uns aos outros, “abriam as portas do campo” quando eu chegava aos *points*.

Fui desenvolvendo gradualmente estratégias de inserção, tais como o momento certo para me apresentar e apresentar a pesquisa, entender a gestualidade e corporalidade em relação às motos e celulares, que poderiam permitir uma rápida entrevista ou não, bem como olhares receptivos a uma conversa, se esta seria curta ou longa, uma entrevista rápida ou uma conversa em profundidade. Procurava respeitar o momento da chamada, afinal o momento da conversa não poderia atrapalhar os ganhos já reduzidos desta categoria. Nestes casos, interrompia as entrevistas e esperava outro momento para finalizá-la, permanecendo horas infinitas nos *points* e esperando a minha solidão enquanto pesquisadora com prazos e metas ser interrompida por um olhar ou gesto receptivos. Essa espera, expectativa e ansiedade pelo momento do trabalho, enquanto a vida acontece na rua diante dos olhos, me fizeram sentir em alguns momentos uma fração do que sentem os entregadores enquanto esperam o toque nos celulares pela tão aguardada entrega vantajosa e segura, que lhes traga remuneração suficiente e satisfatória até o horário da tão aguardada volta para casa.

Buscava também não permanecer mais que duas semanas no mesmo *point* para não atrapalhar os momentos de descanso, escassos para algumas categorias, nos quais cada grupo se utilizava de estratégias diferentes para aliviar as tensões geradas pelas dinâmicas de trabalho. O comportamento de *galera* era diferente em cada *point*, consequentemente configurando diferentes comunidades de entrega em cada um deles, variando-se também as interações mais básicas e as formações de vínculo. Por exemplo, no primeiro *point* de shopping com entregadores de aplicativo, quando um entregador que recusou a entrevista se encontrava em meio a uma roda, eu evitava

abordar esses outros entregadores e esperava um momento em que este entregador que recusou a entrevista não se encontrava ali. Procurava também aparecer em horários diferentes para observar diferentes perfis e dinâmicas, a diferença entre tardes e noites, feriados, finais de semana e rotinas do meio da semana.

Houve algumas dificuldades além daquelas já descritas acima, impostas pela pandemia. Apesar de muito procurar, consegui entrevistar apenas duas mulheres, dada a masculinidade presente nessa profissão; as intempéries do tempo (relativas, principalmente, às chuvas de verão bem no horário de pico das entregas) que também impedia as entrevistas/conversas, pois, com exceção das entrevistas realizadas no sindicato de motoentregadores, todas foram ao ar livre; a desconfiança de muitos entregadores que não permitiam gravar as entrevistas, o que nas conversas mais rápidas impediam o aprofundamento das perguntas por conta da necessidade de anotar as informações repassadas pelos entrevistados.

Aos poucos também fui sentindo a necessidade de complementar as informações extraídas em campo com a observação de páginas de redes sociais, a convite de um dos entregadores que administravam um desses grupos, nas quais pude observar muitos tipos de interação entre os entregadores, confirmando algumas impressões do campo.

“Muita coragem a sua, moça!”, ouvi por diversas vezes. Em troca, os entregadores fizeram muitos agradecimentos pela oportunidade de dividir suas dificuldades, compartilhando suas angústias, histórias e anseios, pela necessidade de publicizar as suas condições de trabalho precárias ou mesmo as estratégias e pequenas vitórias, pelos intercâmbios de informações valiosas, por “ter alguém que olhe, que se importe, que quer tentar ajudar”, com pedidos de retorno ao campo para futuras trocas. Os capítulos a seguir, portanto, vão mostrar como esse incômodo e estranhamento, meu e dos entregadores, se transformou em uma tese de doutoramento.

## RESUMO

RAMOS, V. D. **“A gente é descartado” e invisível**: processo de trabalho, fome e insegurança alimentar em entregadores de comida de Curitiba. 2023. Tese - Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2023.

O cenário que antecedeu a pandemia de covid19 já apresentava situações de fome e insegurança alimentar e nutricional crescentes no Brasil e no mundo, resultantes da alta de preços dos alimentos básicos, a diminuição de investimentos em programas de segurança alimentar e nutricional. Apesar de reconhecidos avanços e bons resultados na redução da insegurança alimentar e nutricional, e no aumento da renda e do poder de compra por meio de políticas públicas, grupos marginalizados e desprovidos de direitos já vinham enfrentando dificuldades no acesso a uma alimentação saudável e adequada. Dentre estes grupos destacam-se trabalhadores informais, tais como os entregadores de aplicativo, cuja luta em ser reconhecida no Brasil pelo dilema de “trabalhar com fome entregando comida”. Mudanças no mundo do trabalho, oriundas das reformas da previdência e trabalhista, agravadas pela persistência da crise econômica entre trabalhadores informais e pela pandemia, estão aprofundando situações de fome e IAN entre trabalhadores informais, apesar da oferta de serviços de educação, saúde e renda. De forma geral, este trabalho pretende entender como as condições de trabalho de entregadores de comida influenciam situações de segurança alimentar nutricional, fome, saúde, qualidade de vida e engajamento político. Trata-se de uma pesquisa social realizada por meio de quatro etapas: testagem do instrumento, incursões ao primeiro campo para familiarização com o cenário e os atores, segunda etapa de incursões nos *points*, de acordo com a proposta de saturação de dados, bem como a complementação com observação de grupos de redes sociais. Após análise qualitativa, por meio de núcleos de sentido e de estatística descritiva bivariada, os resultados apontam que há um impacto negativo sobre entregadores negros e entregadores de aplicativo com mais intensidade, constituído por um balanço desfavorável que combina ausência de qualquer aspecto fixo do processo de trabalho (alimentação, água, banheiros, abrigos, local para descanso), relação de desconfiança com clientes, empregadores e restaurantes, risco

de acidentes, proteção em caso de acidentes e contaminação por covid-19, ausência de conhecimento do funcionamento das plataformas, dificuldade de acesso a políticas públicas, sentimentos de invisibilidade, abandono, desvalorização social, culminando em perda da identidade de trabalho e ausência do senso de luta política coletiva. Já o entendimento das práticas alimentares no trabalho e no domicílio dos entregadores de comida a partir da complexidade das suas condições de trabalho distintas, do quesito cor e da renda dos entregadores mostrou como a precarização, informalização e plataformização violam o direito humano à alimentação adequada destes grupos. Tal encadeamento de causalidades permitiu vislumbrar as situações de fome vividas durante o processo de trabalho, e como este processo influencia a insegurança alimentar em nível domiciliar. Pode-se concluir que o processo de trabalho de entregadores de aplicativo, principalmente quando são negros e cicloentregadores, frequentemente leva a situações de fome no trabalho, predispondo a diferentes níveis de insegurança alimentar e nutricional no domicílio.

**Palavras-chave:** Entregadores de comida; Precarização do trabalho; Plataformização; Fome; Insegurança Alimentar e Nutricional.

## ABSTRACT

RAMOS, V. D. [**“We are discarded and unseen”**: working process, hunger and food insecurity among food delivery Workers in Curitiba]. 2023. Thesis – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Portuguese.

Before covid19, worldwide and brazilian scenario already presented situations of hunger and growing food and nutritional insecurity, resulting from the high prices of basic foods, decrease in public investments in food and nutrition security programs. Despite recognized advances and good results in reducing food and nutritional insecurity, and increasing income and purchasing power through public policies, marginalized and deprived groups were already facing difficulties in accessing healthy and adequate food. Among these vulnerable groups, informal workers, such as app deliverers, have been recognized in Brazil by their struggle to “deliver food and work with hunger dilemma”. Changes in the world of work, arising from the pension and labor reforms, aggravated by the persistence of the economic crisis among informal workers and the pandemic, are deepening situations of hunger and IAN among informal workers, despite the provision of education, health and income. This work aims to understand how food delivery workers' working conditions influence nutritional food security, hunger, health, quality of life and political engagement. This is a social research carried out through four stages: testing of the instrument, incursions into the first field to familiarize with the scenario and the actors, a second stage of incursions into the remaining points, according to the data saturation proposal, as well as the observational practice of social media groups' interactions. After qualitative analysis, through meaning cores, and quantitative, through bivariate statistics, the results indicate the existence of a more intense and negative impact on black delivery drivers and app deliverers, characterized by an unfavorable balance that combines absence of any fixed aspect of the working conditions (food, water, bathrooms, shelters, place for rest), relationship of mistrust with customers, employers and restaurants, risk of accidents, protection in case of accidents and contamination by covid-19, lack of knowledge of the functioning of the platforms, difficulty of access to public policies, feelings of invisibility, abandonment, social devaluation, culminating in the loss of work identity and absence of the sense of collective political struggle. Through exploratory



work, the understanding of the eating practices at work and at home of food delivery drivers based on the complexity of their different working conditions, color and income of delivery drivers showed how precariousness, informalization and platformization violate the human right to adequate food of these groups. This chain of causalities allowed us to glimpse the situations of hunger experienced during the work process, and how this process influences food insecurity at the household level. All these drawbacks and lack of positive perspective meet the government-companies-platforms' abandonment and abuse, keeping them as society's *outsiders*, therefore helping to produce political restraints and disengagement, aside from far right opinions.

**Keywords:** Food Delivery Workers; Precarious work; Platformization; Hunger; Food and Nutrition Insecurity.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
1.1 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, INSEGURANÇA ALIMENTAR E FOME	1
1.2 PANDEMIA E SISTEMAS ALIMENTARES	15
1.3 SISTEMAS (AGRO)ALIMENTARES	16
1.4 POLÍTICAS SOCIAIS E DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN), INCLUSÃO E EXCLUSÃO NO BRASIL DURANTE O SÉCULO XX	20
1.5 DESIGUALDADES SOCIAIS, PRECARIZAÇÃO, CRESCIMENTO DA INFORMALIDADE E UBERIZAÇÃO	33
1.6 A ESCOLHA DE CURITIBA	40
1.7 A PERGUNTA DE PESQUISA	41
1.8 JUSTIFICATIVA	42
1.9 OBJETIVOS	44
<b>2. PERCURSO METODOLÓGICO</b>	<b>45</b>
<b>3. RESULTADOS</b>	<b>51</b>
3.1 SOBRE OS ATORES E CENÁRIOS EM QUESTÃO	51
3.2 PRECARIZAÇÃO, RISCOS À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	79
3.3 FOME, INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E PRÁTICAS ALIMENTARES	101
3.3.1 Principais fatores que influenciaram as práticas alimentares	112
3.4 ENTREGADORES DE COMIDA E DESPROTEÇÃO ESTATAL	123
3.4.1 Mobilizar-se pelo trabalho de entregas digno	146
3.4.2 Limitações do estudo	147
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>149</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>159</b>
<b>6. ANEXO I - ESCALA BRASILEIRA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL</b>	<b>179</b>
<b>7. APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	<b>180</b>
<b>8. APÊNDICE II – INSTRUMENTO DE CAMPO</b>	<b>182</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Comparação entre os índices de SAN e IAN no Brasil, com base nos principais inquéritos nacionais, entre 2004 a 2022, de Curitiba – PR, 2023	8
Tabela 2. Perfil geral dos entregadores de comida de Curitiba - PR, 2023	49
Tabela 3. Distribuição das principais características de trabalho de entregadores de comida de Curitiba – PR, 2023	53
Tabela 4. Características socioeconômicas e do processo de trabalho de entregadores de comida de Curitiba – PR, 2023	55
Tabela 5. Principais aspectos do processo de trabalho, por categoria e modalidade, de entregadores de comida de Curitiba – PR, 2023	57
Tabela 6. Diferenças de processo de trabalho para entregadores negros e brancos de Curitiba – PR, 2023	64
Tabela 7. Práticas alimentares de entregadores de comida de Curitiba - PR, 2023	99
Tabela 8. Médias de idade e renda de entregadores de comida em situação de IAN e SAN de Curitiba – PR, 2023	110
Tabela 9. Porcentagem de entregadores em SAN e IAN, por faixa de renda, de Curitiba – PR, 2023	110
Tabela 10. Distribuição da cor e etnia de entregadores de comida de Curitiba - PR, 2023	112
Tabela 11. Distribuição de trabalhadores em IAN e SAN de acordo com categoria e modalidade de entrega, em entregadores de Curitiba – PR, 2023	115

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Etapas da pesquisa de campo	45
Figura 2. Principais características das entregas do universo dos motoentregadores de Curitiba – PR, 2023	51
Figura 3. Principais características das entregas do universo de entregas dos cicloentregadores de Curitiba – PR, 2023	52
Figura 4. Principais empresas de aplicativo utilizadas pelos entregadores plataformizados de Curitiba – PR, 2023	66
Figura 5. <i>Points</i> de pesquisa na cidade de Curitiba - PR, 2023	68
Figura 6. Insegurança alimentar e nutricional por cor de categoria de entrega, em entregadores de comida de Curitiba – PR, 2023	102
Figura 7. Escolhas de locais para alimentação por parte de entregadores de comida de Curitiba, Brasil, 2023	114

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1. Diferenciação das categorias e modalidades de entrega de entregadores de Curitiba-PR, 2023 51
- Quadro 2. Categorias e Núcleos de sentido sobre os principais aspectos do processo de trabalho dos discursos dos entregadores de comida de Curitiba-PR, 2023 77
- Quadro 2. Categorias e núcleos de sentido sobre as práticas alimentares de entregadores de comida de Curitiba – PR, 2023 100
- Quadro 3. Categoria e núcleos de sentido sobre a determinação social da fome e IAN dos entregadores de comida de Curitiba – PR, 2023 109
- Quadro 4. Categorias e núcleos de sentido sobre o acesso a serviços e programas de proteção social e segurança alimentar e nutricional de entregadores de comida de Curitiba – PR, 2023 121

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>APPS</b>	APLICATIVOS
<b>CONSEA</b>	CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
<b>DHAA</b>	DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA
<b>DCNT</b>	DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS
<b>EBIA</b>	ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
<b>EPI</b>	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL
<b>FAO</b>	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA
<b>FIES</b>	FOOD INSECURITY EXPERIENCE SCALE
<b>IA</b>	INSEGURANÇA ALIMENTAR
<b>IAN</b>	INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
<b>IBGE</b>	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
<b>IPEA</b>	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
<b>MEI</b>	MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
<b>OL</b>	OPERADOR LOGÍSTICO
<b>PAA</b>	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
<b>PAT</b>	PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR
<b>PBF</b>	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
<b>PNAD</b>	PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS
<b>PNAE</b>	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
<b>POF</b>	PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES
<b>PoU</b>	PREVALENCE OF UNDERNOURISHMENT
<b>PPSAN</b>	POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
<b>SAN</b>	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
<b>SINTRAMOTOS</b>	SINDICATO DOS TRABALHADORES CONDUTORES DE VEÍCULOS, MOTONETAS, MOTOCICLETAS E SIMILARES DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA
<b>SUS</b>	SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

**TICS**                    TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

**VIGISAN**              INQUÉRITO NACIONAL SOBRE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA  
PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL.

## APRESENTAÇÃO

Como se alimentam entregadores de comida? Para responder esta pergunta, este trabalho primeiramente traz o panorama geral de impactos de mudanças no acesso e consumo de alimentos, junto à questão da desigualdade como elemento central. Em seguida, como forma de se mostrar as bases conceituais estruturantes deste trabalho, discute-se sistemas agroalimentares, direito humano à alimentação adequada, fome, insegurança alimentar e processos de trabalho, salientando-se tanto as diferenças entre estes bem como as contribuições destes conceitos para a construção das etapas seguintes do trabalho.

Em seguida, como forma de se entender a configuração tanto das políticas sociais quanto da desigualdade, resgata-se um breve histórico destas trajetórias, ressaltando-se principalmente os impactos em termos de alimentação, nutrição e saúde, bem como a influência de fatores políticos, institucionais e econômicos na construção deste quadro. Os dois tópicos seguintes trazem as características das desigualdades sociais em grupos sociais e de situações de fome, insegurança alimentar e nutricional e agravos em saúde, deflagrados por estes fatores acima mencionados, no grupo de trabalhadores informais escolhidos como sujeitos da pesquisa, os entregadores de aplicativo.

A escolha da cidade, a pergunta e a justificativa de pesquisa chamam atenção para a necessidade de se investigar dinâmicas de fome, insegurança alimentar e no trabalho em uma cidade entendida pelo senso comum enquanto modelo de urbanização e desenvolvimento social, como é o caso de Curitiba. Os objetivos demonstram a intencionalidade de se investigar as relações entre fome, insegurança alimentar, precarização, informalização e plataformização e qualidade de vida dos entregadores. Para operacionalizar os objetivos, a metodologia se propõe a trabalhar por meio de duas etapas: quantitativa e qualitativa, combinando formas de análises de pesquisa social próprias destas metodologias.

Os resultados foram divididos em quatro sessões:

- 1) “Sobre atores, cenários e objetos em questão”: que vai trazer o perfil dos entregadores e de seu processo de trabalho, descrição e análise dos grupos, cenários e objetos observados, já sinalizando para os impactos percebidos;



- 2) “Precarização, riscos à saúde e qualidade de vida”: no qual serão apresentados os vários aspectos percebidos e analisados dos impactos do processo de trabalho sobre a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores;
- 3) “Fome, insegurança alimentar e nutricional e práticas alimentares”: em que serão descritas e analisadas práticas alimentares, bem como condições de fome e insegurança alimentar no trabalho e nos domicílios/famílias dos entregadores;
- 4) “Entregadores de comida e desproteção estatal”: capítulo no qual se pretende analisar os impactos da desproteção estatal, ausência de políticas públicas e de proteção relativa às empresas e plataformas que ainda conta com a subseção “Mobilizar-se pelo trabalho de entregas digno”, contendo breves reflexões sobre o nosso papel enquanto consumidores, comensais e atores dos sistemas agroalimentares. Ao fim desta seção ainda foram justificadas algumas limitações do estudo.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, INSEGURANÇA ALIMENTAR E FOME

No primeiro dia de campo, após entrevistar entregadores autônomos e terceirizados, fui para a frente de um shopping esperar entregadores de aplicativo chegarem de suas entregas e estacionarem as suas motos no meio fio, para que então eu pudesse abordá-los sobre os propósitos da minha presença e esperar que algum deles aceitasse meu convite para conversarmos. A minha sensação de desconforto (que foi companheira constante dessas incursões) aumentou quando vi uma das cenas mais degradantes do trabalho de campo: um entregador, que havia acabado de encostar no meio fio, abria uma sacola de plástico e comia com as mãos o que, pelo horário, deveria ser o seu almoço, no frio e na garoa do momento das três horas da tarde, algum alimento que não parecia ser identificável e que se desfazia nas suas mãos.

Em contraste, no meu penúltimo dia de campo, em frente a outro shopping, presenciei um momento de extrema alegria quando um entregador adentrou a roda de conversa em que eu me encontrava, abriu um pacote de uma famosa cadeia de hambúrgueres e mostrou como um troféu um lanche grande e vistoso, que acabara de ganhar do estabelecimento devido ao cancelamento do pedido de um cliente.

Estes dois momentos dramáticos representam duas faces do mesmo problema: quando a comida não é um direito garantido a corpos que são invisíveis, portanto, descartáveis pela nossa sociedade. Na voz de entregadores de comida, quando ela é uma concessão que vem da “consciência” seletiva de um ou outro patrão. Portanto, aos corpos de entregadores de comida são permitidas a exaustão, a fome e a insegurança alimentar e nutricional, advindos da violação de seu direito humano à alimentação adequada. Como destaca Nancy Fraser (2002), a ausência de reconhecimento de direitos advém de estruturas de poder violentas, que impede a sua realização devido a características étnico-raciais, culturais, de gênero, econômicas e políticas dos grupos, gerando pobreza e desigualdades sociais, tais como a precarização do trabalho, o racismo e outros tipos de injustiças sociais. Este quadro é agravado pela desproteção dos estados nacionais e pela agressividade do capital,

cujo enorme fluxo financeiro de ordem transnacional restringe a capacidade de governança dos primeiros.

Em contraste à situação de seletividade dos grupos que podem ou não se alimentar adequadamente, temos na nossa legislação normativas e estratégias que permitem vislumbrar a extensão e o grau de violação do direito humano à alimentação adequada de qualquer grupo que se encontre em vulnerabilidade.

O direito humano à alimentação adequada (DHAA) consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e à água, além de recursos como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo. Ao afirmar que a alimentação deve ser adequada entende-se que ela seja adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social (CONTI, 2014).

A forma de realização deste direito se dá por meio da concretização de políticas de segurança alimentar e nutricional (PPSAN). Entende-se SAN como

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006)

Já as políticas públicas de SAN (PPSAN) são entendidas como o “conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo a nutrição e a saúde”, e que envolvem a “intersectorialidade entre saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, etc...” (IPEA, 2004).

O principal responsável pela garantia de SAN seria o Estado, que tem o compromisso constitucional, desde 2010, de proporcionar a todos os cidadãos esse direito essencial à manutenção da vida, seja criando condições de acesso, seja regulamentando a produção, circulação e compra de alimentos (MALUF & REIS, 2013).

O direito humano à alimentação adequada é um valor universal reconhecido internacionalmente desde 1966, por meio do artigo 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), que obriga os Estados a oferecerem, no mínimo, comida segura e nutricionalmente adequada e que livrem as

peças da fome (DE SCHUTTER, 2009). O artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) destaca que todos os seres humanos têm direito de viver de forma adequada para provimento de saúde e bem-estar a si e a sua família, incluindo comida, vestuário, habitação, assistência médica e social necessárias (UN, 1948).

De acordo com D'Odorico (2019), as iniquidades em relação a este direito decorrem da distribuição desigual de poder, prestígio e recursos dentre grupos sociais que, quando permanecem em situações persistentes de desvantagem e discriminação, apresentam desfechos em saúde de forma mais crítica quando comparados a outros grupos. Sua reprodução ocorre devido à dinâmica inerente da reprodução do sistema capitalista, que mantém determinantes sociais desvantajosos para muitos grupos vulneráveis, colocando-os sempre em posição de desigualdade (SALLES-COSTA et al, 2022). Quando há violação ao direito humano à alimentação adequada, portanto, os grupos apresentam insegurança alimentar e fome, com manifestações biológicas como desnutrição, doenças carenciais, ou mesmo sobrepeso e obesidade.

A desnutrição, diagnosticada de acordo com índices antropométricos ou carências nutricionais, é a forma mais comum de se enxergar o fenômeno da fome, e que demarca desigualdades de renda, geográficas, escolaridade e gênero. Entretanto, a desnutrição encontra variadas formas de expressão, por exemplo, na manifestação do excesso de peso e obesidade, demandando olhares e ações diferenciadas, além das ações clássicas relativas a este tipo de carência que se limitam ao provimento de alimentos em quantidade, e que não levam em conta a qualidade (ibidem).

Já na década de 1940, em “Geografia da Fome”, Josué de Castro alertava para a questão da fome no Brasil como uma permanência, um fenômeno diverso e complexo, categorizando os principais tipos de fome coletiva: endêmica, que diz respeito às carências ocorridas em uma determinada região; a epidêmica, que diz respeito ao consumo insuficiente/inadequado de alimentos em um determinado período de tempo, por questões sazonais e de forma transitória; e a subnutrição, que atinge grupos menores, de formas mais discretas ou manifestas (CASTRO, 1984). Uma das concepções errôneas sobre a fome reside na sua consideração apenas nas formas mais visíveis de *fome total*, e não em sua *forma oculta* ou *parcial*, como pondera Castro no prefácio à 10ª edição deste livro:

Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de starvation, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais freqüente e mais grave, em suas conseqüências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. É principalmente o estudo dessas coletivas fomes parciais, dessas fomes específicas, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear do nosso trabalho. (CASTRO, 1984, p. 26).

Portanto, a fome não ocorre somente em regiões áridas ou com escassez de alimentos, podendo acometer, por exemplo, grupos de pessoas que moram em regiões empobrecidas de grandes centros urbanos, nas regiões do Centro e do Sul.

Para Castro, a fome não diria apenas respeito a corpos visivelmente magros, em inanição, mas a todas as formas visíveis e ocultas de deficiência alimentar, sendo a “expressão biológica de males sociológicos” cuja causa é política (CASTRO, 1984). Uma das concepções errôneas sobre a fome que era vigente ainda na primeira metade do século XX, era de que a fome era natural de regiões mais pobres e era perceptível somente em indivíduos extremamente magros. O fenômeno da fome oculta atualmente pode ser percebido inclusive em indivíduos obesos, e tem suas origens na forma como se organiza o sistema alimentar hegemônico, como será abordado adiante.

Para além da compreensão do fenômeno como ausência de nutrientes, a fome também é definida em sua dimensão sociocultural. Para Maria do Carmo de Freitas, a fome configura uma modalidade de genocídio, de perversão social, definida por processos de exclusão. Ela surge com a formação da sociedade de classes, associada à emergência das desigualdades sociais, oriunda da apropriação de riquezas por meio da divisão social do trabalho. Situa-se no “umbral entre a vida e a morte” (FREITAS, 2003).

A fome é difícil de ser definida principalmente por quem nunca a vivenciou, e quem sofre desta mazela a define fora do âmbito biológico, para além da sensação de estômago vazio, mas também pela fraqueza de espírito, um mal que sempre está a rondar como se fossem fantasmas. Ela significa um estado de desvalorização social constante dos indivíduos perante a sociedade (ibidem). Para Amrita Ragansami (1991), se a fome é um valor social, passa fome quem não a tem.

Para esta última autora, é um erro entender a fome a partir de sua última fase de morbimortalidade, de manifestação biológica, pois desta forma a fase anterior, o de

completo abandono de uma comunidade, é ocultada. A fome para esta autora é um processo de lenta construção e não um evento abrupto, excepcional. Ela possui um caráter social, econômico e político, no qual a falta de consumo de alimentos é imposta de acordo com objetivos dos grupos e/ou indivíduos que se beneficiam a partir dela (RAGANSAMI, 1991).

Ela não advém somente da falta de renda ou direitos (e nesse sentido a autora realiza uma crítica a Amartya Sen<sup>4</sup>) ou da oferta de alimentos. Ela é fonte de poder e dominação, instrumento de coação política por grupos que dela se beneficiam. No limite, a comida estabelece o limite entre quem come e quem sobrevive. Quando ela aparece em seu aspecto biológico, ou seja, quando fica aparente, inspira caridade, mas dificilmente motiva mudanças sociais estruturais. Quando é aliviada de forma superficial, sem tais mudanças, ela se torna normalizada e crônica. A comida adequada não se torna disponível a todos que precisam devido à lógica comercial a que é submetida, como mercadoria (ibidem).

O indivíduo que passa fome é culpado pela sua pobreza, todavia, os grupos que com ela se beneficiam, por sua vez, nunca são responsabilizados. Famélicos sempre são vistos como pedintes e devedores, sem direito a revoltas e questionamentos, e o Estado, por sua vez, quase sempre desempenha papel importante na causalidade deste fenômeno (ibidem).

A fome, portanto, possui definições a partir de experiências de privação e miséria, constitui um fenômeno passível de observação e compreensão por meio de métodos de pesquisa social e possui múltiplas dimensões e associações de cunho individual, comunitário e coletivo. A insegurança alimentar, por sua vez, possui sua definição a partir do conceito de SAN, e constitui fenômeno passível de mensuração quantitativa por meio de escalas e possui gradações.

A insegurança alimentar pode ser definida como:

---

<sup>4</sup> Para Amartya Sen (2010), há uma diferença entre fome endêmica de um determinado local e a fome coletiva, que advém do surto repentino de grave privação de alimentos. Sen se contrapõe à hipótese malthusiana, do aumento populacional e necessidade de produção de alimentos de forma exponencial, uma vez que considera que as pessoas ainda possam passar fome mesmo que haja abundância de alimentos. Para se evitar este tipo de fome, as pessoas deveriam ser capacitadas por meio da melhoria das condições de vida, tendo liberdade para adquirir a quantidade de alimentos da qual necessita, seja obtendo a propriedade de recursos produtivos, ou ainda pela possibilidade de produção, ou pelas condições de venda e compra de alimentos. A proteção destas três condições seria capaz de resolver estes surtos de fome coletiva e isso ocorre quando a distância entre governantes e governados diminui. Neste sentido, regimes democráticos, no quais esta distância pode ser diminuída, poderiam prevenir a ocorrência da fome coletiva. Ragansami, portanto, se preocupa em contestar este modelo teórico causal, pois para a autora, mesmo em condições democráticas e de promoção de direitos dos indivíduos, a fome ainda pode ocorrer por conta de interesses de grupos e devido à falta de ação do Estado.

uma realidade de privações e instabilidade de acesso aos alimentos do ponto de vista qualitativo e quantitativo, decorrentes da exclusão social e que pode gerar graves consequências ao bem-estar e saúde dos indivíduos” (Bezerra et al, 2020)

Ou ainda como um conceito que demarca a falta de acesso a uma alimentação adequada a partir da definição do conceito de SAN, devido a diversos fatores como renda, modelo produtivo, distribuição de alimentos, podendo se manifestar também a partir dos desfechos biológicos de desnutrição e obesidade ou ainda de estados de fome (DAUFENBACK et al 2021)

Atualmente existem várias formas de se medir a fome. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), utiliza-se dos índices PoU (“Prevalence of Undernourishment”), ou prevalência de subalimentação, que se interliga ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 2.1.1 - Fome Zero. Ela é definida pela ingestão de alimentos insuficiente e prolongada de quaisquer nutrientes necessários à saúde, podendo provocar desfechos negativos. Como resultados da subalimentação tem-se a fome e/ou a desnutrição (FAO, 2022b).

O índice PoU leva em conta o consumo médio de calorias, medidas de desigualdade deste consumo e requerimentos mínimos de calorias em uma dada população por 12 meses, realizando uma média dos 3 anos anteriores. Ele fornece uma imagem do suprimento de alimentos, porém possui limitações ao generalizar o consumo, não discrimina grupos específicos e reflete somente a situação de produção e oferta de alimentos, não mede acesso e qualidade dos alimentos, por isso não pode ser aplicado a diagnósticos mais complexos, nem operar como o único subsídio para políticas públicas de alimentação e nutrição (FAO, 2022b). Outra crítica é a dificuldade de captar episódios curtos de fome. A média de três anos de 2019-21 da PoU para o Brasil é de 4,1%, equivalente a 8,6 milhões de pessoas com subalimentação (ibidem).

O índice FIES (Food Insecurity Experience Scale), interligado ao Indicador ODS 2.1.2 – severity of food insecurity), mede a insegurança alimentar moderada ou grave em mais de 140 países desde 2014. É uma escala psicométrica de oito perguntas, e sua análise produz uma escala global usando limiares (ou pontos de corte) que estabelecem as categorias de gravidade da Insegurança Alimentar e que permitem produzir resultados para cada um dos 140 países com garantia de comparabilidade entre eles. Este índice apontou diminuição significativa na segurança alimentar de 2018-20 a 2019-21 no Brasil. Neste último triênio, apontou a insegurança alimentar

moderada e grave em 28,9% da população (61,3 milhões), e insegurança grave em 7,3% da população (15,4 milhões) (FAO, 2022; Rede PENSSAN, 2022a).

Já a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional (EBIA), utilizada neste estudo, mede a experiência de maior ou menor acesso aos alimentos. Ela foi adaptada e validada no Brasil com inspiração na escala de segurança alimentar domiciliar criada nos Estados Unidos e possui 14 perguntas (a versão reduzida de oito perguntas é utilizada nos inquéritos nacionais - PNAD, POF e VIGISAN). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Rede de Pesquisadores em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) divulgaram resultados com base na EBIA usando quatro categorias: segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave (esta última é considerada fome). Tanto a escala FIES quanto a EBIA apontam para o aumento da IAN nos últimos anos (Rede PENSSAN, 2022<sup>a</sup>).

Proposições recentes ainda consideram que a insegurança alimentar leve já configura um estado de *risco de fome*, enquanto as inseguranças alimentares moderada e grave podem já ser consideradas um estado de *fome*. Desta forma, o estado de segurança alimentar pode ser renomeado enquanto *livre de fome*. Esta proposição se baseia na necessidade de resgate do conceito de fome junto ao indicador gerado pela escala (RIBEIRO JÚNIOR, 2022).

Os resultados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil publicado em 2022, ou II VIGISAN (REDE PENSSAN, 2022), relatam um aumento das situações de fome e insegurança alimentar e nutricional em relação ao Inquérito de 2021 (I VIGISAN) (REDE PENSSAN, 2021). A tabela comparativa abaixo traz os resultados dos principais inquéritos nacionais realizados nas duas últimas décadas:

**Tabela 1. Comparação entre os índices de SAN e IAN no Brasil, com base nos principais inquéritos nacionais, entre 2004 a 2022.**

	<b>SAN</b>	<b>IAN LEVE</b>	<b>IAN MODERADA</b>	<b>IAN GRAVE</b>
<b>II VIGISAN 2021/2022</b>	41,3%	28%	15,5%	15,2%
<b>I VIGISAN 2020</b>	44,8%	34,7%	11,5%	9%
<b>POF 2018</b>	63,35%	20,7%	10,1%	5,8%
<b>PNAD 2013</b>	77,1%	12,6%	6,1%	4,2%
<b>PNAD 2009</b>	69,6%	15,8%	8%	6,6%
<b>PNAD 2004</b>	64,8%	13,8%	12%	9,5%

Fonte: adaptado de “Tendência da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil, 2004 a 2022. II VIGISAN -SA e IA e covid-19, Brasil, 2021/2022” (REDE PENSSAN, 2022)



Como se pode observar nos dados citados de outras pesquisas e na tabela acima, há uma tendência do aumento da IAN, inclusive para índices inferiores a 2004, quando a EBIA começou a ser aplicada. Quando se analisam os tipos de alimentos consumidos, incluindo a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002, entre 2002 e 2018 houve redução do consumo de alimentos in natura e minimamente processados e aumento dos ultraprocessados. Na edição de 2017 - 2018 houve relato de fome em 42,4% dos domicílios com renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo, enquanto nos domicílios com renda per capita maior a um salário-mínimo essa proporção é de 6,4% (RIBEIRO JÚNIOR et al, 2022).

Quando se pensa no quadro global da fome e insegurança alimentar, atribui-se ao aumento do consumo de ultraprocessados, em conjunto com a ausência de qualidade de vida que acomete os grupos mais vulneráveis. O aumento do consumo de ultraprocessados na América Latina, de acordo com evidências produzidas pela FAO, tem trazido desfechos negativos, como desnutrição, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis. Enquanto em âmbito mundial, as vendas de produtos ultraprocessados aumentaram 43,7 % entre 2000 e 2010, na América Latina aumentaram em 48%, representando cerca de 16% das vendas totais de alimentos, com crescimento anual de 3,1%, percentual acima da média mundial de 2,8% (FAO, 2017).

O último relatório SOFI (Estado de Alimentação e Nutrição no Mundo) da FAO de 2022 mostra de 828 milhões de pessoas estiveram em situação de fome em 2021. A subalimentação, medida de acordo com o índice PoU, foi de 8% em 2019 para 9,8% em 2021. Já o índice FIES de 2021 mostrou que 828 milhões de pessoas em 2021, 10,5% da população mundial, estavam em situação de fome. A fome afetou mais 46 milhões de pessoas em 2021 em comparação a 2020, e 150 milhões de pessoas a mais do que em 2019, antes da pandemia de covid-19. A prevalência de IA moderada e severa foi de 2,3 bilhões (29,3% da população mundial). Este quadro de fome, somado à projeção de 670 milhões de pessoas subalimentadas em 2030, é atribuído à covid e à Guerra da Ucrânia, que limita o fluxo mundial de insumos e alimentos da cadeia global (FAO, 2022).

Antes associado apenas a países desenvolvidos, desde a década de 1990 as práticas de consumo de alimentos com elevado teor de óleos, açúcares e adoçantes

trazem consigo o aumento do consumo de calorias e nutrientes de fontes animais e a diminuição no consumo de leguminosas, vegetais e grãos (FAO, 2017).

Além do consumo, há preocupação com a massificação na oferta de produtos alimentares ultraprocessados em países mais pobres, em especial a venda de produtos congelados, lanches e refrigerantes. Por isso quanto menor o PIB per capita, maior o aumento em termos relativos da venda de produtos ultraprocessados (FAO, 2017).

Essa dinâmica é agravada devido ao contexto de liberalização e desregulamentação dos mercados que favorece sistemas alimentares não sustentáveis em termos de produção e acesso, gerando também empobrecimento e dificuldades na obtenção de práticas saudáveis; rápida urbanização com ausência de planejamento referente à promoção de saúde; práticas de saúde e alimentação que desfavorecem dimensões relativas à obtenção de qualidade de vida; e presença de amplo marketing de alimentos ultraprocessados, o que acaba por aumentar a disponibilidade, acessibilidade e consumo deste tipo de produto (FAO, 2017).

Desde 2012 os índices de pobreza e extrema pobreza estagnaram e, apesar da contração do crescimento econômico com aumento do desemprego em 2015, apostava-se em 2017 como ano de retomada do crescimento regional, com uma rápida recuperação econômica nos anos seguintes (FAO, 2017). Em 2018, a perspectiva de se atingir a redução do item fome dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 na América Latina começa a parecer cada vez mais distante. Se em 2014 o número de pessoas subalimentadas era de 38,5 milhões, este número aumentou pelo 3º ano consecutivo, chegando a 39,4 milhões (6,1% da população mundial) em 2017, com aumento da obesidade entre adultos e da IAN grave, afetando mais diretamente mulheres. Em 2017, 820,8 milhões de pessoas não tinham acesso a uma alimentação adequada. Observa-se maior quantidade de pessoas subalimentadas na América do Sul, que possuía 21,4 milhões de pessoas subalimentadas. Dentre os países da América Latina, o Brasil apresentou um dos maiores percentuais de redução da subalimentação entre 2000 e 2017, porém estes índices voltaram a crescer (FAO, 2018).

A FAO atribui tais pioras nos perfis alimentares e nutricionais devido à contração econômica sofrida pela América Latina, além de conflitos políticos, desastres naturais, aumento da migração, crescimento de taxas de pobreza e extrema pobreza com conseqüente (FAO, 2018). Todos estes fatores levariam à prática de “padrões

alimentares poucos saudáveis”, já presentes na América Latina há algumas décadas e vividas com mais intensidade por populações mais pobres, que por sua vez atingem níveis cada vez mais críticos de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) e Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DNCT’s).

Desigualdades de gênero, etnia e cor teriam um papel preponderante na influência de diferentes formas de desnutrição, e por isso 8,4% das mulheres latino-americanas estariam em situação de IA, enquanto homens atingem 6,9%. Com relação à renda, 20% das crianças mais pobres sofrem 3 vezes mais desnutrição crônica, e indígenas e populações rurais sofrem mais desnutrição do que povos não indígenas e urbanos.

Tais desigualdades evidenciam, por contraste, o fato de que para o alcance da SAN, o pertencimento a centros urbanos, com ganhos de renda maiores, ser homem e branco, seriam características sociais que garantiriam maior distância de situações de fome. Mesmo que estas características já revelem tendências conhecidas dos estudiosos do campo, esse panorama coloca como necessidade o entendimento das origens das desigualdades alimentares (FAO, 2018).

Além da desnutrição, obesidade e doenças crônicas, o impacto na saúde ambiental também é um efeito crônico do modus operandi dos sistemas alimentares globais. De acordo com o Relatório da Comissão de Obesidade The Lancet, à coexistência das “pandemias de obesidade e desnutrição” somam-se as mudanças climáticas, resultando em um quadro de “sindemia global”. A produção, distribuição e oferta de alimentos, aliadas ao modelo de urbanização contemporâneo que favorece ambientes alimentares desfavoráveis à saúde, seriam responsáveis pela ocorrência da “Sindemia”, sendo reunidos sob os fatores alimentação, transporte, desenho urbano e uso do solo (SWINBURN, 2019).

## **1.2 PANDEMIA E SISTEMAS ALIMENTARES**

Em 2020, além do drama já vivido pela predominância das DCNT’s enquanto um dos principais desfechos negativos gerado por situações de fome e IAN, a chegada de uma doença infectocontagiosa, a Sars-CoV-2 ou Covid-19, levantou novamente os questionamentos sobre a interação entre sistemas alimentares e desfechos na saúde humana. Se a hipótese da “sindemia global” já apontava para os prejuízos causados pelo desequilíbrio resultante destas interações, porém com foco nas doenças crônicas

não transmissíveis e carenciais (obesidade e desnutrição) e fenômenos climáticos, a pandemia de covid19 agrega outros inúmeros questionamentos sobre as relações entre a atual configuração dos sistemas alimentares, as formas de violação contra o meio ambiente, consumo de alimentos de origem animal e impactos na saúde humana.

Até 29 de janeiro de 2023, de acordo com o Painel Covid do Centro de Informações Estratégicas para a Gestão Estadual do SUS (CIEGES), mantido pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), o Brasil acumulou 36.794.261 casos de covid-19 e 696.759 óbitos confirmados, sendo 493 contaminações e duas mortes confirmadas nas últimas 16 horas (CONASS, 2023). Até 30 de janeiro de 2023, 669.990.877 pessoas foram contaminadas em todo mundo, e 6.822.425 tiveram suas vidas ceifadas (WHO, 2023). Portanto, o Brasil contabiliza 5% dos casos de contaminação e 10% dos casos de óbito em todo mundo. De acordo com algumas análises, apesar da criação de algumas normativas de distanciamento, o poder executivo federal cometeu crimes contra a humanidade ao incentivar comportamentos nocivos e negacionistas, ao tentar aplicar a imunidade de rebanho, ao deixar de realizar medidas mais restritas de lockdown, além da falta de auxílio financeiro e logístico ao SUS, que colapsou em inúmeros municípios do Brasil, e da negligência a comunidades indígenas (VENTURA, AITH e REIS, 2021).

Em todos os países, as formas e condições de enfrentamento desta doença agudizaram condições políticas, sociais, sanitárias, alimentares e nutricionais pré-existentes. No relatório SOFI - FAO de 2020, coloca-se a pandemia de covid19 e também o surto de gafanhotos ocorrido na região leste do continente africano como eventos sem precedentes e que agravaram ainda mais situações de IAN em geral e de fome e desnutrição em especial, que já se encontravam em ritmo crescente, por conta de conflitos políticos, variabilidade climática e recessões econômicas (FAO, 2020).

De acordo com Rob Wallace (2020), a configuração dos sistemas de produção de alimentos, que se encontra no “modo capitalista de produção de doenças”, contribuiu para a criação desta doença. Vários tipos de vírus tecem caminhos invisíveis a cientistas e empresários do agronegócio, devido ao desequilíbrio no uso de solo, na devastação de florestas e na ecologia de animais silvestres, o que gera alterações genéticas capazes de contaminar animais de criação intensiva, chegando até os seres humanos.

Para este autor, o surgimento da doença ocorreu devido ao desequilíbrio na relação entre natureza, agricultura, alimentação e saúde, que causa prejuízos ambientais em virtude do desmatamento para a produção de carne e de seus próprios insumos, tais como a soja, bem como o consumo humano de animais provenientes deste tipo intensivo de produção. Estes processos alteram a biodiversidade e o clima, causando desequilíbrios ecológicos que aumentam o risco de surgimento de agentes patogênicos. Enfim, a pandemia de covid-19 representa mais um exemplo de que essa espiral em que a economia se imbrica na ligação natureza-agricultura-alimentação-saúde somente se acentua (WALLACE, 2020).

Antes da pandemia de covid19, quase 690 de milhões de pessoas (8,9% da população global) estavam desnutridas. Desde 2014 o número de pessoas famintas vem subindo lentamente, podendo assumir o volume de 840 milhões de pessoas em 2030 se esta tendência continuar. Mesmo descontando o efeito do covid19, que agregará 83 milhões de pessoas às 132 milhões famintas em 2020, o mundo está longe de erradicar a fome, principalmente das populações vulneráveis. Para além da fome, um número crescente de pessoas reduziu a quantidade e a qualidade dos alimentos consumidos (FAO, 2020).

Apesar do aumento da capacidade de produção de alimentos voltados à exportação, o custo por caloria das frutas e vegetais é mais elevado do que o custo de açúcar por calorias, o que pode limitar o acesso ao alimento necessário para ter uma dieta saudável, especialmente para famílias de baixo poder aquisitivo (FAO, 2017). Somente em 2019, mais de 1,5 bilhões de pessoas não puderam manter alimentação minimamente adequada em termos de nutrientes, sendo que três bilhões de pessoas não conseguiram bancar alimentação considerada saudável (além de nutritiva). Estima-se que dietas saudáveis sejam cinco vezes mais caras do que as dietas apenas suficientes em calorias, baseadas em produtos alimentícios ricos em amido. O custo de dietas saudáveis supera o gasto global na maioria dos países em desenvolvimento. Conseqüentemente, os custos com despesas em saúde resultaram em 1,3 trilhões de dólares até 2030 por conta da mortalidade e doenças crônicas não transmissíveis, sendo que o custo devido às mudanças climáticas, por conta da emissão de gases de efeito estufa associados aos padrões alimentares atuais, serão de 1,7 trilhões de dólares (FAO, 2020).

A inflação e a alta do preço de alimentos básicos como o arroz e o feijão, que já precediam a pandemia, intensificaram-se neste período e revelam uma situação ainda

mais preocupante. Quando se leva em conta a combinação de medidas relativas ao eixo de estratégias de abastecimento e transferência de renda, pode-se entender os motivos pelos quais nove milhões de pessoas no Brasil declararam deixar de fazer refeições, encontrando-se em graus de fome diversos. A alta de preços de alimentos básicos afeta com mais intensidade populações que já apresentavam dificuldade de comprar estes itens, levando ao consumo de alimentos ultraprocessados (IBOPE, UNICEF, 2020).

Duas pesquisas comparativas realizadas pelo IBOPE/UNICEF em julho e novembro de 2020, mostram que mais da metade da população investigada (54%) afirmou ter mudado os hábitos alimentares em casa durante a pandemia, índice que aumenta na região Norte (67%), afetando mais pessoas de baixa renda, famílias com crianças e adolescentes (59%), renda familiar de até 1 salário-mínimo (63%) e negros (60%). O aumento do consumo de alimentos “industrializados”, tais como refrigerantes, foi mais observado em domicílios com crianças ou adolescentes (34%) e entre jovens de 18 a 24 anos (49%). O aumento da proporção de brasileiros que consomem poucas quantidades de alimentos “não industrializados” em quantidades menores foi mais observado na região Sul (41%).

Na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017 - 2018, além dos dados já expostos acima sobre o quadro geral de SAN e IAN, é importante destacar outras informações sobre a situação de IAN em grupos vulneráveis (IBGE, 2020). Dentre as crianças menores de cinco anos, metade se encontrava em domicílios com algum grau de IAN, sendo que esta situação é mais crítica nas regiões Norte (43,3%) e Nordeste (49,7%), em lares chefiados por mulheres pardas e pretas. Em relação aos dados referentes ao consumo alimentar, os gastos com itens como laticínios, carnes e frutas diminuíram, sendo que domicílios em IAN chegam a gastar 23,4% da renda com alimentação, consumindo mais itens como arroz, feijão, ovos e aves (ibidem). De acordo com o DIEESE (2020), a cesta básica que ocupava 38% do salário-mínimo em 2018 passou a ocupar 42% em cinco capitais brasileiras (Belém, Recife, São Paulo, Porto Alegre e Goiânia).

Em alguns inquéritos nacionais realizados nos últimos anos, fica clara a tendência de maior adoecimento e consumo alimentar desfavoráveis entre homens e mulheres mais pobres e negros, com características de monotonia alimentar, alto consumo de alimentos ultraprocessados, pouco consumo de frutas, verduras e

legumes, além de maior tendência ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (CANUTO, FANTON e LIRA, 2019).

Como vimos no quadro exposto acima, apesar da oferta de serviços diversos e aumento da renda e do poder de compra, por meio de políticas públicas e medidas macroeconômicas citadas acima, o que resultou no aumento de índices de SAN, muitos grupos permaneceram em situações de fome e IAN, que se agravaram nos últimos anos e se tornaram emblemáticas devido à pandemia de covid19.

### 1.3 SISTEMAS (AGRO)ALIMENTARES

O consumo de alimentos não saudáveis, a dificuldade de acesso a alimentos *in natura* e minimamente processados, bem como as manifestações de fome, insegurança alimentar e seus desfechos biológicos e sociais podem ser atribuídas ao *modus operandi* dos sistemas alimentares hegemônicos. Uma primeira definição mais geral e utilizada amplamente pela literatura entende os sistemas alimentares enquanto a “reunião de todos os elementos” (ambiente, pessoas, insumos, processos, infraestruturas, instituições etc.) e atividades relacionadas à produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos, abrangendo também os resultados dessas atividades, incluindo seus desdobramentos socioeconômicos e ambientais (HLPE, 2017).

De um ponto de vista mais complexo, entende-se o sistema agroalimentar não somente enquanto um fluxo que conecta agentes, instituições e alimentos, mas também o *modus operandi* que orienta estas trajetórias, envolvendo também o aparato regulatório, propaganda e marketing, padrões de consumo difundidos e relações de poder instauradas (PAULA, 2017). Uma das principais marcas deste sistema seria a expansão de estruturas produtivas locais, a internacionalização dos capitais e a universalização de padrões de consumo, com perda de identidades locais e importações de produtos e hábitos de consumo, maior consumo de alimentos processados e de origem animal (PAULA, 2017).

Desta forma, agriculturas nacionais se adaptam à lógica produtiva do mercado global, com modificação das relações de trabalho, de produção de alimentos, ampliando a distância entre as bases de suprimento e de consumo. A integração e financeirização de *commodities* alimentares colocou a produção de alimentos sob a influência de múltiplas instâncias políticas e econômicas. Desta forma, crises

alimentares, IAN e fome não podem ser consideradas como uma disfunção do sistema agroalimentar, mas sim como um traço característico que o sustenta, ou ainda como manifestações intrínsecas da dinâmica deste sistema” (PAULA, 2017, p. 20).

Processos como a urbanização massiva, a crescente incorporação de tecnologias na agricultura e integração entre os mercados nacionais e a complexidade da relação entre agricultura e indústria também determinam o modo de funcionamento dos sistemas agroalimentares. A simbiose entre estes sistemas e as dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas resultam no consumo crescente de alimentos ultraprocessados por parcelas mais vulneráveis e empobrecidas já citado acima, devido à precarização das condições de empregabilidade, poder de compra, com conseqüente precarização das refeições. Entretanto, o sistema agroalimentar pressiona os indivíduos em direção ao excesso de consumo como forma de gerar lucros e acumulação de capital, gerando conseqüências nocivas à saúde, enquanto outros indivíduos sofrem pela escassez de alimentos.

As relações de poder político e econômico podem ser mais evidenciadas de forma mais ampla no conceito de “regimes alimentares”, definido como uma estrutura governada por regras de produção e consumo de alimentos em escala mundial. As relações de poder político e econômico podem ser mais evidenciadas de forma mais ampla neste conceito, desenvolvido por Friedmann & McMichael (1989). De acordo com este modelo interpretativo, as ordens econômicas e políticas determinariam, em cada período histórico, as relações entre agricultores, governantes, indústrias de processamento e distribuição e consumidores, sob a égide de um sistema geral de regulação. Sendo assim, articulam-se formas de competição, relações entre capital e trabalho, lógicas econômicas dominantes e de inserção das economias nacionais no cenário internacional (FRIEDMANN & MCMICHAEL, 1989).

Os tipos de regimes alimentares condizem com os períodos de desenvolvimento do capitalismo: período colonial, pós-colonial, pré e pós 2ª Guerra Mundial. O regime alimentar atual seria de tipo corporativo, no qual grandes corporações dominariam toda a extensão da cadeia alimentar e exploração dos recursos produtivos (ibidem). Nesta dinâmica, as atividades locais seriam articuladas numa única dinâmica sob o comando de agentes globais, marcada, principalmente, pelo crescimento do consumo de proteínas de origem animal, o que modificou todo o sistema agroalimentar (MACIEL, 2017).



Para Stuckler & Nestle (2012), os sistemas alimentares não seriam direcionados para fornecer alimentação adequada para os indivíduos, mas sim apenas para maximizar lucros. Este *modus operandi* levaria pessoas pobres a condições de insegurança alimentar devido ao consumo de alimentos altamente processados, de baixo custo, com alta quantidade de sal, açúcar e gorduras adicionadas, apresentando conseqüentemente, desfechos negativos em saúde como doenças crônicas.

O comando desse sistema alimentar global ficaria a cargo do “Big Food”, ou seja, companhias de alimentos e bebidas multinacionais responsáveis pelo controle de grande parte dos alimentos comercializados mundialmente, constituindo um grande oligopólio e reduzindo as variedades e a qualidade de alimentos consumidos. Como resultado, os indivíduos se alimentam cada vez mais de alimentos de baixa qualidade fabricados por poucas companhias de alimentos multinacionais. Após saturar o mercado consumidor de países desenvolvidos, estas grandes companhias lograram grande expansão em países em desenvolvimento, por meio de investimentos financeiros, campanhas publicitárias massivas e compra de empresas locais (STUKLER & NESTLE, 2012).

Além de causarem efeitos negativos sobre agricultores e produtores locais, levando ao aumento dos preços dos alimentos *in natura*, devido à volatilidade de preços nos mercados internacionais e a práticas protecionistas de países em desenvolvimento, que acaba por influenciar a dinâmica dos preços locais das pontas da cadeia alimentar (ibidem).

Para organismos como a FAO, a promoção da alimentação e nutrição adequadas, com atenção à redução da desnutrição, deve aproximar a agricultura da nutrição, de forma a se produzirem sistemas alimentares sustentáveis, que seriam entendidos como:

(...) aqueles que fornecem alimentos nutritivos e acessíveis para todos e em que a gestão dos recursos naturais preserve os ecossistemas para atender não só as necessidades humanas atuais e futuras, mas também a entrega de produtos e serviços alimentares, econômicos, ambientais e nutricionais (FAO, 2017)

Estes sistemas têm dentre seus objetivos a redução da desnutrição, buscando por isso o aumento da disponibilidade, acessibilidade, diversidade e características nutricionais dos alimentos. O seu modo de produção levaria em conta os impactos nutricionais, sociais e ambientais dos alimentos fornecidos. No entanto, seria

necessária uma mudança profunda nos sistemas alimentares atuais para garantir esta sustentabilidade (FAO, 2017).

Considerando a perspectiva local, a investigação sobre sistemas alimentares locais permite o entendimento da interação entre os indivíduos, relações sociais e o impacto dos sistemas alimentares na reprodução de desigualdades alimentares e em saúde geradas pelo entendimento das lógicas de consumo de forma mais detalhada e específica (BRAZ & PEREIRA, 2018).

Apesar de ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo, o Brasil possui grande parcela de sua população sem acesso a direitos básicos, com baixo acesso a uma alimentação adequada e conseqüentemente em situação de insegurança alimentar e nutricional (IAN). Este baixo acesso é gerador de situações como fome, obesidade, doenças associadas à má nutrição, consumo de alimentos de qualidade inadequada e prejudicial à saúde, modelos de produção alimentar predatórios ao ambiente natural e às relações econômicas e sociais; preços abusivos de alimentos e bens essenciais, imposição de padrões alimentares que desrespeitam o patrimônio e a diversidade cultural dos grupos sociais (CONSEA, 2011). O tópico a seguir mostra como se deu este processo de produção de vulnerabilidades sociais e insegurança alimentar e nutricional, bem como a densidade da resposta estatal brasileira, na construção de PPSAN para lidar com estas situações.

#### **1.4 POLÍTICAS SOCIAIS E DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN), INCLUSÃO E EXCLUSÃO NO BRASIL DURANTE O SÉCULO XX**

Em perspectiva comparada a outros países, do ponto de vista de abrangência territorial, do público-alvo e do escopo de ações, o Brasil possui uma trajetória significativa de políticas públicas no campo da Segurança Alimentar e Nutricional, com diversas estratégias, que vão desde a produção, circulação e distribuição de alimentos, de fornecimento de refeições ou de incentivo à compra de alimentos através da garantia de renda mínima.

A política nacional de SAN abrange estratégias diversas para a garantia da alimentação adequada ao maior número de grupos, tais como o apoio à agricultura familiar com inclusão produtiva, geração de trabalho e renda, abastecimento de equipamentos e políticas públicas, tendo-se como exemplo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os Restaurantes Populares; o incentivo ao aleitamento materno, à vigilância alimentar e nutricional de grupos da população nas diversas fases do curso da vida, bem como ações diretamente ligadas à segurança alimentar e nutricional nas ações do sistema de saúde como a estratégia de Saúde da Família (CONSEA, 2004). Essas ações, portanto, consideram em suas diretrizes a intenção de promover a garantia do direito humano à alimentação adequada (DHAA) a partir de uma rede de proteção social e de medidas estruturantes que se concretizam na ótica das políticas públicas, envolvendo principalmente estratégias econômicas (RIBAS, 2011).

Todas essas ações atualmente são possíveis pela consolidação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), ativo desde 2006, através da Lei Orgânica de SAN, aos moldes do aparato legal construído na efetivação do SUS. Deve-se reconhecer que a institucionalização da agenda de SAN e os avanços neste campo foram possíveis por meio da implementação de agendas ligadas à garantia de SAN pelo Estado, por um lado, mas também deve ser realizado o esforço de reconhecimento da atuação de movimentos sociais, por outro (CASTRO, 2019).

Em análise mais geral, de acordo com a FAO (2017), as políticas públicas na América Latina têm seguido duas direções: aquelas que promovem a demanda por alimentos saudáveis e aquelas que aumentam a sua oferta. Na primeira categoria estão envolvidas as políticas que visam estimular o consumo, de alimentos “saudáveis”, presentes em ações de educação alimentar e nutricional por meio

principalmente dos Guias Alimentares, que visam a promoção da alimentação adequada e saudável, aliada à promoção da atividade física; por meio de ações regulatórias que definam normas para a publicidade, rotulagem de alimentos, bem como de instrumentos fiscais para o aumento da compra de alimentos saudáveis e o desestímulo à compra de produtos “não-saudáveis”, como é o exemplo da taxaçoão de bebidas açucaradas.

Já a segunda categoria procura ofertar alimentos saudáveis e promover ambientes alimentares adequados, procurando interferir na dinâmica da produção de alimentos pertencentes aos sistemas alimentares. Para a oferta de alimentos saudáveis considera-se importante o fortalecimento da agricultura familiar enquanto provedora de alimentos saudáveis. Estima-se que, no Brasil, 87% da mandioca e 70% do feijão ofertados venham da agricultura familiar. Contudo, uma vez que a oferta não implica diretamente no consumo, constitui-se atualmente como desafio a retomada do protagonismo da agricultura familiar nas políticas agroalimentares para o estabelecimento de circuitos curtos nas cadeias agroalimentares, onde a distância entre produtores e consumidores é mínima ou inexistente, com menor presença de intermediários. Recentemente, a agricultura urbana e periurbana ganhou destaque pela possibilidade de garantia de circuitos curtos de consumo alimentar, agregando dimensões como proximidade entre produtores e consumidores e melhora da demanda local de alimentos. A alimentação escolar também se encaixa nesta categoria, por garantir consumo de alimentos saudáveis aos escolares (FAO, 2017).

Considerando o caráter redistributivo das políticas de SAN, uma vez que envolvem oferta de serviços relativos que atingem desde a distribuição de alimento e de refeições até a geração de renda, redistribuição de terras e compras institucionais, além da distribuição da própria renda, pode-se considerar que a sua trajetória tem percurso compartilhado com políticas de diversas naturezas.

De forma geral, as políticas redistributivas durante o século XX na América Latina tiveram alcance limitado, refletindo momentos de interregno democrático e ditatorial, o caráter segmentado do mercado de trabalho, o desequilíbrio entre a influência política dos setores organizados do trabalho e a dificuldade de enfrentamento de proprietários de terras. Conseqüentemente, os gastos com saúde e educação no período de substituição de importações, que tiveram o seu fim nos anos 1980, não beneficiaram grupos mais pobres, mas sim os grupos do topo da distribuição de renda (HUBER e STEPHENS, 2012).

Houve uma tendência dos Welfare State emergentes na América Latina na incorporação do modelo bismarckiano, baseado no desenvolvimento de programas de seguridade social baseada no emprego e estratificação, com diferentes categorias de trabalho obtendo diferentes esquemas de seguridade social. Como consequência, este modelo exclui populações rurais e trabalhadores desempregados ou informais do recebimento de benefícios, aumentando a desigualdade econômica já solidificada pelo modelo produtivo (HUBER e STEPHENS, 2012).

A adoção do modelo bismarckiano nas políticas de proteção social por governos populistas na América Latina tiveram resultados restritos à população dos grandes centros urbanos, inseridas no mercado formal de trabalho. As primeiras políticas sociais não conseguiram alterar os altos níveis de desigualdade da América Latina e, além de caras e ineficientes, não conseguiram evitar que um grande contingente de pessoas alcançasse a linha da pobreza, mesmo com o grande número de regulamentações e intervenções (ROBERTS, 2012).

Desta forma, além de não conseguirem auxiliar os grupos pretendidos, o populismo gerou quadros inflacionários, impulsionando políticas de privatização e ajuste fiscal nas décadas seguintes. Como resultado, a combinação de crise econômica e políticas de ajuste fiscal contribuíram para o aumento da informalidade e da inflação, aumentando a desigualdade de renda (ROBERTS, 2012). No caso do Brasil, a desigualdade de renda no governo militar sofreu um “momento de inflexão”, após ter declinado de forma consistente nos últimos anos do período democrático entre 1945 e 1964, onde ocorreu grande aumento da concentração de renda. A fração pertencente aos mais ricos chegou a aumentar de 20% para 25% (SOUZA, 2016).

Por outro lado, se até os anos 1980 os altos níveis de desigualdade ocorriam por conta do benefício de estratos mais altos de renda através do mecanismo de superposição de vantagens, acirrando a distância entre *insiders* e *outsiders* do mundo do trabalho, a universalização do acesso a serviços, inscritos na Constituição de 1988, alteram este cenário a partir dos anos 1990.

A trajetória da redução das desigualdades no Brasil decorre de um conjunto de mudanças complexas, sendo iniciada nos anos 1990, como resultado da combinação no tempo do efeito de diferentes políticas públicas diferentes (ARRETICHE, 2015), impulsionada pela Constituição de 1988, sob dois governos conservadores (José Sarney e Fernando Henrique Cardoso). No ano de 1992, por exemplo, a desigualdade de renda diminuiu devido ao pagamento de pensões não contributivas vinculadas ao

salário-mínimo e em 2003, incluindo também o comportamento do mercado de trabalho, por conta da maior oferta educacional que ocasionou na redução da desigualdade das rendas oriundas do mercado de trabalho, se somando ao pagamento das pensões, que atingiu mulheres com baixa qualificação (ARRETCHE, 2018).

A queda na taxa de fertilidade, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e o boom das commodities que permitiram um aumento do PIB são fatores geralmente não contabilizados nesta redução, mas que impactaram na redução das desigualdades de forma importante. Esta redução também ocorreu devido à inclusão dos *outsiders* após a Constituição de 1988, grupos de trabalhadores que não possuem estabilidade, na oferta de serviços como educação e saúde, além da garantia de renda (aposentadorias não contributivas) vinculada ao salário-mínimo, trouxe redução de desigualdades. Esta garantia constitucional, em conjunto com a participação eleitoral expressiva destes grupos resultou em eleitores que posteriormente votaram pela continuidade e expansão destas políticas nos anos 2000 (ibidem).

A implementação do SUS após a Constituição de 1988 também reduziu desigualdades ao proporcionar acesso a serviços de saúde de forma universal, antes restrito a trabalhadores formais (*insiders*) e contribuintes e concentrados no Sudeste, mais especificamente em São Paulo (ARRETCHE, 2019). No caso das políticas de SAN, algumas análises mostram a sua abrangência restrita a trabalhadores ligados aos serviços beneficiários destas políticas, excluindo trabalhadores informais, desempregados e rurais (PINHEIRO, 2009), além da dependência do escoamento de excedentes de produção de países como os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, da má qualidade destes alimentos, da descaracterização cultural que provocavam (VASCONCELOS, 2005). As primeiras políticas de SAN tiveram seu início na Era Vargas, incluindo a temática da fome ignorada pelas oligarquias agrárias na agenda política, porém vinculando seu enfrentamento a programas internacionais de ajuda alimentar, como a FAO, UNICEF, Programa Alimentos para a Paz e Programa Mundial de Alimentos (VASCONCELOS, 2005).

Em que pese a implementação das políticas públicas específicas e a influência dos cenários econômicos interno e externo, os níveis relacionados à fome e à desnutrição mantiveram-se alarmantes até a década de 1980 quando houve aumento moderado da renda familiar de algumas parcelas da população e da taxa de escolarização materna, associados à expansão dos serviços e programas sociais,

resultando na melhoria dos quadros de desnutrição entre 1975 e 1989 (MONTEIRO, 2000; VASCONCELOS, 2005). Na segunda década de 1970 a incidência da pobreza recuou 14 pontos percentuais, entre 1976 e 1986 (KERSTENETZKY, 2019).

Entre 1930 e o início da década de 1980, a temática da SAN inseriu-se de forma precária na agenda política, estando sua implementação ligada a interesses clientelísticos, com ausência de orçamento próprio, apresentando descontinuidades e ausência de resultados importantes. Já os anos 1980 e 1990 foram marcados pela consolidação do conceito de SAN no Brasil devido à grande mobilização social em torno do tema do combate à fome, que foi associado à garantia de cidadania e direitos (SILVA, 2014; VASCONCELOS, 2005).

Ao mesmo tempo, entretanto, os anos 1990 foram marcados pela desativação, esvaziamento ou redução de recursos financeiros de políticas deste campo. Os programas vigentes ou continuaram a privilegiar *insiders* (no caso trabalhadores formais, por meio do Programa de Alimentação do Trabalhador), ou proporcionaram situações de IAN (distribuição de alimentos formulados e/ou industrializados pelo PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e Programa Nacional do Leite para crianças carentes (VASCONCELOS, 2005).

A criação do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) em 1993 pelo governo Itamar Franco e desativado em 1996 pelo governo Fernando Henrique Cardoso, representou a única tentativa de articulação institucional de políticas emergenciais/imediatas e longitudinais/estratégica presente nos anos 1990, reunindo propostas de movimentos sociais ligados à produção e acesso a alimentos. O CONSEA tinha como proposta a reorganização de estratégias governamentais para o enfrentamento da IAN, por meio do diálogo entre governo e sociedade civil. O Conselho exerceu importante papel na descentralização de políticas como a alimentação escolar e distribuição de leite (SILVA, 2014).

Após a sua primeira extinção houve a criação do Programa Comunidade Solidária, marcada pela abertura institucional ao terceiro setor nas estratégias de enfrentamento da fome. As ações acabaram por assumir caráter emergencial, com experiências restritas. Em 2000 destaca-se a implementação, de acordo com diretrizes do Banco Mundial lançadas na década de 1990, do programa Bolsa Alimentação, Vale Gás e Bolsa Escola, pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Se a década de 1980 foi marcada pela ausência de ações coordenadas (SILVA, 2014),

os anos 1990 foram marcados pela dificuldade de concretização e financiamento de políticas de SAN, apesar dos importantes processos de descentralização ocorridos.

Mesmo com a expansão de acesso a serviços e redistribuição de renda, além da estabilização do preço dos alimentos, as políticas de ajuste macroeconômico acabaram perdendo apoio no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando a politização das desigualdades levou à inclusão destas temáticas na agenda política (ROBERTS, 2012). Consequentemente, as políticas sociais e econômicas levaram à diminuição da pobreza relativa, que além de renda e insuficiências materiais inclui outros tipos de iniquidades, como por exemplo, acesso a serviços de saúde e educação (KERSTENETZKY, 2019).

Outra característica desses governos foi a abertura a movimentos sociais e atores coletivos junto à atuação governamental. Neste âmbito da participação social no campo da SAN, os governos Lula e Dilma deram espaço institucional a movimentos sociais que se originaram nos anos 1990, reativando, por exemplo o CONSEA por meio do decreto nº 4.582, de janeiro de 2003, que havia sido desativado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso com algumas de suas funções agregadas no programa Comunidade Solidária, que foi vigente no período de 1995 a 2002 (VASCONCELOS, 2005).

De forma geral, estes governos abriram espaço institucional e participativo, ampliando o papel da sociedade civil. A participação social ganhou novos formatos e inúmeras atribuições ligadas às políticas públicas, desde a elaboração até a avaliação (LAVALLE e BARONE, 2015). Durante sua nova vigência, o CONSEA operou como órgão de assessoramento e consulta da Presidência da República, apresentando proposições, exercendo o controle social em todas as etapas das políticas de SAN. Era composto por 1/3 de representantes de diferentes órgãos do poder executivo e 2/3 da sociedade civil, nos quais eram incluídos representantes de movimentos e organizações de diferentes setores sociais (CASTRO, 2019).

Além de ser responsável pela construção de marcos legais e institucionais importantes do campo, auxiliou no processo de inclusão de populações rurais e tradicionais na dinâmica de produção e compras públicas de alimentos, promoveu melhorias em programas já existentes como o PNAE e auxiliou na criação de programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), além de inserir e/ou fortalecer na agenda pública o debate sobre circuitos curtos de comercialização e consumo de alimentos, regulação e tributação de alimentos e redução do uso de



agrotóxicos (CASTRO, 2019). Por tal motivo, de acordo com Vasconcelos (2005), o governo Lula lançou como “bandeira” de seu governo o Programa Fome Zero, procurando incluir vários outros programas ligados à agricultura familiar e SAN, procurando reduzir a fome por meio de políticas intersetoriais.

Mesmo com a proposição de políticas cautelosas, ou consideradas ortodoxas/neoliberais, os governos latino-americanos lograram êxito na introdução ou ampliação de políticas redistributivas. E, assim, a maioria dos cidadãos passou a ver o Estado como provedor de políticas de bem-estar, principalmente voltadas para educação universitária, assistência em saúde e sistema de pensões (ROBERTS, 2012; ROCHA, 2016).

Outros fatores como o aumento da renda per capita, melhoras no saneamento básico, aumento do grau educacional materno, da amamentação, cobertura vacinal, acesso a serviços básicos de saúde, realizados por governos conservadores anteriores ao PT, complementaram e potencializaram as políticas de SAN existentes e melhoraram a posição do Brasil no ranking de mortalidade de crianças menores de cinco anos (IBGE, 2014).

A valorização do salário-mínimo, por sua vez, contribuiu em 64% para o declínio da desigualdade de renda domiciliar entre 1995 e 2014. Em conjunto com o ajuste de políticas regulatórias do mercado de trabalho, o efeito sobre a redistribuição é maior do que no governo Fernando Henrique Cardoso. Além das já citadas políticas previdenciárias, que atuaram como instrumento de redistribuição importante por meio de benefícios não contributivos vinculados ao salário-mínimo, o recuo da informalidade de 16 pontos percentuais entre 2004 e 2014 pela redução da desigualdade salarial, por meio de mudanças institucionais e legislativas (KERSTENETSKY, 2019).

As políticas macroeconômicas, ancoradas no boom da exportação de commodities (ROCHA, 2016), ajudaram a controlar a inflação e sustentar o crescimento a níveis suficientes para promover este aumento do emprego formal.

Em declínio entre 2003 e 2013, o emprego formal teve um aumento de 70%, correspondendo à ocupação de 57% dos trabalhadores brasileiros em 2013. Estes ajustes macroeconômicos levaram a melhorias na vida dos trabalhadores (ROCHA, 2016).

Dito isso, o crescimento econômico e a estabilidade política ocorrida desde os anos 1990 certamente devem ser considerados como macro determinantes da SAN

no Brasil. De acordo com análise a partir de dados da PNDS (Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde) de 1996 e 2007, foi possível concluir que, além do aumento da renda, tanto a redução do déficit de crescimento linear quanto a redução da desnutrição também estiveram associados à melhoria da escolaridade materna, expansão da rede pública de saneamento básico e expansão dos cuidados em saúde, iniciados antes da ascensão do Partido dos Trabalhadores. Por outro lado, apesar do processo de declínio da prevalência da desnutrição infantil ter sido iniciado na década de 1970, a redução ocorrida entre 1996 e 2007 foi mais intensa, sob a taxa de 6,3% ao ano (MONTEIRO et al, 2009).

O boom de commodities também “expandiu as receitas governamentais sem que políticas impopulares de taxação fossem necessárias”, permitindo o subsídio de políticas de redistribuição (ARRETCHE, 2018, p. 3). Na América Latina, governos de esquerda não promoveram tributação e taxação das elites econômicas, para evitar o risco de instabilidade econômica, mas incentivaram a produção de commodities para possibilitar o investimento em programas sociais (FAIRFIELD e GARAY, 2017).

Os investimentos governamentais foram aplicados nos ensinos médio e superior, de forma a aprimorar habilidades dos trabalhadores de baixa renda. Já os gastos direcionados a programas de saúde e nutrição se tornaram progressivos (ROBERTS, 2012). Programas como o Bolsa Família (PBF) contribuíram para a redução da pobreza, bem como a ampliação da educação e o aumento do salário-mínimo. Até agosto de 2014, 14 milhões de pessoas haviam sido beneficiadas, resultando na melhoria das condições de saúde das crianças de famílias beneficiárias, diminuição na taxa de hospitalização de menores de cinco anos, menores riscos de desnutrição em crianças menores de cinco anos, além da redução da prevalência de IAN das famílias e do baixo peso ao nascer, mortalidade ligada a doenças infectocontagiosas, desnutrição ou diarreia. Houve melhora na porcentagem de crianças amamentadas exclusivamente até seis meses, na atualização do calendário vacinal. Tais resultados refletem, de acordo com as pesquisas, o recebimento da renda e a participação das condicionalidades em saúde e educação (IPEA, 2013).

Quanto maior o tempo de permanência no programa e regularidade do acompanhamento em saúde dos beneficiários, maior a probabilidade de evolução nutricional favorável e dentro dos padrões de adequação antropométrica. Alguns estudos de revisão sistemática sobre o impacto do PBF no estado de SAN têm indicado benefícios no acesso a alimentos em quantidade, porém sem repercutir na

qualidade nutricional e na variedade, uma vez que o repasse financeiro suporta o acesso a alimentos de baixo valor nutricional, refletindo em estados de sobrepeso e anemia (BRASIL, 2015; WOLF & FILHO, 2014). Estudos sobre o PBF mostram que as famílias aumentaram o consumo de alimentos de todos os grupos, aumentando a quantidade de calorias por domicílio, porém com restrições ao acesso a alimentos variados (LIGNANI et al, 2010; JANUZZI e PINTO, 2013; MARTINS, 2013).

Desde 2003 o governo concentrou esforços e recursos no combate à IAN, como o Fome Zero, que refletiu uma visão sistêmica da SAN ao mobilizar acesso à comida e à produção, distribuição e consumo de comida de qualidade. A partir deste programa guarda-chuva, criou-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cuja proposta já estava presente no II PRONAN (Programa Nacional de Alimentação e Nutrição) nos anos 1970 e no PRODEA (Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos). De 2003 a 2011, o PAA beneficiou mais de 700 mil famílias agricultoras e 20 milhões de pessoas em situação de IAN, com investimento de 2,2 bilhões (VASCONCELOS et al, 2019).

O eixo de inclusão produtiva na área rural procurou articular ações estratégicas voltadas ao acesso à água para produção e consumo, apoiando a estruturação produtiva e a comercialização de alimentos. A institucionalização de leis para alimentação e nutrição, a exemplo do marco legal da LOSAN (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional) de 2006, possibilitou a criação de instituições, práticas de governança, principalmente junto à sociedade civil (VASCONCELOS et al, 2019).

O PNAE, por sua vez, recebeu investimentos progressivos, que começaram em 0,9 bilhões de reais em 2003, contemplando 37,3 milhões de estudantes para 1,8 bilhões até junho de 2018 e 40,8 milhões de estudantes. Dentre diversos resultados, o programa gerou inclusão produtiva e de renda para agricultores familiares e grupos como quilombolas e indígenas e impulsionou a agricultura agroecológica e orgânica (VASCONCELOS et al, 2019).

No campo da SAN, estes três programas são exemplos bem-sucedidos e que contribuíram para diminuir situações de IAN, fome e desnutrição. Além destes, tem-se o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A e Ferro, incluídos na agenda de alimentação e nutrição no eixo do cuidado assistencial em saúde, e que também obtiveram bons resultados. Isto se deve, dentre outros fatores, ao

direcionamento de gastos significativos para programas sociais e de SAN (em 2012 tais gastos representaram 17% do PIB) (VASCONCELOS et al, 2019).

Em conjunto com as políticas de renda e de SAN, o padrão de redução da desnutrição continuou a se manifestar nesta última década. De acordo com estudo realizado por meio de dados da POF e da PNAD, entre 2008 e 2019 (de 12,5% para 15,1%) houve redução do déficit de crescimento linear de crianças menores de cinco anos, apesar do aumento do excesso de peso (de 6,9% para 7,1%), indicador que se encontrava estabilizado entre 1996 e 2006 (SOUZA, 2019).

A despeito dos avanços representados pela diminuição do índice de IAN severa, alguns outros índices relacionados ao estado nutricional mostram fragilidades no enfrentamento de situações de fome e IAN pelos governos de Lula e Dilma. Se considerarmos a perspectiva da equidade, os avanços ocorreram de forma desigual, mostrando pouca intensidade nos grupos e maior vulnerabilidade social, econômica e demográfica (SANTOS et al, 2018). De acordo com estudo baseado na PNAD de 2013, a prevalência de anemia entre mulheres em idade reprodutiva e em crianças menores de cinco anos apresenta resultados maiores ou iguais a 5%. O aumento do excesso de peso e obesidade também se encontrava em 20,8%, sendo mais alto em mulheres (24,4%) do que em homens (16,8%).

Já a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013 mostrou que 56,9% da população brasileira se encontrava em excesso de peso, com 30 milhões de adultos obesos, apontando também correlações dos índices de obesidade com algumas vulnerabilidades, tais como idade avançada (a partir dos 50 anos), baixo nível educacional (sem instrução ou ensino fundamental incompleto) e raça/cor preta.

Quando se leva em conta a renda de até um salário-mínimo, os resultados evidenciaram que 78,9% dos domicílios encontravam-se em insegurança alimentar e nutricional moderada ou grave (FERREIRA, SZWARCOWALD e DAMACENA, 2019).

Deste modo, apesar de 44% dos lares se encontrarem em SAN como evidenciado pela PNAD de 2013, associações da condição de IAN realizadas com variáveis relacionadas à vulnerabilidade revelam primeiramente a complexidade do enfrentamento da fome enquanto fenômeno estrutural da nossa sociedade, e que não é passível de ser enfrentado somente por meio de políticas públicas específicas, ainda que sejam focalizadas e disponham de recursos financeiros e institucionais, por conta das múltiplas determinações econômicas e políticas que se conjugam com estas políticas.

Aqui há grande dificuldade do alcance do Direito Humano à Alimentação Adequada, expressa pelos desfechos biológicos de excesso de peso e obesidade, que ocorre quando os indivíduos adquirem alimentos de baixa qualidade nutricional apesar de estarem inseridos em programas de SAN, como ocorre, por exemplo, com os titulares de direito do PBF (WOLF & FILHO, 2014).

No campo mais amplo das políticas sociais, o avanço na redução de iniquidades foi lento, insuficiente e sem estratégia definida (KERSTENETZKY, 2019). O aumento da renda dos mais pobres infelizmente não alterou a estrutura social, no sentido da diminuição da renda do topo da distribuição. Além disso, apesar dos avanços, reformas estruturais mais profundas não foram realizadas, a exemplo da reforma agrária, não havendo enfrentamento do setor agrário exportador, mas sim parcerias com estes e fortalecimento do mercado (ROBERTS, 2012).

Embora com pesos diferentes, se nos governos anteriores houve implementação de medidas importantes à redução das desigualdades, no governo Temer este processo foi interrompido e desmontado (KERSTENETZKY, 2019). Esse desmonte de políticas sociais causou o aumento dos índices de IAN (SOUZA, 2019b). Na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017 - 2018, 84,9 milhões de pessoas se encontravam em algum grau de IAN (36,7%), sendo que mais de 10 milhões de pessoas se encontravam em domicílios na condição de IAN grave. Em comparação com a PNAD de 2013, a IAN aumentou 62,4%, enquanto o grau de SAN decresceu de 77,4 para 63,3% (IBGE, 2020).

Outro estudo evidenciou a associação significativa entre renda per capita e SAN: em 2013, 44% dos pobres se encontravam em SAN, em 2017, apenas 26% se encontrava neste estado. O aumento da IAN ocorreu de forma desigual, pois enquanto mais pobres tiveram aumento da IAN mais severa, mais ricos tiveram aumento da IAN moderada. Pessoas na extrema pobreza eram seis vezes mais propensas à IAN do que grupos que ganhavam um salário-mínimo. Domicílios com mais de cinco pessoas também estavam mais propensos à IAN, bem como pessoas desempregadas, que estiveram duas vezes mais propensas a desenvolverem IAN (SOUZA et al, 2019).

O aumento da IAN, de acordo com este estudo, esteve relacionado ao fechamento de Restaurantes Populares, à redução do orçamento do Programa Bolsa Família com dificuldade de ajuste dos valores à inflação e aumento do desemprego, o que aumentou a demanda pelo recurso e à diminuição do orçamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (SOUZA et al, 2019). No caso do Programa de

Aquisição de Alimentos, a ausência de enfrentamento do setor agrário exportador e de expansão da reforma agrária deixou agricultores vulneráveis à dinâmica política e econômica vigente (SOUZA et al, 2019). O impeachment de Dilma Rousseff levou a rupturas institucionais e programáticas e redução do financiamento da política de alimentação e nutrição, trazendo retrocessos aos princípios dos direitos adquiridos (VASCONCELOS et al, 2019).

No governo Temer, marcado pelo agravamento da austeridade fiscal, os cortes no Plano Plurianual de Segurança Alimentar e Nutricional chegaram a 76% se comparados a 2014 (VASCONCELOS et al, 2019). Além dos cortes, a promulgação da EC 95 sob o governo Temer, junto à extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e à maior flexibilização do uso de agrotóxicos, intensificado no governo Bolsonaro, significou um golpe nos processos de continuidade e ampliação dos programas iniciados na década anterior das várias áreas que compõe a proteção social, dentre elas a SAN (SANTARELLI, 2017; VASCONCELOS, 2019). No governo Bolsonaro o PAA sofreu novos cortes e garantiu como orçamento apenas 63 milhões de reais, com redução de 55% das famílias atendidas, já o PBF sofreu em 2019 o desligamento de 1,1 milhão de pessoas (FGV Social, 2020). Ou seja, após o golpe parlamentar de 2016, o projeto conservador e ultraliberal diminuiu direitos trabalhistas, previdenciários, limitou gastos com políticas de proteção social, com aumento do subemprego, desemprego, informalidade e pobreza (RIBEIRO JÚNIOR et al, 2022).

A Emenda Constitucional 95 marcou a interrupção do processo de redistribuição e a crença na possibilidade de expansão das políticas sociais no Brasil (KERSTENETSKY, 2019). Esta emenda constitucional implementou o congelamento de gastos sociais por 20 anos, até 2036, por meio de um novo regime fiscal. Apesar de protestos, greves e manifestações contrárias por parte da sociedade civil organizada, esta emenda foi promulgada sem diálogo. De acordo com esta emenda, os gastos terão seu teto fixado no ano de 2016, acrescido da inflação do ano em questão, tendo como base o Índice de Preços ao Consumidor Aplicado (IPCA) Para as áreas de educação e saúde, o ano-base foi 2017. Em outras palavras, esta emenda impossibilita o crescimento das despesas totais e reais do governo acima da inflação, mesmo que haja bons resultados econômicos (MARIANO, 2019).

O corte de gastos sociais e a diminuição de impostos na América Latina sofreram e sofrem cada vez mais influência de grupos empresariais organizados e que procuram mobilizar políticos conservadores para atender seus interesses, levando a

políticas que não promovem equidade. Desta forma, empresários passam a ocupar o Estado e exercer papel direto na formulação de políticas, impedindo ativamente o aumento de impostos (FAIRFIELD e GARAY, 2017). Esta influência fica clara no encolhimento do PAA, na qual setores do agronegócio tentam diminuir as compras públicas institucionais de pequenos agricultores familiares (DE OLHO NOS RURALISTAS, 29/04/2020).

Como já apresentado acima, algumas análises concluíram que as medidas de austeridade, iniciadas no governo Dilma Roussef e agravadas nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, foram responsáveis pela redução do financiamento das políticas sociais e conseqüentemente de políticas públicas de SAN, causando o aumento da IAN (SOUZA, 2019a; SOUZA, 2019b). De acordo com análise do IPEA (2016), as instabilidades econômica e política pioraram indicadores como renda e desemprego (que atingiu 12% em 2016). A inflação acabou por afetar os preços de alimentos básicos como arroz, feijão, vegetais, frutas e carne, aumentando situações de IAN grave, principalmente nos grupos mais vulneráveis.

A situação das políticas de SAN também se agravou recentemente devido à extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2019, por meio da Medida Provisória n. 870, cuja ação vinha sendo decisiva na criação e aprimoramento de programas de SAN, principalmente nos anos 2000 e 2010 (CASTRO, 2019). Uma vez que as políticas públicas seguiram a lógica da inércia no governo Temer, no governo Bolsonaro, por sua vez, há uma clara opção pelo desmonte das políticas que garantam os direitos relativos à proteção social e arranjos institucionais alcançados após a Constituição de 1988 (ARRETCHE, MARQUES e FARIA, 2019).

Apesar dos esforços observados na construção e aprimoramento das políticas de SAN, não houve enfrentamento da questão agrária (ROBERTS, 2012), parte central da causalidade da IAN. A ausência de reforma agrária e alta concentração de terras constitui um dos principais, senão a principal barreira deste alcance (DAUFENBACK et al, 2020).

Além do contexto econômico e político interno e externo, as políticas de SAN dependem do sucesso de outras políticas, como as de redistribuição de renda, de reforma agrária e oferta de serviços como assistência social, trabalho, saúde e educação de qualidade, que de certa forma foram ampliados sob os dois governos petistas. Desta forma, a dificuldade no enfrentamento de iniquidades de renda e

acesso a outros serviços dificultou tanto o alcance da equidade quanto a manutenção de bons resultados das políticas públicas de SAN.

O acesso a uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente, produzida de forma socialmente e ambientalmente sustentável sempre esteve distante da realidade da maioria dos brasileiros. De acordo com Josué de Castro (1980), o fenômeno da fome é constituinte da nossa formação histórica. A permanência da condição de IAN e fome ao longo da história da sociedade brasileira demonstra a existência de uma lacuna entre as ações estatais e as necessidades de alimentação da população. Grupos marginalizados por meio de fenômenos próprios da nossa formação social e histórica como o racismo, o classismo e o sexismo estruturais continuam sendo excluídos do acesso à cidadania, permanecendo em situações duradouras de IAN e exclusão do acesso a outros direitos sociais (DAUFENBACK et al, 2020).

As alianças entre governos com setores industriais e agroexportadores, bem como soluções encontradas de forma alheia a grandes transformações estruturais, como foi o caso da adesão a programas de ajuda internacional, contribuíram para a continuidade do processo de fome e IAN (DAUFENBACK et al, 2020), principalmente entre grupos marginalizados, como negros e negras, idosos e idosas, mulheres de baixa renda pobres, povos tradicionais como indígenas, quilombolas, sendo que entre estes últimos nem se compreende de forma mais profunda a extensão dos fenômenos de fome e exclusão (CANUTO, 2019).

Dentre os grupos sociais marginalizados, destacam-se homens e mulheres que trabalham na informalidade, compondo categorias de trabalho precarizadas, sem garantias trabalhistas e com ganhos salariais reduzidos. Estas categorias ainda podem ser classificadas como *outsiders*, como foi proposto por Rueda (2005), em oposição aos *insiders*, que seriam trabalhadores que possuem garantias trabalhistas e uma certa estabilidade no mercado de trabalho. A sessão seguinte se propõe a explorar as vulnerabilidades dos entregadores de aplicativo enquanto categorias de trabalhadores *outsiders*, formais precarizados ou informalizados.



## 1.5 DESIGUALDADES SOCIAIS, PRECARIZAÇÃO, CRESCIMENTO DA INFORMALIDADE E UBERIZAÇÃO

Os processos econômicos e políticos supracitados levaram ao aumento do número de trabalhadores informais, ou *outsiders*, cujas condições de trabalho vêm se revelando cada vez mais precárias em algumas categorias, como é o caso de entregadores de aplicativo.

“Já trabalhei com fome várias vezes carregando comida nas costas”, “Trabalho com fome todos os dias” (G1 Portal de notícias, 21 de junho de 2020). Os depoimentos que vieram a público, partindo de ciclistas e motociclistas de aplicativo durante o mês de junho de 2020 mobilizaram o debate público sobre a precarização do trabalho a que trabalhadores ligados às empresas de aplicativo estão submetidos, bem como os riscos deflagrados durante a pandemia de covid19.

Os primeiros grupos a serem contaminados foram justamente agricultores, trabalhadores de frigoríficos, expostos a riscos laborais elevados, mas o vírus acabou por se espalhar globalmente via rotas de comércio e turismo, encontrando cenários sociais, políticos e econômicos diferentes, bem como capacidades desiguais de lidar com o vírus (WALLACE, 2020). A pandemia explicitou desigualdades na capacidade de prevenção tanto do contágio quanto da mortalidade em decorrência das complicações (*ibidem*). Somente no estado do Paraná foram registrados 4.717 casos confirmados de covid19 entre trabalhadores de frigoríficos.

Outras categorias de trabalhadores considerados essenciais foram criticamente expostas aos riscos da pandemia. O primeiro caso de óbito relativo ao covid19 foi de uma empregada doméstica, idosa, negra e portadora de doenças crônicas, que acabou por contrair o vírus por meio da empregadora que havia viajado para a Europa, uma situação emblemática que explicitou o nível de vulnerabilidade desta profissão e de grupos vulneráveis durante a pandemia. Após alguns anos de crescimento da contratação de jornadas de meio turno ou intermitentes, a pandemia de covid19 impactou de forma mais drástica categorias informais (DIEESE, 2020).

Essas ameaças vieram por várias frentes: aumento da carga de trabalho; o grande número de demissões em função do agravamento da crise econômica ou do temor de transmissão da doença; o risco de contágio por conta do deslocamento por meio de transporte público, pelo contato mais próximo com pessoas a serem cuidadas e pela exigência de compras em estabelecimentos comerciais.

Após as Reformas do Teto de Gastos (Emenda Constitucional n. 95) de 2016, da Reforma Trabalhista de 2017 e da Previdência de 2019, várias categorias profissionais foram precarizadas, resultando em aumento da informalidade (MANZANO & KREIN, 2019). Dentre as duas categorias que mais se destacaram em relação ao crescimento da informalidade estão os motoristas e entregadores de aplicativo gerenciados por “empresas de tecnologia” que ofertam integração entre entes econômicos independentes (estabelecimentos, entregadores e consumidores, ou ainda entre motoristas e passageiros).

A informalização consiste nos meios técnicos e políticos, aparentemente neutros, para gerenciar e subordinar uma grande quantidade de trabalhadores informais ao mesmo tempo (ABÍLIO, 2021). No entanto, quando se pensa o universo da informalidade ao longo da sua constituição, ele contém dimensões ligadas à ideia de empreendedorismo, individualização e subjetivação sobre a ideia de controle, bem como sentimentos de poder e libertação por parte dos próprios trabalhadores que fazem parte deste universo (PINHEIRO-MACHADO, 2008).

De acordo com Antunes e Filgueiras (2020), as empresas iniciam o processo de precarização devido à falta de vínculo com os seus próprios trabalhadores, pois se desligam das responsabilidades inerentes às atividades capitalistas no que se refere aos custos de aquisição dos meios de produção e dos custos operacionais. Do ponto de vista destas empresas, a escolha do trabalho via plataformas digitais seria voluntária e autônoma, estando as empresas desvinculadas do reconhecimento de direitos, garantias e condições mínimas de trabalho. Neste sentido, este tipo de empresa transfere os riscos do trabalho para os próprios trabalhadores, que por sua vez vivem no limite da própria sobrevivência (ANTUNES e FILGUEIRAS, 2020).

Os empregos precários não são exceção ou sinal de ausência de crescimento econômico, mas sim fenômenos inerentes ao próprio modelo de crescimento, chancelado pelo Estado, que cede às pressões do mercado para o desmonte da legislação social protetora do trabalho, uma vez que tais direitos são vistos como obstáculos à competitividade (ARAÚJO & MORAIS, 2017).

De acordo com a PNAD Contínua, entre 2012 e 2016 houve estabilidade do número de motoristas de caminhonetes, táxis e automóveis). Entretanto, do 1º trimestre de 2016 ao 1º trimestre de 2020 o número de motoristas passou de 1,39 milhões para 2,02 milhões, um aumento de 41,9%. Dentre motociclistas o aumento foi de 39,2% (522,1 mil em 2016 para 729,7 mil em 2020). Em 2019, 3,8 milhões

trabalhavam por plataformas. O aumento destes tipos de trabalhos ocorreu devido ao aumento do desemprego e da recessão, e foi acessado principalmente por homens, negros e jovens, ou ainda mais idosos que se encontram ausentes do mercado de trabalho. Para os autores, o momento da recessão e do aumento do desemprego coincidiu com a chegada e disseminação das plataformas digitais de transporte no Brasil (MANZANO & KREIN, 2019).

Ainda de acordo com a PNAD Contínua, a taxa de informalidade dentre os condutores de motociclistas e motoristas de automóveis, táxis e caminhonetes aumentaram mais do que a média de todos os ocupados. Atividades ligadas à alimentação incorporam graus elevados de informalidade, uma vez que o universo de produção de alimentos informais é muito comum (NOGUEIRA, 2016). Em relação à renda obtida por estas categorias, o rendimento médio mensal real dos condutores de motocicletas caiu 6,4%, indo na contramão do aumento de 7,4% dos rendimentos do total de ocupados no Brasil no período de 2012 – 2020. O rendimento médio dos condutores de caminhonetes, táxis e automóveis caiu 8,2%.

De acordo com a PNAD Covid, a maioria dos trabalhadores dessas categorias era constituído por homens e negros, sendo que os mais jovens assumem condução de motocicletas e bicicleta pois esta atividade requer menos investimento inicial. Já homens mais velhos e negros, procuram sair da condição de desemprego virando motoristas de carro e caminhonetes. Para todos os ocupados desta categoria de entregadores e motoristas, a média de rendimento em maio de 2020 foi de 81,8% do habitual. Houve redução do valor real dos rendimentos médios destes profissionais, que já se apresentavam baixos no comparativo com outras ocupações do país, e que se mantêm abaixo do valor médio que recebiam há anos. Entretanto, esta categoria apresentou maior número de horas trabalhadas do que a média do total de ocupados (MANZANO & KREIN, 2020).

Outra pesquisa realizada com entregadores de aplicativo durante a pandemia mostrou a deterioração das condições de trabalho, com a redução do valor da hora de trabalho e a ausência de proteção à saúde e segurança dos trabalhadores em face dos riscos da covid19. Mais de 70% trabalhavam para mais de uma empresa. Mais de 57% dos trabalhadores afirmaram trabalhar mais do que 9 horas diárias antes da pandemia. Durante a pandemia este percentual subiu para 62%. Mais de 58% relataram queda na remuneração, o que é justificado pelo aumento do número de trabalhadores devido ao aumento do desemprego, agregado ao rebaixamento do valor

da hora de trabalho e/ou a bonificação, que foram diminuídas durante a pandemia, a despeito do crescimento significativo do número de entregas. Portanto, para tentar manter a faixa de remuneração, os entregadores passaram a trabalhar por mais tempo, e por tal motivo, 78,1% trabalham 6 dias por semana ou mais (Cic et al, 2020).

Este processo gera tragédias diárias entre os entregadores de comida. Em julho 2019, a plataforma de entregas Rappi foi denunciada por negligência face à morte de um de seus motoentregadores (MAIA, 2019). Um ano após este evento, a poucos dias antes do “Breque dos Apps”, a paralisação nacional de entregadores de aplicativo no dia 01 de julho de 2020, alguns veículos midiáticos trouxeram imagens e falas do motoentregador Paulo Lima “Galo”, então líder do movimento de entregadores antifascista, por ocasião de sua denúncia do processo de trabalho das plataformas de aplicativo que os obrigava a trabalhar com fome, além de várias outras situações de precarização vivida por estes trabalhadores (CARVALHO, 2020).

O primeiro evento despertou o debate público sobre as condições de trabalho precarizadas de entregadores de plataformas digitais, sendo intensificado pelo segundo, ocorrido já no contexto do aumento das desigualdades sociais durante o processo de aprofundamento da pandemia e das várias crises por ela geradas ou ampliadas.

Em todo o mundo, muitas categorias de trabalhadores informais foram dramaticamente afetadas por conta das dinâmicas impostas pela pandemia, que condenou à insegurança alimentar grupos de trabalhadores que perderam seus empregos ou tiveram diminuição de renda (IFPRI, 2022).

Como consequência, a queda de renda (habitual média e efetiva) dos trabalhadores de todos os tipos vem ocorrendo de forma progressiva a partir do primeiro trimestre de 2020 (IPEA, 2022). Os índices de pobreza, da extrema pobreza neste primeiro ano de pandemia alcançaram 24,1% e 5,7%, respectivamente (ibidem), refletindo o aumento da desigualdade calculado a partir do Índice de Gini, que aponta que o último decil de renda se apropriou, neste primeiro semestre, de 3,76 vezes do rendimento dos 40% com menores rendimentos, possuindo 57% da renda total (IBGE, 2021).

A insegurança alimentar grave, que configura situação de fome de acordo com a metodologia utilizada, foi quatro vezes maior entre trabalhadores informais em relação a trabalhadores formais (REDE PENSSAN, 2021; 2022). Consequentemente,

a procura por alívio por meio de doações de alimentos e refeições aumentou em grandes cidades (RIBEIRO, 2022).

Neste cenário, a pandemia trouxe a piora dos índices de desemprego, informalidade e precarização do trabalho (ANTUNES, 2020). A *precarização do trabalho* se refere ao processo estrutural caracterizado pela perda de direitos consolidados, no qual o trabalhador se dispõe permanentemente ao capital. Este processo surge após a eliminação da sindicalização e do modo de produção taylorista-fordista, caracterizado pela estabilidade, como forma de aumentar a produtividade dos trabalhadores e, desta forma, aumentar a acumulação de capital (ANTUNES, 2011).

Muitos trabalhadores desempregados ou de outros ramos da informalidade migraram para a atividades de entregas de delivery, que ainda carece de maior regulamentação no Brasil (ABÍLIO, 2019). Assim como em outros países, este tipo de trabalho segue a lógica de funcionamento da economia do compartilhamento (*gig economy*), cujo trabalho é marcado pela lógica de *uberização* (SLEE, 2019) e de precarização (ABÍLIO, 2021). O trabalho via plataformas online, apesar de sugerir num primeiro momento a autonomia e o empreendedorismo, forma grupos de trabalhadores precarizados por sua condição de trabalho, também chamado de *precariado*, que despense todo o seu tempo no trabalho, deixando de ter momentos de lazer, com a família, que possuem valor pessoal ou social, que está em estresse, exaurido o tempo todo, que é impedido de construir uma carreira (STANDING, 2013).

A uberização concentra capital e reproduz desigualdades sociais e econômicas, dinâmica que se aprofunda no Brasil devido à instabilidade, precarização, informalidade e desigualdade permanentes do mercado de trabalho. Por tal motivo, promove a manutenção da concentração de capital e das desigualdades sociais e econômicas. Já a informalização significa a “perda de formas estáveis, contratualmente estabelecidas, socialmente acordadas sobre as regras que regem o trabalho” (ABÍLIO, 2021).

Por conta dessa situação dramática, não somente no Brasil, mas em outros países, muitos trabalhadores desempregados e informais buscaram trabalho em plataformas digitais de entrega de comida, cujo processo de trabalho é marcado *plataformização* (GROHMANN, 2020). O trabalho plataformizado pode ser definido como “atividade de trabalho mediada, organizada e governada por meio de plataformas digitais (ABÍLIO, 2020). O primeiro processo é caracterizado pela informalidade e precarização de qualquer tipo de trabalho, centralizado no processo

*just in time* (ABÍLIO, 2021; SLEE, 2019). Já a segunda diz respeito à dependência das plataformas digitais para a execução de algum tipo de trabalho (ABÍLIO, 2021).

Esta precarização do trabalho por meio de plataformas digitais tem uma de suas origens na utilização de novas tecnologias de informação (TICs) por parte de grandes empresas, com a finalidade de maximização de lucros. Este modelo reúne trabalhadores invisíveis, desempregados e “descartáveis”, e que, uma vez lançados à informalidade, sucumbem à *nova morfologia do trabalho*, baseado na ausência de qualquer garantia e intensificação da exploração do trabalho por meio de sistemas digitais. Neste sentido, o “empreendedor” das plataformas digitais se torna, conseqüentemente, um trabalhador explorado por estas e por si mesmo (ANTUNES, 2020). Este trabalhador realiza um tipo de *autogerenciamento subordinado*, “pois é transferido para o trabalhador um gerenciamento de si, que se faz na relação com regras que se informalizaram, e que regem ferrenhamente o trabalho” (ABÍLIO, 2019). Esta modalidade de trabalho se torna mediada e mapeada constante e integralmente pelas plataformas digitais (ABÍLIO, 2021), embora os trabalhadores não consigam ter acesso pleno à lógica de funcionamento destas, pois as regras são pré-estabelecidas pelas empresas de aplicativos, deixando confusas as funções, direitos e responsabilidade destes trabalhadores (ABÍLIO, 2021).

A indústria 4.0 ou a “Quarta Revolução Industrial”, que abarca os trabalhos plataformizados, é um componente da reestruturação produtiva permanente do capital, que tem como centralidade a exploração e precarização dos trabalhadores – por meio do trabalho digital. O surgimento desta indústria é reflexo da crise permanente do capital e a sua busca constata pela valorização e pelo lucro. O trabalho digital somente se tornou possível devido ao surgimento das TICs (tecnologia da Informação e comunicação), a qual possibilitou a fluidez da comunicação entre os processos de trabalho e, conseqüentemente, a reestruturação da gestão organizacional do trabalho, a qual era pautada nas hierarquias rígidas do taylorismo clássico (LUNA & OLIVEIRA, 2022).

Dentre as transformações que vêm ocorrendo no setor de serviços, observa-se cada vez mais a utilização da tecnologia, como é o caso dos trabalhos em plataforma, em que as empresas recorrem ao trabalho digital como forma de baratear a força de trabalho e, conseqüentemente, aumentar seus lucros, controlar os trabalhadores e também como meio de burlar a legislação trabalhista ao se eximir dos *escravos digitais*, ou *proletários digitais*, é importante ressaltar a terceirização do trabalho, na

qual os trabalhadores, já desprovidos de legislação e direitos protetivos, são expostos a uma maior exploração (ibidem).

A entrada dos aplicativos – por meio das TICs – na reorganização do mundo do trabalho vem atualmente, vem acarretando não só no rebaixamento dos salários dos trabalhadores – em decorrência da substituição massiva do trabalho vivo pelo trabalho morto – como também na dificuldade dos entregadores de aplicativos se organizarem e mobilizar para frear as diversas expropriações que vem sofrendo através da competição criada pelas empresas- aplicativo (ibidem)

A crise econômica ocasionada pela política ultraliberal (ancorada na lei do Teto de Gastos de 2016, a Reforma Trabalhista de 2017 e a Reforma da Previdência de 2019), já referidas, ocasionou a duplicação do índice de desemprego, permanecendo acima de 11%. Além disso, 25% da forma de trabalho no Brasil passou a ser subutilizada, aliado ao grande crescimento de situações de precarização e exploração do trabalho (MANZANO & KREIN, 2019).

Estas reformas ultraliberaes colocam o estado brasileiro como um agente promotor da uberização. A Reforma Trabalhista, (Lei n. 13.467) criou o trabalhador just-in-time informalizado, ou seja, dentro da própria informalidade, os trabalhadores passaram a atuar com contratos de trabalho intermitentes. Com essa lei, as empresa-aplicativos são muito beneficiadas, já que não possuem a obrigação de fornecer direitos básicos aos seus colaboradores e muito menos o salário-mínimo. Remunerando-os apenas pelo serviço prestado, desconsiderando a sua jornada de trabalho (ABÍLIO, 2020).

No entanto, a informalidade se mostra como parte constituinte do sistema de acumulação capitalista e excludente, não havendo dualismos entre mercado formal e informal. Neste sentido, a informalização vai além dos processos de precarização e desregulamentação, levando à mistura de práticas formais e informais dentro dos contextos de trabalho. Este fenômeno possui alguns constituinte subjetivos, ligados ao sentimento de autonomia, liberdade e controle (PINHEIRO-MACHADO, 2008).

De acordo com a PNAD Contínua, o número de motoentregadores e de condutores de automóveis aumentou vertiginosamente a partir de 2016. Além disso, a taxa de informalidade entre os condutores de motocicletas e condutores de automóveis, táxis e caminhonetes aumentou mais do que a média de toda a população brasileira ocupada. Este fenômeno decorre da dificuldade de ingresso e reingresso no mercado de trabalho, nas quais muitos jovens viram entregadores (ocupação que

requer um menor investimento), e muitas pessoas com mais idade, que procuram sair do desemprego, viram motoristas. De forma geral, em relação ao processo de trabalho, os motoristas trabalham mais horas que a média do total de ocupados e possuem rendimentos próximos a um salário-mínimo (MANZANO e KREIN 2019).

O aumento da demanda e do número de entregadores de comida durante a pandemia no Brasil não se refletiu no aumento da renda destes profissionais. Além disso, revelou situações de abuso e periculosidade (MANZANO e KREIN, 2019; ABÍLIO, 2019; AQUINO, PILATE e FELIX, 2020), também observadas em outros países como China e Índia (PARWEZ, 2022). Situações de fome também foram denunciadas por parte de movimentos de entregadores plataformizados nos principais veículos jornalísticos brasileiros.

O cenário geral do aumento da fome e o cenário mais específico do aumento da insegurança alimentar e nutricional dentre trabalhadores informais no Brasil os submetem a um processo de trabalho insalubre, caracterizado por uma longa e imprevisível jornada de trabalho, em locais inadequados, sem garantias de alimentação e pausas regulares (BAJWAL et al, 2018). Estes fatos são observados principalmente no cotidiano de trabalho de entregadores de aplicativo (ABÍLIO, 2019).

## **1.6 A ESCOLHA DE CURITIBA**

A cidade de Curitiba foi escolhida como campo de pesquisa deste estudo devido ao seu histórico de desenvolvimento de políticas públicas de SAN e devido a algumas contradições presentes no seu modelo de urbanização e desenvolvimento que levaram à presença de desigualdades alimentares entre os grupos mais vulneráveis. Apesar de ter desenvolvido políticas públicas de SAN favoráveis, a cidade possui impasses em relação à garantia da segurança e soberania alimentar a grupos vulneráveis (DAUFENBACK & RIBAS, 2016).

Na dimensão do consumo, pesquisas prévias já citaram o aumento da aquisição de ultraprocessados por parte da população vulnerável em uma região de periferia de Curitiba, mesmo acessando equipamentos de SAN locais (ibidem). De forma geral, a região Sul do país contabiliza o maior consumo de ultraprocessados no total calórico total da disponibilidade alimentar (22%) dentre as outras regiões do país, ainda que haja o consumo predominante de alimentos in natura ou ultraprocessados (IBGE, 2020). Outro estudo mostrou que as regiões mais estruturadas do ponto de vista



urbano, com população de maior nível de renda e acesso a serviços de forma geral, é que possuem mais equipamentos de segurança alimentar e nutricional e redes de varejo que comercializam frutas e hortaliças, enquanto as regiões mais pobres possuem maior população com desfechos em nutrição desfavoráveis, além de menos equipamentos públicos de SAN e estabelecimentos privados de comercialização de alimentos in natura (PAULA, 2021). Cabe, portanto, entender se este direito está sendo garantido a trabalhadores vulneráveis como os entregadores de comida pela cidade de Curitiba.

### **1.7 A PERGUNTA DE PESQUISA**

A partir das observações sobre o encolhimento das políticas de proteção social e de SAN, das crises econômica e política, da persistência da fome e aumento de suas formas, da precarização do trabalho e suas novas formas deflagradas pelo processo de informalização, precarização e plataformização, chegamos à seguinte pergunta: “Como os diferentes processos de trabalho de entregadores de comida de Curitiba influenciam a sua alimentação, nutrição, saúde e qualidade de vida percebidas?”.

Como se pode observar, a despeito da consideração das situações de precariedade já conhecidas a respeito desta categoria de trabalho no alcance de qualidade de vida e alimentação adequada, levar-se-á em conta tanto a agência dos sujeitos nas práticas de saúde e alimentação, quanto o peso que as desigualdades estruturais possuem sobre estes. A tentativa de se empreender um “recuo crítico” (QUIVY & CAMPEHOUDT, 1998) se dá pela procura do entendimento da dinâmica do processo de trabalho, as práticas alimentares no ambiente de trabalho e nos domicílios, aliadas à discussão sobre o abandono tanto das empresas, plataformas digitais, quanto do Estado brasileiro.

### **1.8 JUSTIFICATIVA**

Mudanças no mundo do trabalho, oriundas das reformas da previdência e trabalhista, agravadas pela persistência da crise econômica entre trabalhadores

informais e pela pandemia, estão aprofundando situações de fome e IAN entre trabalhadores informais e formais precarizados, a despeito da oferta de serviços de educação, saúde e de distribuição de renda, mesmo em uma cidade como Curitiba, cuja oferta de serviços é considerada “modelo” para o restante do país, apesar desta cidade se apresentar enquanto a 5ª cidade mais desigual do país.

A investigação de situações de violação ao direito humano à alimentação adequada em grupos de trabalhadores urbanos faz-se necessária para se entender a dinâmica geradora deste tipo de iniquidade, uma vez que são mais conhecidas situações domiciliares e de serviços de saúde em relação a este tipo de violação (GUERRA et al, 2019).

Dado o cenário econômico de agravamento das situações de insegurança alimentar e nutricional entre a população mais vulnerável, que por sua vez já possui dificuldade de acesso aos equipamentos de SAN, faz-se necessária a investigação da eficácia de equipamentos de segurança alimentar em atingir o princípio da equidade, especialmente em uma cidade ainda vista como referência neste campo.

Ademais, é preciso explorar com mais detalhamento a heterogeneidade de situações de IAN e de processos adoecedores vividos pelos diferentes grupos urbanos, pouco exploradas em conjunto. No caso das vivências de IAN, geralmente são descritas e/ou desagregadas em usuários de programas de transferência de renda ou que já utilizam serviços de SAN. Trata-se, sobretudo, de entender como uma categoria de trabalho extremamente precarizada insere-se nas dinâmicas alimentares e de saúde e como são atingidas pelas desigualdades presentes nestas. A compreensão das práticas alimentares das classes trabalhadoras perpassa a sua inserção no mercado de trabalho, e a compreensão dos espaços em que vivem permite o entendimento das condições para a sua reprodução (RIBEIRO JÚNIOR, 2015).

Pouco se sabe sobre o acesso destes grupos para o alcance da SAN, principalmente por parte de trabalhadores informais e precarizados. É fundamental, portanto, a investigação quanto ao acesso de tipo intermitente de serviços públicos e serviços privados. Pouco se sabe também sobre o acesso a outros serviços que estimulem a perspectiva da promoção da saúde e da alimentação e nutrição adequadas.

O impacto deste processo de trabalho na situação de insegurança alimentar e nutricional destes trabalhadores ainda não foi investigado, levando-se em conta,

inclusive, entregadores de comida não plataformizados, tais como terceirizados, formais e autônomos. Além disso, considerar o comportamento de compra dos alimentos, trajetos, frequência e locais onde estes são adquiridos é necessário para que se entenda a relação entre comportamentos individuais e aspectos do ambiente alimentar onde os grupos sociais se situam (DURAN, 2013).

O alcance do acesso ao direito à saúde e à alimentação adequada é cada vez mais dificultado em parcelas de trabalhadores informais e precarizados, com possível agravamento no período da pandemia de covid19. Neste sentido, esta investigação possui potencial para trazer novas profundidades da dimensão da precarização do trabalho, da alimentação e saúde dos indivíduos durante e após o período de trabalho e, no limite, do próprio sistema agroalimentar. Esta categoria traz a persistência longitudinal da pobreza e vários tipos de desigualdades e iniquidades, por meio da reprodução de situações precárias nos processos de trabalho, tendo como consequências a fome, IAN e outros processos adoecedores.

Uma vez que o trabalho informal e inseguro representa a única possibilidade de obtenção de renda para estes trabalhadores, muitos pesquisadores no Brasil e em todo o mundo se debruçaram sobre as consequências deste processo de trabalho na saúde desta categoria (WU, ZHAO e LI, 2022; BECKMAN et al, 2021). Entretanto, pouco se sabe sobre o impacto deste processo de trabalho na situação de insegurança alimentar e nutricional destes trabalhadores.

A precarização dos entregadores de comida traz à tona também a produção e reprodução de desigualdades pelos sistemas alimentares, derivadas da ausência/retirada de direitos trabalhistas, dificultando o alcance da qualidade de vida.

## **1.9 OBJETIVOS**

Em vista do quadro de precarização, informalização e plataformização das relações de trabalho e do agravamento das crises política e econômica, dos retrocessos observados na retração de políticas de proteção social e SAN e das dificuldades destas em garantir a SAN, junto a uma situação permanente de violação do DHAA, este trabalho tem como objetivos:

- Entender as relações entre IAN, informalidade e precarização do trabalho de um grupo de entregadores de comida no município de Curitiba;

- Entender as relações entre condições de trabalho, saúde e qualidade de vida percebidas deste grupo;
- Investigar o grau de invisibilidade social e desproteção em relação a políticas públicas de proteção social e SAN.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa ancorou-se na perspectiva hermenêutico-dialética, que traz a proposta da compreensão dos discursos alinhada à compreensão dos sujeitos e dos seus contextos como base epistemológica em todas as suas etapas, desde a construção do delineamento junto aos atores envolvidos, até a construção de núcleos de sentido (MINAYO, 2014). Tal escolha foi orientada pelo desejo de construir o delineamento da pesquisa junto aos atores envolvidos como forma de se trabalhar interpretações conjuntas sobre a realidade vivida, porém tendo em mente o papel do pesquisador perante a necessidade de interlocução com diferentes atores da esfera da vida social, bem como o contexto em que cada um deles se insere (MINAYO, 2014).

Em todas as construções realizadas, desde o instrumento, passando pelo campo da pesquisa até na análise dos dados levou-se em conta os contextos de precarização e da pandemia de covid-19, que ditaram o ritmo e intensidade de trabalho destes entregadores, e, no limite, ditaram a temporalidade, limites e possibilidades dos diálogos e, conseqüentemente, da pesquisa em si.

Desta forma, para o auxílio no delineamento da pesquisa relativo ao cenário geral, aos grupos e locais a serem investigados, bem como o instrumento de pesquisa a ser utilizado, formou-se uma parceria junto ao Sindicato dos Trabalhadores Condutores de Veículos, Motonetas, Motocicletas e Similares de Curitiba e Região Metropolitana (SINTRAMOTOS), ao Movimento de Entregadores Antifascistas de Curitiba e à Bicletaria Cultural de Curitiba, que realiza um trabalho de acolhimento dos cicloentregadores.

Após sugestão do Sindicato, optou-se como critérios principais de inclusão não somente entregadores de plataformas de aplicativo (*plataformizados*), mas sim outras categorias de entregadores de delivery de comida de Curitiba, incorporando-se

entregadores de empresas terceirizadas, autônomos que trabalham por diárias/taxas fixas e motofretistas (destes últimos, foram incluídos somente aqueles que trabalham com comida. Incluiu-se também perfis de quaisquer idade e gênero, selecionando como veículos de entrega motocicletas e bicicletas. Como critérios de exclusão tem-se: utilização do carro como veículo principal de entrega ou mesmo à pé (devido à dificuldade de identificação e localização); menores de 18 anos (as plataformas já teriam a priori a obrigação de recusar o cadastramento de menores de idade) e entregas de comida pré-agendadas (pois atingem públicos específicos e que não constam como delivery de entrega rápida).

Após a definição do grupo de participantes da pesquisa, foi construído um instrumento semiestruturado contendo 48 perguntas para levantar informações básicas sobre questões socioeconômicas, características do trabalho, rotinas de alimentação, saúde, sono, segurança alimentar, satisfação com o trabalho, acesso a serviços de saúde e Covid-19 como estratégia para a coleta de dados junto aos participantes da pesquisa. Para a aferição do estado de segurança alimentar e nutricional foi utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) já mencionada previamente na seção de Introdução, em sua versão de 14 perguntas fechadas que mede a percepção dos indivíduos sobre o acesso a alimentos em sua quantidade, qualidade e regularidade (SEGALL-CORRÊA et al, 2014).

A opção por esta escala deu-se pela necessidade de constatar o estado de segurança alimentar e nutricional das famílias dos entregadores em seu domicílio e realizar uma comparação entre as práticas alimentares no ambiente de trabalho, de forma a se estabelecer uma comparação domicílio - trabalho.

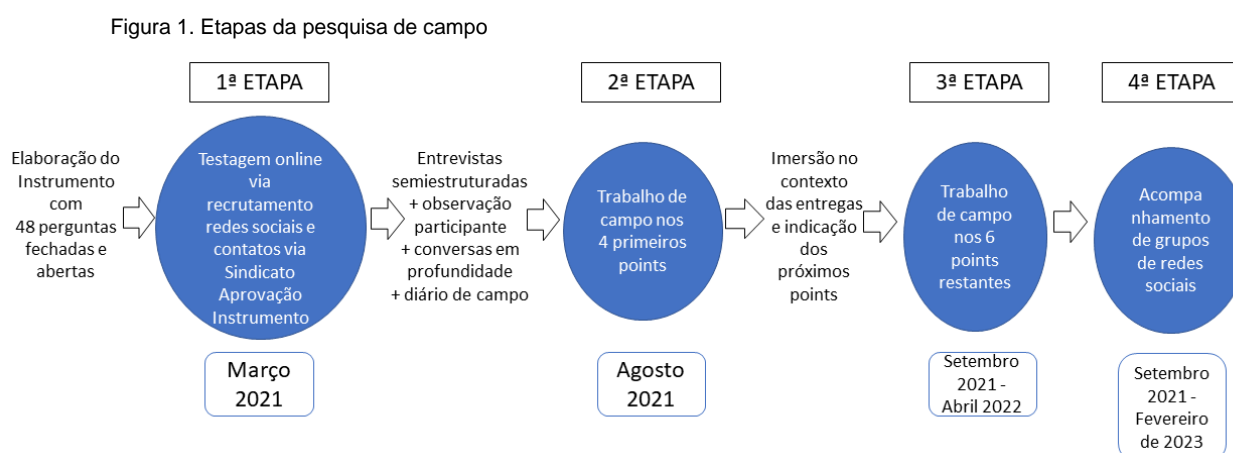
Por conta da rotina de trabalho extensiva e do distanciamento físico imposto pela pandemia, foram desenvolvidas três estratégias de pesquisa. A primeira consistiu na testagem online do instrumento junto a entregadores indicados pelo SINTRAMOTOS e junto ao recrutamento online via redes sociais. Os entregadores que optaram pela realização da entrevista em profundidade no formato online através de videochamadas foram recrutados a partir do contato telefônico repassado por outros colegas. Após devolutiva positiva deste último e dos entregadores, o instrumento de pesquisa permaneceu o mesmo, e as entrevistas destes foram incluídas na pesquisa (ver Apêndice I). Entretanto, devido à rotina de trabalho extensa, com muitas horas e uso intenso do celular, não foi possível dar seguimento às entrevistas de forma online,

necessárias num primeiro momento de agravamento da pandemia. Desta forma, foi preciso esperar alguns meses para iniciar a terceira etapa da pesquisa.

Após o primeiro esquema vacinal ser finalizado pela pesquisadora, foi iniciada a segunda etapa que consistiu no primeiro trabalho de campo, no qual os entregadores foram recrutados por meio de abordagens nos *points*. Quando aplicado em campo, o instrumento se tornou também roteiro para nortear diálogos abertos e em profundidade, de acordo com a disponibilidade de tempo e disposição de cada entregador, que estavam sujeitos a receber pedidos de entrega durante a entrevista.

Esta segunda etapa consistiu na pesquisa de campo com um local (Sindicato) e três *points* de espera em regiões mais distantes do centro da cidade. Foi iniciada no fim do mês de agosto de 2021 até outubro do mesmo ano, e permitiu vislumbrar o panorama geral do universo da entrega, identificar os atores em cena, o funcionamento de cada modalidade de entrega e o cotidiano de cada um dos grupos entrevistados.

Após o contato com a pesquisadora e a proposta da pesquisa, os primeiros grupos entrevistados indicaram oportunamente, de acordo com a variedade de categorias e modalidades de entrega, quais os próximos *points* que poderiam agregar maior número de entregadores e que poderiam trazer potencial de contribuição para a terceira etapa da pesquisa. Esta etapa consistiu em seis *points* elencados pelos entregadores da segunda etapa, mais próximos à região central da cidade, que fizeram parte da terceira etapa, que foi realizada entre outubro de 2021 e abril de 2022. A figura abaixo ilustra as etapas da pesquisa realizada:



Fonte: as autoras (2023)

Ao total, foram frequentados dez locais de investigação, que consistiram no Sindicato juntamente a nove *points* (cinco shoppings com entregadores de aplicativo, três *points* de entrega terceirizada e dois de entregadores autônomos). Eles se concentraram na região central ou adjacente, devido à maior possibilidade de encontrar grupos de entregadores por conta da concentração de estabelecimentos comerciais de produção de refeições.

A última etapa de coleta de dados empíricos ocorreu entre setembro de 2021 e abril de 2023, por meio da observação de interações entre entregadores por meio de redes sociais, a convite de um dos entregadores que administravam um dos grupos. Por meio destas observações foi possível se estabelecer alguns nexos causais iniciados por meio de informações no trabalho de campo.

Considera-se como informais “empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem, ambos, para a previdência social; e trabalhadores familiares auxiliares” (IBGE, 2022). Como terceirizados considera-se trabalhadores que entregam por intermédio de uma empresa, que possui contrato com os restaurantes. Em relação aos autônomos entende-se como uma subcategoria dentre os informais, mas que trabalham diretamente para os estabelecimentos sem o intermédio de empresas terceirizadas ou plataformas. Decidiu-se dividir estas categorias de informais por conta das diferenças nas condições que compõem o processo de trabalho destes entregadores.

Para a análise dos alimentos consumidos pelos entregadores foi utilizada a classificação NOVA, presente na versão mais recente do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), que divide os alimentos de acordo com o seu nível de processamento:

- *In natura*, obtidos diretamente de plantas e animais ou *minimamente processados*, que sofreram poucas modificações antes da aquisição (cereais, leguminosas, frutas, verduras, legumes, carnes);
- *Óleos, gorduras e açúcar*, que devem ser utilizados em pequenas quantidades para o preparo de alimentos;
- *Processados*, alimentos que sofreram mais técnicas de processamento, tais como conservação em sal, gordura e açúcar, cura e defumação, além de secagem e fermentação, utilizando-se de *alimentos in natura* (frutas e

vegetais em conserva, pães, queijos, peixes, legumes e cereais enlatados etc.);

- Ultraprocessados, que usam porcentagem mínima ou inexistente de *alimentos in natura*, privilegiando o uso de componentes químicos artificiais e técnicas de processamento industrial (salgadinhos e bolachas de pacote, embutidos, macarrão instantâneo, refrigerantes, sucos artificiais, dentre outros) (BRASIL, 2014).

Desta forma, as refeições foram consideradas “saudáveis” conforme a maior presença de alimentos *in natura* e minimamente processados, ao passo que foram consideradas desfavoráveis ou não saudáveis conforme a maior presença de ultraprocessados. Deve-se ponderar que esta classificação não foi realizada com o objetivo de julgar os indivíduos de acordo com uma certa visão maniqueísta “saudável” x “não-saudável”, mas sim entender os potenciais reflexos na alimentação, nutrição e saúde dos indivíduos a partir de uma visão ampla, processual e atenta à agência dos sujeitos, que leva em conta não somente a determinação social deste processo, mas também a capacidade de traçar estratégias alimentares cotidianas.

Tanto na segunda quanto na terceira etapa foram realizadas entrevistas em profundidade, visitas sequenciais, observação participante e construção de diário de campo como forma de registro de impressões, alimentados sistematicamente após as incursões em campo (FOOT-WHYTE, 2005) em cada um dos *points* selecionados, que se concentraram na região considerada como central da cidade de Curitiba e em alguns de seus bairros adjacentes (Batel, Água Verde e Portão). Os diários de campo permitiram também a construção da descrição densa dos locais, atores e práticas observadas (GEERTZ, 1989). Após algumas semanas de visitas e entrevistas com os entregadores em um *point*, saturando-se a possibilidade de diferentes discursos oriundos de um mesmo perfil de entregadores, partia-se para outro local. Portanto, saturando-se a possibilidade de diferentes discursos oriundos de um mesmo perfil de entregadores em um mesmo *point*, partia-se para outro.

De forma geral, o desenho da estratégia de pesquisa de campo foi adequado de acordo com a extensa rotina de trabalho e dificuldades relacionadas ao tempo e disponibilidade para a entrevista por parte dos entregadores de comida. Alguns participantes (10) realizaram a entrevista de forma online, que consistiu no diálogo a partir das respostas ao formulário em conjunto com entrevista em profundidade,



justamente por não terem disponibilidade para a entrevista em seu *point* de espera. Na forma presencial foi realizada a aplicação do instrumento em conjunto com a entrevista em profundidade e com a observação participante dos seus *points*.

Optou-se também pela não insistência no método de *bola de neve*, aplicado na etapa inicial da pesquisa por dois motivos: a falta de adesão inicial quando não havia outra forma de participação devido à pandemia de covid-19, e pelo seu potencial de não trazer a heterogeneidade de grupos desejada.

Em relação às características socioeconômicas, foram utilizadas faixas etárias dentre as diferentes categorias, bem como médias de renda, assim como observado em outros estudos (ABÍLIO et al, 2020; MANZANO & KREIN, 2020).

Vale ressaltar que a literatura sobre o tema não especifica exatamente os conceitos de *condições de trabalho* ou *processos de trabalho*. Portanto, entende-se que as condições de trabalho em seu conjunto formam o processo de trabalho, termo escolhido por sua maior abrangência, como um todo.

As condições de trabalho levantadas dizem respeito à forma de trabalho (terceirizada, por aplicativos, de forma direta), meio de entrega (bicicleta ou motocicleta), qual a plataforma atendida, vínculo empregatício, outros trabalhos performados, horas trabalhadas por dia e dias trabalhados por semana, tempo e condições de descanso, uso do banheiro, alimentação e abrigo. Uma vez que não foi encontrada uma conceituação clara sobre o termo, o levantamento das condições de trabalho foi realizado com base nos aspectos levantados em outros estudos (MANZANO & KREIN, 2020; ABÍLIO et al, 2020; GREGGO et al, 2022; TARRÃO, SANTOS e LOURENÇO, 2022).

Como parâmetro de análise da qualidade de vida dos entregadores foram utilizadas as concepções encontradas nos próprios discursos dos entregadores, e não outros conceitos ou bases teóricas. O conceito de qualidade de vida é formado por um campo composto a partir de representações sociais, no qual se inserem ideias ligadas ao desenvolvimento sustentável, direitos humanos e sociais, democracia, modo e condições e estilo de vida, padrões e conforto e tolerância (MINAYO, ARTZ e BUSS, 2000). Portanto, devido à polissemia presente no conceito de qualidade de vida, optou-se por trabalhar as concepções dos próprios entregadores e a partir de sua análise, trazer discussões teóricas que possam problematizá-lo.

Para captar estas concepções, os entregadores foram convidados a refletir sobre a sua qualidade de vida por meio da questão “Como você avalia a sua qualidade de

vida?”, a partir da qual escolhiam uma das opções da Escala de Likert (péssima, ruim, razoável, boa e ótima) e em seguida eram convidados a justificar a resposta. A Escala de Likert também foi utilizada para medir a satisfação com as condições de trabalho (totalmente insatisfeito, insatisfeito, satisfeito, totalmente satisfeito), seguida de pergunta aberta para a justificativa da opção escolhida. Devido à dificuldade de aprofundamento de todos os temas presentes nas perguntas do instrumento de pesquisa já exposto acima, a resposta objetiva sobre a qualidade dos entregadores por meio da Escala de Likert apresentou-se como solução para a apreensão de uma compreensão mais objetiva e rápida sobre o tema, abrindo a possibilidade de realização de inferências estatísticas, cuja complementação ocorreu somente quando os entregadores dispunham de mais tempo para o diálogo.

Por último, a análise das opiniões políticas e engajamento dos entregadores, temática de pesquisa recente neste campo, não constitui um objetivo inicial deste trabalho. A sua presença na última sessão do capítulo de resultados se deu por conta dos diálogos em profundidade e da observação participante do campo. A partir destes diálogos e observações, durante e após a pesquisa de campo, optou-se pela participação em dois grupos de redes sociais, a partir dos quais pode-se observar os posicionamentos políticos dos entregadores.

Após a gravação e leitura em profundidade, os discursos foram organizados no software NVivo (QSR International Pty Ltd. Version 10, 2012) e codificados (MINAYO, 2014). As categorias foram construídas com base nos temas que foram surgindo a partir dos discursos. As subcategorias, por sua vez, surgiram a partir da percepção dos entregadores sobre a temática, sendo que os núcleos de sentido foram extraídos de forma indutiva a partir da análise destas percepções. Esta proposta, que supera a simples interpretação de “dados qualitativos”, traz a possibilidade de compreensão do *sentido* dos discursos dos sujeitos numa perspectiva crítica, em profunda conexão com a realidade social em que se encontram, por meio do entendimento do e no “outro”, e dos conflitos e contradições presentes nesta realidade (ibidem). A análise estatística possui caráter descritivo e bivariado foi realizada em Microsoft Excel, com realização de testes de qui-quadrado. A análise multivariada não foi realizada devido ao número restrito de entrevistados.

O trabalho foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, por meio do parecer n. 4.464.082, CAAE

40767320.8.0000.5421, no dia 15 de dezembro de 2020. Todos os 94 entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice II).

Os resultados serão divididos em quatro sessões. A primeira fará uma descrição dos entregadores de comida, dos processos de trabalho, principais plataformas utilizadas, dos cenários e objetos. A segunda abordará as relações entre processo de trabalho e qualidade de vida. A terceira vai aprofundar a discussão sobre as implicações do processo de trabalho nas práticas alimentares e segurança alimentar e nutricional e a última sessão de resultados abordará aspectos políticos relativos à desproteção e invisibilidade.

### 3. RESULTADOS

#### 3.1 SOBRE OS ATORES, CENÁRIOS E OBJETOS EM QUESTÃO

Ao todo foram entrevistados 94 entregadores, 68 motociclistas (72,3%) e 26 ciclistas (27,6%), deste total, foram realizadas 74 entrevistas em profundidade, devido aos imperativos de trabalho dos entregadores (chamadas repentinas durante as entrevistas, e realização de curso de reciclagem no Sindicato de Motoentregadores de Curitiba (SINTRAMOTOS). Dos 74 entregadores que realizaram entrevistas em profundidade, ou seja, em que foi possível uma conversa mais extensa para além das respostas mais diretas às perguntas do instrumento de pesquisa, apenas 36 aceitaram gravar as entrevistas devido ao receio de ter suas identidades reveladas às plataformas, mesmo após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para a divisão entre as categorias, foram utilizados os seguintes parâmetros:

**Quadro 1. Diferenciação das categorias e modalidades de entrega de entregadores de Curitiba-PR, 2023.**

	Motofretistas	Motoentregadores Terceirizados	Motoentregadores autônomos	Motoentregadores de App	Cicloentregadores de App	Cicloentregadores autônomos
<b>Tipo de contrato</b>	Formal	Informal ou Formal	Informal	Informal	Informal	Informal
<b>Realização de curso e treinamentos pelo DETRAN</b>	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Pagamento de taxas</b>	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Vínculo com o estabelecimento</b>	Direto, com contrato	Indireto, mediada por empresa terceirizada	Direto, sem contrato	Via empresa de App	Via empresa de App	Direto, sem contrato

Fonte: as autoras (2023)

Com base nos estudos já realizados (ABÍLIO et al, 2020; MANZANO & KREIN, 2020), as principais diferenciações consideradas entre as categorias e modalidades de entrega dizem respeito à presença de contrato formal, realização de curso no DETRAN, pagamento de taxas ao DETRAN e tipo de vínculo com o estabelecimento. Como será discutido a seguir, estas diferenciações determinam as condições de trabalho em que os entregadores permanecem a maior parte do tempo.

A tabela abaixo ilustra o perfil socioeconômico geral dos entregadores:

**Tabela 2. Perfil geral dos entregadores de comida de Curitiba - PR, 2023.**

<b>Faixa Etária</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
19 - 28	32	34%
29 - 38	36	38%
39 - 48	16	17%
49 - 58	9	10%
59 - 68	1	1%
<b>Raça/cor</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Amarela	2	3%
Branca	50	53%
Indígena	1	1%
Preta e parda	38	41%
Não informado	2	2%
<b>Escolaridade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Fund. Completo		18%
Fund. Incompleto	5	5%
Médio Completo	59	63%
Superior Completo	10	11%
Técnico Completo	3	3%
<b>N. filhos</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
0	41	44%
1 filho	19	20%
2 filhos	20	21%
3 filhos	10	11%
4 filhos	3	3%
Não Informado	1	1%

Fonte: as autoras.

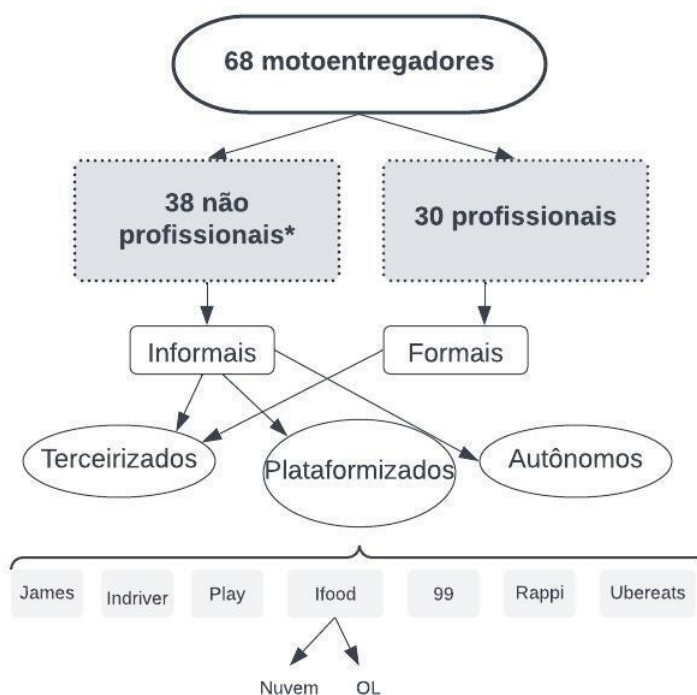
Em relação à faixa etária, a maior parte dos entregadores se concentra na faixa entre 19 e 38 anos (72%), o que mostra um perfil jovem, com média de idade de 35 anos. A faixa etária predominante é de 29 a 38 anos, correspondendo a 38% dos entrevistados, seguido pela faixa de 19 a 28 anos, com idade média de 35 anos. A cor autodeclarada revela que 53% dos entregadores se declararam brancos, 41% se declararam negros e 6,3%, de origem indígena ou asiática. O perfil nacional também revela uma faixa etária predominante mais jovem, de 30 a 39 anos (BRASIL, 2022).

A maior parte completou o ensino médio (63%). Mais entregadores completaram o ensino fundamental ou não chegaram neste patamar (18% e 5%, respectivamente), do que um curso técnico (3%) e universitário (11%), o que revela dificuldades enquanto à escolarização dos entregadores, principalmente no que diz respeito à formação especializada. Mais da metade dos entregadores (54%) possui família e moram entre três a quatro pessoas no domicílio, sendo que 51% conta com a ajuda

de outros membros da família para as despesas domésticas e 48% é unicamente responsável pela renda do domicílio, o que se revela preocupante. Em relação ao número de filhos, 44% não possui filhos, e 41% possuem de um a dois filhos, o que pode ser explicado pelo perfil jovem do grupo.

Como se pode observar nas figuras abaixo, há importantes divisões entre categorias de entrega e que vão muito além do universo de entregadores de aplicativo. Elas permitem uma breve visualização do universo dos entregadores, a partir de alguns aspectos como modalidade de entrega (bicicleta ou motocicleta), categoria de entrega (autônomos, terceirizados e entregadores de aplicativo) status de formalidade, plataformas utilizadas, bem como entrega para restaurantes e supermercados e modelo de entrega especificamente dentro do Ifood (“nuvem” ou “OL”):

Figura 2. Principais características das entregas do universo dos motoentregadores de Curitiba - PR



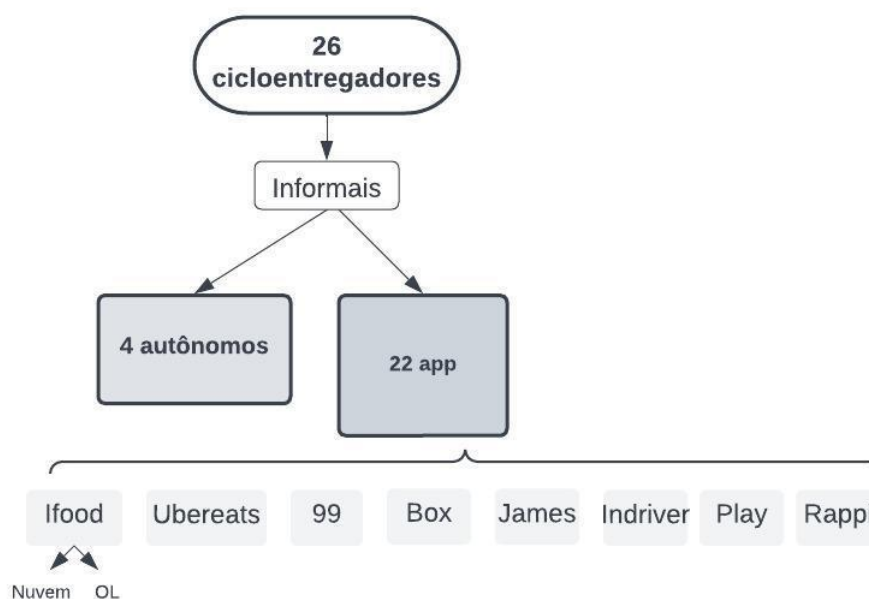
\* Dois motoentregadores não declarou o tipo de vínculo de entrega

Fonte: as autoras (2023)

Todos os não profissionalizados são informais. Mesmo dentre os profissionalizados, os motofretistas, há uma parcela significativa informal (30%).

Mais motoentregadores são informais (55%) do que formais (45%). Apenas 5% dos entregadores possuem um trabalho formal e a maior parte destes trabalha diretamente para os estabelecimentos. Foram identificadas entregas tanto para restaurantes como também para supermercados – esta última atividade cresceu bastante durante o período de pandemia.

Figura 3. Principais características das entregas do universo de entregas dos cicloentregadores de Curitiba - PR



Fonte: as autoras (2023)

Nenhum ciclista declarou trabalhar de maneira formal ou mesmo profissionalizada, que seria a de ciclista mensageiro, também registrada no Código Brasileiro de Ocupações (CBO 5191-05) (BRASIL, 2017). Cicloentregadores também realizam entregas para supermercados, por meio do aplicativo Rappi e Uber eats, sendo que no restante das plataformas as entregas são constituídas totalmente por refeições. Nas grandes cidades, a profissão de “ciclista mensageiro” ou “bike boy” já existia de maneira dispersa e a sua expansão se dá com a centralização deste trabalho para as empresas de aplicativo de entregas (ABÍLIO, 2020).

Dentro da plataforma Ifood existe a possibilidade de entregas por dois modelos: “Nuvem” e “Operador Logístico”. O primeiro modelo realiza o cadastro na plataforma e quando é aceito, pode deixar o aplicativo acionado na hora e local em que desejar.

De acordo com a própria plataforma, 75% dos entregadores trabalham sob este modelo. Além disso, podem atuar em outras plataformas (IFOOD NEWS, 2023).

Já o segundo modelo, de Operador Logístico, se refere à empresa que é contratada pela Ifood para a realização das entregas, que “combina” os termos de trabalho com os entregadores, pois não há um contrato formal que estabeleça os locais e horários em que os entregadores devem permanecer com o aplicativo acionado. Os processos de trabalho, os percentuais de ganhos e gorjetas são definidos e realizados por estas empresas. Estas empresas não possuem exclusividade contratual com a Ifood, podendo operar para outras empresas de entrega também (ibidem).

Ainda em relação ao status de informalidade, a maioria se declarou informal (73%). Abaixo temos a tabela com a distribuição geral, que também apresenta a rotina diária e frequência semanal de trabalho:

**Tabela 3. Distribuição das principais características de trabalho de entregadores de comida de Curitiba – PR, 2023**

<b>Presença de outro vínculo de trabalho</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
	20	22%
<b>Tipos de vínculo empregatício com o outro trabalho*</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Formal	25	27%
Informal	67	73%
<b>Horas trabalhadas por dia (média)</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
4 – 7h	6	6%
7 – 10h	29	31%
10 – 13h	38	40%
13 – 16h	20	21%
Não informado	1	1%
<b>Dias trabalhados por semana (média)</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>6 – 7</b>	77	82%
<b>3 – 6</b>	16	17%
<b>&lt;3 ou não informado</b>	1	1%

Fonte: as autoras (2023)

\* Dois entregadores não declararam o tipo de vínculo de entrega



O nível de informalidade observado foi de 73%, ou seja, ele vai além dos entregadores de aplicativo e se estende para os profissionalizados e terceirizados, que também não possuem contrato formal. A maior parte (74 - 70%) dos entregadores afirmou não possuir outro trabalho além das entregas e dos 20 entregadores restantes que possuem outros empregos, 15 (16%) possuem carteira assinada, o que sinaliza tanto a dependência da maior parte do grupo em relação à atividade de entrega como única fonte de ganhos, como o baixo nível de formalidade dentre os entregadores. Outras pesquisas também mostraram que a maior parte dos entregadores entrevistados depende desta atividade como principal fonte de rendimentos, assim como observado em outras pesquisas (MASSON et al, 2021).

Ainda em relação à informalidade, de acordo com o conceito tal como utilizado pelo IBGE, observa-se que a taxa de informalidade entre os condutores de motocicletas e condutores de automóveis, táxis e caminhonetes aumentou mais do que a média de todos os ocupados no país (MANZANO & KREIN, 2020).

Conforme o relato de um cicloentregador de aplicativo está presente no termo de aceite de “uso” da plataforma Ifood uma cláusula sobre a recomendação de não exclusividade desta atividade:

*Como diz lá no termo de condições do aplicativo, quando a gente aceita começar a trabalhar, que é só pra uma renda extra, não é pra você ganhar a vida (...) É um dos termos que fala que qualquer coisa, qualquer momento eles podem fazer o bloqueio da conta e você fica sem trabalhar (M\_App\_reg4)*

Os termos de uso transferem poderes às plataformas, deixando os entregadores vulneráveis aos interesses das empresas, que podem, por exemplo, modificar ou encerrar o contrato conforme a sua conveniência (REBECHI & BAPTISTELLA, 2021).

Ou seja, esta plataforma se inscreve na lógica da economia de compartilhamento (SLEE, 2019), de acordo com a qual este tipo de atividade seria apenas um “bico”, uma renda “extra”, e não a remuneração principal ou apenas uma situação passageira. No entanto, se pensarmos que em 2021 a informalidade atingiu 40% da população brasileira, esta recomendação perde o sentido e não diminui a precarização a que estes trabalhadores estão submetidos. Enquanto na Europa e Estados Unidos este tipo de trabalho surge como algo temporário ou complementação de renda após a crise econômica de 2008, no Brasil e na América Latina, os “bicos” e o trabalho

informal sempre foram a regra e não a exceção, uma estratégia de sobrevivência da classe trabalhadora precarizada (ABÍLIO, 2020).

Este quadro se torna mais crítico quando se leva em conta a subutilização da força de trabalho, que de 18,7% em 2012 passou para 28,5% em 2021. De acordo com o IBGE, esta categoria de trabalhadores *subutilizados* possui as seguintes características:

desocupação, a subocupação por insuficiência de horas e a força de trabalho potencial, que inclui as pessoas que não estão ocupadas, mas que tomaram alguma medida efetiva para conseguir trabalho, mas não estavam disponíveis para começar a trabalhar; ou não realizaram busca por trabalho apesar de desejarem e estarem disponíveis para começar a trabalhar (IBGE, 2022, p. 5)

Portanto as entregas se tornam o único meio de se completar horas insuficientes de trabalho ou salários baixos de empregos formais, porém precarizados.

A tabela abaixo explora as características socioeconômicas por perfil de entrega:

**Tabela 4. Características socioeconômicas e do processo de trabalho de entregadores de comida de Curitiba – PR, 2023**

	Motofretistas/motociclistas profissionais	Motoentregadores Autônomos/Entrega direta para estabelecimentos	Motoentregadores Terceirizados	Motoentregadores de Aplicativo	Cicloentregadores de Aplicativo	Cicloentregadores autônomos/entrega direta para estabelecimentos
Total n. (% - 94) <sup>1</sup>	30 (33%)	3 (3%)	12 (13%)	23 (24%)	22 (23%)	4 (4%)
Branco n (% - 50) <sup>2</sup>	18 (36%)	1 (2%)	6 (12%)	9 (18%)	12 (24%)	4 (8%)
Negros n (% - 38) <sup>3</sup>	7 (18%)	2 (4%)	6 (16%)	14 (38%)	9 (24%)	0
Asiáticos/ indígenas (4 total) n - %	3 (75%)	-	-	-	1 (25%)	-
Maior % por faixa de idade	56% (35 – 55 anos)	75% (35 – 40 anos)	83% (20 – 35 anos)	60% (30 – 45 anos)	80% (20 – 35 anos)	100% (20 – 35 anos)
Média de anos de estudo	13,5	11	11	11	9	13,5
Possui outro emprego	4	2	5	9	5	1

Fonte: as autoras (2023)

<sup>1</sup>Dois entregadores motofretistas não declararam a raça, por isso a somatória, 28 motofretistas, se encontra menor do que o total de 30 desta categoria.

<sup>2</sup>As porcentagens de brancos dentro de cada categoria foram calculadas de acordo com o total de 50 entregadores brancos.

<sup>3</sup>Na categoria negros estão inclusos também os pardos.

<sup>4</sup>As porcentagens de negros e pardos dentro de cada categoria foram calculadas de acordo com o total de 50 entregadores brancos.

Quando se divide pelas categorias de entrega, motofretistas compõem a modalidade mais velha, ocupando 72% da faixa etária mais velha entre 50 – 67 anos. Possuem mais anos de estudo (68% completaram o ensino médio e 14% o nível superior), menos negros, com mais anos de estudo e a que menos possui outros vínculos empregatícios.

O perfil nacional dos motofretistas revela algumas diferenças. A distribuição por cor revela que a maior parte é de pardos, seguidos por brancos, negros, amarelos e indígenas, a escolaridade predominante (76,6%) é a do ensino médio, seguida pelo ensino fundamental (17,91%). Quando se compara com o mesmo grupo entrevistado nesta pesquisa, portanto, observa-se que a nível nacional a faixa etária é mais jovem, mais branca (62%) e com menores ganhos salariais, porém com a mesma escolaridade (BRASIL, 2022). Especificamente em relação a motoristas de aplicativo, de acordo com o IBGE, 1 a cada 200 brasileiros é motorista de aplicativo, a maior parte homens (60%), brancos, com média de idade de 40 anos, 10,5% possuindo ensino superior completo, e se concentram em SP, RJ e MG (IBGE, 2020).

Motoentregadores terceirizados possuem um perfil jovem (média de 29 anos de idade), com 11 anos de estudo, sinalizando a finalização do ensino médio. Autônomos também possuem a mesma média de anos de estudo, porém média de idade de 31 anos. Já entregadores *plataformizados*, que formam o grupo mais jovem (51% dos jovens da faixa etária entre 19 e 29 anos e 48% na faixa etária entre 30 a 39 anos). Nas faixas etárias mais velhas este percentual diminui progressivamente. Mais da metade de seus entregadores *plataformizados* (60%) concluiu o ensino médio, porém 26% concluíram apenas o ensino fundamental, a maior taxa dentre todas as categorias o que sinaliza o baixo nível instrucional desta categoria.

Em relação aos cicloentregadores, os entrevistados foram predominantemente brancos (62,5%), um quadro que reflete a tendência nacional de ciclistas mensageiros, no qual brancos (102.597) superam em quase 100% os ciclistas negros, amarelos, pardos e indígenas (52.800) (BRASIL, 2022). Os entregadores negros estão mais presentes em aplicativos.

O perfil mais encontrado nas pesquisas realizadas com este grupo é de entregadores de aplicativo jovens e desempregados de periferia, que usam como meio de trabalho a própria força física ao carregar caixas nas costas, pedalando mais de 50 quilômetros por dia, em jornadas de trabalho que podem atingir 12 horas diárias,

sete dias por semana, com remuneração equivalente a um salário-mínimo (ABÍLIO, 2020).

Dentre os cicloentregadores, 46% completaram o ensino médio e 12,5% o superior. A média de anos de estudos é menor para cicloentregadores de aplicativo, porém cicloentregadores autônomos possuem os mesmos anos de estudo, em média, quando comparados a motoentregadores.

A tabela abaixo revela um processo de trabalho geralmente caracterizado pela informalização e precarização:

**Tabela 5. Principais aspectos do processo de trabalho, por categoria e modalidade, de entregadores de comida de**

	<i>Motofretistas</i>	<i>Motoentregadores autônomos</i>	<i>Motoentregadores terceirizados</i>	<i>Motoentregadores de aplicativo</i>	<i>Cicloentregadores autônomos</i>	<i>Cicloentregadores de aplicativo</i>
<b>Total n (% - 94)</b>	30 (32%)	3 (3,2%)	12 (12,8%)	23 (24,4%)	4 (4,2%)	22 (23,4%)
<b>Formais n (% - 25)<sup>6,7</sup></b>	19 (76%)	2 (8%)	3 (12%)	1 (4%)	0	0
<b>Informais n (% - 67)<sup>8</sup></b>	10 (15%)	1 (1%)	8 (12%)	22 (33%)	4 (6%)	22 (33%)
<b>Média de horas trabalhadas por dia</b>	10 horas	9,3	9,9 horas	10,5	7,3	11
<b>Média de dias trabalhados/semana</b>	6 dias	5 dias	7 dias	6 dias	6 dias	6 dias
<b>Renda mensal média R\$</b>	3262,5	1.860	2.587,5	2.291,2	1.666	2.023
<b>Maior % de entregadores por faixa de renda</b>	60% acima de 3000 reais	75% entre 2000 e 3000 reais	42% ente 3000 e 3900 reais	43% entre 1500 e 2900 reais	75% abaixo de 1500 reais	50% entre 2000 e 2900 reais
<b>Remuneração fixa</b>	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Horário fixo de trabalho</b>	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
<b>Horário fixo para descanso</b>	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Horário fixo para alimentação</b>	Formais	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Auxílio Alimentação<sup>1</sup></b>	Formais	Sim	Variável <sup>2</sup>	Não	Sim	Não
<b>Auxílio EPI (capacete, colete, máscara, álcool gel</b>	Não	Não	Não	Não	Não	Variável <sup>5</sup>
<b>Auxílio/Seguro saúde</b>	Formais	Não	Apenas formais	Variável <sup>4</sup>	Não	Não
<b>Acesso a banheiro e abrigo fixos</b>	Sim	Sim	Variável <sup>3</sup>	Não	Sim	Não

**Curitiba – PR, 2023**

Fonte: as autoras (2023)

<sup>1</sup> Inclui tanto auxílio financeiro quanto garantia de refeições

<sup>2</sup> Apenas entregadores formais e terceirizados cujos restaurantes fornecem voluntariamente

<sup>3</sup> Apenas para terceirizados cujos restaurantes fornecem voluntariamente

<sup>4</sup> Apenas entregadores atuantes pela plataforma Ifood

<sup>5</sup> Algumas plataformas forneceram álcool gel e máscara

<sup>6</sup> Dois entregadores não declararam o tipo vínculo de entregas (formal ou informal)

<sup>7</sup> As porcentagens foram calculadas de acordo com o total de 25 formais

<sup>8</sup> As porcentagens foram calculadas de acordo com o total de 67 informais

A informalidade é mais presente em cicloentregadores e motoentregadores de aplicativo. Motoentregadores terceirizados trabalham mais dias por semana (7) e motoentregadores autônomos menos dias (5), dentre todas as categorias. As duas modalidades de autônomos trabalham menos horas por dia e possuem menos ganhos em relação às outras modalidades das respectivas categorias.

De forma geral, a renda média é de R\$2.584,00, sendo que para entregadores que utilizam motocicletas, a renda declarada foi de R\$3.654,18. A maior parte dos entregadores se concentra na faixa salarial de até R\$3.000,00. Estes valores, no entanto, não incluem gastos com combustível e manutenção de motocicletas e bicicletas, que podem levar a um valor líquido bem menor. Entregadores formais relataram remuneração mensal, autônomos relataram receber quinzenalmente ou mensalmente e entregadores de aplicativo recebem semanalmente. Segundo a estimativa dos entregadores, os gastos com gasolina, óleo e manutenção das motos podem variar entre R\$1.500,00 e R\$2.000,00 mensais, quando não há acidentes ou danos mais complexos em relação às motos. De acordo com um dos entregadores entrevistados, o fato da necessidade de maior aceleração e o peso das entregas, principalmente quando são de supermercado, diminuem o rendimento das motos.

A tabela acima mostra que os motofretistas entrevistados possuem uma média salarial maior do que as demais categorias e modalidades, com a maior renda média (R\$3.210,00) em comparação com as outras faixas etárias. Trabalham menos dias por semana, com horários semelhantes aos demais motoentregadores. A renda média a nível nacional é de R\$1.621,89, com carga semanal de trabalho média de 41 horas.

Esta categoria possui classificação formal do Código Brasileiro de Ocupações (5191-10) (BRASIL, 2012) e várias exigências em relação à rotina de trabalho, dentre elas, obter uma licença especial na carteira nacional de habilitação, características da moto (caixa fixa ou baú para transporte de cargas, protetor de pernas, antenas cortapipa, colete com fitas reflexivas e placa vermelha), além de usar paramentação pessoal específica contendo Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) de acordo com a resolução Resolução 943 de 28 de março de 2022 (BRASIL, 2022), além do pagamento de taxas obrigatórias ao DETRAN. O uso das motocicletas com placa vermelha pode ser feito somente durante o horário de trabalho (BRASIL, 2022). O cadastro de motofretistas deve ser realizado pelo órgão Urbanização de Curitiba S/A (URBS), da Prefeitura de Curitiba (Prefeitura de Curitiba, 2010). Os motoentregadores devem fazer o curso preparatório pelo SINTRAMOTOS. O número de motofretistas

empregados diminuiu, ainda que ligeiramente, entre 2015 e 2020, passando de 129,026 para 124,580, respectivamente (BRASIL, 2022), o que revela a competição com as plataformas de aplicativo e o sentimento de desvalorização em relação a esta categoria:

*O motoqueiro no caso não é muito bem visto ainda pela sociedade, né? Inclusive, a gente é meio discriminado, entendeu? Se fosse, todo mundo respeitasse a gente como profissional que a gente é, principalmente a gente que tem o curso, né? A gente que anda sempre tudo certinho, né? Porque tem muito motoqueiro aí que não tem nada (M\_F4)*

Motofretistas frequentemente alegaram que, além da dificuldade do cumprimento do salário e benefícios fixados pelo SINTRAMOTOS<sup>5</sup>, os restaurantes e empresas terceirizadas muitas vezes preferem contratar entregadores autônomos abaixo do piso estabelecido por este Sindicato ou se vincular às plataformas de aplicativo de entregas. Ou seja, as plataformas acabam por rebaixar os salários e precarizar o trabalho dos trabalhadores que não atuam nas plataformas, no caso, terceirizados e autônomos, além de desvalorizar o esforço para regularização dos motofretistas, devido à pressão exercida por sua concorrência. A expansão das entregas terceirizadas somente é possível devido a fatores como extensão de crédito para aquisição de motos, a popularização de celulares, a baixa qualificação e ganhos maiores do que ocupações do mesmo nível. Os aplicativos, por sua vez, tornam-se uma alternativa às entregas terceirizadas, desde que o entregador abra mão dos poucos direitos e se sujeite à ampla concorrência e trabalho durante um maior número de horas para tentar aumentar os ganhos (ABÍLIO, 2020).

Apesar dos motofretistas entrevistados possuírem a maior taxa de formalidade (contrato com carteira assinada), ainda há uma porcentagem que trabalha sem

---

<sup>5</sup> De acordo com a convenção coletiva de trabalho desta categoria CCT 2020/2021, a composição salarial é calculada de acordo com o salário base + 30% de adicional de periculosidade + diária de locação da motocicleta + valor mínimo de entrega conforme quilometragem. A hora trabalhada é de 5,86 (Valor do Salário Base dividido pela carga horária máxima da CLT). O adicional de periculosidade de 30% equivale a 1,76 a hora, o aluguel da moto, R\$ 3,87 a hora. O mínimo de horas à serem pagas aos motociclistas em relação à locação da motocicleta é o equivalente a 5 horas, mesmo que a jornada do mesmo seja inferior à este tempo. As horas extras variam entre 60% e 100%. Já as taxas de entrega são calculadas por quilometragem: até 3 km: R\$ 6,00, até 5 km: R\$ 9,00, até 7 km: R\$ 13,00 e acima de 7 km cabe a negociação entre empregador e empregado (SINTRAMOTOS, 27 de maio de 2021).

carteira assinada, de forma direta para o estabelecimento ou por aplicativo (estes foram incluídos na categoria de motofretistas por ainda se vincularem legalmente à categoria). Face à desvalorização desta categoria por conta do crescimento das entregas por aplicativos, fato evidenciado pelos discursos, alguns ainda complementam a sua jornada com entregas por aplicativo em turnos diferentes.

Outro diferencial desta categoria, como apresentado acima é o processo de trabalho que envolve uma jornada mais previsível do que as outras categorias, com ganhos e horários fixos, ganho de refeições nas empresas ou restaurantes que trabalham, bem como acesso a banheiros, abrigo dentro dos estabelecimentos e horários definidos para descanso.

Os motoentregadores terceirizados são aqueles que trabalham para empresas que terceirizam as entregas para restaurantes. Como se pode observar na tabela acima, a maior parte (66,6%) possui vínculo empregatício formal, que se explica pelo vínculo empregatício em outros trabalhos. Os ganhos mensais médios são maiores em relação a autônomos e entregadores de aplicativos, porém, assim, como eles, trabalham todos os dias da semana.

O processo de trabalho desta categoria possui fatores mais variáveis. Esta categoria trabalha para empresas que terceirizam as entregas para restaurantes, não possuindo vínculo com os restaurantes em si, sendo constituído por oito formais, nove informais e três com MEI, que são contratados, porém devem arcar com o pagamento de seus próprios benefícios. Após serem recrutados, são direcionados para restaurantes, alguns de forma semanal, outros de forma mensal. Em restaurantes com maior número de entregadores, operam sob a forma de rodízio e possuem um volume de horas acordado com a empresa e o restaurante, que ocorre geralmente por períodos. Não recebem um valor mensal fixo, mas sim uma porcentagem de cada taxa de entrega realizada em seu turno, fora uma taxa fixa diária para permanecer no local.

De acordo com os terceirizados entrevistados, a vantagem de se trabalhar nesta modalidade em relação às outras categorias é a possibilidade de entregas “garantidas”, o trabalho fixo e o possível vínculo realizado com o estabelecimento. Alguns permitem uso da cozinha para acondicionar e esquentar marmitas ou até mesmo fornecem refeições, permissão para utilização do banheiro, acesso à água e, em alguns casos, abrigo de chuva. Possuem sistema de rodízio, que garante um determinado número de entregas. Entretanto, estes “benefícios” são opcionais e não constam nos contratos estabelecidos entre as empresas terceirizadas e os

restaurantes, que por sua vez, podem oferecer ou não algumas dessas opções. O processo de trabalho desta categoria, portanto, é mais variável em relação aos motoentregadores, porém mais previsível se comparado com os entregadores de aplicativo.

Esta variabilidade ocorre há mais de duas décadas, com redução dos segmentos trabalhistas mais estáveis e a reintegração ocorreu com situações de trabalho frágeis, sob regimes de terceirizações (FRANCO, DRUCK, SELIGMANN-SILVA, 2010), portanto esta categoria também se encontra sujeita ao processo de precarização do trabalho.

Motoentregadores autônomos são aqueles que não possuem vínculo formal ou contrato, trabalhando de forma direta para restaurantes. O processo de trabalho desta categoria possui mais aspectos fixos, porém é destituído de direitos e garantias. Trabalham menos horas por dia e possuem o menor ganho mensal dentre os motoentregadores. A remuneração é feita por taxas diárias pagas por restaurantes sem a mediação de terceiros (valores fixos por dia), mais o valor integral da taxa de entrega. Não há contrato formal, e o número de horas é acordado entre trabalhador e restaurante.

As oportunidades geralmente são divulgadas de maneira informal via grupos de redes sociais dos próprios entregadores, nos quais estes podem avaliar as melhores propostas. Os entregadores então se candidatam e realizam acordos sobre os períodos de trabalho e as taxas diárias a serem recebidas, além do valor integral pelas entregas (diferentemente das empresas, os restaurantes não retêm valores destas taxas, o que torna esta modalidade de entrega atrativa para alguns entregadores). Como não possuem nenhum tipo de vínculo ou proteção trabalhista, formam grupos de redes sociais para denunciar situações de abuso presentes nos restaurantes, ou mesmo para indicar boas oportunidades.

Os aspectos fixos envolvem vínculo com os estabelecimentos, fornecimento de água, banheiro, comida e abrigo. A sensação do ganho integral da taxa de entrega (o que não acontece para terceirizados), da ausência de exigências formais (o que ocorre para motofretistas) e das entregas garantidas torna essa uma opção convidativa e representa uma alternativa aos aplicativos que exigem tempo de entrega e não envolvem os benefícios, apesar da renda mensal média ser menor. Como forma de ajuda mútua, os autônomos relataram a ocorrência de denúncias e alertas dos



locais que oferecem condições de entregas ruins em grupos de aplicativos de mensagens.

Por último, o processo de trabalho percebido como mais crítico é vivido pelos entregadores plataformizados. Tanto pelo seu processo de trabalho quanto pelo perfil dos próprios entregadores. As plataformas são construídas de acordo com cálculos algorítmicos não neutros, seguindo a lógica neoliberal radical e de acúmulo de capital, apesar da aparência de neutralidade. Os algoritmos são pensados por pessoas que imprimem seus próprios valores atrelados à raça, gênero e classe (GROHMANN, 2020).

Motoentregadores de aplicativo compõem a modalidade que possui mais vínculos de emprego além das entregas, porém estes empregos são em sua quase totalidade, informais. O processo de precarização do trabalho contemporâneo faz com que esses entregadores acumulem vários empregos informais, mal remunerados e precarizados e se distanciem progressivamente do alcance de um emprego formal digno, por ausência de qualificação profissional e pelo acúmulo de anos de emprego informal ou mesmo desemprego.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define *trabalho decente* como o trabalho produtivo e adequadamente remunerado, em condições de liberdade, equidade, segurança, sem discriminação e capaz de garantir vida digna (ARAÚJO & MORAIS, 2017). Desta forma, os indicadores presentes no trabalho precário, deste modo, são: informalidade, forma de inserção e contrato precários, flexibilização da legislação trabalhista, terceirização, intensificação do trabalho, adoecimento, acidentes de trabalho, perdas salariais, fragilidade dos sindicatos e identidades coletivas (DRUCK, 2011).

A flexibilização, que acomete não somente entregadores de aplicativo, mas formais, terceirizados e autônomos, traz assimetria entre empregador e empregado, que deve ser responsabilizar pelo ônus do processo de trabalho e ainda não possuir garantias de permanência (ARAÚJO & MORAIS, 2017).

Em média, plataformizados trabalham mais de 10 horas diárias, de 6 a 7 dias por semana. Dos 39 entregadores, apenas 1 possui vínculo formal advindo de outro trabalho além das entregas. O trabalho é iniciado quando o cadastro realizado na plataforma de entregas é aprovado. A partir de então, os entregadores são convidados a deixarem os seus aplicativos na forma ativa para receberem as chamadas para as entregas.

O fato de nenhum dos aspectos do processo de trabalho ser previsível, desde o número de horas, o valor ganho, até aspectos vitais como acesso à alimentação, água, abrigo e banheiro, o torna o mais crítico. Outro importante aspecto imprevisível deste processo de trabalho se dá em relação às porcentagens de ganho de entregadores, restaurantes e das plataformas, por isso frequentemente foi relatada a dificuldade de estimativa dos lucros obtidos com as entregas (VIDIGAL, 2021).

Em relação a cicloentregadores, nota-se que esta informalização atinge 100% desta categoria, e esse é um dos motivos pelos quais os ganhos mensais desta categoria serem inferiores. O processo de trabalho é percebido como mais inseguro, principalmente para os plataformizados, devido às longas distâncias percorridas de suas residências até os points de entrega, somadas ao percurso das entregas e níveis de dificuldades enfrentados no trajeto (apenas um entregador mora até cinco quilômetros do point de entrega, 10 entregadores moram até 10 km e seis entregadores moram mais de 20 km de distância do seu point), o que causa grande desgaste físico. Além de apresentarem longas jornadas de trabalho sem garantia de remuneração e intenso desgaste físico, precisam se adaptar às ruas que não possuem ciclofaixas (ABÍLIO, 2020). Assim como observado em outros estudos (ABÍLIO, 2020; ALIANÇA, 2019), a maior parte dos cicloentregadores almejam se tornar motoentregadores, o único tipo de “ascensão social” e econômica possível dentro do universo das plataformas.

Cicloentregadores de aplicativo ganham menos do que motoentregadores de aplicativo, porém mais do que os autônomos, que por sua vez trabalham menos horas e possuem os menores salários em relação a todas as outras categorias. O grupo dos cicloentregadores forma a modalidade mais vulnerável em termos de enfrentamento de mais adversidades como esforço físico e segurança, principalmente quando são negros. Muitos relatos desta categoria revelaram inclusive a dificuldade de se realizar entregas de supermercado devido ao grande peso das compras, a falta de ergonomia das *bags* para acomodar as compras e o excessivo esforço físico para realizar este tipo de entregas. Neste sentido, notaram-se também diferenças no processo de trabalho vivido por entregadores negros em relação aos brancos, que podem ser visualizados na tabela abaixo:

Tabela 6. Diferenças de processo de trabalho para entregadores de comida negros e brancos de Curitiba – PR, 2023

		<i>Geral<sup>1</sup></i> (94)	<i>Motofretistas</i> (30) <sup>2</sup>	<i>Motoentregadores</i> <i>autônomos</i> (3)	<i>Motoentregadores</i> <i>Terceirizados</i> (12)	<i>Motoentregadores</i> <i>de App</i> (23)	<i>Cicloentregadores</i> <i>de App</i> (22) <sup>3</sup>	<i>Cicloentregadores</i> <i>autônomos</i> (4)
<i>Branco</i> s	N (50) <sup>2</sup>	50	18	1	6	9	12	4
	%	54,5%	19%	1%	6,3%	9,5%	12,7%	4,2%
<i>Negro</i> s <sup>3</sup>	N (38) <sup>4</sup>	38	7	2	6	14	9	0
	%	41,3%	7,4%	2,1%	6,3%	14,9%	9,5%	-
<i>Nível de informalidade e n (% - total de cada cor)</i>	<i>Branco</i> s	N 34	4	1	4	9	12	4
	%	36,1%	4,2%	1%	4,2%	9,5%	12,7%	4,2%
<i>Média salarial mensal (R\$)</i>	<i>Negro</i> s	N 33	4	1	5	14	9	-
	%	35%	4,2%	1%	5,3%	1%	38	-
<i>Média n. horas trabalhadas/dia</i>	<i>Branco</i> s	2.758	3.341	3.141	3.086	2.200	2.341	1.750
	<i>Negro</i> s	2.400	2.614	2.438	2.806	2.593	1.638	1.500
<i>N. dias trabalhados/semana</i>	<i>Branco</i> s	10,4h	10,6h	8h	9,6h	10h	11,1h	7,3h
	<i>Negro</i> s	10,4h	11,5h	7h	9,3h	11h	12h	-
	<i>Branco</i> s	6,1	6,1	6,1	6,5	6	6	6,1
	<i>Negro</i> s	6,3	6,3	5,5	7	6,5	6,1	-

Fonte: as autoras (2023)

<sup>1</sup> Do total de 94 entregadores, três se declararam asiáticos, um se declarou indígena e dois não declararam cor, por isso o total de negros e brancos é de 88 entregadores.

<sup>2</sup> Na categoria negros foram incluídos também os pardos.

<sup>3</sup> A porcentagem de brancos de cada categoria foi calculada de acordo com o total de 94 entregadores.

<sup>4</sup> A porcentagem de negros de cada categoria foi calculada de acordo com o total de 94 entregadores.

Como se pode observar esta tabela, em média, os entregadores negros ganham 13% a menos em relação aos brancos. Os números em destaque revelam maior informalidade e média salarial menor em quase todas as modalidades, mesmo quando o número de horas e dias trabalhados permaneceu semelhante ou foi superior. Destaca-se também a maior ocupação de negros nas posições mais vulneráveis, cujo processo de trabalho é mais adocedor, como é o caso de motoentregadores de aplicativo, consequentemente, ocupam menos posições nas categorias em que os processos de trabalho são mais previsíveis, como é o caso de motofretistas, terceirizados e autônomos e mesmo quando os ocupam, ganham menos.

Esta diferença demarca uma maior exposição de entregadores negros a um processo de trabalho ainda mais precarizado, confirmando inclusive tendências

observadas em outras pesquisas, que mostram o grande percentual de entregadores negros e periféricos como cicloentregadores de aplicativo (ABÍLIO, 2020b).

A PNAD Covid também revelou um perfil de trabalhadores do ramo da entrega da comida constituído por homens e negros, sendo que os mais jovens assumem condução de motocicletas e bicicleta, pois requerem menos investimento inicial do que a compra ou aluguel de carros. Já homens mais velhos e negros, procuram sair da condição de desemprego virando motoristas de carro e caminhonetes (IBGE, 2020).

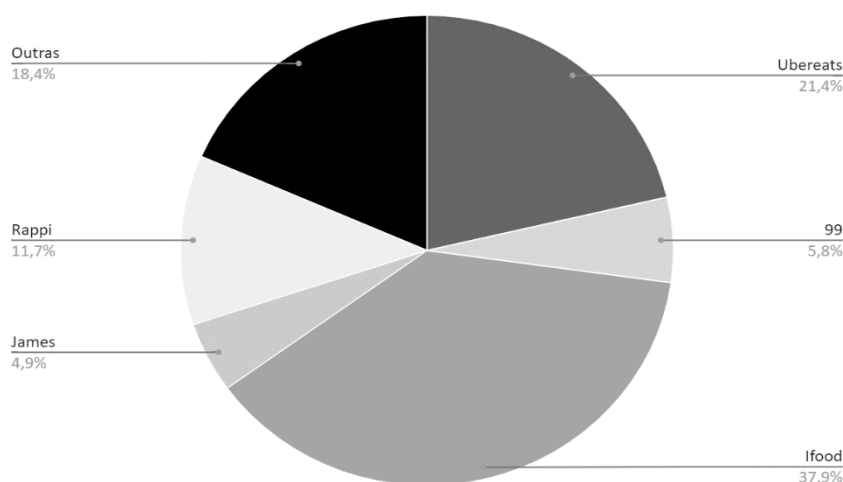
De forma geral, o trabalho plataformizado prevalece em grupos marginalizados como migrantes, negros, periféricos (ABÍLIO, 2020). A bicicleta é o primeiro veículo de entrega de jovens negros, periféricos e com baixa formação educacional (ABÍLIO, 2020b). Nesta pesquisa observa-se que os cicloentregadores plataformizados negros compõem o grupo mais vulnerável, que não enxerga possibilidades de crescimento nesta atividade e utilizam a bicicleta por não poderem adquirir motocicletas. Já os cicloentregadores brancos, de aplicativo ou autônomos, são em sua maioria mais jovens e possuem outros vínculos de trabalho e/ou vêm de famílias de classe média. Esta categoria enxerga o trabalho de entregas como uma atividade física saudável, mas passageira, ou ainda passível de evolução por meio da compra de uma motocicleta.

Quando se observa a categorização por cor, entregadores negros, ciclo ou motoentregadores de todas as categorias de entrega consideradas aqui neste estudo, apresentam ainda alguns dados preocupantes. Todos os entregadores brancos que testaram positivo para covid-19 conseguiram se afastar, mesmo com apenas suspeita de estar com a doença. Já menos da metade dos oito entregadores negros com este diagnóstico, conseguiu se afastar. Foi observada também maior dificuldade no acesso a serviços de saúde por parte de entregadores negros. Apesar de terem mais diagnósticos de doenças crônicas (10), acessam menos serviços de saúde tanto públicos quanto privados.

Estas dificuldades podem ser explicadas devido à sua menor renda e ao fato da principal modalidade de entregas ser via aplicativo, o que impossibilita o afastamento não remunerado, no caso do covid-19, e a frequência aos serviços de saúde, devido à necessidade de disponibilidade de um grande volume de horas para receber as chamadas e tentar aumentar a renda, que já é mais baixa quando comparada a entregadores brancos, por exemplo. De forma geral, trabalhadores negros estão mais

sujeitos à informalidade. Em 2021, dos trabalhadores que foram para a informalidade, a maior parte é negra (46,3%), sendo que brancos contabilizam 32,7% (IBGE, 2022). Portanto, o fato de os entregadores negros estarem mais propensos à informalidade provoca dependência de atividades como esta e, conseqüentemente, menores ganhos.

Figura 4. Principais empresas de aplicativo utilizadas pelos entregadores plataformizados de Curitiba - PR



Fonte: as autoras (2023)

A plataforma que mais possui adesão é a Ifood (44%), dentre os entregadores entrevistados, seguida pela UberEats (21%) e a Rappi (13%). Os entregadores afirmaram que, apesar da dificuldade de conhecimento completo das regras de funcionamento, o Ifood possuiria uma relação taxa/km, valores adicionais por deslocamento e chuva, corridas com menores distâncias, e condições de pagamento melhores do que as outras plataformas – essas seriam as principais justificativas para a escolha dessa plataforma.

Dentro da diferenciação entre entregadores “nuvem” e “OL” existem algumas especificidades. De acordo com relato de entregadores OL, cada empresa que opera este modelo tem as suas divisões e regiões de atuação na cidade de Curitiba, por isso os entregadores precisam estar situados em determinadas regiões da cidade. A ideia principal é que cada uma dessas regiões tenha um *pool* de entregadores, para que a empresa sempre tenha um número disponível por região e, desta forma, mantenha sua classificação favorável. Foram entrevistados ao todo 5 entregadores deste modelo

de entrega, de 3 empresas diferentes. A partir desses relatos, observou-se que os processos de trabalho também são diversos em relação ao número e tempo total das pausas diárias, assim como o período a ser dedicado a esta atividade:

*Essa (empresa de OL) é, digamos que é uma das menos flexíveis. Tem outras que, conversando com colegas, teve um colega que ele tava pensando em ser OL porque ele tava precisando de mais dinheiro e OL acaba tendo preferência, né, nos pedidos. E ele conversou com o pessoal da (empresa de OL), só que ele precisava... Era um negócio inegociável pra ele, ele precisava do domingo, folga no domingo. E a (empresa de OL) falou "não, sua folga é na quarta ou na quinta e domingo não tem como". Daí ele falou que então deixa. Ele foi conversar com outra base. Nessa outra base ele conseguiu essa flexibilidade (M\_AppOL5)*

Portanto, como se pode observar no discurso acima, não existe padronização nos processos de trabalho das OL, que apenas possuem metas de entrega, gerando um aumento da pressão por produtividade, porém com ausência de garantia de qualquer bônus, o que faz com que muitos entregadores optem por se tornarem *nuvem* para, ao menos, ter alguma flexibilidade na rotina. Neste sentido, quatro entregadores relataram possuir apenas duas pausas de 15 minutos durante o turno de 8 horas de trabalho, incluindo almoço, banheiro e descanso. Além disso, não podem recusar chamadas, independentemente das condições climáticas e distância das entregas. Precisam atender às exigências dos empregadores, porém sem possuir um vínculo empregatício. Todos os OL entrevistados relataram que apenas poucos *nuvem* são chamados para trabalhar nesta modalidade.

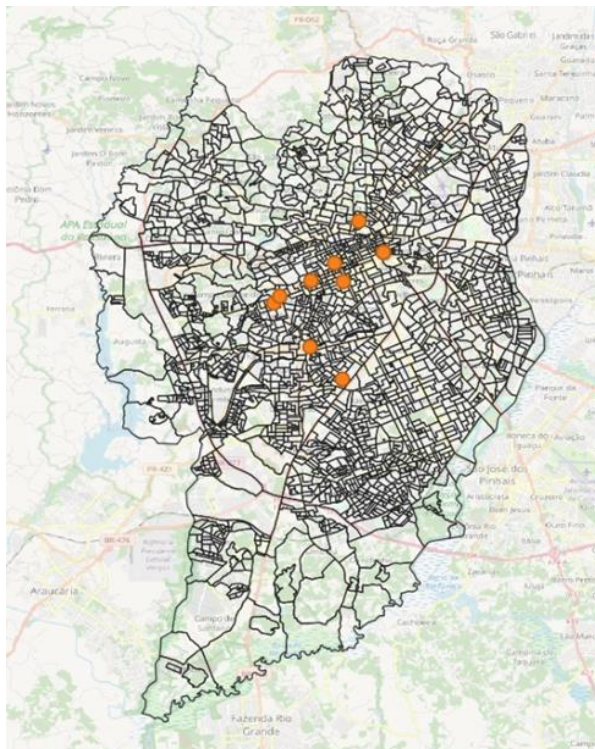
Nenhum entregador OL relatou possuir um local físico para abrigo, uso de banheiro e água e distribuição de EPI. Todos os 5 não possuíam contrato e não sabiam a localização física desta empresa e nunca entraram em contato direto com a empresa. Por último, estes entregadores informaram que estas empresas não provêm treinamentos, seguro saúde e não se responsabilizam pela manutenção dos veículos. Desta forma, observa-se que a única função das empresas OL é a redistribuição logística e realização de cobrança de metas dos entregadores, e este é o motivo pelo qual muitos entregadores não desejam trabalhar neste modelo.

Após testagem em 2022, a Ifood está lançando o modelo de franquia, no qual os entregadores terão acesso a banheiro, abrigo e carregador de celulares, mas apenas para os que quiserem trabalhar sob a modalidade de operadores logísticos, e não para os operadores *nuvem* (Ifood News, 2023).

Se pensarmos que o processo de informalidade mescla aspectos formais e informais (PINHEIRO-MACHADO, 2008), e que o mercado informal possui ordem, forma e lógica, a criação e contratação formal de uma empresa para gerenciar trabalhadores informais é uma maneira de se garantir um tipo de informalidade produtiva e “organizada”, por meio da plataformização. Os entregadores sentem-se trabalhando neste formato “organizado”, com uma grande quantidade de regras, porém não entendem exatamente *para quem se está trabalhando*, inclusive se estas regras pertencem às plataformas ou às empresas OL. De qualquer forma, estas empresas não transmitem o sentimento de chefia ou controle.

Sobre os locais investigados, conforme descrito na seção Metodologia, três se situam em bairros de classe média adjacentes à região central, e os seis restantes se situam na região central da cidade, como se pode ver no mapa abaixo:

Figura 5. *Points* de pesquisa na cidade de Curitiba - PR, 2022



Fonte: as autoras

A observação *de perto e de dentro* (MAGNANI, 2002) que buscou compreender os padrões, hábitos, equipamentos, expedientes, bem como e a multiplicidade do contexto destes entregadores identificou que nenhum dos *points* destinados a entregadores de aplicativo visitados possuía local destinado aos entregadores,

cobertura adequada para a sua permanência e de suas motos, assentos adequados, banheiros, tomadas e locais de higienização. Todos se sentavam em calçadas ou improvisavam bancos, alguns ficavam embaixo de árvores e, quando chovia, ficavam embaixo das marquises dos restaurantes locais. Enfrentavam situações de chuva, calor e frio em cima de suas motos, pois relataram o medo do roubo, algo muito frequente.

Um desses locais era uma praça e o restante, shopping centers. Os entregadores ficavam em frente aos shoppings e estacionavam as suas motos nas vagas comuns de estacionamento. Utilizavam-se dos banheiros e tomadas dos shoppings. Foi observado que nestes shoppings havia locais específicos para entregadores dentro da entrada de serviços/fornecedores, porém devido à alta demanda por entregas não há espaço suficiente para acomodar todos os entregadores. As direções dos shoppings também costumam designar os locais permitidos aos entregadores do lado de fora. Além disso, muitos entregadores que atendem chamadas de outros locais também aproveitam esses espaços em frente aos shoppings.

Chama a atenção outro *point* de entregadores de aplicativo, situado em frente a uma famosa vila gastronômica localizada em bairro de classe média de Curitiba, no qual há um local, junto à cerca frontal do estabelecimento, circunscrito, pavimentado e com placa indicando a localização obrigatória dos entregadores, porém sem cobertura e proteção contra o frio e dias de calor. Em última análise, aos entregadores de aplicativo é delegada, em quase a totalidade dos casos, a *rua* como local de trabalho e permanência.

Em relação aos locais de entregadores terceirizados, alguns possuíam abrigo, assento, banheiros, tomadas ou mesmo a disponibilização de micro-ondas e geladeira pelo próprio restaurante. Entretanto, como já citado anteriormente, nenhum desses itens, somando-se a alimentação dos entregadores, é obrigatório e se encontra acordado entre restaurante e empresa terceirizada. Por tal motivo, muitos entregadores terceirizados também permanecem em frente aos restaurantes em pé em suas motocicletas ou sentados em bancos improvisados por eles. Em um dos *points* terceirizados analisados, num pequeno espaço em frente ao restaurante destinado ao recebimento de fornecedores, concentravam aproximadamente 15 entregadores, que se revezavam entre o chão e o banco improvisado.



Todos os autônomos entrevistados possuíam abrigo, acesso aos banheiros, tomadas e refeições fornecidas pelos restaurantes durante o período de suas entregas. Geralmente trabalham para restaurantes menores, atendendo a demanda somente destes estabelecimentos, pelo menos no período acordado. Os autônomos que também trabalhavam por aplicativo em contraturno acabavam permanecendo em locais como praças e em frente aos shoppings. Entretanto, de acordo com o discurso dos mesmos, estes usos e concessões não são ofertados por todos os restaurantes. Como geralmente esta categoria de entrega pode não ter entregas garantidas durante todo o período, procura as melhores condições de trabalho e as melhores taxas diárias.

Os entregadores autônomos geralmente estacionam suas motos em frente aos estabelecimentos e se sentam em cadeiras concedidas aos entregadores autônomos, muitas vezes em frente a estes estabelecimentos também. Nota-se que geralmente os autônomos alcançam o status de funcionários não contratados e temporários. De forma geral, esta condição de trabalho temporário é uma constante em todas as modalidades e categorias, fato que relega aos trabalhadores uma posição de “quase funcionários”, ou “quase contratados”, no caso de alguns autônomos, mas de forma geral, todos parecem ocupar-se de um “quase emprego”, oriundo de uma percepção de empresários sobre um certo tipo de *presença impermanente*.

Mesmo com a ausência de bancos, abrigo, EPIs, se faz presente a identidade impressa nas caixas de muitas motocicletas. A maioria dos motoentregadores de aplicativo possuem *bags*, grandes mochilas térmicas, que são disponibilizadas esporadicamente por algumas plataformas. No caso da Ifood, há distribuição de *bags*, produtos customizados e jaquetas uma vez ao ano em eventos comunicados aos entregadores (Portal do entregador Ifood, 2019), porém muitos entregadores acabam adquirindo por compra. De acordo com a Resolução 241 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), é vedado o uso de caixa fixa de maiores dimensões sem a placa vermelha, que demonstra a profissionalização do entregador, pois o veículo é considerado um transporte de carga e veículo de aluguel, no qual o motorista está exercendo uma atividade remunerada (BRASIL, 2007).

No entanto, é muito frequente o uso de caixas fixas por motoentregadores sem placa vermelha, principalmente porque permite a entrega de pizzas, cujas caixas são muito grandes para as *bags*. Por tal motivo, os entregadores se organizam por meio de suas redes sociais para comunicarem a localização de blitz de automóveis pela

cidade, de forma diária, para evitarem as multas (R\$195,00). O motivo da multa é para o incentivo do uso de baús, EPI e regularização da categoria, justificado pelo perigo que o transporte dos alimentos via *bags*, além da ausência de outros EPI, representam para o entregador em caso de acidente.

Portanto, existe uma hierarquia de objetos, que determinam o grau de profissionalização, a cor e o nível de renda. Na base desta hierarquia encontram-se cicloentregadores negros com suas bicicletas sem aparatos, com suas *bags* nas costas, passando pelos cicloentregadores brancos com suas bicicletas motorizadas, que já exige um certo nível de investimento. Um salto muito grande é dado na aquisição das motocicletas, que dividem o universo das entregas e proporcionam mais renda e a diminuição do esforço físico, possibilitando mais horas trabalhadas com menos fadiga física, apesar de trazerem mais perigos com a alta velocidade. Já no topo desta hierarquia se encontram os motofretistas, e seus objetos obrigatórios, e que, apesar de não obterem a valorização necessária e esperada, ainda proporcionam maiores ganhos mensais.

A observação participante dos *points*, a observação das interações em redes sociais e os discursos dos grupos em questão também permitiu identificar o reconhecimento de identidades ligadas às categorias:

- *Motoqueiro*: um entregador “amador”, “não profissional”, que adquire motocicletas para fazer entregas e não se profissionaliza, usado de forma pejorativa para se referir a uma certa “banalização” da profissão,;
- *Motocas*, que inclui todas as categorias de entrega (autônomos, terceirizados e plataformizados), usado de forma respeitosa e empática, com alusão a uma identidade em comum entre os entregadores;
- *Cachorro louco* ou *piseira* representam os motociclistas, geralmente de aplicativo, jovens, que abusam da velocidade no percurso das entregas, infringindo regras de trânsito. Usada primeiramente de modo pejorativo por outras categorias de entrega, principalmente por motofretistas, a identificação enquanto “cachorro louco” acabou sendo assumida por muitos motoentregadores. Este subgrupo de motociclistas possui ritos e símbolos específicos, conformando um grupo homogêneo, uma *galera*, que transforma um *point* em *pedaço* (MAGNANI, 2002). Galeras, turmas ou bandos exibem nas roupas, postura corporal, preferências musicais, e no caso dos entregadores, em suas caixas transportadoras, os seus símbolos e

estratégias de luta e resistência, e os levam em seus trajetos em meio aos carros, aos domicílios onde realizam as entregas. Estes símbolos permitem formar identificação, construir vínculos com outros entregadores do mesmo perfil por meio de códigos comuns, fortalecer laços entre os “iguais”, tecer a rede de sociabilidade (MAGNANI, 2002);

- *Motonóia*: usado de forma pejorativa para designar uma subcategoria dos “cachorro louco” que se utilizam de substâncias psicoativas em seu point de espera;

- *Motoboys*: usado de forma geral para se referir a todos os entregadores, porém de forma profissional;

- *Placa vermelha*, em alusão ao status de motoentregador profissional dos motofretistas, geralmente significando alguém que atua dentro da lei e que possui uma identificação profissional com as atividades de entrega. Os motofretistas frequentemente relataram desvalorização de sua categoria por conta dos “piseira”, dos “cachorro loucos”, que só precisam de uma moto e CNH para realizarem entregas, enquanto eles fazem o curso, pagam taxas e arcam com outros custos para se adequarem à lei. Já o “cachorro louco” não parece se identificar com a profissão em si, mas sim como um subgrupo homogêneo que trabalha sob as próprias regras. O ressentimento em relação aos entregadores de aplicativo é notável entre esta categoria, pois os restaurantes acabam optando por esta categoria “mais barata”:

*O cara (motorista de aplicativo) comprou a moto e vira motoqueiro, né? E as pessoas acham que nós todos somos iguais, entendeu? Somos tratados na empresa da mesma forma, né? A gente não tem uma... não tem um diferencial, entendeu? Porque você tem curso, você tem placa vermelha, não existe isso pra gente aqui. Uma coisa que deixa bem, bem chateado, né? Porque a gente paga imposto pra URBS, né? E você compra uma moto, você sai andando de moto, você é motoqueiro, não é motoboy, né? É muita pouca gente registrada, tudo regularizado, né? E daí acaba ficando caro pra gente e ninguém cobra nada, né? Ser regularizado sai um pouco mais caro, né? E a empresa que a gente presta serviço durante o dia (...) exige que você tenha tudo seu, todos os custos, entendeu? Se não eles pagam por isso, né? Pra mim poder...Pela URBS, no caso, eu pago cada seis meses, eu tenho que fazer uma vistoria na URBS. Me custa 70 reais. Eu tenho que fazer uma carteirinha na URBS, que custa mais 30 reais. Então pra você emplacar uma moto, pegar uma moto é, é, hoje, fazer curso e tudo certinho, você vai investir mais ou menos uns R\$1.200,00, entendeu? É caixinha, é moto, é placa vermelha, é, você tem que ter as carteirinhas da URBS sabe? E*

*se você comprar uma moto hoje e falar que você quer trabalhar de moto e vai trabalhar, você não paga nada disso, né? (M\_F4)*

As duas mulheres entrevistadas também revelaram uma outra identidade ligada ao *cuidado enquanto entregadoras de aplicativo*. A primeira realizava entregas sozinha e a segunda, com o seu marido, forma de entrega que vem crescendo dentre os plataformizados em Curitiba. As duas entregadoras revelaram receios de assédio, violência e roubo no cotidiano de trabalho, motivos pelos quais a última entregadora realiza entregas junto ao marido. O cuidado se faz presente, de acordo com os discursos destas mulheres, tanto em sua condução no trânsito quanto em relação aos alimentos transportados e na relação com os clientes, em contraste à figura do entregador de aplicativo *cachorro louco*. Geralmente não permaneciam junto aos outros entregadores de aplicativo e suas *galeras*.

Há um crescimento da força de trabalho feminina, mas ainda com baixa adesão devido à dupla jornada e os riscos apresentados pela atividade, havendo, no entanto, relatos sobre o empoderamento por conta do reconhecimento social e da igualdade de gênero. Em outros tipos de trabalho por aplicativos, as mulheres são escolhidas por sua prudência e cuidado ao dirigir, em aplicativos de corrida, 70% prefere ser transportado por outras mulheres (RODRIGUES, MOREIRA Ede LUCCA, 2021).

Nas visitas ao campo, os entregadores de todas as categorias permaneciam juntos e compartilhavam a rotina, cuidados, estratégias e outras práticas cotidianas (compra de refeições e alimentos, oficinas mecânicas mais acessíveis, estratégias para economia de combustível, por exemplo). Dentre estes entregadores que se agrupavam em *galeras*, foi possível identificar também algumas normas: compartilhamento de opiniões sobre o processo de trabalho, porém também de estratégias de sobrevivência a este processo, bem como de experiências, participar do *racha* de alimentos, auxílio na garantia de segurança dos próprios entregadores e de suas motocicletas ou bicicletas, bem como de outros instrumentos de trabalho.

Estas regras de pertencimento permitem aos entregadores de uma mesma *galera*, acumular *capital social* como forma de sobrevivência a este cotidiano à medida que adentram um *point* de entrega. Conforme as suas aspirações, opiniões sobre o processo, os entregadores de aplicativo escolhem ou permanecerem sozinhos em cima de suas motos ou mais distantes dos outros num *point*, ou se juntar à *galera*, que nesse caso dos plataformizados, é constituída por um *pedaço*.

Se o capital social é um “agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (BOURDIEU, 1985, p. 248), onde os indivíduos buscam benefícios oriundos do cultivo das relações sociais em grupo, frutos de um tipo de solidariedade, então é possível afirmar que os entregadores em questão, principalmente terceirizados ou plataformizados, buscam construir um capital social como forma de garantir a sua sobrevivência mediante um processo de trabalho desfavorável.

Certamente, os símbolos mais visíveis são os adesivos presentes nas caixas transportadoras/fixas/baús e nos capacetes. Frequentemente, vendedores especializados comercializavam adesivos junto aos entregadores. As imagens contêm em si o discurso que os sujeitos constroem sobre si, constituindo um discurso visual dos informantes de uma pesquisa. A análise das imagens permite captar as representações e práticas sociais dos sujeitos estudados, permitindo a compreensão da realidade social do grupo estudado (PEIXOTO, 2019). Esta análise das imagens revelou cinco identificações:

1. Identificação com a agressividade, velocidade, transgressão e valentia necessárias ao desafio cotidiano contra a morte, representada por adesivos de caveiras, crucifixos e paráfrases de personagens ficcionais;
2. Identificação com o subgrupo “cachorro louco”, por meio de adesivos “Cachorro loko da sul”, “Motoca furiosa”, que procura assumir o estigma gerado por outras categorias de entrega e grupos sociais;
3. Identificação de grupos da categoria, por meio de adesivos de grupos de motociclistas e de influencers da categoria;
4. Exposição das situações de perigo vividas cotidianamente: “Que 3 reais por entrega não virem lágrimas para a minha família”; “A melhor corrida do dia é a volta pra casa”;
5. Invocação religiosa para proteção contra os perigos da profissão, representado por frases religiosas, afirmações e súplicas que estampam para o restante da sociedade o sofrimento cotidiano dos entregadores e de suas famílias: “Nossa Senhora, não deixe que minha mãe sofra por 5.30<sup>6</sup>”; “A reza da patroa é forte”;

---

<sup>6</sup> Referência ao valor anterior da taxa de entrega do Ifood.

“Agradeço a Deus pelas conquistas e livramentos”; “Deus é bom o tempo todo”;  
“Deus abençoe o rolê”; “Nossa Senhora abençoe o rolê”;

6. Identificação política, por meio de bandeiras do Brasil e adesivos de candidatos à presidência, com maior preferência por candidatos da extrema-direita, e destaque para o último ex-presidente da República, além de campanhas “contra o comunismo”.

Mesmo que distintas, essas identificações podem aparecer em um mesmo baú dos entregadores, numa tentativa de conciliar a aceitação do processo de trabalho de alto risco, a identificação enquanto grupo e a necessidade de proteção religiosa, uma vez que ela não é proporcionada nem pelas empresas, nem pelas plataformas e nem pelo Estado. Só resta, então, na falta de alternativas, assumir este processo de trabalho, se identificar enquanto grupo e invocar instâncias religiosas para que desfechos desfavoráveis não aconteçam. No limite, esses adesivos procuram romper com a invisibilidade, estampando um processo de trabalho que ainda é invisível para boa parte dos grupos sociais. O próximo capítulo mostrará a relação entre os processos de trabalho e a qualidade de vida percebida.

### 3.2. PRECARIZAÇÃO, RISCOS À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

De acordo com Jairnilson Paim (1997):

A partir da estruturação das classes sociais nas diferentes etapas do desenvolvimento do capitalismo, os indivíduos se submetem a formas distintas de inserção na estrutura ocupacional disponível que conforma o mercado de trabalho (ou delas são excluídos), bem como a um dado modo de vida. Na medida em que os trabalhadores encontram postos nesse mercado, vendem sua força de trabalho em troca de um salário (ou remuneração) que influi no seu modo de vida. Este pode ser decomposto analiticamente em condições de vida, garantidas diretamente por seus rendimentos ou indiretamente através de políticas públicas que asseguram a distribuição dos bens de consumo coletivo, e em estilo de vida, enquanto conjunto de comportamentos, hábitos, atitudes, etc. O mercado de trabalho estabelece ainda as condições de trabalho (apesar da ação reguladora do Estado), às quais são subordinados os trabalhadores, capazes de gerar problemas de saúde. Relaciona-se com o processo de trabalho, enfim, o fato de que, na dependência do tipo, da intensidade, da insegurança, este produz acidentes e outras doenças ocupacionais. Por conseguinte, o perfil epidemiológico da população, enquanto componente da situação de saúde, é determinado, de um lado, pela estrutura de produção (inserção na estrutura ocupacional), em especial, por meio do processo de trabalho e das condições de trabalho; de outro, pela estrutura do consumo (modo de vida) que, juntamente com a renda auferida no mercado de trabalho, conforme as condições e o estilo de vida (Paim, 1997, p. 10).

As consequências do processo de trabalho sobre a qualidade de vida dos entregadores vêm sendo amplamente estudadas, principalmente em termos de contaminação por covid-19 e acidentes durante as entregas. No entanto, as consequências da informalização, precarização e plataformização nos processos de trabalho vividos pelos entregadores se mostraram diversos e, por tal motivo, marcaram percepções diferentes sobre a qualidade de vida. Vale ressaltar que, para a análise desta dimensão foram utilizados os parâmetros encontrados em seus próprios discursos, e não outros conceitos ou bases teóricas.

A partir da análise dos discursos, foram elencadas as seguintes categorias e núcleos de sentido:

**Quadro 2. Categorias e Núcleos de sentido sobre os principais aspectos do processo de trabalho dos discursos dos entregadores de comida de Curitiba, 2023.**

<b>Categorias</b>	<b>Núcleos de sentido</b>		
Racismo	<i>O racismo estrutural obriga entregadores negros a trabalhar mais horas e se expor a mais situações de risco, assédio e racismo</i>		
Nível de formalidade, vínculo e processo de trabalho	<i>Quanto maior o nível de formalidade e/ou vínculo com estabelecimentos, o processo de trabalho se torna menos variável e aumenta a percepção de um processo de trabalho mais estável e previsível</i>		
Entendimento do funcionamento das plataformas digitais	<i>Ausência de entendimento das regras de funcionamento das plataformas digitais</i>		
Características do trabalho cotidiano	<i>Possibilidades reduzidas de alimentação durante o trabalho</i>	<i>Baixa remuneração</i>	<i>Acesso à água, higiene e abrigo variáveis</i>
Acidente de trabalho	<i>Alto risco de acidentes e dificuldade no acesso à assistência de seguridade pública ou privada</i>		
Covid-19	<i>Dificuldade de afastamento do trabalho por contaminação e adoecimento por covid-19</i>		
Percepção sobre satisfação e qualidade de vida	<i>Satisfação relacionada às entregas e remuneração</i>	<i>Relação complexa e imprevisível com clientes/consumidores e restaurantes</i>	
Desproteção dos entregadores	<i>Sensação de invisibilidade perante plataformas digitais, empresas terceirizadas, restaurantes e clientes</i>		

Fonte: as autoras (2023)

O primeiro núcleo de sentido diz respeito ao *racismo estrutural presente no processo de trabalho de entregadores negros, que os obriga a trabalhar mais e se expor a mais situações de riscos, de assédio e de racismo*. Entende-se neste estudo que o racismo é um fenômeno estrutural por excelência, que integra a nossa organização política e econômica da nossa sociedade, fenômeno que produz desigualdade, violência e molda a vida social contemporânea. É um fenômeno estrutural porque vai além da presença nas relações interpessoais do cotidiano e nas instituições e se localiza “nas entranhas políticas e econômicas da sociedade” (ALMEIDA, 2019, p. 15) Os entregadores negros foram os únicos a relatarem situações de assédio de clientes, além de situações de preconceito, nas entregas realizadas:

*Uma vez eu estava sem a foto de perfil e a pessoa começou a ser racista porque achou que eu era negro, ela falou muita coisa ruim (C\_AppAut2)*



*Tem vários casos de entregadores que sofreram injúria racial ou racismo pela própria plataforma, o cara entrou numa loja, aí ele denunciou a loja porque ele sofreu injúria racial lá e daí o iFood do nada bloqueia o perfil dele no aplicativo, sabe (C\_AppAut1)*

*Já fui confundido com ladrão porque tava descansando depois de uma entrega em frente de uma casa. O dono veio encher o saco falando pra eu ir embora porque ali não era lugar de ficar, e que os vizinho tavam incomodados (C\_App3)*

Em outras pesquisas também foram encontrados relatos frequentes de violência verbal e racial (RODRIGUES, MOREIRA e DE LUCCA, 2021). Dentre os cicloentregadores entrevistados, se compararmos a remuneração de jovens negros e brancos cicloentregadores de até 30 anos, os primeiros ganham 54% a menos. De acordo com Abilio (2020), o acesso de entregadores negros, principalmente os jovens, se amplia quando as condições de uma mesma ocupação “são ainda mais precarizadas e mal remuneradas”. O último discurso evidencia o receio que entregadores negros possuem de serem confundidos com ladrões, algo também encontrado em outras pesquisas, que também pontuam a queda na performance e, conseqüentemente, a diminuição de ganhos de entregadores negros após sofrerem atos de racismo, ao receberem notas baixas de clientes e sofrerem bloqueios por parte das plataformas, e por tal motivo, frequentemente entregadores negros sentem mais ansiedade e medo do que brancos (LAGE & RODRIGUES, 2020).

O segundo núcleo de sentido, diz respeito ao processo de trabalho das três primeiras categorias (motoentregadores profissionalizados, terceirizados e autônomos), que possuem em comum um processo de trabalho mais previsível, ainda que motofretistas sofram menos precarizações, o que influencia a percepção sobre a qualidade de vida no trabalho. Em vista disso, este núcleo relaciona o nível de formalidade e vínculo com o processo de trabalho: *quanto maior o nível de formalidade e/ou vínculo com estabelecimentos, o processo de trabalho torna-se pré-definido e aumenta a percepção de um processo de trabalho estável e previsível*, mesmo que os salários sejam baixos:

*Aplicativo também antigamente dava muito, muito bem, dava bom pra todo mundo. Hoje em dia o aplicativo acho que deixou a desejar, muita gente parou de trabalhar com o aplicativo e foi pras empresas privadas (MTer3)*

*Não trabalho pelo app porque não compensa, é melhor trabalhar pela taxa diária [de forma autônoma] em lugares bons que dão almoço, procuro trabalhar em lugares bons (M\_Aut1)*

*Daí, tipo, a grana que eu ia fazer por dia (no aplicativo), eu consigo fazer aqui em menos tempo, sofrendo menos, né. Aí eu... eu prefiro fazer taxa (taxa diária, de entregas particulares), no caso de hoje, né. Aí quando não... não tem nenhuma entrega particular, não tem nada no... no cronograma assim, daí eu fa... eu continuo fazendo pelo iFood mesmo. Mas daí, tipo, gira assim em torno de 70, 80 reais por dia, mas trabalhando assim 7h, 8, já com parada pra almoço, banheiro, água (...) E daí fica meio nisso assim, tipo, conforme o que aparece, que for mais conveniente, eu sempre faço o possível pra deixar o aplicativo de lado, sabe (C\_AppAut1)*

A ausência de um local de apoio e da formação de um vínculo de trabalho remete à discussão de Milton Santos sobre as contradições entre o global e o local (SANTOS, 1994). A uniformização de regras das plataformas, independentemente das características de cada território faz com que os indivíduos vivam os seus processos de forma vertical, com ausência de sensibilidade aos processos, características e necessidades locais. Por tal motivo, quando os processos de trabalho se fazem por meio de acordos entre entregadores e restaurantes, ou, no mínimo, quando o trabalho é realizado de forma direta com os proprietários dos restaurantes, há sensação de pertencimento e identificação que não ocorre no trabalho via plataformas.

Estes trabalhadores formais e terceirizados experimentam um último resquício de aspectos fixos em seu processo de trabalho, que já não se faz presente no trabalho plataformizado. Para Abílio (2020), a uberização ameaça o trabalho terceirizado, que por si já representa um processo de declínio de direitos trabalhistas presentes nas contratações formais, representando mais um passo na transferência de responsabilidades. Desta forma, o processo de uberização naturalmente extinguirá as empresas terceirizadas devido à concorrência. Os discursos de trabalhadores formais demonstram que as empresas de aplicativo estão prejudicando o alcance de direitos nestas outras categorias, atuando como uma força que atrai a mão-de-obra para os aplicativos de entrega de comida, porém sem representar uma saída melhor e mais rentável para as taxas diárias ou salários inadequados que ganham enquanto autônomos e terceirizados.

O principal motivo desta ausência de identificação de entregadores com as plataformas vem pela *ausência de entendimento das regras de funcionamento das plataformas digitais*, principalmente sobre valores a serem recebidos, fatores de bloqueio (mesmo quando a entrega foi concluída), suspensão e até mesmo baixo envio de entregas:

*É... porque eles (plataforma) bloqueavam no dia assim, muito fácil. Tipo, o aplicativo era meio bugado assim (...) Não sei explicar direito, mas é, tipo, teve uma vez que eu peguei uma entrega no (restaurante), aí cheguei na casa do cliente, coloquei entregue, depois que eu entreguei o lanche. Daí, depois, eu fiquei bloqueado à toa, no dia (C\_App9)*

*O (plataforma) fala que não tem esse negócio de score, que toca pra todo mundo igual. Mas a gente sabe que é mentira. Eu tô há quase três anos nisso aí. Quanto mais deixa ligado e aceita entrega mais entrega vai aparecer (C\_App10)*

*Esses dias mesmo eu tava fazendo entrega, eu tava levando as pizzas, o pneu da minha bike furou. Aí tem lá no menu de opções lá do iFood para você botar lá que você furou o pneu, né. Daí selecionei a opção pneu furado. Eu ia remendar o pneu, tipo, em 10, 15 minutos e ia seguir a entrega pra entregar as pizzas. Daí falou que a moça ia me chamar no chat, daí ela me chamou e eu falei o que tinha acontecido, daí eu fiquei bloqueado por dois dias no aplicativo. E nem me falaram o que eu tinha que fazer com a pizza, se, tipo, ia ser descontado de mim, se eu tinha que levar de novo pro estabelecimento, se era pra eu jogar fora, que que era pra eu fazer. E o meu aplicativo ficou bloqueado por 48h. E bem num dia que inclusive eu precisava dele, né, porque o repasse da iFood é feito na quarta-feira. Eu tava precisando de uma grana pra pagar a fatura do meu cartão, daí eu ia me matar de fazer entrega na segunda, na terça e na quarta pra receber essa grana, né. Daí ele me bloqueou por 48h e eu fiquei, tipo, segunda e terça sem poder fazer entrega (C\_AppAut1)*

*O iFood tem tempo. Entendeu? Porque não cumprir prazos de tempo é tipo assim, você tem tempo pra você chegar no restaurante. Você tem tempo pra entregar pro cliente. Se você extrapolar o tempo do restaurante você já nem pega a entrega. A entrega some da tua tela. E outra, se o cliente diz que você entregou atrasado o meu aplicativo, eu posso falar do meu, né, não toca também. Tipo assim, eles te dão um castigo: "ah. Você entregou atrasado pro cliente". Dois, três minutos, um minuto às vezes, você entregou a... por causa do trânsito às vezes, pô, não sei o que, você já é castigado. O algoritmo entendeu: "ah. Vou te dar um castigo". Então, é, eu, por exemplo, levava uma meia hora de castigo. Não tocava o meu aplicativo. Tipo assim. Agora é 10:27. Eu tenho que entregar lá 10:37 pro cliente. Cheguei 10:38, beleza, entreguei pro cliente. O meu aplicativo se eu tivesse entregado no horário certo, ele já ia tocar. Mas como eu entreguei um minuto atrasado ele não toca. Entendeu? Demora meia-hora pra tocar. Tudo isso aí. Então você faz e tudo pra você cumprir o horário. Até chegar antes. Porque quanto mais antes o teu score aumenta. Esse score que é invisível. Né? Que a gente sabe que tem. Mas eles falam que não tem, mas tem. Entendeu? (M\_App5)*

*(A plataforma) precisa ser mais transparente com relação aos ganhos, como, por exemplo, eu descobri há pouco tempo que, dentro da taxa que eles me pagam, tem uma porcentagem que eles levam. Eu era motorista de aplicativo, eu sabia disso, mas isso... Mas esse tipo de transparência falta, ao meu ver (M\_AppOL5)*

Esta ausência de entendimento foi maior entre os cicloentregadores de aplicativo, que, por outro lado, demonstraram maior reconhecimento sobre o processo

de precarização a que estão submetidos, devido ao maior desgaste físico, à maior vulnerabilidade a roubos, a condições externas desfavoráveis (chuva e calor excessivo, que podem diminuir o rendimento das entregas), à necessidade de grande deslocamento até os points de entrega e excesso de carga (como não há possibilidade de instalação de caixa fixa, muitas vezes carregam peso excessivo nas costas, principalmente quando entregam itens de supermercado).

Pesquisa realizada com entregadores indianos mostrou que, além da precarização do trabalho e da exploração de seus trabalhadores, há também a violação de seus direitos, através da obrigação do download de um aplicativo pouco confiável (PARWEZ, 2022). Há uma assimetria de informação, pois os entregadores não têm a posse de todas as informações necessárias ao processo de trabalho, concentradas pela gerência das empresas em confidencialidade (REBECHI & BAPTISTELLA, 2022).

Consequentemente, *o desconhecimento do modo de funcionamento, medo do bloqueio ou das consequências da demora de envio de entregas, determinam o manejo de todos os aspectos do processo de trabalho cotidiano de entregadores de aplicativo*. Este quarto núcleo de sentido extraído dos discursos revela que muitos entregadores de aplicativo deixam de fazer intervalos, principalmente relacionados à alimentação ou até mesmo outros cuidados com a própria saúde para não terem suas entregas diminuídas entregas:

*Eu não paro pra descansar, não paro pra almoçar. Banheiro é entre as corridas. Tipo assim, a gente pega um shopping, já dá vontade ali mesmo, já faz ali. Toma água dentro do shopping também (...) Aí às vezes não dá pra segurar fazia na rua mesmo, no terreno baldio. Pra não ter que parar. Né? Quanto mais rápido pra mim melhor (...) Não quero perder tempo, Porque tipo assim, é, a... bem na hora do almoço, tipo que seria então pra eu almoçar, é o horário que mais toca. E às vezes, é, tem promoção e tal (...) Só tomo um cafezão bem reforçado de manhã antes de sair e daí eu só vou comer de noite daí a hora que eu chego (C\_App10)*

O desconhecimento das regras, que são determinadas pelas empresas instaura um sentimento de insegurança em relação à plataforma, que passa a ser percebida como ameaça constante e pode ser interpretado como um tipo *biopoder* exercido pelas plataformas (FOUCAULT, 2004; VIDIGAL, 2021), uma forma de se instaurar a insegurança e o controle dos corpos dos entregadores, sempre dispostos a atender chamadas sob quaisquer condições adversas.

Os próprios trabalhadores não sabem como o algoritmo funciona, tentando muitas vezes “enganá-lo” para o seu benefício. No entanto, esse ato não melhora suas condições de trabalho e não evita a supervisão feita pelo próprio aplicativo (OLIVEIRA, 2021):

*Se você para um pouquinho aí... É que é assim. O iFood ele é como se fosse um cachorro. Cada um tem o seu. Você acostumou ele daquele jeito, ele vai ser daquele jeito. E vai ser difícil você des acostumar ele, porque é como se fosse um cachorro que você adestrou daquele jeito e tipo assim, pra outra pessoa funciona, mas se eu fizer a mesma coisa que aquela pessoa, é, faz, no meu aplicativo não dá certo (C\_App10)*

Demonstrando a ausência de qualquer benefício a entregadores de aplicativo, a última fala também expõe o processo de trabalho marcado pela *gamificação* no qual há a inserção da lógica de videogames no trabalho para estimular os entregadores a manterem seus aplicativos ligados e a não recusa de chamadas, por meio inclusive de desafios, prêmios e avaliação de desempenho. Estes então aliam esta forma de funcionamento com os objetivos e metas de entregas e ganhos diários, mesmo que as condições de espera e das entregas sejam insalubres e perigosas. A gamificação, portanto, pode ser considerada uma forma de controle e exploração das empresas (OLIVEIRA, 2021), que incentiva a autoexploração e autocoerção (ABÍLIO, 2020).

O quarto núcleo de sentido diz respeito aos aspectos do cotidiano de trabalho que mais se tornam sujeitos a esta lógica de gamificação, portanto, diz respeito às *possibilidades reduzidas de alimentação durante o trabalho, acesso à água, higiene e abrigo variáveis e baixa remuneração*. Alguns entregadores terceirizados e todos os de aplicativo se tornam completamente responsáveis pela garantia destes aspectos, em contraste com a categoria de motofretistas ou os autônomos, que possuem mais garantias destes aspectos. O capítulo V trará uma discussão mais aprofundada sobre as práticas alimentares, porém como este é um aspecto importante na constituição da percepção da qualidade de vida para muitos entrevistados, compõe um núcleo de sentido essencial para o entendimento desta.

Em relação ao acesso à água, higiene e abrigo, entregadores de app de uma das plataformas possuíam pontos de apoio à sua disposição, que também seriam responsáveis pelo fornecimento de álcool gel e máscaras. Não existe, no entanto, uma lista divulgada destes pontos, os entregadores apenas tomam conhecimento no momento da entrega. Apenas quatro (11%) de todos os entregadores desta

plataforma tinham conhecimento desta possibilidade e nenhum havia utilizado o espaço, pois não fica próximo de seu *point* de entrega.

De forma geral, plataformizados acabam utilizando shoppings de forma predominante para uso de banheiro, acesso à água, para carregar seus celulares e conseguir abrigo parcial embaixo das marquises ao lado de fora, expostos às intempéries do ambiente externo. Somente uma pequena porcentagem de entregadores cadastrados consegue ficar em áreas específicas dentro de shoppings. Para entregadores autônomos, o espaço do restaurante se torna o seu próprio espaço de espera e ambiente de trabalho, com abrigo integral. Já terceirizados também possuíam abrigo parcial, principalmente em restaurantes com um número de entregas muito grande, cujo esquema de rodízio exige uma quantidade considerável de entregadores à espera do lado de fora.

No que concerne à remuneração insuficiente, os valores das taxas mínimas por quilometragem (plataformas) ou taxa diária (autônomos e terceirizados) tornam toda a rotina da maior parte dos entregadores de todas as categorias analisadas instável e insalubre, sendo mais desfavorável para plataformizados. Para todos os entregadores de aplicativo e alguns terceirizados, a *baixa remuneração* é o principal fator de descontentamento e a principal reivindicação de mudança no processo de trabalho (mesmo com o aumento recente implantado por uma das plataformas):

*iFood subiu realmente, mas tipo, subiu 70 centavos, foi pra seis e pouco, se eu não me engano, que é o que é agora, né. E eles fazem, esse troço de uma grande maquiagem midiática de, ai, você é teu patrão, é superdivertido pedalar e ganhar dinheiro, e daí quando você vai ver a realidade do negócio é uma escravidão moderna o negócio, né, tipo, tem gente saindo de outras cidades da região metropolitana pra cá que pedala tipo 30 km pra chegar na cidade, daí faz mais 70 quilômetros de entrega na cidade e ainda volta mais 30 km pra casa porque não consegue achar um emprego registrado, não tem condições de encontrar um emprego registrado e fica vivendo o que tem, o que pode viver, né (C\_App1)*

Tendo em vista que 69% não possui outra fonte de renda, 54% possuem ao menos um filho e 61% possuem renda domiciliar total de até R\$3.000,00, somados à remuneração incerta, o tempo despendido entre espera e entrega médio de 10,4 horas diárias, impossibilitam outras fontes de renda relevantes ou mesmo a tentativa de formação extra, estudos e frequência a cursos para a superação desta situação.

De acordo com o DIEESE, em maio de 2022, a renda domiciliar necessária para gastos com habitação, transporte, higiene e vestuário, além da alimentação, na cidade

de Curitiba, era de R\$5.495,52 (DIEESE, 2022). Tendo em vista o rendimento médio mensal de R\$2.584,00 e que 44% do grupo é responsável pelo domicílio, entende-se que a remuneração por entregas, de forma geral, não garante a subsistência familiar.

Não são consideradas nesta taxa de entrega dos plataformizados, por exemplo, o deslocamento até o local de coleta ou mesmo a volta para o local de espera. Para motoentregadores de aplicativo isso gera gastos com combustível e para cicloentregadores, mais esforço físico. Para estes últimos esta taxa se torna ainda mais injusta, porque não leva em conta o relevo e as condições das vias públicas, muito menos o peso das entregas, que exige mais esforço físico.

Como o número de entregadores disponíveis aumentou durante a pandemia, sem que a remuneração permanecesse a mesma, os entregadores são obrigados a aumentarem a jornada de trabalho para tentar aproximar os ganhos próximos a um salário-mínimo, principalmente no caso de cicloentregadores. A falta de um salário-base faz com que esta espera não tenha garantias de remuneração (LAGE & RODRIGUES, 2020).

O sétimo núcleo de sentido diz respeito ao *alto risco de acidentes e dificuldade no acesso à assistência de seguridade pública ou privada*. O risco iminente de acidente de trabalho também é um componente do processo de trabalho cotidiano muito presente nos discursos, seja pelos acidentes já sofridos e pelas mortes de colegas e amigos, seja pela possibilidade iminente de sofrer um acidente. Apenas a plataforma iFood possui um seguro contra acidentes pessoais, que inclui período de afastamento, indenização em caso de morte ou invalidez parcial ou total e reembolso de despesas médicas (IFOOD NEWS, 2022). Entretanto, de acordo com os relatos de alguns entregadores, este seguro é difícil de ser acionado, pois é liberado após comprovações de que o entregador esteja logado na plataforma, trabalhando no momento do acidente, para que a seguradora Metlife, contratada pela plataforma, possa realizar a liberação. Estes tipos de exigências burocráticas têm dificultado, atrasado ou mesmo impedido o alcance do recurso (THE INTERCEPT 2022):

*Daí quando você tá atrasado, você acelera mais. Quando você acelera mais, você aumenta o risco exponencialmente de acidente. Você aumenta ali a necessidade de transgredir algumas regras e normas, por exemplo, furar sinal, cortar preferencial, ir costurando que nem um doido pelo... No meio dos carros (M\_AppOL)*

*Eu perdi o músculo (num acidente de trabalho) por causa de uma corridinha de seis reais. Nossa, eu quase morri aquele dia. Meu Deus. Acontece, né? (...) As contas começaram a vir e eu não podia ficar afastado, daí fiquei em casa só duas semanas (...) Daí agora eu trabalho com dor (M\_App2)*

*No meu primeiro dia de entrega me acidentei, a (empresa) ligou perguntando se poderia fazer a entrega, não adianta reclamar porque se você reclama eles te bloqueiam e colocam outro no lugar (M\_App10)*

De acordo com Silveira & de Laat (2021), 82,9% dos acidentes com entregadores ocorreram durante o trabalho. Considerando que a maioria das jornadas laborais destes trabalhadores são superiores a 10 horas, compreende-se que o cansaço durante o expediente e a falta de intervalos intrajornadas podem ser fatores associados ao aumento destes acidentes. Os motoentregadores têm risco de acidentes nove vezes maior em relação a motoristas de carro, maiores chances de morte, sofrer lesões e colisão com pedestres. Um a cada três motoristas já se acidentou durante o trabalho e 65% conhecem alguém que se acidentou. Dentre os principais riscos para acidentes, têm-se buracos, manchas de óleo, areia, exposição a mudanças climáticas, riscos ergonômicos, peso das bags nas costas, que geram desestabilização, baixa remuneração por viagem e assaltos (RODRIGUES, MOREIRA e de LUCCA, 2021)

Novamente a gamificação é considerada responsável pelo alto número de acidentes, pois as longas jornadas são fruto do controle comportamental dos entregadores. Apesar do aumento do tempo de entrega por parte de algumas plataformas como a Ifood, muitos entregadores reconhecem os prejuízos, riscos e mortes causadas pela aceleração compulsória provocada por esta plataforma:

*O iFood acabou melhorando esse tempo de entrega. Então eles colocaram lá quatro ou cinco minutos a mais em todas as entregas. Então foi algo que melhorou, só que desde que o aplicativo foi lançado até a melhora, que foi mais ou menos metade do ano passado, quanto tempo de entrega que a gente chegou atrasado? Quanta gente não se acidentou e morreu por causa disso? (M\_AppOL5)*

O oitavo núcleo de sentido diz respeito à *dificuldade de afastamento por contaminação e adoecimento por covid-19*. A covid-19 representou um risco ocupacional biológico de contaminação aérea devido ao contato interpessoal. Surpreendentemente, a contaminação por covid-19, no entanto, foi pouco citada como uma barreira para as entregas, assim como ocorreu em outras pesquisas com



plataformizados (PIASNA; DRAHOKOUPIL, 2021), embora em países como o Equador, a incidência de contaminação por covid-19 tenha sido maior do que no restante da população (ORTIZ-PRADO et al, 201). Os entregadores de comida possuem “comportamento presenteísta”, ou seja, costumam trabalhar doentes e contaminados devido à necessidade de sobrevivência (RODRIGUES, MOREIRA & de LUCCA, 2021).

Após enfrentamento judicial, a Lei 14.297 foi sancionada no início de janeiro de 2022, quase dois anos após o início da pandemia, e algumas plataformas foram obrigadas a disponibilizarem o auxílio para contaminação por covid-19 e acidentes, porém apenas durante a pandemia, calculado com base na média dos 3 últimos pagamentos mensais recebidos (BRASIL, 2022c). Em relação à covid-19, foram relatadas possibilidade de cobertura e reembolso de despesas em caso de contaminação ou internamento, além da indenização em caso de morte, porém não foram encontradas fontes oficiais que afirmam esta possibilidade.

Como este seguro foi aprovado apenas em janeiro de 2022, e as entrevistas foram finalizadas em abril, não foram apreendidos discursos sobre o uso deste seguro. A plataforma Ifood, no entanto, durante a pandemia disponibilizou seguro em relação ao afastamento e serviços de assistência relacionados à contaminação por covid 19, internação, ou mesmo em casos de morte do entregador por covid-19:

*Eu peguei covid do trabalho. Daí eu fiquei uns dias internado no hospital, eles pagaram dois meses, deixaram pra mim ficar em casa, recuperar bem, daí ficavam ligando pra mim, a cada dois dias eles ligavam perguntando, ah, você tá bem? Pagaram o plano da apólice que eles tinham, que cobriu as despesas. Teve dois entregador meu amigo de anos que pegou e não tá mais entre nós, que faleceram. E o iFood pagou também pra eles, pagou pra a família um, uma indenização (C\_AppOL)*

De forma geral, em relação à contaminação, dos 78 entregadores que responderam este item, 20% (16) afirmou ter testado positivamente, 68% (53) afirmou não ter contraído, 6% tiveram sintomas, mas não realizou teste e 6% afirmaram não saber se contraiu o vírus. Dos 16 entregadores positivados, 3 não conseguiram se afastar e continuaram trabalhando, e essa continuidade do trabalho foi relatado também em caso de acidentes:

*Peguei covid duas vezes e não me afastei, tinha contas pra pagar (M\_App8)*

De acordo com a PNAD COVID, o índice de profissionais com sintomas de covid-19 é maior entre motoristas e entregadores do que em outras ocupações, porém estes são os que menos se afastaram. Pesquisa realizada em Seattle (EUA) apontou que a taxa de contaminação por covid-19 foi maior nos entregadores do que em outros grupos de trabalhadores. Desta forma, essa nova relação de trabalho, em que o empregado é gerido por uma plataforma e o não há vínculo trabalhista, impossibilita que esse trabalhador receba benefícios, como licença médica ou compensação de horas, ficando sem receber caso precise se afastar por conta de uma doença. Isso faz com que aumente o número de casos de COVID-19 entre esses trabalhadores, já que além da ausência de benefícios e medidas protetivas, eles não recebem materiais de proteção suficientes para se protegerem contra a COVID-19 (BECKMAN et al, 2021). No Brasil, 96% dos entregadores de comida adotaram alguma medida protetiva contra a covid-19, porém nem sempre custeada pelas empresas (RODRIGUES, MOREIRA e de LUCCA, 2021).

Entregadores terceirizados e autônomos contaminados ou acidentados relataram também não terem recebido cobertura por afastamento, havendo dificuldades. Entretanto, muitos entregadores não possuem estas informações ou não sabem como acessar estes benefícios, tanto nas empresas privadas como no setor público. Entregadores platformizados inclusive relataram o receio de pedirem afastamento e depois receberem poucas chamadas ou serem bloqueados:

*Foi grave (o acidente sofrido), um ônibus que me atropelou. E foi voltando pra casa (...) Essa parte do meu lábio aqui eu perdi. Aí a gente trabalha com o cliente. Né? Como é que eu ia entregar pro cliente com o rosto... tudo lascado. Aí não pude fazer porque se eu tomasse negativo (do cliente), quanto mais negativo o teu score vai caindo lá embaixo. Nessa época não tinha o seguro (da plataforma) ainda (C\_App10)*

Nenhum dos benefícios citados cobre os danos às motos, bicicletas, celulares e capacetes, instrumentos de trabalho necessários à sua jornada:

*Oh, tô com uma bike estragada, duas. Eu não recebo uma ajuda pra bike. Mecânica de bike, você não tem um incentivo. Eu tenho duas bikes na oficina. Oficina mecânica, a gente não tem. Não tem nada. Se isso chegar ao ouvido de*

*alguém, né. Eu gostaria que chegasse, né. Que falasse que a gente não tem nada. Às vezes estoura pneu, estoura, é, corrente da bike, cubo, a gente não tem nada, nada, nada. Oh, se você não tiver arrumado, você não trabalha. Passa fome, é isso. Não tá, não conseguiu, é, como que eu posso falar, é, é, eu passo fome, é isso. Hoje, hoje, entendeu, ninguém vai me perguntar, oh, vai vencer o seu talão de luz, vai vencer a conta de celular, vai vencer uma, uma conta tal, a conta tal. Ninguém vem perguntar nada. Simplesmente, "ah, você ficou sem magrela", não existe essa ponte, né. Oh, eu precisava de uma oficina mecânica pra não passar um sofrimento daqui uns dias, que eu vou passar, com certeza. Vou ter fome, vou ter várias coisas ruins, né. Só que ele deveria ser analisado como uma fonte primária e secundária. Porque há trabalhadores que só querem trabalhar no aplicativo. Só que precisa de um amparo mecânico, né. Apenas isso, amparo, eu vejo muitas questões mecânicas (C\_App\_1).*

As repercussões em saúde, advindos do processo de precarização, acometem principalmente os segmentos mais vulneráveis do mercado informal. Esta nova classe encontra-se exposta a riscos e vulnerabilidades devido à sua trajetória de desproteção legal e social, levando a poucas chances de recuperação (ARAÚJO & MORAIS, 2017), levando, no caso dos entregadores aqui estudados, a um sentimento de desamparo.

Por tal motivo, a percepção de *desproteção e invisibilidade* é muito presente, presente em todas as categorias entrevistadas, porém com mais intensidade em motoentregadores plataformizados, sujeitos a um processo de trabalho de maior risco, tanto por parte do poder público quanto o setor privado, clientes e sociedade:

*(Plataforma) dá álcool gel e máscara e mais nada. Se roubarem alguma coisa é na nossa conta. Eles não pagam nada. Ninguém vê a gente, somos invisíveis (M\_App8)*

*O Estado deveria ajudar a regulamentar as questões de saúde, de comida dos entregadores (M\_App\_reg1)*

*Vai passando os anos vai forçando o corpo, coluna, ciático, abala o psicológico, já fiz muita terapia e fisioterapia, sofri mais de 10 acidentes. Todo entregador deveria pagar um plano de saúde (M\_Aut1)*

Esta última fala evidencia o fato de que os entregadores são responsabilizados não somente pelos seus ganhos, mas também pelas suas perdas, os próprios trabalhadores são obrigados a assumir os riscos, o ritmo, a intensidade e a extensão da jornada de trabalho (ABÍLIO, 2020). O espaço urbano rígido, que não possui política de inclusão de ciclistas ou mesmo de motoentregadores, as precárias relações

de trabalho, a alta densidade de trabalho, a pressão temporal e falta de fornecimento de EPI das empresas, restaurantes, aplicativos e clientes geram a dificuldade de evitar riscos e praticar o autocuidado para a prevenção de acidentes ou mesmo a roubos (DINIZ; ASSUNÇÃO; LIMA, 2005).

No caso das plataformas, apesar da alta vigilância exercida sobre as atividades de entrega e disponibilidade dos entregadores (ABÍLIO, 2020), não há vigilância e cuidado em relação aos horários de descanso, banheiro e alimentação, aspectos que não trazem lucro às plataformas, mas ao contrário, há um incentivo de entregas contínuas por meio da lógica da gamificação.

As empresas-aplicativos burlam as legislações trabalhistas, não garantindo adequadas condições e segurança no trabalho para os seus empregados (MANZANO & KREIN, 20). Já no caso das terceirizadas e dos restaurantes que contratam de forma autônoma e informal, esse processo é variável e invisível, pois legalmente não são obrigadas a se responsabilizarem por eventuais acidentes com entregadores.

De acordo com a tipologia da precarização do trabalho proposta por Franco e Druck (2009), este processo gera, dentre outros desdobramentos, a “intensificação do trabalho e terceirização”, que produz baixa remuneração, contratos instáveis, condições de trabalho e saúde frágeis, o que faz com que motofretistas, entregadores terceirizados e autônomos também sofram impactos em saúde e qualidade de vida por conta de seu processo de trabalho.

A insegurança no trabalho, caracterizada pela ausência de treinamentos, de informações sobre riscos e medidas preventivas, também é gerada pelas empresas como forma de busca de maior produtividade a qualquer custo, resultando, por exemplo, em maior número de acidentes, de valor ainda subdimensionado (FRANCO & DRUCK, 2009). Outras pesquisas já apontaram que este número de acidentes é maior em entregadores de comida do que em motociclistas de forma geral (BYUN, PARK, JEONG, 2020), fato evidenciado por meio do relatório apresentado pela CPI dos Aplicativos, segundo o qual motoentregadores constituem 60 - 70% dos pacientes internados do setor de Traumatologia do Hospital de Clínicas da USP São Paulo (THE INTERCEPT, 2022).

A uberização reduz o trabalhador, que se sente ameaçado pela concorrência e pelo desemprego, a um trabalhador *just-in-time*, auto gerente subordinado, que arca com os riscos e custos de sua produção. Esta modalidade de trabalho inclusive não

deixa claro o que é ou não um tempo de trabalho, pois o tempo de espera não é remunerado (ABÍLIO, 2020).

No caso de cicloentregadores, a invisibilidade provoca um processo de desgaste corporal mais crítico devido ao uso do corpo, da força física e da maior fragilidade das bicicletas. De acordo com um dos trabalhadores desta categoria, as plataformas forçam as entregas independentemente das características da topografia urbana daquele local e das condições climáticas do momento (apenas lança bônus em horários de chuva).

As *bags* carregadas principalmente por cicloentregadores se tornam pesadas e não possuem ergonomia, o que causa maior desequilíbrio, esforço físico e risco de acidentes (LAGE & RODRIGUES, 2020). Desta forma, as plataformas não diferenciam ruas com subidas, presença de alagamentos, temperatura do dia em questão, que acabam por dificultar as entregas e gerar fadiga, quando não exaustão. As empresas de Operadores Logísticos do Ifood, por exemplo, apenas dividem a cidade em zonas de entrega as quais os OL devem permanecer à espera para realizar as entregas, deixando de entender se possuem, por exemplo, locais de espera adequados e se para os cicloentregadores são locais adequados para a realização das entregas.

De acordo com Milton Santos (1994), a lógica do dinheiro global busca desmanchar e desorganizar as características dos territórios, impondo uma lógica de interesse próprio, vertical, em oposição ao próprio território, que mostra que há coisas que não podem ser desmanchadas. Neste sentido, as plataformas verticalizam as decisões e o processo de trabalho, sem entender as realidades e características de cada local onde atuam, como se estas localidades também fossem invisíveis, indiferenciáveis.

Ainda na temática da “Percepção sobre satisfação e qualidade de vida”, há uma *relação complexa e imprevisível com clientes/consumidores e restaurantes*, que acaba por provocar uma sensação de diminuição da qualidade de vida dos entregadores:

*Muitas embalagens são mal feitas, os restaurantes tão pouco se f\* pro entregador que tá indo lá, só querem te dar o pedido e que você vá embora. E daí você tem que lidar com esses problemas, tipo, coisa abrindo dentro da tua mochila e vazando, você tendo que levar pedido de novo pro... estabelecimento ou trocar pedido que foi errado, ou que, tipo, a pessoa pediu uma coisa, achou que era outra, daí você chega lá, você tem que resolver com o cliente, ligar pro estabelecimento, sendo que o teu trabalho era só entregar aquilo, você não tinha*

*que fazer mais nada fora isso. É, tipo, eu não sou funcionário da iFood, mas eu tenho que responder por ela nesse caso. Mas eu não sou funcionário, né (C\_AppAut1)*

*Mas pro entregador é difícil, é passar por várias coisas, não só, é, cliente mal-educado, no restaurante, chega no restaurante o cara te trata mal. Todo mundo na verdade já passou por isso um pouco. É meio que uma, uma falta de merecimento das pessoas com os entregadores, falta de respeito e um pouco de humilhação que a gente passa, é um trabalho duro, sofrido, às vezes a pessoa vê a gente na rua acha que é fácil a gente na rua o dia inteiro andando pra cima e pra baixo (M\_Appreg4)*

*A gente tenta entrar pela porta principal (do shopping), a gente só falta ser chutado de lá pelos seguranças. Alguns. Não todos. Mas, assim, não é só olhar torto. Os cara olha torto, de cara feia e vão colocar a gente pra fora se a gente tentar entrar pela entrada principal do shopping. Tem que entrar pela doca (M\_AppOL)*

Esta forma de relação com clientes e restaurantes, além da ausência de uma remuneração garantida e do controle das características das entregas, gera sentimentos desfavoráveis, comprometendo a saúde mental destes entregadores, como se pode observar nos discursos acima. Outras pesquisas mostram que controle algorítmico imposto pelas plataformas digitais levam ao aumento do estresse, frustração e ansiedade dos seus trabalhadores, impactando de forma negativa sua saúde mental, criando uma condição de trabalho na qual os entregadores se encontram “livres para trabalhar ansiosamente”. O sentimento de autonomia e suporte social são os principais fatores que podem contribuir para o bem-estar mental dos entregadores de aplicativos, como concluiu estudo com entregadores chineses (WU, 2022).

O trabalho com entregas provoca a desumanização dos próprios entregadores, gerando “servidores invisíveis”, no qual os clientes não interagem diretamente com a pessoa que lhe presta o serviço. Essa desumanização, por sua vez, coloca em risco o trabalhador pois o cliente, ao utilizar esses serviços, não enxerga seus riscos e consequências (SILVEIRA & de LAAT, 2021). Neste caso, a desumanização ocorre não somente por parte dos entregadores, mas também pelos funcionários dos restaurantes e dos shoppings.

As próprias plataformas, de acordo com alguns discursos, não conseguem promover boas práticas aos clientes e dificultam a comunicação entre entregadores e clientes:

*Eles até tentam dar uma tapeada na gente dizendo que tem isso, o tal do score e coisa assim, mas na verdade, na prática mesmo, é tudo culpa do entregador. É meio drástico, mas acaba sendo isso mesmo. Mesmo quando o restaurante é o culpado da demora, por exemplo, "ah, no motoboy demorou pra chegar", só que já aconteceu da... De eu pedir desculpa pela demora, no Outback, inclusive, falei pra moça, "ó, fiquei mais de 40 minutos esperando lá", ela falou "eu sei, eu tô te acompanhando desde que você chegou lá". "Eu questionei o restaurante e o restaurante disse que o motoboy tava demorando pra chegar, só que eu sei que não é isso porque eu tô te acompanhando desde que você chegou lá", e dá pra acompanhar pelo aplicativo (M\_AppOL5)*

No caso das entregas para empresas de aplicativo, além da vigilância realizada pelas próprias plataformas, o consumidor também passa a fazer a execução da vigilância sobre a produtividade e qualidade do trabalho do entregador (ABÍLIO, 2020). Os entregadores, por sua vez, se sentem obrigados, além do trabalho manual, a desempenharem um trabalho emocional, gerenciando as emoções dos clientes para que estes lhes deem boas avaliações, por meio de subordinação e atendimento aos desejos, por meio de cumprimentos e ajudando com as encomendas. Os entregadores é que fazem este gerenciamento emocional no lugar de restaurantes e plataformas (CHAN, 2021). Talvez pela ausência de regras e imposição de boas práticas por parte das plataformas aos clientes, além da demora de entregadores na espera pelas entregas nos estabelecimentos, é que tem havido denúncias de maus-tratos de clientes em relação a entregadores que não entram em condomínios e não sobem até os apartamentos para entregar as refeições.

Consequentemente, o último núcleo de sentido diz respeito à *sensação de invisibilidade e ausência de reconhecimento, perante plataformas digitais, empresas terceirizadas, restaurantes e clientes*. Neste sentido, a ausência de direitos deste grupo de trabalhadores é marcada duplamente pelo jogo de invisibilidade e estigma. Os entregadores entrevistados relatam que, na maior parte do tempo, se sentem invisíveis em suas necessidades: ao circular nas ruas e no trânsito se sentem frequentemente desrespeitados, "ninguém vê a gente". Porém, frequentemente, quando sofrem acidentes ou têm dificuldades na entrega, se sentem tratados como subcidadãos, marcados pelo estigma e assédio, enfrentando situações de preconceito racial, preconceito de classe e pela profissão em si, vista como uma "não-profissão":

*A gente é invisível pra sociedade. Tem clientes muito mal-educados, manda a gente subir no apartamento, ir até a casa da pessoa, no condomínio, não paga gorjeta, atrasa nosso tempo de receber outra chamada. Depois fala que atrasou, que tá frio ou ruim, xinga a gente, diz que não vai dar código. Ontem uma moça*

*ameaçou a não dar o código se eu não subisse (no apartamento da cliente para realizar a entrega) (M\_App8)*

*McDonalds não manda refri selado, só tampinha, o estabelecimento não embala e depois te culpa, falam que embalam e fazem teste, daí derrama tudo, o cliente e o restaurante vão te culpar (M\_App9)*

*Alguns deles (empregadores de restaurantes) falam, né. “Eu não gosto do motoboy. Ô cambada de motoboy que eu odeio” (...) A gente é meio que descartado, sabe? (M\_F2)*

No entanto, esta percepção negativa sobre o processo de trabalho pouco altera o sentimento de satisfação relacionada à possibilidade de remuneração por meio das entregas, e essa satisfação se relaciona a uma noção geral de qualidade de vida favorável, sendo que o processo de trabalho negativo é percebido como um “mal necessário”.

Do total de 92 entregadores que responderam a questão sobre qualidade de vida, 52% considera que possui uma qualidade de vida regular, 38%, boa/ótima e apenas 3,2% ruim/péssima. Em relação à satisfação com trabalho, 61% se demonstraram satisfeitos, 15,2% satisfeitos, 17,4% insatisfeitos, e 3,2% totalmente insatisfeitos. Quando estas duas variáveis foram analisadas em conjunto, foram encontrados três grupos: os que possuem satisfação com o trabalho e consideram a sua qualidade de vida ruim, os que estão satisfeitos com o trabalho e possuem percepção boa/ótima da sua qualidade de vida, e os que possuem percepção ruim/péssima sobre a qualidade de vida e estão insatisfeitos com o trabalho.

Quando realizado o teste de qui-quadrado ( $p=0,04$ ) houve associação significativa entre considerar-se insatisfeito com o trabalho e ter percepção ruim/regular sobre a qualidade de vida, ao passo que os trabalhadores satisfeitos com o trabalho possuem percepção de qualidade de vida boa/ótima:

*Minha qualidade de vida é regular porque antes eu não conseguia emprego de jeito nenhum e nem habilitação eu tinha (...) Agora eu tô sabendo o que que é ganhar mais que dois salários. Eu sempre trabalhei em carteira registrada e sempre fui salário-mínimo. (M\_App2)*

Contudo, de forma surpreendente, uma parte dos trabalhadores se sentem satisfeitos com o trabalho mesmo que a qualidade de vida relatada seja regular ou ruim:



*Minha qualidade de vida na verdade é um lixo (...) porque o ser humano não deve viver assim não, e eu não quero viver assim também (...) A satisfação (com o trabalho) tá 95% porque eu ganho uma grana boa sem ter um chefe chato enchendo o saco. (C\_App2)*

*Minha qualidade de vida tá feia, me acidentei, tô com dívida (...), mas minha qualidade de vida tá razoável, dá pra viver (...) gosto da rua, liberdade, conhecer outros lugares, o outro trabalho me prendia sabe? Pagava pouco, e ainda tinha que ouvir muita merda, então prefiro ficar sem patrão e trabalhar naquilo que ganhar mais, mesmo que seja mais perigoso (M\_App13)*

Neste primeiro paradoxo, a sensação de se ter uma possibilidade de trabalho aparentemente “sem chefes” e o manejo do próprio tempo de trabalho foi apontada por grande parte dos entregadores como um fator positivo e ligado à qualidade de vida, apesar do descontentamento com o restante do processo de trabalho, algo observado também no estudo de Moraes, Gonsales e Accorsi (2019). Em outras palavras, grande parte dos entregadores, portanto, associaram a qualidade de vida ao trabalho desenvolvido, sensação de autonomia e obtenção de renda proporcionado pelas entregas, mesmo que as condições de trabalho sejam percebidas como desfavoráveis. No caso dos trabalhadores satisfeitos com o trabalho e com percepção positiva da sua qualidade de vida, houve associação da obtenção de renda com a satisfação com o trabalho.

Como já colocado na seção de Introdução, faz parte do universo da informalidade a ideia de empreendedorismo, individualização e subjetivação por parte dos trabalhadores. A ideia da liberdade, que no caso dos entregadores de comida foi mencionada diversas vezes, proporcionada tanto pelo ambiente das ruas, que permite maior dinamismo e circulação, seja pela ausência de chefes, vem atrelada a sentimentos de poder e controle sobre o próprio trabalho, mesmo que, primariamente, ele seja controlado pelas próprias plataformas. Neste sentido, as plataformas acabam por explorar este campo subjetivo e muito valioso para os próprios trabalhadores, habitado pelos sentimentos de autonomia, poder e liberdade.

Dentro desta lógica “empreendedora” informal, observou-se, por meio das redes sociais, a negociação de aluguel de contas das plataformas. Esse “aluguel” surge como uma alternativa à demora no aceite de plataformas como a Ifood, ou quando os entregadores são bloqueados/expulsos das plataformas.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a qualidade de vida pode ser definida como “a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (OMS, 1995, p. 1405). O conceito de qualidade de vida ainda pode ser entendido como uma combinação ligada a *condições de vida*, a valores não materiais (sentimentos de amor, liberdade, solidariedade, inserção social, realização pessoal e felicidade) e satisfação de necessidades mais básicas individuais e coletivas (alimentação, moradia, acesso à água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer). Situações como desemprego, exclusão social e violência são especialmente reconhecidos como negação da qualidade de vida por parte da cultura ocidental (MINAYO, HARTZ e BUSS, 2000).

Estando satisfeitos ou não com o trabalho, a partir destas definições, entende-se que os entregadores calculam ganhos e perdas de formas diferentes. Enquanto alguns parecem excluir do conceito de qualidade de vida, valores pessoais ou satisfação de necessidades básicas, como saúde, lazer, educação, alimentação e riscos à saúde como parte do seu entendimento sobre a qualidade de vida, valorizando o sentimento de liberdade e o ganho de renda e classificando a sua qualidade de vida como boa e ótima. Já outros, como se observou em um grupo de entregadores de aplicativo, reconhecem na qualidade de vida alguns valores materiais, como inserção social e realização pessoal, além de trabalho, saúde, alimentação e lazer como parte importante deste conceito, e por tal motivo a classificam como sendo péssima, ruim ou razoável.

Como se pode observar no último discurso, o fato dos empregos formais anteriores serem precarizados ou ainda o fato de terem sido demitidos, aumenta este contentamento. Para Oliveira (2022), existe uma sensação de igualdade e “parceria” gerada pelas plataformas, que não se sustenta na realidade devido ao controle algorítmico associado aos “sistemas opacos, imprevisíveis e invisíveis aos entregadores, e que substituem supervisores e gerentes presentes no trabalho não plataformizados. Esta sensação de liberdade, inclusive, incentiva o aumento das jornadas de trabalho, aumentando, por sua vez, a insalubridade do processo de trabalho (OLIVEIRA, 2022).

Essa servidão digital se dá, principalmente, por meio da gamificação que utiliza métodos que influenciam no comportamento de seus colaboradores, sempre incentivando mais uma entrega, que é vista como uma tentação, somada à

imprevisibilidade de aumento dos preços e ao constante incentivo a atingir determinada remuneração, esses fatores mantém o motorista conectado, negligenciando condições básicas de saúde, como a alimentação (ibidem).

Para Luna e Oliveira (2022), existe na economia do compartilhamento a promessa de ajuda a indivíduos vulneráveis no controle e autonomia de suas vidas, tornando-os empreendedores e microempresários. No entanto, o que ocorre na realidade é a desregulação dos mercados e a precarização do trabalho. Os entregadores não podem ser considerados empreendedores, pois eles não têm a autonomia necessária para isso. Ao ocultar porcentagens cobradas, as empresas-aplicativos retiram o poder de escolha dos seus colaboradores, promovendo relações abusivas e controladoras, que deveriam ser regulamentadas pelas leis trabalhistas (PEREIRA e BRITO, 2021).

O segundo paradoxo encontrado refere-se à percepção favorável de qualidade de vida, além desta sensação de autonomia, envolvendo um balanço de todos os aspectos do processo de trabalho vividos, levando em conta riscos de acidentes, saúde e alimentação, ocorrendo principalmente em entregadores que possuem outras fontes de renda, principalmente em entregadores formais (PIASNA; DRAHOKOUPIL, 2021), mas também em autônomos. Estes últimos, apesar de possuírem menor renda e desproteções trabalhistas, se mostram mais satisfeitos com o processo de trabalho e possuem menor percepção de riscos e inseguranças no processo de trabalho justamente por possuírem vínculo com restaurantes e clientes:

*Você tá trabalhando pra quem você conhece, você tá trabalhando pra você, né? Você tem mais autonomia, realmente faz seus horários, trabalha sem pressão [referindo-se à pressão dos aplicativos]. Acho que talvez o principal ponto seja, que seja mais justo, né? Que você cobre, você sabe o que você cobra, você sabe o que você tá cobrando, né? (C\_AppAut1)<sup>7</sup>*

*O particular, ele paga melhor pro entregador e é um custo menor pra ele (C\_AppAut)<sup>5</sup>*

Por isso, quanto maior a dependência e relação às plataformas ou das empresas terceirizadas, as percepções se tornam desfavoráveis ao processo de trabalho em si, mesmo que a satisfação com a qualidade de vida seja favorável (ibidem).

---

<sup>7</sup> Discursos de dois entregadores autônomos.

Para Wu, Zhao e Li (2002), a autonomia permitida pelas empresas-aplicativos apresenta dois pontos de vista dos entregadores. Enquanto alguns apreciam não precisar responder a um patrão e possuir um sentimento de autonomia, ainda que ilusório, outros percebem essa autonomia como uma incerteza financeira e uma responsabilidade individual, o que pode gerar ansiedade e exaustão emocional, afetando de forma negativa a saúde mental desses trabalhadores.

Notou-se também o pouco tempo para atividades de lazer e momentos em família, aspectos mais observados em motofretistas. Em estudo realizado por Silvestre, Neto e Amaral (2021) com 114 entregadores, 72% não fazia atividades de lazer devido ao tempo restrito. Isto ocorre porque há uma dificuldade em separar o tempo de vida no trabalho de uma perspectiva maior do tempo de vida e as experiências pessoais apenas ao trabalho, processo que gera exaustão mental e deterioração da saúde do trabalhador (STANDING, 2013; ANTUNES, 2022). Há uma compressão do tempo de convívio em comunidade e família em atividades de lazer, com nítida precarização dos vínculos interpessoais (ARAÚJO & MORAIS, 2017):

*Eu tiro férias só de um lugar, da pizzaria em que trabalho como MEI não dá. Aí eu peço uma semana pra não ir pra pizzaria, só que daí eu faço entrega particular. É a coisa que eu faço, né? É muito difícil de viajar pra fora, acho que no máximo o litoral ali, a gente fala farofeiro, né? Farofar o dia inteiro. Pessoal chama de farofeiro, né? Você vai lá e passa o dia e volta. Depois tem que trabalhar na pizzaria à noite (M\_Ter1)*

A precarização do emprego, que gera desde situações de trabalho frágeis para entregadores formais, até processos de incentivo à auto aceleração, metas inalcançáveis para bonificações e forte pressão de tempo para plataformizados, leva à precarização da saúde mental e física dos trabalhadores, podendo levar a situações de burnout, stress e sobrecarga de trabalho (ARAÚJO & MORAIS, 2017). O tempo social do trabalho encontra-se em contradição com o biorritmo dos entregadores, predispondo a acidentes e adoecimentos. A invisibilidade sentida por estes trabalhadores se deve, no limite, à fragilização do reconhecimento social por meio da naturalização da insegurança e da descartabilidade de grupos de pessoas (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010).

Destaca-se que, de forma geral, o sistema alimentar dominante, cujas decisões são compartilhadas entre Estado e mercado, é reconhecido por empregar mão-de-obra com baixos salários, sob condições de trabalho desfavoráveis, insegurança trabalhista, jornadas de trabalho extensas, negação de direitos e da liberdade de

associação de seus trabalhadores, como ocorre com frequência da América Latina (EVENETT & JENNY, 2012). Em outras palavras, a precarização do trabalho pode ser encontrada em todas as etapas da cadeia de produção, processamento, distribuição (categoria na qual os entregadores deste estudo se encaixam), preparação e consumo de alimentos (HLPE, 2017).

Neste sentido, pode-se dizer que tanto a aprovação tardia da Lei 14.297<sup>8</sup> quanto a ausência de qualquer tipo de proteção aos entregadores por parte do estado se configura como uma *necropolítica* (MBEMBE, 2016), que teve seu início com a Reforma Trabalhista de 2017, ao fragilizar sindicalizações, relações e direitos trabalhistas e “deixar morrer” trabalhadores precarizados (VIDIGAL, 2021). A ausência de direitos, fruto da *necropolítica* e da radicalização da política neoliberal que culminou nesta Reforma determinam a profundidade da precarização vivida por esta categoria em seu cotidiano de trabalho (ROCHA, 2021).

Ao criar a figura do trabalhador intermitente, esta reforma legalizou a precarização dos trabalhadores por meio do modelo de “zero hour contract”, que exige disponibilidade total dos trabalhadores, mas remunera apenas pelo deslocamento de entrega do produto e não pelo tempo de espera e pela volta. Este modelo nasceu no Reino Unido e permite a contratação de trabalhadores que ficam à disposição de uma plataforma, à espera de uma chamada de smartphone (ANTUNES, 2020).

À medida em que ficam à disposição das plataformas ininterruptamente, os trabalhadores passam a ajustar todos os aspectos da sua vida à esta demanda, e quanto mais baixas as remunerações, mais longas serão as jornadas (FILGUEIRAS e ANTUNES, 2020).

Diante das análises apresentadas, pode-se afirmar que há diferenças bem delimitadas sobre a compreensão tanto do que seja um processo de trabalho adequado, como de qualidade de vida e empreendedorismo/autonomia. Para muitos, as plataformas provêm autonomia ao garantirem um determinado número de entregas sem um patrão presente de forma física, e para outros, a autonomia vem do vínculo direto com estabelecimentos. A sensação de autonomia, por sua vez, produz ou não

---

<sup>8</sup> A Lei 14.247 foi promulgada em 5 de janeiro de 2022 e trata das medidas de proteção a entregadores de aplicativo durante a pandemia de covid-19 em caso de acidentes, contaminação e hospitalização em caso de contágio e agravamento por conta da covid-19, obrigações das plataformas e dos restaurantes (BRASIL, 2022b).

uma sensação de qualidade de vida, de acordo com o nível de percepção crítica de cada entregador.

Por fim, entende-se que o processo de trabalho destes entregadores é desfavorável e caracterizado pela insegurança em relação às regras de funcionamento das plataformas, pelos valores baixos de taxa mínima de quilometragem e taxa diária, pela informalização, pelo risco iminente de acidentes, pela reprodução do racismo estrutural para entregadores negros, pela dificuldade de cuidado com a própria saúde e desvalorização das categorias profissionalizadas e pela responsabilização dos riscos que envolve. Consequentemente, todas as categorias perceberam impactos na qualidade de vida devido à dinâmica da informalização, mas que, porém, parece atingir entregadores de aplicativo com mais intensidade devido ao maior risco e imprevisibilidade, apesar da sensação de autonomia produzida pela atividade (ABÍLIO, AMORIM & GROHMANN, 2021).

### 3.3 FOME, INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E PRÁTICAS ALIMENTARES

A partir das discussões aprofundadas no capítulo anterior, sabe-se que o processo de trabalho tem profundos impactos na percepção sobre qualidade de vida, saúde e alimentação dos entregadores. Neste capítulo, os dados e as discussões vão se aprofundar nas percepções sobre a fome, IAN e práticas alimentares.

Dentre os achados sobre a condição alimentar dos entregadores, foram percebidas algumas especificidades no grupo que se encontrava em SAN, em relação aos que se encontravam em IAN. A partir do instrumento EBIA foi possível concluir que, dos 92 entregadores que responderam a este questionário específico, 40% (n=37) se encontra em SAN e 60% (n=55) encontra-se em algum grau de IAN. Deste último grupo, 33 estavam com grau leve, 5 com grau moderado e 17, grave.

Dentre os 55 entregadores em IAN, 20 relataram que não possuem tempo para comer durante o trabalho. As outras características das práticas alimentares podem ser observadas na tabela abaixo:

Tabela 7. Práticas alimentares de entregadores de comida de Curitiba - PR, 2023

<b>PRÁTICA RELATADA</b>	<b>SAN (37) N (%)</b>	<b>IAN (55) N (%)</b>
Se alimentam durante o trabalho	31 (83%)	43 (78%)
Não se alimentam durante o trabalho ou somente às vezes	9 (24%)	11 (19%)
Frequência maior de consumo de refeições de perfil mais adequado	15 (41%)	8 (13%)
Frequência maior de consumo de refeições de perfil inadequado	12 (32%)	23 (41%)
Trazem alimentos de casa	15 (41%)	8 (13%)
Frequenta restaurantes populares algumas vezes por semana	0	6 (10%)
Frequentam outros tipos de restaurantes algumas vezes por semana	7 (19%)	13 (23%)
Frequentam restaurantes com desconto para entregadores algumas vezes por semana	2 (6%)	7 (12%)
Frequentam padarias, lanchonetes e pizzarias	6 (17%)	36 (65%)
Frequentam mercados	4 (11,5%)	9 (15,6%)
Frequentam lojas de conveniência, bancas de jornais e barracas de lanches	3 (8%)	2 (3%)
Frutafrias e feiras livres	1 (3%)	2 (3%)

Fonte: as autoras (2023)

A tabela acima mostra que, apesar de se alimentarem com mais frequência e frequentarem mais restaurantes, o grupo com IAN se alimenta de forma mais inadequada no ambiente de trabalho, com lanches com alto teor de gordura, sal, açúcar, tais como salgados fritos, bebidas açucaradas, bolachas, refrigerantes e outros produtos ultraprocessados, adquiridos em mercados, padarias, lanchonetes e pizzarias. O fato deste perfil ser composto em sua grande parte por entregadores de aplicativo explica a maior necessidade de frequência a restaurantes, pois suas refeições não são fornecidas nem pelas plataformas e nem pelos estabelecimentos que realizam as entregas, como acontece com alguns motofretistas e terceirizados. Desta forma a responsabilização pela alimentação fica a cargo do próprio entregador, que acaba por optar por lanchonetes, lojas de conveniência e bancas de venda de ultraprocessados, ou, ainda, por restaurantes em algumas vezes por semana.

Análises realizadas a partir de inquéritos como a POF e a PNAD mostram que o complemento proporcionado pela alimentação fora do domicílio é menor naqueles que



adquirem, quantitativamente, menos alimentos. Neste sentido, as famílias com menor renda não têm condições de se alimentar fora de casa, por isso têm menor disponibilidade para consumir alimentos quando não cozinham em casa. Conseqüentemente, os indivíduos mais pobres precisam cozinhar e comer em casa para se alimentar (RIBEIRO JÚNIOR, 2022). No caso desta pesquisa, o fato de os entregadores não terem espaços para armazenar e esquentar alimentos faz com que não consigam se alimentar no trabalho por meio de refeições mais adequadas.

Conseqüentemente, o gasto com alimentação no trabalho tende a comprometer os ganhos mensais totais, o que mantém o círculo vicioso de IAN domiciliar e a necessidade de realização de mais entregas e permanência de mais horas de trabalho sem a garantia do número de entregas e valor a ser recebido, sujeitos a vários tipos de riscos e tendo que administrar suas pausas, alimentação e uso de banheiro junto à tentativa de manejo do algoritmo. Por este motivo, estes entregadores acabam optando mais por lanches e produtos ultraprocessados mais rápidos e mais baratos. E, mesmo com a permanência de um grande volume de horas à disposição do trabalho, os ganhos relativos são baixos porque as plataformas remuneram apenas as entregas em si, e não a jornada de trabalho completa dos entregadores, que acaba por impedir outras atividades (ABÍLIO, 2020).

A observação participante, as respostas dos questionários e os discursos dos entregadores também revelaram alguns núcleos de sentido ligados às práticas alimentares destes grupos:

**Quadro 3. Categorias e núcleos de sentido sobre as práticas alimentares de entregadores de comida de Curitiba – PR, 2023.**

<b>Categorias</b>	<b>Núcleos de sentido</b>
Características da alimentação no ambiente de trabalho	<i>“Racha” de refeições em conjunto por parte de alguns grupos, nem sempre saudáveis, permite o compartilhamento de refeições</i>
	<i>Dificuldade de realização de refeições adequadas no ambiente de trabalho e no domicílio</i>
	<i>Proximidade dos estabelecimentos com os points de entrega</i>
	<i>Preço e praticidade dos alimentos consumidos</i>

Fonte: as autoras (2023)

Alguns grupos de terceirizados e plataformizados apresentaram a estratégia de encomendas em conjunto (o “racha”) de lanches, salgados e pizzas, por parte de

entregadores de aplicativo e os grupos de terceirizados que não recebem alimentação:

*Como besteira mesmo, porque é raro a gente ir pra casa e comer o adequado mesmo, sempre é um lanche, ou um doce, coca todo dia. Compro geralmente na banca ou no restaurante ao lado aqui também, é, e só, esses que a gente vai, ou às vezes a pizza, a famosa, né? A gente se junta, faz uma vaquinha (M\_Ter3)*

*Oh, cadê, o cara trouxe a coxinha lá ou não? [cicloentregador, durante a conversa com a pesquisadora, perguntando aos colegas sobre o lanche a ser repartido] (C\_App1)*

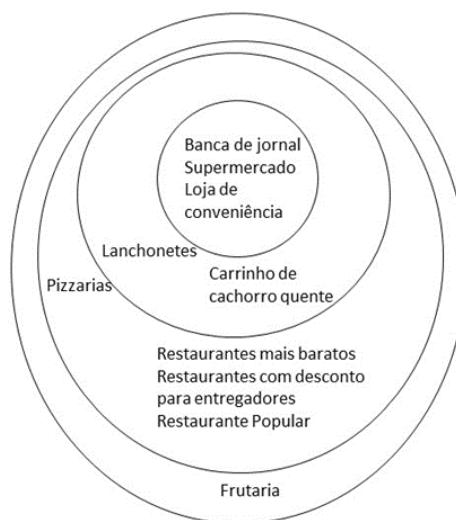
Como não possuem acesso facilitado a abrigo do sol e chuva, mesas, utensílios e higienização, os lanches rápidos e ultraprocessados acabam sendo uma opção mais facilitada, pois economiza tempo de deslocamento até os locais, além de dinheiro. Outra pesquisa realizada em São Paulo também mostrou a ausência de locais para realização de refeições, o que obriga os entregadores a se alimentarem sob condições inapropriadas (CORRES DO COMER, 2022a). Os entregadores em IAN que mais consomem refeições e alimentos adequados são os cicloentregadores, devido ao reconhecimento da necessidade de se alimentar de forma adequada para um melhor desempenho físico nas entregas.

O fato de a alimentação ser delegada a entregadores de aplicativo e terceirizados explica também a maior frequência a restaurantes com desconto para entregadores e restaurantes populares, conformando as estratégias alimentares possíveis para estes dois grupos. O baixo percentual de entregadores que frequentam este equipamento público/governamental de SAN foi atribuído ao maior tempo de espera nas filas para realização das refeições e à estigmatização deste local como “restaurante bagunçado”, com comida de baixa qualidade.

Já o grupo em SAN consome mais alimentos *in natura* e que trazem de casa, pois geralmente possuem locais para armazenamento e aquecimento de marmitas. Este grupo também recebe mais acesso à alimentação por parte dos estabelecimentos em que trabalham, diminuindo assim a necessidade de frequência a restaurantes, padarias e lanchonetes. Entretanto, dentre os entregadores em SAN que recebem refeições à noite, a quase totalidade consome lanches e pizzas todos os dias, por conta do perfil de entrega neste período (composto em sua grande parte por pizzarias e lanchonetes).

A figura abaixo mostra, do círculo central para fora, as preferências dos entregadores, conforme as possibilidades impostas pelo ambiente alimentar físico em que se encontram, renda e processo de trabalho:

Figura 6. Escolhas de locais para alimentação por parte de entregadores de comida de Curitiba, Brasil, 2023



Fonte: as autoras (2023)

Esta figura representa três aspectos das práticas alimentares dos entregadores: proximidade com os *points* de entrega, preço e praticidade dos alimentos e qualidade da alimentação. No círculo central encontram-se os estabelecimentos mais frequentados, que se apresentam como mais próximos dos *points* e com opções mais práticas e baratas, principalmente para cicloentregadores, seguidas por locais de refeições e lanches mais baratos, restaurantes que servem refeições e, por último a frutaria.

Já os restaurantes são opções mais viáveis para os motoentregadores, que têm como chegar ao local de forma mais rápida e estacionar as suas motos. Além disso, como a renda deste grupo é maior, podem arcar com os custos de compra destas refeições. Quanto mais próximo ao centro da figura, menos adequadas se tornam as refeições do ponto de vista nutricional. Por outro lado, as frutarias são mais frequentadas por poucos cicloentregadores interessados em manter uma alimentação mais saudável e que possa contribuir com o seu desempenho físico. A fala de um

cicloentregador ilustra a dificuldade em se alimentar de forma adequada, ilustrando também a lógica das escolhas alimentares apresentada na figura acima:

*Muitas vezes eu fui almoçar, tipo, 3h da tarde, 4h da tarde. Porque eu tava longe, do outro lado da cidade e aí esperava até chegar onde tinha a marmitta mais barata (C\_App\_reg1)*

*Eu belisco uma bolachinha às vezes. Quanto tô parado, esperando corrida, belisco uma bolacha, um chineque (...) compro no Um Real<sup>9</sup>, é bem baratinho as coisas (C\_App6)*

Embora seja constituído por um ambiente alimentar diverso, justamente por se localizarem nas regiões centrais da cidade, as escolhas alimentares destes entregadores são determinadas pela sua renda, processo de trabalho e proximidade com os *points* de entrega. Quanto mais precarizado for o processo de trabalho, as práticas alimentares se tornam mais precarizadas e se concentram mais ao centro, quanto menos precarizado, as práticas se concentram mais às margens da figura.

Já no que diz respeito ao ambiente alimentar domiciliar, metade do grupo em IAN foi prejudicado pela pandemia devido à diminuição da renda, 10 relataram precisar de ajuda de parentes, amigos e vizinhos para alimentar suas famílias, em contraste com o grupo em SAN, no qual apenas 1 revelou necessitar deste tipo de ajuda. Dentre as respostas às perguntas da EBIA, 40 entregadores deste grupo ficaram sem ter uma alimentação saudável e variada, 35 comeram poucos tipos de alimentos e 31 tiveram preocupação de que a comida fosse acabar em breve.

Estudos sobre ambientes alimentares realizados em São Paulo (JAIME et al, 2011; DURAN, 2013) revelam que há maior distribuição de mercados, supermercados e feiras em bairros de classe média e alta, demonstrando a desigualdade no acesso a alimentos saudáveis. Já em regiões mais pobres desta cidade possuem mercados menores, fornecendo menor disponibilidade e variedade de frutas e hortaliças do que o mesmo tipo de estabelecimento em áreas mais ricas (DURAN, 2013).

Outro estudo realizado no Rio de Janeiro indica que os pontos de venda de alimentos estão concentrados nas áreas de maior renda e que as áreas de menor renda apresentam menor densidade de estabelecimentos de comercialização de alimentos, independentemente do tipo de alimento (CASTRO JÚNIOR, 2018). Nesta lógica, de acordo com Swinburn et al (2011), ambientes alimentares são definidos

---

<sup>9</sup> Loja de produtos variados com baixo preço, incluindo produtos ultraprocessados.

como o conjunto de características físicas (disponibilidade e qualidade de alimentos), políticas (existência de políticas públicas de regulamentação), econômicas (custo) e socioculturais (cultura alimentar e suas representações), mediadas por condições sociais e oportunidades que influenciam de forma conjunta o estado nutricional e as escolhas alimentares dos indivíduos. Deste modo, ambientes alimentares não-saudáveis são determinantes para a adoção de padrões alimentares não saudáveis podem ser determinados por ambientes alimentares não-saudáveis. Em outras palavras, ambientes alimentares construídos podem influenciar comportamentos em saúde e alimentação de forma negativa (SWINBURN, EGGER & RAZZA, 1999).

Os ambientes alimentares, neste sentido, seriam responsáveis pelo tipo de envolvimento que os consumidores possuem com o sistema alimentar para adquirir, preparar e consumir alimentos. É constituído por “pontos de entrada de alimentos”, localizados em espaços físicos que são acessados, bem como pelo “ambiente construído” que permite ou não o acesso a estes espaços. É influenciado pelos determinantes individuais das escolhas alimentares (renda, educação, valores e habilidades), pelos determinantes políticos, sociais e culturais que permeiam as interações entre consumidores e estes “pontos de entrada de alimentos”. Ainda de acordo com esta forma de análise, o acesso físico e econômico, a propaganda veiculada, o acesso à informação sobre os alimentos, bem como a qualidade e segurança dos destes também são elementos determinantes do ambiente alimentar que podem influenciar as escolhas alimentares (HLPE, 2017).

Autores como Glanz (2005) ainda diferenciam macroambientes e microambientes alimentares. Os primeiros dizem respeito à densidade e localização de estabelecimentos de comercialização de alimentos e a proximidade dos estabelecimentos das residências, escolas e trabalho. Já os microambientes alimentares dizem respeito às características de disponibilidade, variedade, preço, localização dos alimentos e propaganda. Particularmente áreas empobrecidas proporcionam menor acesso a alimentos saudáveis e maior acesso a alimentos não-saudáveis, atuando como desertos e pântanos alimentares de forma simultânea (DIEZ-ROUX & MAIR, 2010; MOOK et al., 2016).

Por outro lado, outros estudos realizados com populações vulneráveis em regiões centrais da cidade de São Paulo mostram que mesmo quando populações mais pobres se encontram em regiões centrais, a renda e o tipo precário de ocupação é que comprometem o preparo e consumo adequado de alimentos, impedindo o

alcance da alimentação adequada. Quando estes grupos se encontram em regiões periféricas, têm acesso limitado a equipamentos de abastecimento (RIBEIRO JÚNIOR, 2015).

No caso dos entregadores de comida entrevistados, o ambiente físico frequentado durante o expediente de trabalho oferece opções de estabelecimentos que comercializem alimentos adequados - não constitui um pântano ou deserto alimentar, pois os entregadores têm acesso a estabelecimentos que comercializem alimentos e refeições adequadas. É a sua determinação social e a reiteração de desigualdades sociais advindas do processo de trabalho - a renda insuficiente e falta de apoio das plataformas e empresas terceirizadas - que condiciona os entregadores a situações de IAN. Já em seu ambiente domiciliar, predominam ambientes alimentares cujas poucas opções saudáveis são mais caras, de acordo com o discurso dos entrevistados, o que pode ser, neste caso, caracterizado como *deserto alimentar*. Apesar deste microambiente alimentar domiciliar reforçar as desigualdades sociais vividas pelos entregadores, o fator acesso, dentro do qual se insere a renda, e não somente à disponibilidade, provoca mais situações de IAN e fome.

Para Ribeiro Júnior (2015), a segregação espacial interfere na reprodução da classe trabalhadora e conseqüentemente na maneira como ela realiza as práticas alimentares, sendo que a fome se manifesta como um fenômeno intrínseco à economia capitalista, resultado das relações sociais desiguais que produz. Resultados de outras pesquisas em algumas cidades brasileiras apontam para a concentração da maioria dos equipamentos de alimentação estratégicos em regiões centrais e mais nobres, mesmo que os municípios em questão possuam experiências exitosas em segurança alimentar e nutricional, como é o caso de Belo Horizonte (LOPES, OLIVEIRA & ARAÚJO, 2017). Além disso, em pesquisas realizadas na região metropolitana de São Paulo, moradores de bairros em vulnerabilidade apontaram a insuficiência de equipamentos que comercializem maior variedade de frutas e hortaliças, além da prática de preços elevados destes alimentos na maioria dos estabelecimentos e diminuição de feiras livres (GARCIA, 2016). Portanto, além de não fornecer refeições no trabalho, as plataformas e empresas prejudicam a alimentação domiciliar ao não remunerar adequadamente esses entregadores, gerando *dificuldade de realização de refeições tanto a alimentação no ambiente de trabalho quanto no domicílio*. Este primeiro núcleo de sentido demonstra, no limite, a IAN e fome

provocadas de forma dupla, no ambiente domiciliar e de trabalho, por parte de plataformas e algumas empresas.

Pesquisa realizada com entregadores de aplicativo em São Paulo também mostrou violações ao DHAA em meio à rotina de trabalho, com estratégias de manejo da fome como fumar, beliscar, fazer refeições com arroz e feijão pela manhã e comer somente em casa antes e após o trabalho. Assim como encontrado junto a este grupo de entregadores de Curitiba, o grupo estudado em São Paulo também possui perfil jovem, que consome um grande número de ultraprocessados, em espaços inapropriados, configurando características ligadas à insegurança alimentar e nutricional (TARRÃO, SANTOS & HATZLHOFFER, 2022).

No caso das plataformas de entrega, além de violar o direito humano à alimentação adequada de seus trabalhadores, elas ainda compõem um ambiente alimentar digital desfavorável para os consumidores. A necessidade de distanciamento físico por conta das elevadas taxas de transmissão do coronavírus aumentou a migração de restaurantes para as plataformas digitais, nas modalidades de *delivery* ou *take away*, ocorrendo o aumento do volume de vendas e o crescimento destas plataformas (BOTELHO, 2020).

O crescimento de *delivery* nas capitais e grandes cidades brasileiras em 2020 foi de 60%, sendo que nos municípios do interior foi de 117%, com alta de 102% de pedidos realizados (DELIVERY MUCH, 2020). O número de estabelecimentos comerciais que optaram pelo *delivery* aumentou em 88% nesse mesmo período, sendo que os supermercados lideraram o ranking com 392% de crescimento, devido à pandemia de covid-19 (ibidem).

Lanches, seguidos por hambúrgueres e pizzas, dominam os pedidos (ibidem). Neste sentido, assim como os ambientes alimentares físicos (BEZERRA et al, 2013), inúmeras pesquisas demonstram que o ambiente alimentar digital oferta e vende um número maior de preparações com alto teor calórico e baixo valor nutricional, apresentando risco de saúde para os consumidores.

Em pesquisa realizada em Belo Horizonte, ultraprocessados como sorvetes, doces, sanduíches e salgados de pacotes recebem mais destaques por meio de fotos atrativas e descontos em relação a alimentos in natura. As refeições ultraprocessadas representaram 70% dos cardápios, em contraste com as refeições tradicionais baseadas em alimentos in natura, que representam 30% (HORTA et al, 2020).

Considera-se, portanto, que o ambiente alimentar digital em si seria composto por um “pântano alimentar”, pois reúne maior proporção de pontos de venda de alimentos inadequados (BOTELHO, 2020). A sua lógica de funcionamento sugere a realização de compras por impulso deste perfil de refeições inadequado em relação à compra de alimentos frescos, atraindo o consumidor por meio de combos, promoções, taxas de entrega gratuitas e com base na programação algorítmica, que por sua vez oferece os mesmos produtos das compras anteriores e de pessoas com perfil próximo (PITTS et al, 2018).

Em relação ao perfil dos consumidores, de março a abril as plataformas viram aumentar em 155% o número de usuários. O crescimento de pedidos foi de 975%. Na América Latina, o Brasil foi responsável por quase metade dos pedidos (48,77%). O crescimento previsto para 2021 era de 6,3 trilhões de dólares em todo o mundo (FRANCE JÚNIOR, 2021).

Outras pesquisas mostram que 27% da população brasileira revelou utilizar as plataformas digitais, principalmente às sextas, sábados e domingos, dias de maiores pedidos, embora as segundas-feiras tenham apresentado crescimento de mais de 100%. Quase 100% da demanda pelo delivery vem da comida, seguido por farmácia e lojas de produtos de animais de estimação. No Brasil, o perfil do comensal digital é composto por jovens de classe A e B, de grandes capitais e regiões metropolitanas e do Sudeste (Delivery Much, 2018). Entretanto, estas empresas têm investido na inserção das classes C e D com mais publicidade, baixa de preços e maior oferta de ultraprocessados.

Chama a atenção o perfil de comensais digitais encontrado por Keeble e colaboradores (2020) em estudo realizado em vários países como México, Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Canadá: é formado por homens jovens, de alto grau instrucional, pertencente a uma minoria étnica e com filhos de até 18 anos. Em estudo realizado na região metropolitana do Rio de Janeiro mostrou um perfil também jovem, porém feminino, com ou sem filhos (BOTELHO, 2021). A prevalência do uso do delivery dentre os entrevistados foi superior a 80%, de 1 a 2 vezes por semana, com consumo mais frequente de alimentos ultraprocessados e refeições de fast food, embora o consumo de alimentos in natura seja maior nos usuários mais frequentes, possivelmente de maior poder aquisitivo.

O ambiente alimentar digital também promove a profusão das *dark kitchens*, cozinhas estruturadas em residências, garagens, galpões e locais improvisados e



adaptados para servirem cozinhas industriais. Elas utilizam empresas-plataforma de entregas para comercializar e distribuir suas mercadorias. Atualmente existem dois tipos de *dark kitchens*: as que possuem vários tipos de restaurantes em um só, por exemplo, pizzaria, comida mexicana e italiana, ou oferecendo refeições similares em formatos diversos, para grupos socioeconômicos distintos. Geralmente são constituídas por microempresas que operam em condições precárias, sem acesso a crédito, mão-de-obra não qualificada, falta de espaço e equipamentos inadequados. O segundo tipo opera por meio de empresas que alugam espaços, equipamentos e já possuem mão-de-obra, já conectadas com as empresas de delivery. No Brasil, a empresa mais conhecida é a Kitchen Central, ligada à empresa norte-americana Cloudkitchens, que pertence a um dos fundadores da Uber. Nos dois casos, o trabalho é, geralmente, executado em espaços inadequados, com condições de produção inadequadas e, quando se localizam em residências, provocam impactos no entorno pelo excesso de barulho, circulação de pessoas e motocicletas (GONSALES, 2022). Um dos entrevistados na pesquisa relatou as condições de uma destas *dark kitchens*:

*Muitas vezes o cliente não faz ideia do que tá comendo, a gente entra em cada lugar porco viu? Esses lugares que não têm nome, você não sabe o que tem lá direito, você vê de tudo, dá até nojo (PS)*

A formação de ambientes alimentares digitais, no contexto do sistema agroalimentar dominante, portanto, promove mais um grau de distanciamento da relação entre consumidores e alimentação adequada, seja pelos preços mais elevados das refeições saudáveis e mais baixos das refeições não saudáveis, seja pelas estratégias de marketing e pelas informações privilegiadas, que tornam estes produtos atrativos para certos perfis de consumidores, seja pela falta de conhecimento das condições em que as refeições são produzidas, como é o caso das *dark kitchens*.

O entendimento da lógica preliminar dos ambientes alimentares digitais nos permite o entendimento dos danos provocados não somente em seus trabalhadores, neste caso, os entregadores de delivery, mas também os impactos na saúde dos consumidores. A comida que se carrega nas *bags* ou caixas de bicicletas e motocicletas, portanto, na maior parte das vezes não é saudável. Enquanto os lucros das plataformas aumentam vertiginosamente, consumidores e entregadores de aplicativo adoecem e sofrem as consequências em seus corpos, sob a forma de

traumas físicos, emocionais, manifestações de fome, obesidade e insegurança alimentar e nutricional.

### 3.3.1 Principais fatores que influenciaram as práticas alimentares

De forma geral, as práticas alimentares no ambiente de trabalho e no domicílio se mostraram influenciadas por três fatores ligados à determinação social dos entregadores: renda, cor e etnia e processo de trabalho e modalidade de entrega. A partir destes fatores foram determinados a categoria central e os núcleos de sentido:

**Quadro 4. Categoria e núcleos de sentido sobre a determinação social da fome e IAN dos entregadores de comida de Curitiba – PR, 2023.**

<b>Categoria</b>	<b>Núcleos de sentido</b>
Determinação social e desfechos do processo de trabalho na alimentação dos entregadores	<i>Baixa remuneração leva à dificuldade de superação de situações de fome, insegurança alimentar domiciliar por meio do trabalho com as entregas</i>
	<i>Racismo estrutural se traduz em IAN no ramo das entregas de comida</i>
	<i>Fome e IAN são um reflexo do processo de trabalho dos entregadores, sendo mais grave nos plataformizados</i>
	<i>Cicloentregadores formam a categoria que mais vive situações de fome durante as entregas</i>
	<i>Quanto maior a escolaridade, menor a insegurança alimentar e nutricional</i>

Fonte: as autoras (2023)

Como se pode observar na tabela abaixo, os entregadores em IAN possuem menor média de renda e são mais jovens quando comparados aos entregadores em situação de SAN:

**Tabela 8. Médias de idade e renda de entregadores de comida em situação de IAN e SAN.**

	<b>Trabalhadores em IAN</b>	<b>Trabalhadores em SAN</b>
<b>Média de renda</b>	R\$ 2.291	R\$ 2.975
<b>Média de idade</b>	33	35

Fonte: as autoras (2023)

Quando realizado o teste do qui-quadrado, houve correlação entre menores faixas de renda e IAN ( $p=0,0006$ ), ou seja, quanto menor a renda, maior a ocorrência de situações de fome ou algum outro grau de insegurança alimentar. Quando a análise é feita por faixa de renda, 47% dos que ganham até R\$1.500 se encontravam em IAN grave, enquanto apenas 12% se encontravam em SAN:

**Tabela 9. Porcentagem de entregadores em SAN e IAN, por faixa de renda, de entregadores de Curitiba – PR, 2023.**

Classificação EBIA	Até 1500 reais	Até 3000 reais	Mais que 3000 reais	Total Geral
<b>SA</b>	12%	42%	55%	41%
<b>IL</b>	41%	36%	45%	41%
<b>IG</b>	47%	21%	0%	18%

Fonte: as autoras (2023)

Dentre os 41 entregadores que receberam o auxílio emergencial<sup>10</sup> concedido pelo governo federal durante a pandemia, 73% (30) se encontravam em IAN. A análise estatística permitiu inferir que houve associação entre o recebimento do auxílio emergencial e a situação de IAN ( $p>0,05$ ). Portanto, deve-se reconhecer que, dentre os entregadores que receberam o auxílio, uma grande parte realmente se encontrava em situação carencial. Entretanto, quando se analisa esta proporção para o total de entregadores em IAN, 80% solicitaram auxílio emergencial e pouco mais da metade (55%) teve o acesso ao benefício, ou seja, 45%, dos entregadores, próximo da metade, deixaram de receber o auxílio mesmo tendo realizado a solicitação. Quando indagados sobre o motivo do não recebimento, relataram desconhecer os motivos do indeferimento. Neste sentido, a partir deste resultado também se pode inferir que o auxílio recebido não modificou a situação alimentar dos entregadores e suas famílias.

Nos inquéritos nacionais realizados durante 2020 e 2021 (VIGISAN, 2020; VIGISAN, 2021, 2022) foi possível observar que, apesar do auxílio emergencial ter sido direcionado a domicílios em situação de vulnerabilidade social, muitos domicílios

<sup>10</sup> Este auxílio foi distribuído pelo governo federal durante a pandemia, a grupos vulneráveis, tais como beneficiários que já participavam de programas de transferência de renda, trabalhadores informais, desempregados ou de baixa renda, maiores de 18 anos, mulheres únicas responsáveis pelo domicílio. Iniciado em maio do ano de 2020, o auxílio possuiu o valor de R\$ 600,00 (US\$120,00) durante 3 meses e R\$ 300,00 (US\$ 60,00) durante 3 meses. No ano seguinte este auxílio foi limitado a uma pessoa por família, variando de R\$ 150,00 até R\$ 375,00, sendo concedido de abril até novembro de 2021, por 7 meses (Marins et al, 2021).

em situação de IAN grave, que configura fome. Portanto, além de muitas famílias em situação de fome não receberam o auxílio emergencial e este não foi suficiente para as que receberam. Neste sentido, o governo federal não foi capaz de dar uma resposta adequada às crises econômica e sanitária de forma a mitigar as situações de fome, mesmo para trabalhadores que receberam este benefício (ibidem). Esta realidade foi observada principalmente em entregadores de aplicativo:

*(Durante a pandemia) Não dava pra comprar uma carne pro final de semana. A gente comprava mais era vinda pra fazer cachorro-quente (...) Tá demais os preços, né. Realmente impactou na alimentação nossa, eu lembro que com 400 reais a gente passava assim o mês inteiro sem comprar mais nada (antes da pandemia). Agora você compra três sacolinhas ali (C\_App\_reg1)*

O binômio alimentação no trabalho e alimentação domiciliar revela que, quanto maior a insegurança nos domicílios, há mais dificuldade para se alimentar apropriadamente no ambiente de trabalho, justamente porque os ganhos são majoritariamente destinados às despesas no domicílio e são pouco alocados para despesas com alimentação no trabalho. Desta forma, o primeiro núcleo de sentido diz respeito à *baixa remuneração leva a dificuldade de superação de situações de fome no trabalho e insegurança alimentar domiciliar por meio do trabalho com as entregas*. De acordo com os discursos, mesmo quando há aumento de renda este é direcionado para despesas domiciliares ou com a manutenção das bicicletas ou motocicletas. Como a inflação dos alimentos no Brasil vem impactando no consumo de alimentos saudáveis (IPEA, 2022), estes ainda não se tornam opção para os entregadores em suas refeições realizadas durante o trabalho.

Entregadores de aplicativo, de forma mais específica, trabalham mais do que a média de trabalhadores em geral, mas possuem ganhos inferiores, com pouco sucesso no ingresso (no caso de trabalhadores mais jovens) ou mesmo reingresso no mercado de trabalho. De forma geral, trabalhadores informais com baixa remuneração e ausência de direitos trabalhistas, como é o caso dos entregadores, se viram obrigados a aumentar a jornada de trabalho, deixando-os inclusive mais expostos à contaminação por covid-19.

O segundo fator que se revelou importante na determinação social da IAN foi a cor. Como se pode observar na tabela abaixo, a insegurança alimentar e nutricional é maior em entregadores negros:

Tabela 10. Distribuição da cor e etnia de entregadores de comida de Curitiba - PR, 2023

	trabalhadores em IAN	trabalhadores em SAN
% brancos (50 total)	27 - 54%	23 - 46%
% não-brancos (negros, indígenas e asiáticos - 42 total)	29 - 69%	13 - 31%

Fonte: as autoras (2023)

Moto e cicloentregadores negros possuem maiores percentuais de IAN (100% e 64%, respectivamente), do que brancos nas mesmas categorias (77% e 47%, respectivamente). Constatou-se que o único indígena do estudo está em IAN grave.

Nota-se, entretanto, que a IAN é maior dentre entregadores brancos do que a SAN. Isto se deve ao fato de que os brancos conformam a maior parte dos cicloentregadores, categoria que possui a menor renda dentre todas (como observado na tabela 1).

Os entregadores negros declararam se alimentar mais durante o trabalho (33 - 87%) em comparação com os brancos (35 - 74%). Em contrapartida, os brancos (31 - 89%) trazem mais alimentos de casa e possuem um padrão alimentar mais favorável, consumindo, entre outros alimentos, mais comida e/ou frutas, em relação aos negros e indígena (25 - 76%), que declararam consumir mais alimentos como pizzas, lanches, produtos ultraprocessados (bolachas, doces e salgados de pacote):

*Quando dá, compro marmita e divido com alguém. Salada não consigo comprar porque estraga. Às vezes eu trago comida de casa, mas não dá pra ficar trazendo porque como a comida fria. Às vezes fico sem comer porque foco em querer fechar o turno (M\_App8)*

*Sempre trago bolacha de casa se der fome, de vez em quando como comida ou compro lanches e salgados em lanchonetes. O volume de trabalho é grande, daí às vezes não dá pra comer (M\_App11)*

O único indígena entrevistado se encontrava em situação de fome (insegurança alimentar grave):

*A gente serve a comida para o pessoal no horário, mas a gente não come direito (...) Essa é a primeira vez que paro para comer lanche (x-salada, coxinha e pastel), geralmente não páro, só tomo café da manhã e venho trabalhar (...) Se eu tivesse em casa comeria melhor (C\_App11)*

Já entregadores brancos frequentaram mais restaurantes populares<sup>11</sup> do que os negros, o que demonstrou maior utilização desta estratégia para garantia de segurança alimentar e nutricional. Entretanto, apenas 4 declararam frequentar este restaurante, outros 5 conheciam, mas não frequentavam e o restante dos 85 em geral desconheciam o local.

Em relação à situação alimentar da família, mais entregadores brancos a declararam boa/ótima (37 - 95%), em comparação aos negros e indígena, 24 (24 - 89%). Além disso, uma maior porcentagem deste último grupo relatou que a pandemia prejudicou a alimentação da sua família (22 - 56%), comparado aos brancos (16 - 33%).

Estes achados corroboram os dados dos últimos inquéritos nacionais sobre segurança alimentar e nutricional, que mostram que a IA na população negra é maior do que na branca (18,1% contra 10,6%, respectivamente). Durante a pandemia, a fome aumentou 60% na população negra e 34,6% na branca (REDE PENSSAN, 2021, 2022). Historicamente a fome atinge mais grupos vulneráveis e marginalizados, tais como pobres, mulheres, pessoas com baixa escolaridade, analfabetos e povos tradicionais (FRUTUOSO & VIANA, 2021).

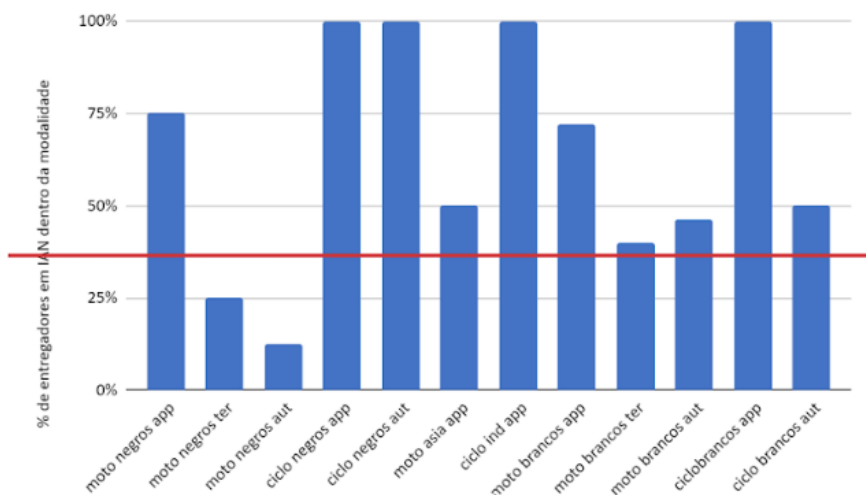
O segundo núcleo de sentido, portanto, diz respeito ao *racismo estrutural se traduz em insegurança alimentar e nutricional no ramo de entregas de comida*, que condiciona entregadores negros e indígena a enfrentarem mais situações de insegurança alimentar e nutricional quando comparados a brancos. De forma geral, o racismo estrutural influencia o cotidiano destes entregadores, trazendo experiências de desigualdade, marginalização e sofrimento em vários aspectos deste processo de trabalho. Por este motivo há outro círculo vicioso no qual frequentemente entregadores negros temem serem confundidos com pessoas criminosas, tendem a interagir menos com clientes nas plataformas, são mal avaliados e, conseqüentemente, têm a sua performance e ganhos diminuídos (LAGE e RODRIGUES, 2020).

O gráfico abaixo revela ainda mais uma intersecção da insegurança alimentar e nutricional, quando se entrecruza cor e categoria de trabalho:

---

<sup>11</sup> Restaurantes Populares é uma política de segurança alimentar e nutricional do governo federal brasileiro que surgiu nos anos 1930, porém ampliou o seu escopo a partir de 2003 e se tornou universal. Seu principal objetivo é o aumento da oferta de refeições saudáveis a grupos mais pobres (Oliveira et al, 2020).

Figura 7. IAN por cor de categoria de entrega, em entregadores de comida de Curitiba – PR, 2023.



Fonte: as autoras (2023)

Como observado no gráfico acima, cicloentregadores indígenas e negros de aplicativo, cicloentregadores autônomos negros e cicloentregadores brancos possuem maior IAN dentre todas as outras modalidades, atingindo 100% de todos os entregadores em sua cor e categoria. São seguidos por motoentregadores de aplicativo negros e brancos. O fato de entregadores brancos de aplicativo também se encontrarem em IAN revela o processo de trabalho de cada modalidade de entrega, como o terceiro e último fator desencadeador de IAN, a ser explorado no próximo tópico.

A penúltima característica ligada à determinação social da IAN é o processo e modalidade de entrega. Como se pode observar na tabela abaixo, os motofretistas, que compõem a única categoria profissionalizada, com mais trabalhadores formais e que possuem maiores ganhos mensais, não possuem trabalhadores em IAN. Já cicloentregadores e trabalhadores de aplicativo representam os grupos com mais IAN. A maior parte dos entregadores que trabalham de maneira informal também encontra problemas para se alimentar:

Tabela 11. Distribuição de trabalhadores em IAN e SAN de acordo com categoria e modalidade de entrega, em entregadores de Curitiba – PR, 2023.

<b>Categoria</b>	<b>Trabalhadores em IAN</b>	<b>Trabalhadores em SAN</b>
<b>Motoentregadores (68)</b>	<b>33 ( 48%)</b>	<b>32 (47%)</b>
<b>Cicloentregadores (26)</b>	<b>22 (84%)</b>	<b>4 (16%)</b>
<b>Trabalhadores de App (39)</b>	<b>30 (77%)</b>	<b>10 (23%)</b>
<b>Motofretistas (30)</b>	<b>0</b>	<b>27 (90%)</b>
<b>Terceirizados (12)</b>	<b>6 (50%)</b>	<b>6 (50%)</b>
<b>Trabalhadores autônomos (5)</b>	<b>1 (20%)</b>	<b>4 (80%)</b>
<b>Informais (67)</b>	<b>49 (73%)</b>	<b>22 (27%)</b>
<b>Formais (25)</b>	<b>8 (32%)</b>	<b>16 (68%)</b>

Fonte: as autoras (2023)

A nível nacional, a IAN acometeu mais da metade dos trabalhadores informais (69,2%), a dificuldade de manter emprego formal e/ou com renda estável muitos brasileiros a passarem fome, em especial, famílias com menos de um salário-mínimo per capita (VIGISAN, 2022). Isto se deve também ao desmonte de políticas de segurança alimentar e nutricional que foram estruturadas desde os anos 2000 de forma concatenada para beneficiar principalmente as famílias mais vulneráveis e garantir o direito humano à alimentação adequada (DAUFENBACK, COELHO E BÓGUS, 2021).

Em relação aos entregadores de aplicativo, apesar do discurso da *autonomia* em relação às entregas, a condição socioeconômica dos entregadores quando adentram as plataformas digitais de entrega influencia os seus ganhos, sendo que o tempo trabalhado parece não melhorar esta situação, estes trabalhadores apenas adquirem mais experiência para lidar com as adversidades cotidianas. Como não há possibilidade de progressão de carreira dentro destas plataformas, o único fator que influencia os ganhos é o período despendido nas entregas, que, inclusive, não permite que estes entregadores se dediquem a outras atividades que possam levá-los a outras profissões mais bem remuneradas. A única progressão relatada foi a ascensão dos



ciclos para motoentregadores. O início das atividades com cicloentregas é visto como uma porta de entrada para motoentregas (ABÍLIO, 2020).

A gamificação, lógica de trabalho advinda dos jogos, fazem os entregadores se renderem a mais horas de trabalho como forma de aumentarem os seus ganhos, por meio de pontuações e bônus na entrega durante períodos de chuva, por exemplo (OLIVEIRA, 2021). Grosso modo, esses entregadores possuem mais ganhos apenas se arriscarem ainda mais as suas vidas. Quanto maior a perda da qualidade de vida, maiores os ganhos. Muitos entregadores de aplicativo deixam de comer ou descansar, ou ainda fazem refeições inadequadas:

*Desço na padaria e como coxinha, salgado, Coca-Cola, como coisas rápidas para poder descansar também (M\_App12)*

Motoentregadores terceirizados cujos restaurantes não se responsabilizam pela alimentação também sofrem de fome no trabalho, devido ao aspecto *variável* da alimentação para tal categoria:

*Motoboy, empresa não dá alimentação, se ficar com fome não tão nem aí, eles deveriam melhorar para os motoboys e ver a alimentação, se os motoboys pagam por alimentação dia e noite não compensa trabalhar, precisam dessa alimentação porque correm muito risco trabalhando. Trazer marmita todo dia pra para a família em casa também, pq tem que comprar comida a mais (M\_Ter5)*

Por tais motivos, os entregadores não veem as suas condições de segurança alimentar e nutricional serem modificadas, pois, para se alimentarem adequadamente durante o trabalho, precisam despender mais tempo e dinheiro para ir a um restaurante, uma vez que as condições de trabalho os impedem de levar comida de casa. Desta forma, *a fome e insegurança alimentar e nutricional é um reflexo do processo de trabalho dos entregadores, sendo ainda mais grave nos plataformizados*, que acabam preferindo pular refeições ou comprar alimentos inadequados e se alimentar em casa para economizar dinheiro e tempo para realizarem mais entregas:

*Minha qualidade de vida é ruim, não faço exercício físico, não consigo fazer academia, não tenho boa alimentação, restaurantes dá banheiro, mas procuro usar pouco para não perder tempo (M\_Ter5)*

*Toda hora carrega lanche e dá fome, churrasco, outback, costelinha então dá muita fome. Às vezes a gente come lanche que cliente não pega. Uber e ifood deixam descartar, daí*

*entregador acaba comendo (M\_App9). Não tem ponto de apoio, o ponto de apoio é embaixo de árvore. Não existe ponto de apoio (M\_App9)*

A grande diferença de renda entre cicloentregadores e motoentregadores revela a dificuldade em adquirir alimentação:

*Eu dependia de um dia assim que fazia 27 reais por dia, depois que eu já tava ali com uma experiência de seis, sete meses de trabalho, então, aí tirava 12 reais da marmitta, e ficava com 10, 11 reais. Às vezes você não tem dinheiro no dia também, né, as pessoas têm o dia certo pra receber do dinheiro das plataformas<sup>12</sup> (C\_App\_reg1)*

*Muita gente não veio hoje porque é feriado, tão em casa comendo carne, só veio quem precisa trabalhar mesmo (C\_App11)*

No clássico estudo realizado com operários de Recife em 1932, Josué de Castro já havia mostrado como a fome oculta advém de processos de urbanização, marginalização, que resulta ou na “fome de nada se comer” ou na fome oculta, na qual não se alimenta, mas se engana (CASTRO, 1959).

O último núcleo de sentido diz respeito à relação entre alimentação e este processo de trabalho de forma específica: *cicloentregadores formam a categoria que mais vive situações de fome durante as entregas*. Há uma contradição no processo de trabalho desta categoria, que necessita de muito esforço físico, quase sempre não possui ciclovias para transitar com mais segurança, porém acaba obtendo ganhos menores e dificuldades para se alimentar:

*Teve um dia que eu tava tão longe de casa, que eu tentei pegar uma subida mas não conseguia subir na bicicleta tão cansado que eu tava e com fome (...) esse trabalho te esgota no máximo. Ou você descansa ou você vai no desespero porque você tem que chegar em casa com o último pingo de força que você tem (C*

*\_App\_reg1)*

Já terceirizados, como dito acima na descrição das categorias de entrega, dependem da doação de refeições dos estabelecimentos para os quais trabalham, e quando não as recebem, se alimentam de forma inadequada:

---

<sup>12</sup> Dependendo da plataforma de aplicativo, alguns entregadores recebem quinzenalmente ou mensalmente o total das entregas realizadas, portanto nem sempre possuem dinheiro para fazer as principais refeições enquanto estão trabalhando.

*O restaurante de comida japonesa aqui tem comida muito cara, então eles não oferecem pra nós, daí a gente janta pizza e bobeira que a gente mesmo divide, o resto do dia eu passo com bolacha (M\_Ter7)*

*(A gente come) besteira mesmo, porque é raro a gente ir pra casa e comer o adequado mesmo, sempre é um lanche, ou um doce, coca todo dia (M\_Ter3)*

Motofretistas, como possuem mais vínculo formal do que as outras categorias, ganham mais refeições. Autônomos também relataram ganhar refeições como parte do acordo de trabalho:

*Como pizza porque é o que meu oferecem no trabalho (M\_F6)*

*Quando eu era entregador de aplicativo era raro parar pra comer, comia qualquer coisa andando no caminho (das entregas). Se você para e desliga o aplicativo pra você comer, o aplicativo não vai chamar, você não vai ganhar. Aí você vai ter o teu gasto da alimentação e mais o que você não ganhou por não tá rodando, né? Trabalhando aqui direto pro estabelecimento eu ganho refeição no almoço e lanche na janta (M\_A2)*

Por fim, a falta de tempo para se alimentar acomete principalmente, como se pode observar, os entregadores de aplicativo, que precisam estar sempre *on-line*, sem qualquer organização de rotina, nem financeira ou alimentar. Apesar de tentativas deste grupo de obter melhorias em seu processo de trabalho, incluindo alimentação, este item sofreu veto presidencial na Lei 14.297 destinada a entregadores de aplicativo e promulgada ao fim da pandemia, fato que demonstra o desinteresse governamental e das plataformas pela melhora de aspectos significativos do processo de trabalho desta modalidade de entrega. Isso ocorre porque os entregadores não são vistos como trabalhadores, mas como *usuários*, de acordo com decisões jurídicas recentemente tomadas no Brasil (VIDIGAL, 2021).

Por último, a escolaridade também se apresentou como determinante social da insegurança alimentar e nutricional destes entregadores. Quando realizado o teste de qui-quadrado para averiguar as diferenças entre entregadores somente com ensino fundamental e entregadores que concluíram níveis técnico e superior em relação à presença de insegurança alimentar e nutricional, o valor p encontrado foi 0,002, o que sinaliza que *quanto maior a escolaridade, menor a insegurança alimentar e nutricional*. Este resultado segue as tendências encontradas nos inquéritos nacionais, nos quais a fome esteve presente com maior força em lares chefiados por pessoas com ensino

fundamental incompleto (VIGISAN, 2020; VIGISAN 2021, 2022). Os discursos revelam a dificuldade de muitos desses entregadores com ai baixa escolaridade em se alimentar:

*Olha, tem vez que, quando assim tá muito correria, eu pego uma coxinha de um real, pego, pesquiso bem, né, porque tem que pesquisar (C\_App7)*

Os 22 entregadores que possuem ensino fundamental completo ou incompleto possuem renda média de R\$2.836,00, 10 são brancos e 12 não brancos, 14 são motoentregadores e oito, cicloentregadores, com média de idade de 36 anos, um pouco maior do que a média geral, 13 são entregadores de aplicativo. Em relação à IAN, 68% encontram-se em algum nível de IAN.

Em síntese, as características socioeconômicas destes entregadores determinaram situações de fome e insegurança alimentar e nutricional, tanto no trabalho quanto no domicílio. Pode-se afirmar que, no grupo estudado, a renda adquirida com as entregas não foi capaz de modificar vulnerabilidades destes trabalhadores e superar situações de insegurança alimentar e fome nos contextos vividos, apesar do discurso da autonomia e empreendedorismo presente no marketing das plataformas e na tentativa de valorização do próprio trabalho precarizado dos entregadores, sinalizar que a renda adquirida com as entregas traz autonomia financeira.

### 3.4 ENTREGADORES DE COMIDA E DESPROTEÇÃO ESTATAL

Nos capítulos III, IV e V procurou-se demonstrar como o processo de trabalho promovido por restaurantes, empresas terceirizadas e plataformas altera os estados de saúde, segurança alimentar e qualidade de vida, levando a percepções desfavoráveis e/ou complexas por parte dos entregadores de comida sobre o impacto deste processo. Neste último capítulo da seção de Resultados serão apresentados os dados relativos à dificuldade de acesso a serviços de saúde e equipamentos de alimentação públicos, simultaneamente combinados à desproteção estatal, que leva a situações de violação a direitos básicos, como ao trabalho digno, à saúde e à alimentação adequada. Como consequência, observou-se neste grupo a formação de *outsiders*, indivíduos em sua maior parte politicamente desmobilizados, e/ou que possuem dificuldade de reconhecer o próprio trabalho como uma *profissão*, o Estado como ente protetor e o mercado, no caso as empresas e plataformas, como instituições a serem questionadas e pressionadas.

As categorias e núcleos de sentido mostram variadas dificuldades de acesso a serviços públicos:

**Quadro 5. Categorias e núcleos de sentido sobre o acesso a serviços e programas de proteção social e segurança alimentar e nutricional de entregadores de Curitiba, 2023.**

<b>Categorias</b>	<b>Núcleos de sentido</b>
Acesso a serviços de saúde	<i>O trabalho just in time, portanto, provoca uma desigualdade no acesso a serviços de saúde, tanto públicos quanto privados</i>
Acesso a serviços de assistência social, alimentação e nutrição	<i>Os equipamentos de SAN de Curitiba não contemplam o perfil e as necessidades dos entregadores de comida</i>
Acesso a serviços de educação pública e privada	<i>Uma vez inseridos neste processo de trabalho, os entregadores não conseguem se profissionalizar para o ingresso ou reingresso qualificado, melhor remunerado e mais estável no mercado de trabalho, o que se torna um círculo vicioso</i>
Mobilização política	<i>Em motoentregadores, a dependência do trabalho just in time precarizado e plataformizado do grupo estudado, junto à fragmentação das categorias e modalidades de entrega, gera um processo de individualização, com pouca margem para ações dentro da política tradicional, com greves, mobilizações e sindicalização</i>  <i>O grupo de cicloentregadores entrevistados demonstram maior resistência em relação às plataformas, seja pelo ativismo político, seja pela construção de vias alternativas de entrega.</i>

Fonte: as autoras (2023)

Em relação ao perfil e acesso a equipamentos de saúde deste grupo. Dos 91 entregadores que responderam à pergunta sobre o seu perfil de saúde, apenas 16% (17 entregadores), afirmou que possui alguma doença diagnosticada. Atribui-se ao perfil mais jovem deste grupo a baixa porcentagem de entregadores com algum tipo de doença. As doenças mais citadas foram as respiratórias (4), doenças crônicas não-transmissíveis (4), doenças crônicas transmissíveis (4), transtornos mentais (2) e problemas musculoesqueléticos (3).

Em relação ao perfil socioeconômico deste grupo, nove entregadores se encontravam na faixa entre 30 e 40 anos, cinco entre 41 e 60 anos, três, entre 20 e 29 anos, com ganhos mensais com as entregas de R\$2.159 reais. Apenas 30% são brancos, sendo que 70% são pretos, pardos e indígenas, o que demonstra a presença da desigualdade racial em saúde neste grupo.

A maior parte, 76% (13), considera a sua qualidade de vida apenas regular, por conta da ausência de alimentação, rotina, sono, apesar dos ganhos com as corridas. Apenas dois são formais e trabalham de forma direta para os estabelecimentos, sendo que o restante trabalha para plataformas de aplicativo.

Dos que possuem alguma doença diagnosticada, apenas 7 (41%) faz acompanhamento regular, sendo que 11 (65%) frequentam algum serviço de saúde público, 4 realizam este acompanhamento em Unidades de Saúde, 3 em Ambulatórios de Atenção Especializada, 2 frequentam serviço de urgência e emergência esporadicamente e junto com os 7 restantes, não realizam nenhum tipo de

Os discursos abaixo revelam a dificuldade tanto de pagar planos privados quanto de frequentar serviços do SUS:

*Não tenho plano de saúde. Não frequento Unidade de Saúde. UPA, olha, só quando acontece alguma coisa, não, é um lugar que ninguém quer frequentar. A última coisa que você quer é ir no UPA. Já tive três acidentes. Nenhum apoio, nenhum amparo, nada, nada, nada, nada. Se teve (que fazer terapia), eu não sei se tive que fazer terapia (C\_App1)*

*Hoje uso o SUS. Não costumo ir em Unidade de Saúde, só em UPA, mas bem raramente, não dá pra parar também porque tenho que trabalhar (M\_Ter3)*

*Não frequento serviço de saúde público, só se tiver morrendo mesmo (M\_Ter2)*

*Agora não tem mais (plano de saúde). Foi cancelado. Eu tinha plano de saúde, mas eu cancelei, né? Porque tava muito caro (M\_Ter1)*

*Não faço acompanhamento do meu problema (dores nas pernas por conta de lesão grave em acidente durante as entregas, que deixou sequelas), não dá tempo e eu não tenho dinheiro. Plano de saúde por conta daí. Eu faço da Unimed, daí. Tipo, eu passo algum mal muito foda geralmente eu aguento. Se eu tô com dor de cabeça, eu não vou no médico. Eu vou compro um remédio na farmácia e volto pra casa e tomo. Mas se for uma dor que eu não consiga resolver com remédio, daí eu vou na Unimed. Daí eu pago a consulta na hora lá. Não pago o plano de saúde. Eu pago na hora a consulta (M\_App2)*

*Bem raro. Sabe? (frequentar Unidade de Saúde e UPA) Ish. Nossa. Muito raro. Até quando eu fiquei com as escoriações aí, aí minha mãe até falou: “oh”. Minha irmã também: “ah. Vai lá. Você tem que ir lá no postinho lá pra eles fazer a... é... lavar aí, esses negócios aí que tá cheio de pus, a boca, não sei o que. Aí fui lá no postinho a mulher falou assim: “ah. Mas você tinha que ter tomado banho em casa”. Daí eu falei: “ah. Mas se era pra saber disso, eu já tinha feito todo o negócio lá em casa então. Né? (C\_AppF)*

*Me tratei (das consequências do acidente sofrido) praticamente em casa porque eu não gosto de hospital. Sabe? Eu não curto a demora. Você perde tempo. Às vezes é coisa que você já sabe. Então é melhor já fazer em casa mesmo. Isso é coisa que você já sabe mesmo (M\_App5)*

*Eu frequento o SUS, infelizmente (M\_App13)*

Os discursos acima revelam porque apenas um terço dos entregadores frequenta os serviços de saúde do SUS: o trabalho *just in time*, que exige o trabalho sem interrupções, levando à dificuldade de afastamento mesmo para o tratamento de condições crônicas; o descontentamento com os serviços prestados; a ausência de acompanhamentos periódicos na Atenção Básica e Secundária, levando somente à frequência da Atenção Terciária somente em situações mais graves; e a dificuldade de contratar e manter planos de saúde privados por conta dos ganhos reduzidos. No limite, *o trabalho just in time, portanto, provoca uma desigualdade no acesso a serviços de saúde, tanto públicos quanto privados.*

Estudo baseado na PNAD de 2008, já apontou a dificuldade de acesso e menor procura e uso de serviços de saúde por parte de trabalhadores informais. Quando procuravam estes serviços, relataram maior dificuldade de acesso e menor procura e uso dos serviços de saúde quando comparados aos formais, sendo que o motivo para esta dificuldade é o problema de acesso e falta de dinheiro. Desta forma, apesar de apresentarem mais problemas de saúde, frequentam menos os serviços de saúde (MIQUILIN et al, 2008).

Em relação ao acesso a equipamentos de SAN, apenas seis (6%) entregadores frequentam restaurantes populares, dois referiram receberem cestas distribuídas pelo

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>13</sup>, dois entregadores acessaram as feiras livres municipais (2%), um (1%) teve acesso à cesta básica do Centro de Referência de Assistência Social responsável por sua família, três (3%) acessaram o Armazém da Família<sup>14</sup> e 1 entregador se inscreveu em programas sociais, porém sua família ainda não está recebendo os benefícios. Nenhum entregador afirmou ser titular de direito do Programa Bolsa Família. Os discursos abaixo revelam algumas dificuldades para o acesso a estes programas de SAN:

*Não tenho como ir ao restaurante popular, porque o meu horário não dá, não bate, não dá certo. O pessoal sempre vai lá nesse horário (do almoço), mas o meu horário de almoço hoje é a partir das 14h, então fica realmente meio complicado pra mim ir no restaurante popular (C\_AppAut2)*

*Eu já comi no restaurante popular mas não gostei. Tem muita gente também, fila, ficar no sol. Quando era um real eu gostava, mas agora é 3,00, agora é 5,00, querem explorar até 1,00 (C\_App6)*

*Eu ouvi um comentário que o pessoal fala que (o restaurante popular) é muito bagunçado. E parece que está dando briga lá (C\_App8)*

*Eu como ali no restaurante popular, a comida é boa, mas não vem muito, então eu sempre tenho que comer mais alguma coisa durante o dia pra complementar, daí depende muito da, da minha, da fome, normalmente eu pego uma bolacha mesmo, não é, não é a melhor opção, mas é o que eu pego (C\_App3)*

*Mas acho que ficaria inviável (no restaurante popular) muitas vezes o local ali não tem onde você colocar sua bike, né, assim, eu acho que se calhar é um risco também (C\_App\_reg1)*

*Não (vou ao restaurante popular), muita gente, é, tipo assim, como não dá para ficar muito tempo parado porque senão eu não lucro, né, porque senão eu ia, a comidinha bem, é uma comida bem saudável que eles faz (C\_App7)*

*Restaurante popular fica longe, é mais pra quem tem necessidade (C\_App9)*

Em relação aos restaurantes populares, pode-se perceber que o tempo de espera, o horário incompatível com a rotina das entregas (o período de funcionamento se inicia às 10:30 e termina às 14:00), a ausência de local para estacionar as bicicletas

<sup>13</sup> Durante o período da pandemia, foi aprovada a Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, que “Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar a distribuição de alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica” (BRASIL, s/d).

<sup>14</sup> O Armazém da Família é um equipamento de SAN desenvolvido pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, da Prefeitura de Curitiba, cujo objetivo é comercializar alimentos a um preço 30% inferior dos alimentos comercializados pelos supermercados locais, atendendo a “famílias com renda bruta mensal de até cinco salários-mínimos (referência nacional), residentes em Curitiba, entidades sociais curitibanas e também nos municípios conveniados da Região Metropolitana. Os critérios de renda máxima permitida e limites de compras são definidos exclusivamente pelo município conveniado (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, s/d).



ou motocicletas, a localização distante dos pontos de espera (há apenas uma unidade localizada na região central de Curitiba) e o estigma relacionado ao público-alvo (população em situação de rua) e à qualidade das refeições oferecidas, aparecem como barreiras ao acesso a este equipamento, mesmo que o custo, de R\$3,00, seja mais baixo em comparação aos outros restaurantes frequentados pelos entregadores. No entanto, como já citado anteriormente, este equipamento é desconhecido por 85% dos entregadores, o que pode revelar dificuldades de divulgação da estratégia ou ainda presença insuficiente (Curitiba possui apenas 5 unidades).

Em estudo realizado com usuários de restaurantes populares, 40,6% encontravam-se em alguma situação de insegurança alimentar e nutricional, o que demonstra a vulnerabilidade presente em grande parte destes consumidores (GODOY et al, 2014). Outro estudo realizado em Restaurantes Populares mostra que, apesar da satisfação com a qualidade das refeições oferecidas, houve insatisfação com o atendimento ao usuário e com as ações de educação alimentar e nutricional (OLIVEIRA et al, 2020). Desta forma, apesar dos entregadores de comida entrevistados também estarem em situação de baixa renda e insegurança alimentar e nutricional, não se veem como usuários deste programa de SAN por conta das exigências do processo de trabalho, do estigma atrelado a este programa, ou mesmo por falta de incentivo desta estratégia.

Em relação ao Armazém da Família e às feiras livres municipais, o acesso foi ainda menor por conta do não pertencimento ou ausência de acesso a programas de transferência de renda, o que torna os entregadores inelegíveis a este tipo de acesso. No entanto, um dos entregadores que frequenta esta estratégia relatou o aumento de preços destes equipamentos, além de pouca variedade:

*É, nós pega muitas coisas lá (no Armazém da Família), você viu que subi bastante coisa, né? Tá bem complicado, mas lá a gente pega quanto melhor. Daí você compra muita coisa lá que no mercado, às vezes, quase a metade do preço, às vezes (M\_Ter2)*

*Feira Livre Prefeitura, mas ela tá mais cara, supermercados e mercados locais (C\_F)*

*Vou bem pouco no Sacolão da Família e no Armazém da Família, tem pouca variedade (C\_App7)*

*No Armazem da Família a qualidade é boa, mas deveria ter mais variedade, podia estar mais em conta, a propaganda não é aquilo tudo que falam não (M\_App13)*

Grande parte dos entregadores (73%) compram seus alimentos em supermercados ou hipermercados. Destes, 34 (36%) associam com a compra de alimentos em mercados locais, apesar de considerarem caros, porém estratégicos em termos de localização e praticidade. Cerca de 15 entregadores afirmaram realizar compras em atacarejos, estruturas de vendas de alimentos que aumentaram durante a pandemia, por conta da inflação dos alimentos, principalmente dos alimentos *in natura*, por tal motivo, estes locais comercializam produtos industrializados e ultraprocessados a preços muitas vezes ainda mais acessíveis do que os supermercados tradicionais, tornando os locais atrativos para grupos mais vulneráveis (PERES & MATIOLI, 2021).

Por último, em relação ao recebimento de cestas do PNAE, os poucos entregadores que relataram a experiência consideraram o auxílio oportuno, apesar de algumas desconfianças e:

*Não, graças a Deus (não faltou comida), assim, até pela, pelas ajudas da escola, a gente tipo, dividiu em porções certinho pra, pra cada dia, cada da semana, sabe, até pra nós adultos usamos menos? Pra, pra não prejudicar eles (C\_App7)*

*A gente recebeu sim a alimentação da escola, uma cesta básica para o filho mais novo, de 8 meses e pro de 8 anos (vinha macarrão, arroz, feijão e ovo), mas vinha pouco, acho que os funcionários tiravam produtos para eles, outros pais reclamaram, mas fez um pouco de falta quando voltou às aulas (M\_F3)*

*Não fizeram análise de quem precisava mais e quem não precisava. tinha família que pegava 2-3 cestas pq era amigo do diretor. enquanto outras pessoas reclamavam que estavam sem. mandava comunicado via zap e ia buscar. muita gente não precisava e ia buscar (C\_App10)*

Apesar da reconhecida importância e abrangência desta estratégia na garantia do direito humano à alimentação adequada, houveram denúncias de violação a este direito por conta de alguns fatores como não universalização do acesso às cestas, que em alguns locais não foram distribuídas a todos os alunos, cartões de compras de alimentos, em detrimento do fornecimento de alimentos *in natura*, além de condições higiênico-sanitárias inadequadas, insuficiência dos alimentos e o não cumprimento do mínimo de 30% de compras de alimentos da agricultura familiar (DAUFENBACK et al, 2021). No caso destes entregadores, a desconfiança em relação aos desvios e a falta de conexão com outras estratégias de ajuda alimentar, além da baixa renda provocada pelas taxas de entrega baixas, atuaram como

barreiras na concretização do direito humano à alimentação adequada. Por último, ainda em relação a estratégias de SAN, mesmo os entregadores que possuem carteira assinada não têm acesso ao PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador)<sup>15</sup>.

Além da doação da cesta para a família de um dos entregadores, e o recebimento do auxílio emergencial já citado acima, não foram observadas outras inserções em programas de assistência social, mesmo dentre os entregadores mais vulneráveis. Em termos de seguridade social, análise realizada a partir do terceiro trimestre da PNAD 2022 mostra que mais da metade dos 2,8 milhões de motoristas profissionalizados (57,1%), que inclui motocicletas, automóveis, táxis e caminhonetes, não contribui para a previdência, permanecendo fora do sistema de proteção social. Dentre os autônomos, como esperado, uma parte ainda maior (1,6 milhões - 74,4%) também está ausente deste sistema. O recorte desta análise inclui não somente os plataformizados, mas todos os entregadores informais, o que demonstra o nível de desproteção social dos entregadores (TOMAZELLI, 2023). Os entregadores que possuem MEI ainda podem realizar este tipo de contribuição, porém devido aos ganhos reduzidos, não conseguem se inserir no sistema.

Foram mencionadas, no entanto, outras iniciativas particulares de ajuda alimentar aos entregadores: doação ou venda com desconto de refeições ligadas a instituições religiosas (templo Hare Krishna) e ao movimento de cicloativismo de Curitiba (Bicicletaria Cultural), além da venda de refeições com desconto para entregadores realizada por alguns restaurantes da região central, durante a pandemia de covid-19:

*A Bicicletaria Cultural é interessante, porque a gente salvou muitas vezes ali gente ali porque eu vi, pra bike entregadores que não tinham condição. Eu mesmo também. Não tinha dinheiro na hora e eu nem pagava, sabe. Ou eu comia na bicicletaria cultural, que eles têm a marmita social lá, que é a 5 reais, né, a marmita vegana. Ou eu comia no Hare Krishna lá, que daí eles davam a marmita pra gente que era entregador lá, que chegava de bike e tal, com bag, e daí eles davam a marmita pra gente que nem dão pros moradores de rua e tal, pra quem for lá pegar (C\_App\_Aut1)*

---

<sup>15</sup>O PAT tem como público-alvo trabalhadores de baixa renda. Este Programa busca atender prioritariamente os trabalhadores de baixa renda e sua gestão é compartilhada entre o Ministério do Trabalho e Previdência, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia e o Ministério da Saúde. As empresas recebem incentivos fiscais quando realizam a adesão, sendo que o subsídio é dividido entre empresas e governo federal (BRASIL, 2020).

Desta forma, na ausência por parte do Estado e das empresas do cumprimento do direito humano à alimentação adequada, os entregadores foram amparados por alguns poucos locais. Portanto, pode-se concluir que, em relação às estratégias de SAN, *os equipamentos de SAN e assistência social de Curitiba não contemplam o perfil e as necessidades dos entregadores de comida.*

Como resultado, existe um certo sentimento de *injustiça alimentar*, por parte dos entregadores, que percebem como as plataformas e empresas terceirizadas lucram com o seu trabalho, porém mesmo assim deixam de conceder alimentação:

*Quando eu tinha minha própria empresa de entrega eu tentava não ferrar o funcionário, como entregador hoje eu penso que eu poderia ter melhorado muito com o nosso funcionário também. Empresas onde a gente vê que tá crescendo muito, elas não favorecem muito o funcionário, alimentação não, não ajuda, lá eu não ajudava também. Não ajuda, paga um, como que fala? É, o garantido, e nisso o garantido se a gente não atingir a meta não passa do garantido, a gente tem que tirar do nosso bolso pra comer, manter a moto, tudo isso, entendeu? É, óleo, gasolina, tudo que você imaginar, e o perigo na rua que é o pior (M\_Ter3)*

*Pretendo arranjar um emprego melhor, pra ter uma rotina alimentar melhor, mais regrada, com frequência e regularidade melhor. Dou dica pros que estão começando de trazer lanche de casa, fruta, água, garrafa de 2 litros. Alguns locais até oferecem água, inclusive gelada, café, muito raramente a comida do próprio restaurante. Seria interessante oferecer para os entregadores uma fruta, um café e algo para comer, para o restaurante ser melhor visto para os entregadores, para gerar fidelidade e honestidade por parte do entregador, diminui o risco do entregador sumir com o pedido porque tá com muita fome, só em último caso faz uma transgressão por fome ou vontade, e pra isso ele desloca corrida não inicia. Se o restaurante tem trato mais refinado com o entregador diminui a possibilidade de sumir entrega ou de ser mal entregue, chacoalhar. O entregador cria o vínculo de responsabilidade. Era importante um lugar pra sentar na sombra, oferecer água e café (M\_App5)*

Vale ressaltar que este sentimento de injustiça alimentar, bem como de outras ausências e injustiças, estava presente em alguns entregadores desde o início da conversa, dando a impressão de um certo esclarecimento e conscientização prévios. Porém em outros entregadores, esta e outras violações de direitos foram emergindo conforme as perguntas sobre os temas foram levantando determinadas questões, principalmente em relação à alimentação e qualidade de vida, como se essas injustiças fossem inerentes ao processo de trabalho, e por isso naturalizadas, não-percebidas.

Em relação ao acesso aos ensinos técnico e superior, três entregadores relataram estar cursando a primeira modalidade de ensino, e apenas um, a segunda modalidade, ressalta-se que nenhum dos cursos pertence à universidade pública. Dos 17 entregadores que iniciaram algum curso universitário, apenas 10 conseguiram finalizar, e em faculdades privadas. Os dois entregadores que iniciaram seus cursos em universidades públicas não conseguiram finalizar. Estes dados revelam a dificuldade de profissionalização destes entregadores, devido à dificuldade de acompanhar os conteúdos, à falta de renda e, principalmente pela dificuldade de arcar com os custos na rede privada:

*Na verdade eu tranquei a minha faculdade de educação física. Por questão financeira e tempo também, mas pretendo voltar (M\_App\_F)*

*Eu ia passar pro oitavo. Daí eu parei, daí. Era Ceebja (Centro de Educação Básica para Jovens Adultos) ainda. Tava falando 2, 3 matérias lá que eu sou horrível, que é matemática, inglês, né, que Deus o livre, e não sei qual outra matéria. Acho que é ciência, se eu não me engano, que faltou e eu não consegui passar. Daí meio que consegui outros trabalhos, né? Agora foi em 2019 que eu virei motoboy (M\_App2)*

O tempo reservado para a espera das chamadas de entregas também parece dificultar o acompanhamento de cursos. O processo de trabalho não parece permitir o estudo intensivo e constante para o ingresso das universidades públicas ou mesmo o acompanhamento dos cursos nestas e nas universidades privadas, muito menos a remuneração adequada para arcar com os custos. Portanto, seja pela ausência de tempo e de renda, os entregadores adentram no universo das entregas, dentre outros motivos, por falta de formação profissional e consequente colocação qualificada e bem remunerada no mercado de trabalho. Consequentemente, muitos entregadores sentem que chegaram na última e mais precarizada forma de trabalho, da qual não conseguem sair, seja porque os rendimentos líquidos e imediatos são maiores em relação aos empregos formais, seja porque há uma dificuldade de ascensão a empregos mais bem remunerados.

*Fazia entregas de carro, fui vendedor daí foi "promovido" a autônomo, daí deixei de querer trabalhar para empresas e virei autônomo, tira mais dinheiro, mas fui só rebaixando (M\_App8)*

Tinha minha própria empresa de entrega, daí deu problema tive que vender e agora tive que ir pra empresa terceirizada (M\_Ter3)

E uma vez inseridos neste processo de trabalho, *não conseguem se profissionalizar para o ingresso ou reingresso qualificado, mais bem remunerado e mais estável no mercado de trabalho, o que se torna um círculo vicioso*. A plataforma Ifood, por sua vez, disponibiliza cursos para o desenvolvimento de habilidades variadas (IFOOD, 2022). Apenas dois entregadores desta plataforma demonstraram conhecer estes cursos, e nenhum deles afirmou realizar algum deles.

Em suma, além da transferência dos riscos, há uma transferência da proteção e dos riscos econômicos aos entregadores, desde a compra das bicicletas e motocicletas e smartphones para trabalhar, até os cuidados em saúde, alimentação, educação e qualificação profissional, pois o próprio arranjo do processo de trabalho exclui qualquer tipo de proteção (PARWEZ, 2022).

Após a investigação de todos os achados sobre o perfil dos entregadores, somados aos núcleos de sentido produzidos a partir do processo de trabalho e os consequentes impactos percebidos nas dimensões na satisfação com o trabalho, na alimentação, saúde e qualidade de vida, resta um último ponto a ser considerado: o engajamento político.

Os discursos apresentados ao longo dos capítulos demonstram a consciência desses impactos por parte de muitos entregadores. Sentimentos de invisibilidade, discriminação, incompreensão, cansaço, injustiça e desânimo em relação ao futuro foram perceptíveis em muitos discursos, combinados ou não com discursos de contentamento, satisfação e autonomia, como já explorado acima. Contudo,

*Ninguém vê a gente, somos invisíveis. No iFood qualquer coisa eles já mandam embora e a gente tem conta pra pagar no dia seguinte. Como fica? Temos medo de sermos mandado embora e por isso não podemos reclamar. iFood não dá moral pra mão de obra. Se investissem 10% teriam bons resultados, mão de obra de qualidade porque iFood tem demanda grande somos a cara do iFood, entregamos o produto final do restaurante, a pessoa da casa vê a cara do entregador, a gente chega com delicadeza, trata bem. Tem que investir em nós pra melhorar a qualidade do serviço (M\_App8)*

Dentre todos os entregadores entrevistados e que já atuavam em 2020, apenas dois relataram ter participado da paralisação de 1 de julho de 2020, que abrangeu várias capitais do país, conhecida como *Breque dos Apps*. As novas formas de

organização dos entregadores de aplicativos envolveram e ainda envolvem mobilizações via redes sociais. Estas mobilizações permitiram a visibilidade das condições de trabalho dos entregadores, além da institucionalização da luta dos entregadores plataformizados (ABÍLIO, 2020), como é o caso do Sindicato dos Motoristas por Aplicativo e Condutores de Cooperativas do Estado da Bahia (Simactter-BA); e o Sindicato dos Motoristas de Transporte Privado Individual de Passageiros por Aplicativo do Estado de Pernambuco (Simtrapli-PE) (GROHMANN, 2020). Outros movimentos foram registrados na Itália (*Clash City Workers*), Portugal (*Precári@s Inflexíveis*) e em São Paulo (Infoproletários) (ANTUNES, 2020), além de greves em outras plataformas de outros países.

O Breque dos Apps, de caráter inédito no Brasil, reivindicou aumento do valor das corridas, da taxa mínima de entrega, fim dos bloqueios arbitrários, transparência sobre as formas de pagamento, fim dos sistemas de pontuação e expulsão indevida das plataformas, bem como seguro de vida contra roubos e acidentes e auxílio para EPIs para evitar contaminação por covid19. A ação principal se constituiu pelo desligamento dos aplicativos por parte dos entregadores e o convite aos clientes das plataformas para desligarem os aplicativos (MACHADO, 2020).

O Movimento de Entregadores Antifascistas, até então liderado pelo motoentregador de aplicativo, Paulo Lima, mais conhecido como Paulo Galo, ou ainda Galo de Luta, articulou as paralisações, porém se integrou às manifestações nacionais contra o então presidente em vigência. Desta forma, esta luta dos entregadores antifascistas não possuía somente o intuito de trazer benefícios à categoria, mas também integra outras lutas políticas junto a outras categorias de trabalhadores. Em uma das redes sociais do movimento é possível observar inclusive a associação ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Fundação Rosa Luxemburgo, Marcha das Margaridas, Marcha das Mulheres Indígenas, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), bem como vários acadêmicos estudiosos do assunto, jornais e *podcasts*, o que demonstra grande articulação do movimento.

Alguns discursos evidenciaram os motivos da ausência de mobilização dos entregadores, que vão desde o medo de desligamento das plataformas até a dificuldade de realização de paralisações por conta da necessidade de ganho com as entregas:

*Se você vai conversar com os próprios entregadores pra tentar a galera se unir e se ajudar, acaba sendo difícil porque a própria plataforma gera esse tipo de competição entre os entregadores. Tipo, ah, eu não tenho tempo pra conversar, eu tenho que fazer entrega, eu tenho que trabalhar, meu tempo tá correndo, meu tempo tá passando, eu preciso de dinheiro. Então, tipo, basicamente em todas as frentes que você tenta encontrar alguma maneira de organização conjunta dos entregadores, sempre vai ter uma via direta de mão dupla de você tentando se organizar e alguém desorganizando o que você tá tentando fazer, né (C\_App\_Aut1)*

*Se tentar questionar direitos é enxugar gelo, por conta do medo de ser desligado da plataforma (M\_App8)*

*E teve as greves, surgiram aqui no Brasil, por causa disso assim. Que foi uma união deles. Apesar que houve pouca adesão, em Curitiba houve pouquíssima adesão (C\_BC)*

O poder público municipal também foi citado como agente desmobilizador:

*Me dá tanta raiva de falar dessas coisas que dá vontade de organizar uma revolta popular de entregador e sair de bike com um molotov na mão. Isso não acontece em Curitiba porque a mesma comunicação midiática que a gente tem pra desorganizar qualquer tipo de organização popular, acontece o tempo inteiro pela prefeitura, né. Se você faz uma manifestação dos entregadores na Santos Andrade, se você não avisar a prefeitura, os GM (Guarda Municipal de Curitiba) vão colar lá, te acelerar, te falar bosta, tentar forjar você pra você ir preso, te atrasar de algum jeito (C\_App\_Aut1)*

*Há uma necessidade aqui, de uma, de um diálogo maior entre o poder público e os ciclistas, usuários das bicicletas, pra que eles contêm a sua, a experiência, né, do pedalar, né, assim, pra quem tá planejando, e fazendo a manutenção na cidade. Anteriormente, existia grupos que se encontravam, mensalmente, né, com a prefeitura. A prefeitura abria esse, esse diálogo, mas nas duas gestões (da prefeitura municipal de Curitiba) não está havendo isso, novamente, assim (C\_BC)*

Os demais entregadores descontentes e insatisfeitos com as plataformas e empresas sugeriram melhorias, mas não necessariamente um enfrentamento ou fechamento das plataformas:

*Se investissem 10% teriam bons resultados, mão de obra de qualidade porque iFood tem demanda grande somos a cara do iFood, entregamos o produto final do restaurante, a pessoa da casa vê a cara do entregador, a gente chega com delicadeza, trata bem. Tem que investir em nós pra melhorar a qualidade do serviço (M\_App8)*

É notável também as poucas referências ao papel do poder público e aos sindicatos, formas clássicas de defesa dos interesses das classes trabalhadoras, a



respeito da melhoria destes processos de trabalho dentre os entregadores insatisfeitos. Quando mencionadas, tais instituições foram criticadas e não foram percebidas enquanto fonte de mudanças efetivas:

*Acho que falta talvez um sindicato melhor pra categoria, pra poder unificar. A gente não tem muitas leis, né, que nos favorecem. Falta mais uma unificação, né? Tornar uma profissão mesmo, né? Não sei se existe essa legislação ou não. Ela é muito burocrática assim, sabe? Muito complicada, porque hoje pro cara ser um motofretista ele tem que mudar a categoria da carteira dele, né? Fazer o cursinho. Ele tem que mudar a placa da moto dele, fazer uma documentação, abrir um MEI. Então é muito difícil, né, que as pessoas ter condição, né, pra alguém que às vezes deixa de comprar uma fruta pra economizar um pouco de dinheiro, gastar uma fortuna, né? Mais de 1.000 reais, né, pra poder, digamos, se adequar dentro da lei. Acho que uma lei mais simples, né, uma forma mais simples de poder unificar isso e formar como uma profissão ajudaria, né? Tem muitos motoboys por aí que roda com moto irregular, né? Com aplicativo como bicicleta e é moto. Né? Ou sem carteira. Eu tava até lendo uma matéria esses dias atrás que diz que metade dos motoboys que foram parados no Brasil no decorrer do tempo não tinham carteira, né? Até mais da metade, né? Não tinham carteira ou tava com alguma irregularidade na moto, né? Que é o que a gente mais vê, né? Piseira rodando, essas coisas assim, né? Então falta um pouco de simplicidade nessa parte burocrática, acredito, né? (M\_A2)*

*A legislação e o poder público não ajudam. Precisam de muita atualização. Em contrapartida, caminhando junto, tem muito colega também que não ajuda (risos). Que faz coisa errada mesmo, tá andando com... Às vezes a pessoa pega uma moto piseira, né? Que é moto que ou tá baixada pelo Detran e não poderia tá rodando ou às vezes é item de furto ou roubo, e a pessoa tá usando pra fazer entrega (M\_App5)*

*Em contrapartida, caminhando junto, tem muito colega também que não ajuda (risos). Que faz coisa errada mesmo, tá andando com... Às vezes a pessoa pega uma moto piseira, né? Que é moto que ou tá baixada pelo Detran e não poderia tá rodando ou às vezes é item de furto ou roubo, e a pessoa tá usando pra fazer entrega (M\_App5)*

*O cara comprou a moto e vira motoqueiro, né? E as pessoas acham que nós todos somos iguais, entendeu? Somos tratados na empresa da mesma forma, né? A gente não tem um diferencial, entendeu? É muita pouca gente registrada, tudo regularizado, né? E daí acaba ficando caro pra gente e ninguém cobra nada (dos outros entregadores não registrados/profissionalizados/regularizados), né? É porque às vezes esses que não são regularizados são mais baratos do que nós, né? E se você comprar uma moto hoje e falar que você quer trabalhar de moto e vai trabalhar, você não paga nada disso (das taxas exigidas para a regularização), né? (M\_Ter1)*

Como se pode observar acima, além da crítica às instituições públicas e sindicais devido à ausência de leis, de abrangência do sindicato da categoria, de reconhecimento por parte da sociedade, do governo, empresas terceirizadas,

restaurantes, consumidores e plataformas, ações punitivas da guarda municipal, são criticados também os *cachorro louco/piseira/motonóia* que prejudicam a percepção do restante da sociedade sobre os motoentregadores. No entanto, em geral, não houve críticas ao fato de que as próprias plataformas, empresas e restaurantes recrutam esses entregadores que circulam de forma irregular, que fomenta não somente o trabalho informal, mas também o trabalho legalmente irregular e prejudicial aos próprios entregadores e ao restante da população que circula no trânsito e é colocada em risco.

Isto ocorre principalmente no caso das plataformas que, ao recrutar de forma virtual, não confere a procedência dos veículos utilizados, a existência ou veracidade das carteiras de habilitação dos motociclistas ou até mesmo a própria identidade dos entregadores, não realiza cursos obrigatórios de boas práticas nas entregas, não confere as multas ou infrações cometidas pelos entregadores, não acompanha o processo de trabalho de forma presencial, gerando uma “zona cinzenta” propícia para a ocorrência de ilegalidades e, conseqüentemente, a desvalorização de todas as categorias de entregadores, não somente a de plataformizados.

Pelos discursos acima, percebe-se também que a responsabilização dos entregadores pelos riscos do processo de trabalho é tão acentuada que acaba por ocorrer dentre os próprios entregadores, divididos entre grupos, sendo que os *cachorro louco/piseira/motonóia* acabam sendo acusados de “sujar o nome da categoria toda”.

Já os sindicatos e o poder público são acusados de “dificultar” a legalização da categoria ao exigir taxas de regularização consideradas altas. Os primeiros ainda são acusados de não realizarem melhorias para a categoria regularizada em termos de aumento das taxas de entrega:

*Sindicato não dá muita ajuda. Você acha que se fosse bom, mesmo, assim, pra ajudar nós, assim, nós não estava aí na taxa que eles pedissem lá. Então, a gente não teve muito apoio, entendeu? A gente é meio que descartado, sabe? Não temos aquele apoio que a gente deveria ter. Então, é complicado. A gente queria uma melhora, alguém que tipo, sei lá, apoio, né? Que nós deveria ter, a gente não tem (M\_Ter2)*

Ainda em relação ao poder público, alguns entregadores associaram a alta do preço da gasolina, parte da política de preços do governo federal, à desvalorização da categoria, e dificuldade de mobilização política:

*É uma profissão onde o governo não tem visão de, pra ajudar assim, sabe? Não tem um olhar pra, pra dar estabilidade assim, porque eu acredito, não é igual caminhoneiro, mas é uma profissão que move também assim. Movimenta muito o país, mas não tem como parar esse trabalho. Parou já tem necessidade. Se depender do governo assim, vai continuar, até piorar, mas não dá pra dizer assim, acho que vai continuar a mesma coisa. Porque a nossa profissão, igual eu digo, é, a gasolina tá muito alta, então a gente coloca, por exemplo, a, 15 reais de gasolina, a gente não anda igual andava antigamente, é, não tinha tanta preocupação, entendeu? (M\_Ter3)*

A dependência do trabalho *just in time* precarizado e plataformizado do grupo estudado, junto à fragmentação das categorias e modalidades de entrega, gera um processo de individualização, com pouca margem para ações dentro da *política tradicional*, com greves, mobilizações e sindicalização. O discurso da autonomia de trabalho, da ausência de patrões, muito presente entre os entregadores, muitas vezes se voltou para a crítica das formas de se fazer política tradicional, próxima ao discurso das esquerdas, flertando, em alguns casos, com discursos mais próximos à direita. Neste caso, a ausência do estado é percebida como uma característica inerente e imutável, não sendo possível uma intervenção positiva. Por tal motivo, muitos entregadores criticaram a aprovação da Lei 14.247, que supostamente teria como consequência a saída da Uber e do ramo de entregas: “com esse seguro as entregas vão ficar mais caras e eles vão sair”, mesmo que a lei em questão favoreça os entregadores ao garantir seguro em caso de acidente ou contaminação pela covid-19.

Alguns motoentregadores, por exemplo, não se vacinaram ou não finalizaram o esquema vacinal também devido a opiniões negacionistas sobre a pandemia e a necessidade de ampla cobertura vacinal, defendendo o posicionamento do governo federal em relação à abertura de estabelecimentos, criticando decisões do poder público local em relação à manutenção, mesmo que temporária, das bandeiras vermelha e laranja, que restringiam a abertura de estabelecimentos e a circulação de pessoas, com o argumento da limitação das “liberdades individuais”.

Em pesquisa coordenada por Rosana Pinheiro-Machado e colegas, trabalha-se com a hipótese central de que a própria estruturação das plataformas, pautadas no individualismo e no sistema meritocrático, pode incentivar alinhamentos à extrema-direita. O perfil destes trabalhadores, que trabalham de forma precarizada e informal e desejam ascender à classe média por meio de um projeto hiperindividualista e

hiperiberal, que se acredita empreendedora e autossuficiente, alheios às políticas sociais. Desta forma, mesmo que não se alinhem a preferências político-partidárias e individualistas presentes nesse espectro. As plataformas, neste sentido, operam como estruturas desmobilizadoras (CANOFRE, 2022).

Para Milton Santos, a desagregação provocada por empresas globais, que nesse caso se utilizam do modelo da economia de compartilhamento, operam como fatores de desorganização e desagregação, pois impõem a lógica do interesse próprio. A ausência de regulações do processo de trabalho traz aos sujeitos um sentimento de instabilidade, além da produção sistemática do medo paralisante, que nos “convoca a apoiar aquilo em que não cremos apenas pelo receio de perder ainda mais” (SANTOS, 1994, p. 13). Dessa forma, o processo de verticalização e de promoção do trabalho just in time praticado pelas plataformas faz com que os entregadores se desarticulem enquanto ente coletivo, pelo receio dos bloqueios e da perda de renda para as entregas, caso atuem em greves, por exemplo.

De acordo com Luna e Oliveira (2022), os principais fatores que dificultam a tomada de consciência de classe pelos trabalhadores uberizados são a rotina flexível, na qual os trabalhadores não possuem um lugar fixo para se encontrarem; a noção de ser o seu próprio “patrão”, que gera um distanciamento das lutas coletivas; e o trabalho amador, no qual se observa uma perda de identidade, já que não é necessária uma formação específica, pois qualquer pessoa pode trabalhar no aplicativo, ou até mesmo trabalhar apenas quando é necessário.

Se o trabalho é uma categoria importante na construção da identidade dos sujeitos, a sua precarização gera falta de identidade e autoestima, sentimento de instabilidade e insegurança, fragmentação dos coletivos de trabalhadores e esvaziamento do conteúdo social do trabalho (ARAÚJO & MORAIS, 2017).

Para Wu, Zhao e Li (2022), a auto competência e satisfação com o trabalho caminham juntas, por isso quanto mais o trabalhador acredita que batalhou para estar naquele emprego e quanto maiores as exigências de qualificação, mais satisfeito com o trabalho ele se sentirá. Neste sentido, uma vez que o trabalho com as entregas não exige qualificação, há uma baixa satisfação e, principalmente, uma falta de identidade do trabalhador, que está sempre à procura de outros empregos. Além disso, o trabalho em plataformas promove relações atomizadas e competitividade pelas entregas, impactando na identidade coletiva e dificultando a organização de lutas coletivas.

Já para Gonsales (2020), alguns fatores dificultam o despertar da consciência de classe destes trabalhadores: competição entre o grupo, com remuneração por produtividade; parte da classe atuar de forma intermitente, apenas quando precisa de renda, existência de poucos locais físicos de encontro, amadorismo, vínculos com diversos empregadores e recursos limitados a uma sobrevivência às margens do sistema. Todos estes fatores, observados em menor ou maior grau nos grupos entrevistados, contribuem para o isolamento dos entregadores.

Apesar da ausência de envolvimento em movimentos como o Breque dos Apps, nos *points* e *galeras* observados nesta pesquisa, moto e cicloentregadores procuravam amenizar os impactos do trabalho cotidiano por meio do compartilhamento das estratégias já descritas, quebrando a lógica individualista observada em alguns outros entregadores que permaneciam isolados, ou ainda de acordo com o observado em outras pesquisas (ibidem).

De forma geral, a precariedade constitui-se como um modo de dominação da vida pública baseada na criação de um estado generalizado e permanente de insegurança, com o objetivo de forçar trabalhadores à submissão e aceitação da exploração (BOURDIEU apud WOODCOCK, 2020).

Apesar da ausência física de um chefe, há um controle exercido pelo algoritmo, sendo que a supervisão e gestão do processo ocorre por meio do trabalho automatizado e a disciplina é imposta por meio de desativações e suspensões (ibidem).

Estes fatores foram observados com mais intensidade nos motoentregadores, diferentemente dos cicloentregadores, que por sua vez, possuíam mais posicionamentos de questionamento, confronto às plataformas e busca por outros tipos de soluções. Neste grupo esteve pouco presente o marketing oficial das plataformas sobre a cicloentrega que constitui formas de se “ganhar dinheiro pedalando e se divertindo” ou “uma excelente alternativa para promover a sustentabilidade, as entregas de bike também trazem benefícios aos entregadores, clientes e negócios” (IFOOD NEWS, 2022). No grupo entrevistado, os únicos que se envolveram no Breque dos Apps foram cicloentregadores.

Mesmo ainda trabalhando com entregas para plataformas, um pequeno grupo ainda se mantém participante no cenário de ativismo político, voltado para o questionamento das plataformas, com influência do movimento de Entregadores Antifascistas, personificado por Paulo Galo:

*Mas eu acredito que, se houver tipo uma revolução. Eu sigo o Galo de Luta. E eu gosto muito dele. Então, se existir mesmo uma revolução, dentro do aplicativo. Ele fala que a revolução vai ser meio que manca, não vai ser tipo uma revolução da hora, assim. Tipo, mas, se houver, eu acho que sim. Mas eu também acho meio difícil. Eu sou um pouco pessimista, mas eu tenho esperança. Deles melhorarem as condições de trabalho. Eu acho que, eu acho que... porque, mano, é uma parada humana, assim, é só você olhar, tá ligado, pro que tá acontecendo (C\_AppAut2)*

Ou ainda para a construção de alternativas de entrega por meio de aplicativos alternativos ou microempresas de entregas:

*Na verdade, desde o começo eu procurei entregas particulares. Então há bastante tempo, eu tenho esses clientes particulares. Porque é um ganho melhor pra mim, o particular, ele paga melhor pra o entregador e é um custo menor pra ele. Porque o aplicativo cobra dele o entregador e mais o custo do aplicativo (C\_Aut)*

*Mas estou (satisfeito) em relação às entregas particulares. A maioria que me chama pra entregar me segue no Instagram, então, tipo, elas já meio que me conhecem, assim, minha vida, né, entre aspas, porque no Instagram nós não postamos tudo né, mas, então... O valor que eu estipulei é um valor justo pra mim, pra cima de R\$ 10,00. No Centro, é pra cima de R\$ 10,00. Aí nos bairros próximos do Centro, vai aumentando de cinco em cinco. Então, sei lá. Entregar no Água Verde aumentou R\$ 5,00, daí vai pra R\$ 15,00. Aí tipo, isso sucessivamente, sabe? Eu fiz o mapa pensando mais nas ladeiras e nas subidas, do que especificamente na distância, sabe? Que nem, por exemplo, lá pro alto da Quinze o valor é muito maior, é R\$ 20,00, R\$ 25,00, sabe? Porque não tem como, é muito, é muita subida, então... tipo, quanto mais eu cansar, mais o valor é, entendeu? Mais alto o valor é. Com os aplicativos, eu acho bem difícil (de expandir esse tipo de iniciativa) (C\_AppAut2)*

Um outro grupo de cicloentregadores mantém as plataformas apenas como último recurso de entrega, reconhecendo, no entanto, a dificuldade em sair delas, porém segue tentando priorizar as entregas particulares:

*Daí, tipo, a grana que eu ia fazer por dia, eu consigo fazer aqui em menos tempo, sofrendo menos, né. Aí eu... prefiro fazer taxa, no caso de hoje, né. Aí quando não tem nenhuma entrega particular, não tem nada no cronograma assim, daí eu continuo fazendo pelo iFood mesmo (C\_App\_Aut1)*

*Se não fosse o aplicativo, tipo, porque a maioria da minha renda vem do aplicativo, não vem do particular. O particular poucas pessoas me chamam, então, se não fosse o aplicativo, eu não taria ganhando dinheiro né. Mas, mesmo assim, eu não acho justo o valor que eles cobram, que eles dão de taxa. Pra mim, um valor justo seria pra cima de R\$ 10,00. Eu acho bem difícil (o aumento da taxa de entrega), mas a esperança é a última que morre (C\_AppAut2)*

Como se pode observar nos discursos acima, o grupo de cicloentregadores entrevistados demonstram maior resistência em relação às plataformas, seja pelo ativismo político, seja pela construção de vias alternativas de entrega. Pode-se perceber que a baixa remuneração, aliada ao esforço físico e maior sentimento de vulnerabilidade fazem com que tanto os questionamentos quanto as tentativas de construção de outras vias de entrega sejam mais presentes.

Este maior ativismo é justificado também pelo movimento de cicloativismo, já presente em Curitiba há alguns anos, e que possui envolvimento de órgãos da sociedade civil, parlamentares e cicloativistas. Um dos locais que distribuíram marmitas para os cicloentregadores, a Bicletaria Cultural, atua como um espaço de cicloativismo curitibano. De acordo com o seu coordenador, a distribuição de marmitas contou com a participação de outros movimentos de ativismo alimentar, como o Gastromotiva, que realizou o preparo e distribuição de marmitas para grupos vulneráveis em várias cidades do país:

*Então, no auge da pandemia esvaziou-se o centro de bicicletas, e começou a aparecer ciclistas com caixas quadradas, nas mochilas, né, mochilas quadradas. Os entregadores, ciclo entregadores, e eles começaram a aumentar de número, e eram eles, as pessoas que ficavam expostas, pra fazer as entregas de comida e mercado. Então nós começamos a perceber que era necessário realizar uma ação de responsividade social. Responsividade, diferente da responsabilidade social. A responsividade, você não sabe muito bem o que se precisa pra ajudar essa classe, né? Então, a gente teve que fazer uma, uma primeira pesquisa, e, e fazer tentativas, né, de entender e ajudar essa classe de trabalhadores. Uma delas foi, inicialmente, rapidamente, conseguimos uma ONG, chamada Gastromotiva, ONG carioca. E eles fazem trabalho com pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar, né? E, convidamos a ONG pra vir cozinhar aqui e oferecer marmitas gratuitas para os cicloentregadores. Então, por seis meses, é, os cicloentregadores vinham aqui, eles têm um horário especial de almoço, né, que geralmente é após o período do almoço. Eles vinham aqui, pegavam as marmitas, almoçavam aqui, e começavam a conversar entre si. E, também, de ver que os problemas que tinham no aplicativo do celular de um, era igual o problema do aplicativo do outro. E começaram a compreender um pouco mais as regras do jogo das ciclo entregas, né? Quando chove você ganha bônus. Se você deixa de trabalhar, você não é chamado pra fazer entregas. Então, um começava a instruir o outro, assim, eles tavam desenvolvendo (C\_BC)*

Além da doação de marmitas, o espaço fomentou o apoio mútuo entre os entregadores e de assistência técnica, para quebrar a lógica da individualização e desamparo dos entregadores:

*E aí, a gente começou a perceber que eles precisavam mais que comida, eles precisavam de um lugar pra descansar, pra recarregar o celular. Precisavam realizar alguns serviços mecânicos nas suas bicicletas, e eles não paravam, né, então. E era difícil eles pararem pra arrumar a bicicleta. Então, casou que na hora que eles deixavam, paravam pra almoçar, a gente fazia alguns serviços mecânicos, cobrava, né? Eles eram gratos porque oferecíamos comida, mas também houve o pessoal do Curso de Engenharia Mecânica, que quis fazer uma ação voluntária. Então, nós treinamos os alunos de engenharia mecânica, e eles, durante uma semana, fizeram um trabalho de arrumar as bicicletas dos ciclos entregadores (C\_BC)*

A coordenação do espaço, junto a parlamentares e ao movimento cicloativista, ainda trabalhou no desenvolvimento de uma legislação local para adaptação das vias e locais públicos para este tipo de trabalho.

Outro ponto levantado por esta coordenação, bem como por outros entregadores autônomos, apontado como crucial não somente no questionamento das plataformas e empresas terceirizadas, mas na busca de alternativas às plataformas e a identificação com a profissão:

*O que a gente compreende é que existem ciclo entregadores que aproveitam dessa facilidade (do trabalho em aplicativos), desse trabalho esporádico, sem compromisso. E tem outros ciclos entregadores que usam isso como profissão. Que tem suas bicicletas bem ajeitadas, que tem uma rotina de trabalho, e que, aos poucos, eles vão saindo dos aplicativos pra ter sua cartela de clientes. E com isso, às vezes, até contratar outras pessoas, pra trabalhar juntos com eles, assim. Existe ainda um caminho, que é o meio entre os dois, que são os, os aplicativos, é, de cooperativas de ciclistas. Aqui, em Curitiba, teve uma iniciativa. Existe, existe uma cooperativa de ciclista aqui, né, que é a Curitiba Messenger, mas, teve uma, uma ONG, né, acho uma organização, chamada Terraço Verde, que eles ganharam um edital, acho que público, da Fundação Araucária, pra criar um sistema cooperativo de entregas. Pesquisando, eles descobriram que existe na França, um aplicativo cooperativo de entregas, assim (C\_BC)*

*A maioria não leva o ciclista mensageiro como um ofício “ah eu vou ali fazer um aplicativo, enquanto eu não tenho outro trabalho (C\_F)*

O processo de uberização que estrutura a vida de entregadores de periferia, cuja trajetória profissional é marcada pela informalidade, instabilidade, traz ausência de identidade profissional definida, sem rede de proteção e segurança (ABÍLIO, 2020), dificultando o engajamento dos entregadores.

No limite, todos os discursos, núcleos de sentido e análises apresentados neste capítulo situam os entregadores de comida enquanto *outsiders*. Se os *insiders* são os trabalhadores formais, com estabilidade profissional e de renda, menos sujeitos a



processos de precarização, fruto da inclusão em políticas públicas, os *outsiders* podem ser definidos enquanto trabalhadores que se situam à margem das políticas públicas (ARRETCHE, 2018).

Se a Constituição de 1988 incluiu os *outsiders*, conferindo acesso a políticas públicas universais, como o acesso ao SUS, e não somente a trabalhadores formais (ibidem), o estrangulamento da classe trabalhadora após o processo de precarização das políticas de proteção social iniciado após o golpe parlamentar de 2016, junto à Reforma Trabalhista de 2017, não somente lançou milhares à informalidade, como precarizou processos de trabalho formais e diminuiu renda desta categoria, transformando grupos de trabalhadores como os entregadores formais, em *outsiders*, que têm seus direitos ao trabalho digno, à alimentação adequada e à saúde sistematicamente violados.

Desta forma, tanto os entregadores formais quanto os informais entrevistados podem ser considerados *outsiders*, que não se encaixam como público-alvo de políticas de redistribuição de renda devido aos ganhos com as entregas, mas também não são beneficiados ou segurados por meio das empresas, plataformizadas ou não, para as quais trabalham. Conseqüentemente, se encontram num limbo social de desproteção, no qual nem o mercado e nem o Estado parecem agir para retirá-los.

A desconfiança em relação a estas duas instâncias dá origem, dentre os outros fatores discutidos acima, à rejeição das formas tradicionais de trabalho. Dessa forma, 81% dos entregadores não gostariam de ter carteira assinada por receio de perder a flexibilidade e a renda extra (RODRIGUES, MOREIRA e de LUCCA, 2022).

Conseqüentemente, a descrença em maior ou menor grau, nestas duas instâncias, leva à desarticulação tanto para o questionamento das plataformas quanto para as exigências de melhorias legais, ou mesmo à formalização da categoria, algo presente nos discursos de partidos de esquerda e sindicatos, algo percebido em grupos de entregadores com outras cidades brasileiras (CORRES DO COMER, 2022b). Nos grupos de redes sociais de entregadores, a observação participante permitiu apreender discursos de ironia e rejeição, por exemplo, às convenções sindicais relativas ao aumento das taxas por quilometragem. Ou mesmo a ligação de casos de roubo de motocicletas à eleição do atual presente Luís Inácio Lula da Silva, por meio da expressão “faz o L”. As mesmas redes que se mobilizam para denunciar abusos, questionar plataformas e empresas, e promover estratégias de sobrevivência

também promovem intolerância entre entregadores, intolerância política, além de desmobilização e ativismo de extrema-direita.

A ausência de relação de trabalho com a plataforma, que vincularia os entregadores como trabalhadores, se torna um problema de natureza jurídica, uma vez que os serviços prestados pelos trabalhadores uberizados não têm sido compreendidos como uma relação trabalhista (AQUINO, PILATE e FELIX, 2020). O Estado por sua vez, até então, não atuou nem para modificar esse impasse, nem para melhorar as condições de proteção social desta categoria de trabalhadores. Desta forma, a desestabilização e vulnerabilidade vividas pelos entregadores levam à desvalorização simbólica enquanto profissão e enquanto sentimento de grupo, com dificuldade de inserção na estrutura social e enfraquecimento de valores coletivos (RODRIGUES, MOREIRA & LUCCA, 2021).

É válido ressaltar que, apesar do contexto de precarização em que os entregadores de aplicativos estão inseridos, eles vêm conseguindo dialogar – por meio das redes sociais – e desenvolver formas de organização e luta frente aos mecanismos de controle utilizado pelas empresas de delivery. Vale ressaltar também que os entregadores de aplicativo entrevistados são a única modalidade de entrega que realiza maiores questionamentos e um mínimo de ativismo político, o que não foi observado, por exemplo, em entregadores autônomos, terceirizados ou formais, por terem processos de trabalho com mais aspectos fixos ou ainda por terem margem para negociação das taxas, como é o caso dos autônomos.

Desta forma, como coloca Pinheiro-Machado (2019), este perfil de trabalhadores, geralmente pobres ou empobrecidos, sem vínculos trabalhistas e coletivos, vítimas do próprio neoliberalismo predatório, se veem como *outsiders* das políticas sociais implementadas nos últimos anos, sentindo-se injustiçadas pelas suas condições de trabalho, são mais vulneráveis à aceitação de fake news, não se sentem contemplados pelo discurso da esquerda e enxergam o governo como inimigo. Desta forma, o discurso neoliberal radical anti Estado e políticas sociais encontra abrigo. É sempre o Estado que atua contra a autonomia dos entregadores, seja por meio das multas ou pela tentativa de formalização da profissão. Além da desconfiança em relação a governos e sindicatos, não há reconhecimento e mobilização dos próprios movimentos de entregadores.

Para a maior parte dos entregadores, as plataformas realizam a inclusão legítima no mundo do trabalho impossibilitada por outras empresas. No entanto, observou-se

no geral, independentemente de posicionamentos políticos, um círculo vicioso constituído pela precarização – medo - falta de oportunidades - conformismo

### 3.4.1 MOBILIZAR-SE PELO TRABALHO DE ENTREGAS DIGNO

O perfil mais encontrado nas pesquisas realizadas com este grupo é de entregadores de aplicativo, que usam como meio de trabalho a própria força física, em jornadas de trabalho que podem atingir 12 horas diárias, sete dias por semana, com remuneração equivalente a um salário-mínimo (ABÍLIO, 2020). No entanto, a luta dos entregadores por condições mais dignas de trabalho somente será efetivada se houver conscientização por parte dos clientes e toda a sociedade (LUNA & OLIVEIRA, 2022). Se a luta contra a fome mobilizou os entregadores de aplicativo (TARRÃO, SANTOS & HATZLHOFFER, 2022), a luta pelo DHA deste grupo deve mobilizar também restaurantes e consumidores, inclusive para que as plataformas de entrega ofereçam refeições adequadas.

A partir dos dados e análises quantitativas e qualitativas deste estudo, para além da necessidade de ação dos entregadores em si, se faz necessária a mobilização por parte dos clientes das plataformas, dos restaurantes que terceirizam ou recrutam de forma autônoma, afinal de contas, apesar das plataformas sustentarem condições de trabalho indignas, clientes e outros estabelecimento também contribuem para a continuidade do processo de precarização destas condições.

Deve-se questionar desde as plataformas digitais de comida enquanto desertos e pântanos alimentares, passando pela melhora da conduta em relação aos entregadores, exigindo melhores taxas de entrega, condições de trabalho dignas, com abrigo, acesso a banheiros, água e, principalmente, à alimentação adequada, ponto sistematicamente ignorado tanto pelo poder público quanto pelas plataformas. Mesmo os entregadores mais satisfeitos com as plataformas e as empresas terceirizadas viam neste quesito a principal barreira para a efetivação de um trabalho adequado – a ausência de alimentação constitui o principal ponto de incertezas, invisibilidade, desvalorização e humilhação cotidianas.

Empresas terceirizadas e os próprios restaurantes que também recrutam de maneira precarizada, por sua vez, não são questionados e não recebem a mesma atenção midiática direcionada às plataformas – algo que se percebeu nesta pesquisa como problemático, principalmente quando se tem uma legislação que pretende cobrir

somente plataformizados, e um baixo nível de sindicalização da categoria. Apesar de proverem aspectos de processo de trabalho fixos e percebidos como mais estáveis, estas modalidades de entrega permanecem invisíveis perante os olhos tanto de analistas como de consumidores.

Todas as categorias e modalidades de entrega, mesmo que haja alguns questionamentos, reproduzem o discurso neoliberal do empreendedorismo, que atua acirrando desigualdades e injustiças de várias naturezas. Neste sentido, para se respeitar a lógica do fomento a sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, garantindo o direito humano à alimentação adequada de todos os trabalhadores envolvidos nestes sistemas, se faz necessária a valorização de formas de entrega que não coloquem a vida destes trabalhadores em risco, um apoio mais amplo e significativo às mobilizações e apoio a outras formas de entrega, principalmente baseadas no cooperativismo ou na valorização de formas de contratação mais dignas.

A partir de uma lente mais ampla, para a melhora das condições de trabalho e de vida dos entregadores, se faz necessária a solidariedade em relação às necessidades e lutas de parte da categoria que se mobiliza, bem como do apoio à promoção da qualidade de vida deste grupo. Estes valores, no entanto, fazem parte do *ethos* democrático, e por tal motivo, “quanto mais aperfeiçoada a democracia, mais ampla é a noção de qualidade de vida, bem-estar e equidade ao acesso a bens materiais e culturais, envolvendo a convivência entre as pessoas, urbanidade e respeito mútuo” (MINAYO, HARTZ e BUSS, 2000).

No entanto, em tempos de ausência de democracia, num país que já apresenta baixa tradição democrática, a persistência do recente projeto autoritário da extrema-direita (PINHEIRO-MACHADO, 2019), a intolerância em relação a entregadores e entre a própria categoria, além da indiferença em relação ao sofrimento, tornam-se práticas comuns. Desta forma, entregadores que se alinham a este projeto acabam por impedir o próprio avanço das condições de trabalho.

De acordo com (idem), o projeto autoritário bolsonarista capturou tanto pobres com baixo capital educacional, antipetismo brando e que tendem a desacreditar a política como um todo, como trabalhadores precarizados, dentre os quais, plataformizados, indignados com o sistema político ou com a moral tradicional abalada e frustrados com a própria situação. Por tal motivo, todos os entregadores que apresentaram discursos de extrema-direita são plataformizados. A razão autoritária não surge, no entanto, a priori nos indivíduos, mas sim é mobilizada pelo projeto

autoritário, que dialoga com as subjetividades dos sujeitos e responde a diversos ressentimentos.

Observou-se, no pequeno grupo de entregadores alinhados ao ideário da extrema-direita, uma mobilização da subjetividade ligada à frustração de estar numa atividade socialmente desvalorizada, do *tornar-se invisível*, da ausência de estabilidade e condições de trabalho mais adequada. Conseqüentemente, surge um discurso anti sindical e que realiza uma dissociação cognitiva entre as próprias condições de trabalho e existência degradantes e as decisões políticas e possibilidades de ação.

### 3.4.2 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O estudo assumiu um caráter exploratório e que não se propôs ao esgotamento das temáticas trabalhadas. Apesar do grande e recente volume de pesquisas sobre entregadores de comida, em especial, entregadores de aplicativo, o estudo utilizou alguns parâmetros encontrados em outras pesquisas, porém não foram encontrados outros estudos com os mesmos objetivos. Por tal motivo, os diálogos estabelecidos com outras pesquisas também permaneceram limitados.

Apesar das incursões frequentes nos points, foram entrevistadas apenas duas mulheres, fator que limitou a compreensão deste perfil de entregadoras e do universo feminino das entregas.

Outra limitação encontrada foi a dificuldade de realizar entrevistas em profundidade com todos os 94 entregadores, em razão da dinâmica imprevisível das entregas. Por tal motivo, nem todos os temas que apareceram foram aprofundados, por conta da dificuldade de aprofundamento dentro das próprias entrevistas.

Houve dificuldade também na gravação de todas as entrevistas, o que permitiria a transcrição de todos os discursos, pois muitos entregadores preferiram se resguardar de qualquer tipo de identificação, apesar de serem garantidos o direito à privacidade no momento da entrevista e do sigilo, no momento da assinatura do TCLE. Desta forma, foram anotados os principais aspectos dos discursos destes entregadores, porém devido à necessidade de rapidez na maior parte das entrevistas, alguns detalhes podem ter não ter sido anotados.

A despeito da natureza predominantemente qualitativa do estudo, não foram entrevistados um número suficiente de entregadores para se realizar afirmações

quantitativas generalizantes. A amostra foi formada de acordo com a técnica de saturação de dados já abordada na seção de Metodologia, privilegiando, desta forma a maior variedade de perfis de entrega, em detrimento da quantidade de entregadores. No entanto, não se sabe ao certo o número exato deste universo em Curitiba, de nenhuma categoria, o que também impossibilitaria o estabelecimento de uma amostra adequada para este fim. Apesar do contato realizado com as plataformas Ifood, Uber e Rappi para se saber o número exato de entregadores cadastrados ativos, não obtivemos retorno.

Uma última limitação deste estudo consiste no distanciamento causado pelo estranhamento de alguns entregadores em relação à pesquisadora, branca, nitidamente de classe média e aparentemente universitária. Apesar da tentativa de criação de vínculos com os grupos de entregadores, alguns inclusive demonstraram dúvidas em relação à veracidade da pesquisa, pois desconfiaram que as identidades pudessem ser vazadas às plataformas. Mas, para além deste medo constante do desligamento, houve dificuldade em compartilhar uma realidade difícil, com alguém “de fora” da realidade vivida no cotidiano e cuja origem, aparência e comportamento são alheios aos círculos de convivência dos entregadores.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O branco açúcar que adoçará o meu café  
nesta manhã de Ipanema  
não foi produzido por mim  
nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.  
Vejo-o puro  
e afável ao paladar  
como beijo de moça, água  
na pele, flor  
que se dissolve na boca. Mas este açúcar  
não foi feito por mim.  
Este açúcar veio  
da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira,  
dono da mercearia.  
Este açúcar veio  
de uma usina de açúcar em Pernambuco  
ou no Estado do Rio  
E tampouco o fez o dono da usina  
Este açúcar era cana  
E veio dos canaviais extensos  
Que não nascem por acaso  
no regaço do vale  
Em lugares distantes, onde não há hospital  
nem escola,  
homens que não sabem ler e morrem de fome  
aos 27 anos  
plantaram e colheram a cana  
que viraria açúcar  
Em usinas escuras,  
Homens de vida amarga  
E dura  
Produziram este açúcar  
Branco e puro  
Com que adoço meu café esta manhã em  
Ipanema”

Ferreira Gullar. Toda Poesia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 227-8.

O sistema agroalimentar dominante, como já citado anteriormente, frequentemente recruta sua força de trabalho para trabalhar de forma análoga à escravidão, e a privação de alimentos durante e após o período de trabalho é uma característica marcante desta violação do direito ao trabalho, em conjunto com a violação de outros direitos, produzindo, por sua vez, formas de disfarce destes processos de trabalho para que os produtos se tornem atrativos aos consumidores, gerando-se uma certa invisibilidade e até mesmo desprezo pela realidade vivida pelos trabalhadores envolvidos.

Independentemente do regime alimentar vigente, o trabalho nos sistemas agroalimentares dominantes sempre envolveu condições precárias, viabilizando, desta forma, a sua acumulação de capital. O diferencial, no caso das plataformas de entrega, é o adicional do modo just in time ligado ao imperativo de funcionamento dos algoritmos, que aumentam o grau de invisibilidade e precarização das condições.

As longas cadeias de produção e consumo de alimentos favorecem esta desconexão entre quem produz e quem consome, porém no caso de entregadores de comida, pode-se considerar que a invisibilidade também advém do estigma associado a esta atividade, que não é vista como uma profissão, mas sim como um subtrabalho, e por tal motivo as motocicletas que correm ao lado dos carros diariamente não são vistas, a não ser pelos sons das buzinas, pelos danos provocados nos retrovisores dos carros ou pelas motocicletas, caixas, bags e comidas caídas ao chão junto a corpos estirados em horário de pico. A precarização do trabalho de entregadores de comida, portanto, garante que a comida produzida a partir de uma cadeia já duvidosa, acumule mais violações de direitos antes de chegar ao prato dos consumidores.

Entregadores de comida, no entanto, conformam apenas mais uma entre as várias categorias de trabalho que têm os seus direitos básicos violados, enfrentando situações de fome e insegurança alimentar durante e após o período de trabalho, em casa e na rua onde trabalham. Fazem parte de um sistema perverso que utiliza a fome, como propõe Amrita Rangasami (1985), como mecanismo de pressão, persuasão, exploração de mão-de-obra, silenciamento político, no caso de alguns entrevistados, e engajamento à extrema-direita, no caso de outros grupos de entrevistados.



Há, portanto, uma relação entre fome no trabalho e insegurança alimentar domiciliar e a sujeição ao trabalho, que se retroalimentam. Em outras palavras, entregadores em insegurança alimentar, em sua maior parte negros e ciclistas, que se sujeitam a este processo de trabalho não conseguem melhorar a sua própria situação. Quando estão no trabalho, sujeitos ao processo *just in time*, não conseguem renda o suficiente para modificar a situação alimentar de suas famílias, nem melhorar a sua qualificação profissional para o alcance de melhores posições de trabalho, muito menos se alimentar de forma adequada. E quando estão em seu domicílio, ambiente no qual poderiam se alimentar de forma mais adequada, sentem-se perdendo oportunidades de entrega e, portanto, de ganho de renda. A primeira estratégia financeira é o investimento na melhora da alimentação domiciliar, de si e de suas famílias, havendo pouco investimento na alimentação durante o trabalho. Portanto, pode-se concluir que os entregadores já em situação de vulnerabilidade, tendem a continuar *entregando comida passando fome*. Desta forma, o trabalho acaba por retroalimentar as situações de fome e insegurança alimentar vividas neste grupo.

A mesma lógica pode ser aplicada à saúde. Quando estão trabalhando, colocam a sua saúde em risco, seja pelos acidentes, ou roubos e contaminação a que estão sujeitos. Já quando estão em suas casas ou outros espaços, sentem-se deixando de ganhar renda para melhorar as suas condições de vida. Esta lógica pode ajudar a explicar, por exemplo, a baixa adesão à Atenção Primária e Secundária do SUS.

O impacto trazido pela pandemia para a renda familiar dos brasileiros se dá em um momento em que está sendo observada uma tendência global à ampliação da informalização do mercado de trabalho, atrelada a novas formas de organização das relações de trabalho, de autogerenciamento e controle, que se relacionam diretamente com o trabalho mediado por plataformas digitais que podem mapear todo o processo produtivo, fenômeno que passou a ser denominado como uberização do trabalho (ABILIO, 2020). Além disso, nesse processo também ocorre o “deslizamento da identidade profissional do trabalho para a de trabalho amador, componente poderoso desse novo tipo de informalização do trabalho” (Ibidem, p. 114). Em alguma medida, esse fenômeno está relacionado com o resultado revelado pela pesquisa de que mais da metade da população com 18 anos ou mais que estava trabalhando antes do início da pandemia trabalhava sem carteira assinada. Assim, abre-se espaço para o desenvolvimento de mais investigações a respeito da intensificação desse processo

durante a pandemia, em decorrência da forte redução da renda familiar da maior parte da população observada no período (UNICEF IBOPE, 2021).

O Estado brasileiro, após um período de quase 20 anos de fortalecimento das PPSAN, dentro de um contexto de fortalecimento das políticas de proteção social pós Constituição de 1988, enfraqueceu a capacidade de promover o direito humano à alimentação adequada, o direito ao trabalho e à saúde, tanto às populações que ainda se mantinham em níveis de vulnerabilidade preocupantes (povos tradicionais, mulheres negras periféricas e chefes de família, agricultores familiares), ao mesmo tempo que deixou de proteger os grupos lançados à condição de *outsiders* após a crise política e econômica de 2014.

Em síntese, a partir de 2015 observa-se a interrupção de um amplo projeto de mitigação da fome com o Golpe Parlamentar em 2016, que aumentou violações já existentes, porém de forma institucionalizada: a legalização do trabalho *just in time*, intermitente e precário com Reforma Trabalhista de 2017; diminuição a proteção social com a EC95; aprofundamento da crise política, da desproteção social, da regulação de políticas alimentares e acesso à alimentação adequada, da participação popular nas políticas públicas, além da criminalização da proteção de qualquer direito humano, por meio da eleição de Jair Bolsonaro para o período 2019 - 2022 e da tentativa de construção de uma hegemonia de extrema-direita institucionalizada na esfera pública a partir das redes sociais e nas esferas de poder por meio de bancadas (bala, bíblia e boi) cujos interesses de expansão do capital agroindustrial e religioso encontram-se unidos para a desarticulação de qualquer rede de proteção de direitos humanos.

Destaca-se neste processo a desarticulação do CONSEA como ação estratégica para promoção da fome e adoecimento coletivos, visto que este espaço democrático foi responsável, como já colocado no primeiro capítulo, pela articulação de políticas e PPSAN, culminando na criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na inclusão da alimentação como direito constitucional, cujos reflexos se viram, por exemplo, na expansão de programas como o PNAE, criação e fortalecimento do PBF e do PAA. Esta desarticulação deixou o país vulnerável aos efeitos da pandemia de covid-19 sobre o cenário da fome e insegurança alimentar e nutricional, contribuindo ainda mais para a elevação do preço dos alimentos e a redução do poder de compra da população, já acometida anteriormente pelo desemprego e informalidade em ascensão e pela queda da renda do trabalho no cenário anterior à pandemia.

No entanto, sabe-se que a marginalização de grupos vulneráveis é a regra e não a exceção, percorre a história brasileira, e continua a hierarquizar as relações, aumentando a precarização do trabalho, do desemprego, incorrendo em processos de favelização, criminalidade e insegurança. A destituição de direitos levaria a um processo de “espoliação urbana” que impacta na vida dos trabalhadores empobrecidos, refletindo nas condições de vida destes grupos. A condição de subcidadania destes grupos leva a quadros da vivência em risco, dada pela fragilização pelo desemprego e trabalho precário, ausência de garantias, preconceitos e estigmas (KOWARICK, 2009).

Neste sentido, atravessando e amalgamando discussões sobre a fome, insegurança alimentar, qualidade de vida e saúde, PPSSAN, informalidade, precarização, informalização e plataformização, este trabalho buscou evidenciar o impacto desta desproteção e do consequente processo de trabalho de diferentes categorias de entrega na alimentação, qualidade de vida, saúde e capacidade de articulação política dos entregadores. De forma geral, conclui-se que a dinâmica do trabalho insalubre, precário e *just in time* aprisiona estes trabalhadores à condição de *outsiders* e que dificilmente conseguem se reintegrar a uma posição de trabalho mais digna.

Consequentemente, o grupo estudado é mantido potencialmente preso a situações de fome no trabalho e insegurança alimentar familiar/doméstica, provocadas pelas empresas, plataformas. Há nos grupos estudados uma clara violação ao DHAA por Estado em suas duas dimensões (estar livre ad fome e má nutrição e ter acesso a uma alimentação saudável), que deixou de respeitar, proteger, promover e prover a alimentação adequada, perpetuando, deste modo, as desigualdades relativas a trabalhadores informais. Como apresentado e discutido acima, isto ocorre também em relação a outros direitos, tais como saúde e educação, fazendo com que os entregadores *outsiders* percam a identidade relativa ao trabalho e o ímpeto de mobilização coletiva, apesar as estratégias de ajuda mútua identificadas. Desta forma, há poucos avanços legais e institucionais. Algumas poucas plataformas como a Ifood ainda tomaram algumas medidas<sup>16</sup>, mas que ainda são insuficientes e inacessíveis para os entregadores justamente porque continua mantendo o distanciamento físico

---

<sup>16</sup> Seguro saúde durante a pandemia, distribuição de álcool gel e máscara, leve aumento da taxa mínima de entrega, e, recentemente, exclusão de clientes em caso de abusos, e avisos relacionados à proibição do recebimento das entregas dentro dos condomínios e prédios (IFOO, 2023).

e comunicacional, o suporte ineficiente e o não reconhecimento da atividade enquanto profissão e a consequente ausência de vínculo.

Em resumo, o conjunto de resultados e discussões apresentados acima, revelam o impacto desse tipo de trabalho nas condições descritas sobre entregadores negros e entregadores de aplicativo com mais intensidade; com um balanço desfavorável que combina ausência de qualquer aspecto fixo do processo de trabalho (alimentação, água, banheiros, abrigos, local para descanso), relação de desconfiança com clientes, empregadores e restaurantes, risco de acidentes, proteção em caso de acidentes e contaminação por covid-19, ausência de conhecimento do funcionamento das plataformas, dificuldade de acesso a políticas públicas, sentimentos de invisibilidade, abandono, desvalorização social, culminando em perda da identidade de trabalho e ausência do senso de luta política coletiva.

O processo de trabalho do grupo estudado compõe um gradiente de precarização, iniciado de forma mais amena com motofretistas, com aspectos mais fixos das condições de trabalho, passando por terceirizados e autônomos e chegando entregadores de aplicativo, cujas condições de trabalho foram percebidas, observadas e analisadas como o estágio mais precarizado, no qual a ausência de alimentação constitui-se como um dos principais pontos críticos. Existe, no entanto, uma tendência de eliminação deste gradiente, rumo à homogeneização deste processo de precarização em todas as categorias, liderado pelas plataformas de entrega, conforme o relato de motofretistas sobre a desvalorização de seu trabalho formal e/ou terceirizado. A tendência, portanto, é que as entregas por aplicativo se tornem o lastro e a referência deste processo, mantendo as taxas de entrega baixas, a ausência de contratação formal e de oferta de condições dignas de trabalho, tanto para terceirizados, como autônomos e formais.

Em outras palavras, as plataformas de aplicativo de entregas prejudicam as outras modalidades de entrega, pois forçam de direitos de todos os outros entregadores, terceirizados, autônomos e profissionalizados, a ponto de, na categoria de cicloentregadores, não haver contratações profissionais, somente informais.

A relevância dos achados se situa justamente na relação trazida entre estes aspectos e algumas diferenças entre as categorias de entrega, porém chamando a atenção, nitidamente, para entregadores plataformizados. Neste sentido, outros entregadores também submetidos ao processo de precarização e informalização, como é o caso de entregadores terceirizados e autônomos, devido à dinâmica da

Reforma Trabalhista de 2017, também sofrem do estigma e invisibilização cotidianos, não trazidos e percebidos por outras pesquisas com a mesma temática. Assim, são necessárias mais pesquisas que investiguem essas e outras dimensões do processo de trabalho em cada uma destas categorias.

De forma mais específica, a pesquisa mostrou que o processo de trabalho dos entregadores de comida, além dos aspectos mais gerais citados acima, causa desgaste físico e mental, dificulta o acesso a direitos e não assegura a sobrevivência digna, principalmente de plataformizados que trabalham de forma exclusiva na atividade, mesmo que a percepção da renda obtida com esta atividade seja positiva e o engajamento provocado pela estratégia de *gamificação* mantenha o vínculo e estímulo destes trabalhadores com as plataformas. Outro importante achado reside na percepção positiva sobre o trabalho, presente em entregadores formais e autônomos, sobre a *previsibilidade e estabilidade* provenientes do vínculo estabelecido com o estabelecimento, seja pelo contrato formal ou pela proximidade, como fatores ligados à maior qualidade de vida no trabalho, mesmo que os salários não sejam adequados e estejam sujeitos à desproteção trabalhista. Estes dois paradoxos são impostos pelas condições de radicalização do neoliberalismo global e da necropolítica do Estado brasileiro, que atingem com mais força grupos de trabalhadores informais e precarizados.

Já o entendimento das práticas alimentares no trabalho e no domicílio dos entregadores de comida a partir da complexidade de seus processos de trabalho distintos, do quesito cor e da renda dos entregadores, permitiu entender como o processo de trabalho precarizado, informalizado e plataformizados impõe violações ao DHAA. Tal encadeamento de causalidades permitiu vislumbrar as situações de fome vividas durante o processo de trabalho, e como este processo influencia a insegurança alimentar em nível domiciliar. Pode-se concluir que o processo de trabalho de entregadores de aplicativo, principalmente quando são negros e cicloentregadores, frequentemente leva a situações de fome no trabalho, predispondo a diferentes níveis de insegurança alimentar e nutricional no domicílio.

A metodologia utilizada não permitiu realizar comparações estatísticas mais amplas do processo de trabalho e alimentação entre as categorias de entregadores devido ao número de entrevistados, e esta pode ser uma possibilidade para futuros trabalhos. No entanto, a saturação de dados e variabilidade dos discursos permitiu compreender as dinâmicas dos processos de trabalho, o perfil dos entregadores, bem

como a teia de causalidades da segurança e insegurança alimentar que emerge da combinação de todos estes fatores. A investigação de outras modalidades e categorias de trabalho, ausente nos estudos consultados, permitiu vislumbrar um panorama mais amplo do processo de precarização e impactos no trabalho do grupo estudado.

De forma geral, observa-se que em todas as categorias, exceto em motofretistas formais, os entregadores só se alimentam de forma mais adequada quando a comida lhes é concedida por um ato de *caridade* por empresas e restaurantes. Para entregadores de aplicativo em especial este processo é mais crítico devido à imprevisibilidade de todos os aspectos do trabalho, inclusive os ganhos, o que impede a organização de uma rotina alimentar.

No limite, a ausência de práticas alimentares adequadas é apenas uma entre tantas dificuldades enfrentadas pelos entregadores, mas ela com certeza demarca a ausência de garantia, por parte das empresas, plataformas e do governo brasileiro, de garantia biológica básica para a manutenção da qualidade de vida tanto no trabalho quanto no ambiente domiciliar.

Ironicamente, estes trabalhadores considerados essenciais durante a pandemia para a manutenção da alimentação, saúde e qualidade de vida de outros trabalhadores em home office, tiveram as suas próprias vidas ameaçadas ao serem obrigados a recorrer ao trabalho informal e precarizado. O risco de contaminação por covid-19 e o risco constante de acidentes, sequelas e mortes, também provocados pelo processo de gamificação, pouco amenizados por medidas legais e empresariais, também se perpetuam.

Apesar da análise do teor de mobilização política não ter sido propriamente um objetivo deste trabalho, muitos discursos possibilitaram um olhar mais aprofundado sobre esta questão. Como nos apontou Ragansami em seus estudos citados acima sobre o mecanismo de produção e manutenção da fome e insegurança alimentar, estas situações são estratégicas para a manutenção de grupos em situações de exploração.

No caso aqui estudado, as situações de fome, ligada aos riscos para a saúde física e mental, são assistidas e permitidas pelo Estado, mantida pelas empresas para forçar a ausência de engajamento político, produzindo, em muitos entregadores, um círculo vicioso formado por sentimentos de medo do desligamento das plataformas ou demissão das empresas, seguido pela falta de perspectiva de um trabalho digno, de

reconhecimento da própria atividade exercida e conformismo com a pouca renda obtida e com as condições de trabalho vividas.

Especialmente uma tendência observada se mostra preocupante como produto deste círculo: o potencial, observado numa parcela menor de entregadores, de produzir opiniões ligadas à extrema-direita. Estas últimas opiniões especialmente excluem qualquer tipo de mobilização por meio de sindicatos e recusa de garantias de direitos por parte do Estado, amalgamando discursos neoliberais radicais, *fake news* e discursos anti-esquerda. Este discurso opera no sentido da neutralização da maior parte das condições descritas, da culpabilização dos próprios colegas pelas condições vivenciadas, da ausência de reconhecimento da própria atividade exercida enquanto profissão, perpetuando, desta forma, as condições de trabalho indignas experienciadas cotidianamente pelos entregadores.

Deve-se ressaltar, entretanto, a existência de um outro grupo maior, que se mantém crítico a estas condições, porém não se mobiliza politicamente, pois ainda possui a perspectiva de retornar ao mercado de trabalho formal. Há ainda outro grande grupo que não reconhece as condições vividas como desfavoráveis, porém apenas situações a serem contornadas, com ou sem perspectiva de sair desta atividade. E, por último, um pequeno grupo crítico e politicamente mobilizado para o questionamento das plataformas, das violações praticadas pelo Estado e criação de alternativas de entrega.

No entanto, mesmo que haja uma pluralidade de opiniões, considera-se preocupante, no grupo estudado, a potencial formação de grupos de entregadores que, além de desmobilizados politicamente para a mudança das condições de trabalho, anulam ou positivam estas condições desfavoráveis, impedindo a mobilização por mudanças efetivas, tornando-se trabalhadores informais e precarizados de extrema-direita que operam para a continuidade de todas as violações descritas acima.

Neste sentido, a partir dos achados, recomenda-se minimamente:

- 1) O fomento ao diálogo entre Estado, entregadores, sindicatos e empresas para o reconhecimento das necessidades específicas de moto e cicloentregadores;
- 2) A formação de vínculos empregatícios mais duradouros, que promovam a segurança e garantia de direitos básicos de todos os entregadores;

3) Ao Estado cabe o fomento ao trabalho digno, com a revogação do trabalho de tipo intermitente, fiscalização de empresas de aplicativo e terceirizadas e diálogo com sindicatos e outras organizações das categorias envolvidas, para que sejam estabelecidas novas formas de relações trabalhistas que possam garantir todos os outros direitos, além da alimentação adequada;

4) Faz-se necessário, portanto, priorizar medidas de mitigação destas condições, aumentando a taxa de entrega, respeitando-se a convenção sindical, para que os entregadores consigam de fato melhorar as condições de alimentação, saúde e qualidade de vida desde o ambiente doméstico e familiar, fornecendo também alimentação adequada e contínua, de acordo com a definição de SAN anteriormente apresentada, para todas as categorias de entrega;

5) Deve-se também estabelecer pontos de apoio que realmente façam o trabalho de suporte completo para os entregadores, que possam fornecer, além de alimentação, água, EPIs, abrigo, local para realização de refeições adequado, área de descanso para entregadores, estacionamento para motos e bicicletas, além do suporte local e oportuno em caso de acidentes. Estes pontos de apoio devem estar oportunamente localizados e possuir acesso facilitado;

6) Em relação à saúde dos entregadores, fazem-se necessárias medidas de mitigação mais ágeis e acessíveis, menos burocráticas por parte de empresas e legalmente respaldadas forma ampla, de forma a reintegrar este grupo de outsiders às políticas de proteção social de forma que o nosso Sistema Único de Saúde consiga prover assistência em saúde integral, adequada e contínua, além de uma atuação mais efetiva de outros sistemas como o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e o SISAN, na garantia de direitos a trabalhadores informais

7) Desta forma, plataformas e empresas devem possuir relação horizontal e local com entregadores, pois as relações verticalizadas e que visam apenas a exploração destes trabalhadores por meio de processos de gamificação são geradores de impactos desfavoráveis em saúde e alimentação.



Para que este último recurso de sobrevivência, esta última tentativa de manutenção da dignidade, a última fronteira entre a miséria e a vida, se torne um trabalho digno que não perpetue situações de fome, inseguranças, adoecimentos e mortes. Para que todos os entregadores voltem para casa com segurança e provimento para si e suas famílias. Para que, quando cruzem sinaleiros, andem ao nosso lado no trânsito e entreguem as nossas comidas às portas de nossas casas, consigam se reconhecer enquanto profissionais valorizados e serem reconhecidos enquanto *nós*, e não *eles*. Para que trabalhem em segurança alimentar e a comida que carreguem em suas bags e caixas sejam adequadas, frutos de um sistema alimentar mais justo e sustentável.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, L.C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, 18(3). 2019. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>.

\_\_\_\_\_. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time. In: ANTUNES, R (Org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo Editorial, p.111-124, 2020.

\_\_\_\_\_ et al. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, Edição Especial: dossiê covid-19, 2020a. DOI: <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v.74>

\_\_\_\_\_. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. 2020b. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, n. 3, 2020b. DOI: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>.

\_\_\_\_\_.Uberização: a era do trabalhador just-in-time?1. **Estudos Avançados**, 34(Stud. av., 34(98)), 111–126, 2020c. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008> .

\_\_\_\_\_. Uberização: a informalização e o trabalhador just-in-time. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021, e00314146. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00314

\_\_\_\_\_; AMORIM H., GROHMANN R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p 26–56, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-116484>.

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

\_\_\_\_\_; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

AQUINO, J.V., PILATE, F.D, FÉLIX, Y.S. Uberização do trabalho e os riscos à saúde dos entregadores por aplicativo frente à pandemia da covid-19. **Revista Direitos, trabalho e política social**, Cuiabá, v. 6, n. 11, p. 46-69, Jul./dez. 2020.

ARRETCHE, M.T.S. Apresentação. In: **Trajetórias das desigualdades. Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. Marta Arretche (org). 1ª ed. São Paulo: Editora da Unesp; CEM, 2015.

\_\_\_\_\_. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders, in: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 33, n. 96, pp. 1-23, 2018.

\_\_\_\_\_, MARQUES E, FARIA CAP. Considerações finais. Produzindo mudanças por estratégias incrementais a inclusão social no Brasil pós-1988. In: **As Políticas da Política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT**. Marta Arretche, Eduardo Marques e Carlos Aurélio Aurélio Pimenta de Faria (orgs). Ed. Unesp: 2019.

ARAUJO, MRM, MORAIS, KRS. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Caderno de Psicologia Social do Trabalho**, 20, 1, pp. 1-13, . 2017. ISSN 1516-3717. Disponível em: [Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador \(bvsalud.org\)](http://bvsalud.org).

BAJWA, U et al. The health of workers in the global gig economy. **Globalization and Health**, 124, 2018. <https://doi.org/10.1186/s12992-018-0444-8>

BECKMAN, K et al. Health and safety risk perceptions and needs of app-based drivers during COVID-19, **Wiley Periodicals**, 14 September 2021. <https://doi.org/10.1002/ajim.23295>

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. The forms of capital, in J. G. Richardson (org.), **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**, Nova Iorque, Greenwood, 1985, pp. 241-58.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família: Transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social**. Brasília: 2015 [Internet]. [citado em 2019 Mar 20]. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Cartilhas/Cartilha\\_PBF\\_2015.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf).

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2011.346-2006?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.346-2006?OpenDocument). Acesso em 10 fevereiro 2020.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei 7279/2010, de 10 de maio de 2010**. Dispõe sobre a definição de diarista. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=476055>  
. Acesso em 01 set 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015.** Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, de 1º de junho de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm)>. Acesso em: 01 set 2020

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portal Covid19.** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em 28 set 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações, 2017.** Disponível em <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>> Acesso em 22 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial da União, Ministério da Infraestrutura/Conselho Nacional de Trânsito. **Resolução CONTRAN nº 943, de 28 de março de 2022.** 2022a. Disponível em: <[Resolucao9432022.pdf \(www.gov.br\)](#)> Acesso em 22 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 14.297 de 5 de janeiro de 2022.** 2022b. Dispõe sobre medidas de proteção asseguradas ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega durante a vigência da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus responsável pela covid-19. Disponível em: <[L14297 \(planalto.gov.br\)](#)>. Acesso em 05 de julho de 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020.** Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Disponível em < [D10282 \(planalto.gov.br\)](#)>. Acesso em 20 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. **Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).** Disponível em: [Programa de Alimentação do Trabalhador \(PAT\) — Ministério do Trabalho e Previdência \(www.gov.br\)](#). Acesso em 21 fevereiro de 2023.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Trânsito. **Resolução n. 410, de 2 de agosto de 2012.** Disponível em: [\(RESOLUÇÃO Nº 410, DE 2 DE AGOSTO DE 2012.rtf\) \(www.gov.br\)](#). Acesso em 22 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho.** As ocupações e o mercado de trabalho (assalariado formal). Ciclista Mensageiro. 2022. Disponível em: [Guia Brasileiro de Ocupações \(mte.gov.br\)](#). Acesso em 22 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial da União, Ministério da Infraestrutura/Conselho Nacional de Trânsito. **Resolução CONTRAN nº 943, de 28 de março de 2022.** Disponível em: [Resolucao9432022.pdf \(www.gov.br\)](#). Acesso em 22 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan com vistas em assegurar o direito humano

à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, setembro de 2006.

\_\_\_\_\_. **Resolução CONTRAN Nº 241 DE 22/06/2007**. Dá nova redação aos incisos I e II do art. 6º, ao art. 11 e ao Anexo da Resolução nº 231/2007 - CONTRAN. Disponível em: [Resolução CONTRAN Nº 241 DE 22/06/2007 - Federal - LegisWeb](#). Acesso em 01 de fevereiro de 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

\_\_\_\_\_. **Alimentação Escolar**. Perguntas frequentes sobre a execução do PNAE durante a pandemia do Coronavírus. Disponível em: [Alimentação Escolar - Portal do FNDE](#). Acesso em 20 fevereiro 2023.

BEZERRA et al. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(10):3833-3846, 2020. Disponível em: [pt \(scielosp.org\)](#). Acesso em 13 julho 2021.

BEZERRA, IN et al.. Consumo de alimentos fora do domicílio no Brasil. Revista de Saúde Pública, v. 47, n. **Revista de Saúde Pública**, 47 suppl 1, fev. 2013. Disponível em: [SciELO - Saúde Pública - Consumo de alimentos fora do domicílio no Brasil Consumo de alimentos fora do domicílio no Brasil \(scielosp.org\)](#).

BOTELHO, LV; CARDOSO, L; CANELLA, DS. COVID-19 e ambiente alimentar digital no Brasil: reflexões sobre a influência da pandemia no uso de aplicativos de *delivery* de comida. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. Cad. Saúde Pública, 2020 36(11), 2020. Disponível em: [COVID-19 e ambiente alimentar digital no Brasil: reflexões sobre a influência da pandemia no uso de aplicativos de delivery de comida \(fiocruz.br\)](#). Acesso em 10 fev 2023.

\_\_\_\_\_. Ambiente alimentar digital: estudo descritivo sobre o uso de aplicativos de entrega de comida pronta para consumo entre residentes da região metropolitana do Rio de Janeiro. **Dissertação** (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2021.

BRAZ, M. I.; PEREIRA, M. C. B. Circuitos alimentares de proximidade: conceitos, definição e práticas. **Revista de Geografia** (Recife) V. 35, No. 3, 2018.

BRITO FILHO, J. C. M. **Trabalho escravo: caracterização jurídica**. São Paulo: LTR, 2014.

BYUN, J. H.; PARK, M. H.; JEONG, B. Y. Effects of age and violations on occupational accidents among motorcyclists performing food delivery. **Work**, v. 65, p. 53–61, 2020, 2020. DOI:10.3233/WOR-193057.

CANOFRE, F. Trabalho por app pode estar empurrando pessoas para a direita, diz antropóloga. **Folha de São Paulo**, 21 março 2022. Disponível em: [Trabalho por app pode levar pessoas à direita, diz antropóloga - 21/03/2022 - Mercado - Folha \(uol.com.br\)](#). Acesso em 04 março 2023.

CANUTO, R, FANTON M, LIRA, P. Iniquidades sociais no consumo alimentar no Brasil: uma revisão crítica dos inquéritos nacionais. **Ciência e Saúde Coletiva** 2019 [citado 28 set 20] 24 (9). Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232019000903193&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000903193&lng=en). Epub Sep 09, 2019. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.26202017>.

CARVALHO, D. \_\_\_\_\_. Quais as reivindicações de entregadores que entram em greve nesta quarta. 29 junho 2020. São Paulo. Disponível em: [Greve dos entregadores de app: Quais são as reivindicações para parar na quarta? \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/grevedosentregadoresdeapp/quais-sao-as-reivindicacoes-para-parar-na-quarta/). Acesso em 13 setembro 2020.

CASTRO, J. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10ª Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1984.

\_\_\_\_\_. **As condições de vida das classes operárias no Nordeste**. 2a ed. São Paulo: Brasiliense; 1959.

CASTRO, I.R. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, 2019. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2019000200101&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000200101&lng=en&nrm=iso)>. access on 12 Aug. 2020. Epub Feb 11, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00009919>.

CASTRO JÚNIOR, P. C. Ambiente Alimentar Comunitário medido e percebido: descrição e associação com Índice de Massa Corporal de adultos brasileiros. **Tese de Doutorado**, Programa de Pós graduação em Epidemiologia em Saúde Pública. Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2018.

CHAN, J. Hunger for profit: how food delivery platforms manage couriers in China. **Sociologias**, Aug 2021, vol.23, no.57, p.58-82. ISSN 1517-4522

Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). Painel Nacional Covid-19. Acesso em 30 de janeiro de 2023. Disponível em: [PAINEL CONASS | COVID-19](https://www.conass.org.br/painel-covid-19/).

CONTI, IL. Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar. **Notícias CONSEA**. Brasil, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/31sjfcN>

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional. Brasília: CONSEA; 2004. 80 p.

\_\_\_\_\_. Relatório Final da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e nutricional. **Alimentação adequada e saudável: direito de todos**. Salvador; 2011.

CONSEA-PARANÁ. **Relatório Final da IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional** – CESAN. Curitiba: agosto de 2015. Disponível em:



<http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/relatoriofinalivcesan.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2018.

CORRES DO COMER #7. Por trás dos jornais: como ocorre a cobertura das mobilizações de entregadores de aplicativo. [Locução de]: Beatriz Oliveira: **Corres do Comer**, 3 junho de 2022. *Podcast*. 2022a. Disponível em: [Por trás dos jornais: como ocorre a cobertura das mobilizações de entregadores de aplicativo? - CORRES DO COMER | Podcast no Spotify](#). Acesso em 4 fevereiro 2023.

\_\_\_\_\_. #7. Nos corres da rua. Vivências de um entregador. [Locução de]: Beatriz Inês e Melissa Tarrão: **Corres do Comer**, 10 junho de 2022. *Podcast*. 2022b. Disponível em: [Nos corres da rua: vivências de um entregador. - CORRES DO COMER | Podcast no Spotify](#). Acesso em 5 fevereiro 2023.

COSTA, BV; OLIVEIRA, CL; LOPES, AC. Ambiente alimentar de frutas e hortaliças no território do Programa da Academia da Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, supl. 1, p. 159-169, Nov. 2015. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2015001300159&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015001300159&lng=en&nrm=iso)>. access on 20 Oct. 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00027114>.

DAUFENBACK, V, RIBAS, MTGO. O “grosso” e o “das crianças”: consumo alimentar em titulares do Programa Bolsa Família em Curitiba-PR. **Demetra**; 2016; 11(1); 47-6. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/16090/16110>. Acesso em 15 junho 2020.

\_\_\_\_\_, JESUS JG, MACHADO L, BÓGUS CM, MARQUES MC (2020). Desigualdade no acesso à terra e insegurança alimentar e nutricional: um olhar para os marcos políticos, legais e institucionais da segunda metade do Império até o primeiro governo de Getúlio Vargas (1850-1945) (no prelo). **Revista Ingesta USP**. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revistaingesta/article/view/168132>. Acesso em 20 outubro 2020.

\_\_\_\_\_, COELHO, DEP; BÓGUS, CM. Sistemas Alimentares e violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada: reflexões sobre a pandemia de covid-19 no Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021005, 2021. DOI: 10.20396/san.v28i00.8661745. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661745>. Acesso em: 4 mar. 2023.

DELIVERY MUCH. Diagnóstico do delivery online no interior do Brasil 2020. [Diagnóstico do delivery online no interior do Brasil 2020 \(deliverymuch.com.br\)](#) (acessado em 24 de janeiro de 2023).

DE OLHO NOS RURALISTAS: Observatório do Agronegócio no Brasil (2020). Onyx tenta reduzir participação camponesa no Programa de Aquisição de Alimentos. Leonardo Fuhrmann. 24 de março de 2020. <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/04/29/onyx-tenta-reduzir-participacao-camponesa-no-programa-de-aquisicao-de-alimentos/>

OLIVEIRA, R. C. Gamificação e trabalho uberizado nas empresas-aplicativo. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 61, n. 4, jul-ago 2021, p. 1-10. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020210407>.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS (DIEESE). Reformas trabalhista e da previdência podem aumentar exclusão previdenciária e reduzir densidade contributiva. 2019. Disponível em: [dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec207exclusaoprevidenciaria.html](http://dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec207exclusaoprevidenciaria.html).

---

\_\_\_\_\_. Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de coronavírus. *Estudos e Pesquisas*. nº 96 – 15 de julho 2020.

---

\_\_\_\_\_. Cesta Básica de Alimentos. Banco de Dados. <https://www.dieese.org.br/cesta/>. Acesso em junho 2020.

DE SCHUTTER, O. Large-scale Land Acquisitions and Leases: A Set of Core Principles and Measures to Address the Human Rights Challenge. Briefing note, 11 June 2009. UN Office of the High Commissioner for Human Rights, Geneva, 2009.

DESLANDES, SF. Trabalho de campo: construção de dados. In: MINAYO, M.C.(ogs). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

DIEZ-ROUX, AV; MAIR, C. Neighborhoods and health. **Annals of the New York Academy of Sciences**, New York, v. 1186, p. 125-145, 2010.

DINIZ, E; ASSUNÇÃO, A.; LIMA, F. Por que os motociclistas profissionais se acidentam? Riscos de acidentes e estratégias de prevenção. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional** v. 30, n. 111, pp. 41-50, 2005 DOI: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572005000100006>

D'ODORICO et al. Food Inequality, Injustice, and Rights. **BioScience**, 69(3): 180-190, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1093/biosci/biz002>

DURAN, A.C. Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós Graduação em Nutrição e Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

EVENETT, S, JENNY F. Trade, competition, and the pricing of commodities. Washington D.C.: **Center for Economic Policy Research**, 2011. Available: <http://www.voxeu.org/reports/CEPR-CUTSreport.pdf>

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The Hunger Map 2015**. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4674e.pdf>. Acesso em 06 julho 2020.

\_\_\_\_\_. Measurement and assessment of food deprivation and undernutrition. In: International scientific Symposium, 26-28 June 2002, Rome. Anais...Rome: FAO, 2003.



\_\_\_\_\_. **The Food Insecurity Experience Scale (FIES)**. Guidance for translation: intended meanings of the questions and specific terms. FAO, July, 2015.

\_\_\_\_\_. Organização Panamericana de Saúde (PAHO). **Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional, sistemas alimentares sustentáveis para acabar com a fome e a má nutrição. América Latina e Caribe**. Santiago, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i6977o.pdf>. Acesso em 06 julho de 2020.

\_\_\_\_\_. **The State of Food Security and Nutrition in the world**. Building resilience for peace and food security, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i7695e.pdf>. Acesso em 10 julho 2020.

\_\_\_\_\_, OPS, WFP y UNICEF. 2018. **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe 2018**. Santiago. Número de páginas (133).

\_\_\_\_\_, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2020. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets**. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/ca9692en>

\_\_\_\_\_, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2022. **In Brief to The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cc0640en>

FERREIRA, A; SZWARCOWALD, C; DAMACENA, G. Prevalência e fatores associados da obesidade na população brasileira: estudo com dados aferidos da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. São Paulo , v. 22, e190024, 2019 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2019000100420&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2019000100420&lng=en&nrm=iso)>. access on 12 Aug. 2020. Epub Apr 01, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720190024>.

FGV Social – Centro de Políticas Sociais. FGV Social comenta os cortes no Bolsa Família e o aumento da extrema pobreza no Brasil. 03 de março de 2020. Disponível em: <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-comenta-os-cortes-no-bolsa-familia-e-o-aumento-da-extrema-pobreza-no-brasil>. Acesso em 17 julho 2020.

FAIRFIELD, T. & GARAY, C. Redistribution under the Right in Latin America: Electoral Competition and Organized Actors in Policy Making. In: **Comparative Political Studies**. Volume 50 (14), 2017, 1871–1906

FILGUEIRAS, A & ANTUNES, R. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**. Niterói (RJ), 39 (1) abr-jul/2020

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 2004.

FRANCO, T.; DRUCK, G. O trabalho contemporâneo no Brasil: terceirização e precarização. In: **Anais do Seminário Fundacentro**. Salvador: Fundacentro, 2009.

FRANCE JÚNIOR. Delivery transformou tendência em necessidade e continua em crescimento. **Jornal da USP**. Disponível em: [Delivery transformou tendência em necessidade e continua em crescimento – Jornal da USP](#). Acesso em 24 de janeiro de 2023.

FRANCO, T; DRUCK, G; SELIGMANN-SILVA. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, vol 35, n. 122, p. 229-248, 2010. DOI <<https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200006>>

FREITAS, Maria do Carmo Soares. Uma abordagem fenomenológica da fome. **Revista de Nutrição**, Campinas, 15(1):53-69, jan./abr., 2002.

\_\_\_\_\_. **Agonia da fome** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDUFBA, 2003. 281 p. ISBN 85-8906-004-7. Disponível em: SciELO Books.

FRIEDMANN, H. & MCMICHAEL. Agriculture and the state system: rise and decline of national agricultures, 1970 to the present. **Sociologia Ruralis** XXIX, 1989.

FRUTUOSO, MFP e VIANA, CVA. Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação – uma discussão necessária em tempos de pandemia. **Interface** (Botucatu) [online]. 2021, vol.25, e200256. Epub 19-Mar-2021. ISSN 1807-5762. <http://dx.doi.org/10.1590/interface.200256>.

GARCIA, M. T. Hortas urbanas e a construção e a construção de ambientes promotores da alimentação adequada e saudável. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-31082016-145506/publico/MarianaTarriconeGarcia\\_revisada.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-31082016-145506/publico/MarianaTarriconeGarcia_revisada.pdf). Acesso em 14 julho 2018.

GEERTZ, C. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p. 13-41.

GLANZ, K. et al. Healthy Nutrition Environments: Concepts and Measures. **Am J Health Promotion** 2005;19(5):330–333. Disponível em: <http://nems-upenn.org/wp-content/uploads/2019/12/ajhp-Glanz-19-05-330.pdf>. Acesso em 12 agosto 2018.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – Documento Síntese. Disponível em: [http://actionaid.org.br/wp-content/files\\_mf/1499785232Relatorio\\_sintese\\_v2\\_23jun.pdf](http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1499785232Relatorio_sintese_v2_23jun.pdf). Acesso em 12 de julho de 2018.

GUERRA, L et al. Alimentação: um direito humano em disputa - focos temáticos para compreensão e atuação em segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 24, n. 9, 2019 [Acessado 4 Março 2023] , pp. 3369-3394. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.20302017>>. ISSN 1678-4561.  
<https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.20302017>.

GODOY, KC et al. Perfil e situação de insegurança alimentar dos usuários dos Restaurantes Populares no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**. 2014, v. 30, n. 6 [Acessado 20 Fevereiro 2023] , pp. 1239-1249. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00084013>>. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00084013>.

GONSALES, M. Cozinhas escuras, trabalho e consumo às cegas. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 21. Disponível em: [Vista do Cozinhas escuras, trabalho e consumo às cegas \(dieese.org.br\)](http://vista.do.cozinhasescuras.trabalho.e.consumo.às.cegas.dieese.org.br). Acesso em 14 fevereiro de 2023.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: características e alternativas. In: ANTUNES, R (Org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020, p. 93-109.

G1 Portal de Notícias. Entregadores se unem por melhores condições de trabalho nos aplicativos. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/21/entregadores-se-unem-por-melhores-condicoes-de-trabalho-nos-aplicativos-entrego-comida-com-fome-diz-ciclista.ghtml>. Bárbara Muniz Vieira, G1 SP: São Paulo, 21 junho 2020.

\_\_\_\_\_. Media móvel de mortes no Brasil pela covid é de 1047 nos últimos sete dias. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/20/media-movel-de-mortes-no-brasil-pela-covid-e-de-1047-nos-ultimos-sete-dias.ghtml>. G1 Portal de Notícias, 20 julho 2020.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

HLPE. **Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030**. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca9731en/ca9731en.pdf>.

\_\_\_\_\_. **Nutrition and food systems**. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome, 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/cfs/cfs-hlpe/reports/pt/>.

HORTA PM, Souza JPM, Rocha LL, Mendes LL. Digital food environment of a Brazilian metropolis: food availability and marketing strategies used by delivery apps. **Public Health Nutrition**. 2021 Feb;24(3):544-548. doi: 10.1017/S1368980020003171. Epub 2020 Sep 9. PMID: 32900419.

HUBER, E & STEPHENS, JD. **Democracy and the Left. Social policy and inequality in Latin America**. Chicago: The University of Chicago Press. Capítulo 2 (Theoretical Framework and Methodological Approach), 2013.

IBOPE Inteligência/UNICEF. **Impactos primários e secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes**. 25 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid-criancas-adolescentes-ibope-unicef-2020.pdf>. Acesso em 28 set 2020.

IFOOD. **Ifood News**. iFood fecha parceria com a EBAC para oferecer cursos de capacitação profissional a entregadores. Disponível em: [Parceria iFood e EBAC oferece cursos para entregadores](#). Acesso em 20 fevereiro de 2023.

\_\_\_\_\_. **Portal do Entregador**. “OL e nuvem: como entregadores trabalham no app do iFood? A empresa tem duas modalidades para contemplar as preferências e o perfil de cada profissional e da região”. 26 de janeiro de 2023. Disponível em: [OL e nuvem: como entregadores trabalham no app do iFood?](#) Acesso em 01 de fevereiro de 2023.

\_\_\_\_\_. **Portal do Entregador**. [Como fazer entregas usando o iFood para Entregadores?](#). Disponível em: <https://entregador.ifood.com.br/quero-fazer-parte/conheca-o-ifood/fazer-entregas-usando-ifood/>. Acesso em 24 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_. **Portal do Entregador**. Entregas de bike: saiba tudo sobre a modalidade que promove um mundo mais sustentável. 30 de maio de 2022. Disponível em: [Entregas de bike: saiba tudo sobre a modalidade sustentável \(ifood.com.br\)](#). Acesso em 24 fevereiro 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19**. Disponível em: [Apresentação do PowerPoint \(ibge.gov.br\)](#). Acesso em 24 de junho de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 154 p. : il.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Carta de Conjuntura. Inflação de alimentos: como se comportaram os preços em 2022**. 13 JANEIRO 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/inflacao-de-alimentos/>. Acesso em 13 fevereiro 2023.

INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH (IFPRI). **CERES 2030: Sustainable Solutions do End Hunger**. Disponível em: [Ceres2030: Sustainable Solutions to End Hunger | IFPRI : International Food Policy Research Institute](#). Acesso em 10 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri (orgs.) – Brasília: Ipea, 2013.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Síntese de indicadores 2013**. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015.296 p.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil** / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Brasília, Julho de 2004. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca\\_Alimentar\\_II/textos\\_referencia\\_2\\_conferencia\\_seguranca\\_alimentar.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf). Acesso em 10 agosto 2020.

\_\_\_\_\_. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: Ipea, 2014.

\_\_\_\_\_. Carta Conjuntura. Nota Técnica – A inflação dos alimentos: uma análise do desempenho recente. Junho 2016. Brasília: IPEA. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6917/1/cc31-nt\\_inflacao.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6917/1/cc31-nt_inflacao.pdf).

\_\_\_\_\_. Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. – 5ª ed. - Brasília: Ipea, 2017.

JAIME, P, DURAN, AC, SARTI, F, LOCK, K. Investigating Environmental Determinants of Diet, Physical Activity, and Overweight among Adults in Sao Paulo, Brazil. **Journal of urban health: bulletin of the New York Academy of Medicine**. 88. 567-81, 2011. Doi: 10.1007/s11524-010-9537-2.

JANUZZI, P. e PINTO, AR. Bolsa Família e seus impactos nas condições da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família. In: **Programa Bolsa Família: uma década de cidadania**. Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri (orgs). Brasília: Ipea, 2013.

JILCOTT P et al. Online grocery shopping: promise and pitfalls for healthier food and beverage purchases. **Public Health Nutrition**, 2018 Dec;21(18):3360-3376. doi: 10.1017/S1368980018002409. Epub 2018 Oct 19. PMID: 30338751.

KEPPLE, AW; SEGALL-CORREA, A. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199, Jan. 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232011000100022&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000100022&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 06 julho 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100022>.

KERSTENETZKY, CL. Redistribuição no Brasil no século XXI. In: **As Políticas da Política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT**. Marta Arretche, Eduardo Marques e Carlos Aurélio Aurélio Pimenta de Faria (orgs). Ed. Unesp: 2019.



KOWARICK, LÚCIO. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo, Editora 34, 2009, 320 pp.

KEEBLE et al. Use of Online Food Delivery Services to Order Food Prepared Away-From-Home and Associated Sociodemographic Characteristics: A Cross-Sectional, Multi-Country Analysis. **Int J Environ Res Public Health**. 2020 Jul 17;17(14):5190. doi: 10.3390/ijerph17145190. PMID: 32709148; PMCID: PMC7400536.

LAGE, M, RODRIGUES, A.C. Pandelivery 1: Reflections on black delivery app workers experiences during COVID-19 in Brazil; **Wiley Online Library**, 10 December 2020

LAVALLE, A.G. e BARONE, L.S. Conselhos, associações e desigualdade. In: Trajetórias das desigualdades. **Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. Marta Arretche (org). 1ª ed. São Paulo: Editora da Unesp; CEM, 2015.

LOPES, A, MENEZES, M, ARAÚJO, M. O ambiente alimentar e o acesso a frutas e hortaliças: uma metrópole em perspectiva. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.26, n.3, p.764-773, 2017.

MACHADO, Leandro. Greves dos entregadores: o que querem os profissionais que fazem paralisação inédita. São Paulo, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53124543>. Acesso em: 21 fev 2023.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n.49, p.11-29, junho de 2002.

MAIA, D. Entregador do Rappi passa mal, é ignorado por empresa, Uber e Samu e morre em SP Thiago Dias, 33, esperou horas por atendimento em calçada; Samu abriu sindicância para apurar o caso. **Folha de São Paulo**. 11 julho 2019. Disponível em: [Entregador do Rappi passa mal, é ignorado por empresa, Uber e Samu e morre em SP - 11/07/2019 - Cotidiano - Folha \(uol.com.br\)](http://www.folha.com.br/Entregador-do-Rappi-passa-mal-e-ignorado-por-empresa-Uber-e-Samu-e-morre-em-SP-11/07/2019-Cotidiano-Folha-uol-com-br). Acesso em 12 setembro 2020.

MALUF, R. & REIS, R. Conceitos e Princípios de Segurança Alimentar e Nutricional. Em ROCHA, C, BURLANDY, L & MAGALHÃES. **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro, Brasil: Fiocruz, 2013.

MARIANO, CM. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Rev. Investig. Const.**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 259-281, Apr. 2017. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2359-56392017000100259&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-56392017000100259&lng=en&nrm=iso)>. access on 13 Oct. 2020. Epub Apr 15, 2019. <http://dx.doi.org/10.5380/rinc.v4i1.50289>.

MARINS, MT et al. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Sociedade e Estado**. 2021, v. 36, n. 02 [Acessado 7 Janeiro 2023], pp. 669-692. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020013>>. Epub 13 Set 2021. ISSN 1980-5462. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020013>.

MARTINS, APB. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a aquisição de alimentos em famílias brasileiras de baixa renda. 2013. **Tese** (Doutorado em Nutrição em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.6.2013.tde-25062013-155356. Acesso em: 2020-08-07.

MASSON, LP et al. “Parceiros” assimétricos: trabalho e saúde de motoristas por aplicativos no Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2021, 26, 5915-5924.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, 2016. Disponível em: [Necropolítica | Mbembe | Arte & Ensaios \(ufrj.br\)](#). Acesso em 12 de agosto de 2021.

MINAYO, MC & SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-248, jul.-set. 1993.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_ et al. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. Ciênc. saúde coletiva, 2000 5(1), p. 7–18, 2000.

\_\_\_\_\_, ASSIS SG, SOUZA ER (orgs). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagens de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.

\_\_\_\_\_. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril de 2017. Disponível em: <http://rpq.revista.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/82/59>. Acesso em: 06 de março de 2018.

MIQUILIN, IO et al. Desigualdades no acesso e uso dos serviços de saúde entre trabalhadores informais e desempregados: análise da PNAD 2008, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 29(7):1392-1406, jul, 2013. Disponível em: [untitled \(scielo.br\)](#). Acesso em 03 fev 2023.

MORAES, RB; OLIVEIRA, MAG; ACCORSI, A. Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 6, n. 3, p. 647-681, 2019.

MONTEIRO, CA. (org). **Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças**. São Paulo: Hucitec; 2000.

\_\_\_\_\_ et al. Causes for the decline in child under-nutrition in Brazil, 1996–2007. **Revista de Saude Publica**. 2009; 43(1): 35-43. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102009000100005>.

MOOK, K. et al. Food security status and barriers to fruit and vegetable consumption in two economically deprived communities of Oakland, California, 2013-2014. **Preventing Chronic Disease**, Atlanta, v. 13, n. E21, p. 1-13, 2016.

NOGUEIRA, MO. **A problemática do dimensionamento da informalidade na economia brasileira**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA 1990-2016.

OLIVEIRA, J.T.C.; GABRIEL C.G.; VASCONCELOS, F.A.G., MACHADO M.L.; SOAR, C.; FAGUNDES, A. Government-subsidized restaurants in Brazil: an evaluation within the framework of food and nutrition security. **Revista de Nutrição**. 2020;33:e200085. <https://doi.org/10.1590/1678-9865202033e200085>

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho escravo**. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<http://www.fundacaotorino.com.br/snu/wp-content/uploads/2018/04/Guia-OIT-VII-SNU.pdf>>. Acesso em: 02 set 2020. Editora Vozes, Petrópolis, 1979 (2ª edição: 1982). A urbanização desigual, Vozes, Petrópolis, 1980.

ORTIZ-PRADO, AR et al. High prevalence of SARS-CoV-2 infection among food delivery riders. A case study from Quito, Ecuador. **The Science of the total Environment**, vol. 770, n. 2021, 145225. DOI: 10.1016/j.scitotenv.2021.145225

PEREIRA, D., BRITO, V. Empresas-aplicativo de delivery e sujeitos-entregadores: relações de trabalho e afastamento e mobilidade na cidade pandêmica, **RUA**, v. 27, n. 2, 2021.

PIASNA, A.; DRAHOKOUPIL J. Flexibility Unbound: Understanding the Heterogeneity of Preferences among Food Delivery Platform Workers. **Socio-Economic Review**, v. 19, n. 4, p. 1397–1419, 2021. DOI: 10.1093/ser/mwab029.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Lei n. 14.574 de 11 de dezembro de 2014, publicada no DOM de 11/12/2014, que dispõe sobre o Plano Plurianual de 2014-2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2014/1458/14574/lei-ordinaria-n-14574-2014-altera-dispositivos-do-anexo-ii-da-lei-n-14371-de-9-de-dezembro-de-2013-que-dispoe-sobre-o-plano-plurianual-2014-a-2017?q=Plano+Plurianual>. Acesso em 26 de junho de 2018.

PAULA, NF. **Os ambientes alimentares no âmbito do regime alimentar neoliberal** [recurso eletrônico]: estudo de caso em Curitiba/Brasil / Natália Ferreira de Paula - Curitiba, 2021.

PAULA, NM. **Evolução do Sistema agroalimentar mundial: contradições e desafios**. Curitiba: CRV, 2017.

PARWEZ, S. COVID-19 pandemic and work precarity at digital food platforms: A delivery worker's perspective, **Social Sciences & Humanities Open** 5, 2022, 100259, India.



PERES, J, MATIOLI, Vitor. O triunfo dos supermercados no Brasil da fome. **O Joio e o Trigo**. 10 de junho de 2021. Disponível em: [O triunfo dos supermercados no Brasil da fome \(ojoioetrigo.com.br\)](http://ojoioetrigo.com.br). Acesso em 20 fevereiro 2023.

PINHEIRO, AR. Reflexões sobre o processo histórico/ político de construção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, 15 (2), 1-15, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/san.v15i2.1813>

PINHEIRO-MACHADO, R. China-Paraguai-Brasil. Uma rota para pensar a economia informal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 23 n. 67 junho/2008. Disponível em: [SciELO - Brasil - China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal](#). Acesso em 28 maio 2023.

PINHEIRO-MACHADO, R & MAIA, TV. Why We Need a New Framework to Study the Far Right in the Global South. In: **Global Dialogue**. International Sociological Association. Disponível em: [Why We Need a New Framework to Study the Far Right in the Global South \(isa-sociology.org\)](http://isa-sociology.org). Acesso em 11 abril 2023.

\_\_\_\_\_. **Amanhã vai ser maior**: O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Multa para uso irregular de vaga para motofrete. 26 de outubro de 2010. [Multa para uso irregular de vaga para motofrete - Prefeitura de Curitiba](#). Acesso em 01 de fevereiro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Armazém da Família. s/d. Disponível em: [Armazém da Família - Guia de Serviços - Prefeitura de Curitiba](#). Acesso em 20 fevereiro 2023.

QUIVY, R. & CAMPEHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2ª edição. Lisboa: Gradiva, 1998.

RAGANSAMI, A. Failure of Exchange Entitlements' Theory of Famine: A response. **Economic and Political Weekly**, Vol. 20, No. 41 (Oct. 12, 1985), pp. 1747-1752. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4374919>. Acesso em 30 agosto 2022.

RANGASAMI, A. The study of starvation and famine: some problems. Les Spectres de Malthus. **Déséquilibres alimentaires. Déséquilibres démographiques**. ED1: Paris, 1991.

REBECHI, CN & BAPTISTELLA, CV. O trabalho mediado por plataformas digitais e assimetrias nas relações de comunicação. **Revista Katálysis**, Jan 2022, vol.25, no.1, p.83- 92. ISSN 1414-4980

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – REDE PENSSAN. I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da

Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: **I VIGISAN**: relatório final. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2020.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: **II VIGISAN**: relatório final. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. -- (Análise ; 1) PDF

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – REDE PENSSAN. **Notas sobre estimativas de fome e insegurança alimentar para o Brasil**. Documento Eletrônico. 2022<sup>a</sup>

RIBAS, MTGO. Conhecendo a política de segurança alimentar e nutricional. **VIAASP**. 2011 set-out; p.15

RIBEIRO, AP. Cozinhas Solidárias: o combate à fome nos territórios e nas ocupações do MTST. **Da Fome à Fome: diálogos com Josué de Castro**. Campelo & Bortoletto et al. São Paulo: Elefante, 2022.

RIBEIRO JÚNIOR, J R. Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós Graduação em Geografia Humana. São Paulo: 2015.

\_\_\_\_\_. **Atlas das situações alimentares no Brasil**. A disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021

ROBERTS, K.M. (2012). The politics of inequality and redistribution in Latin America's post-adjustment era, **WIDER Working Paper**, n. 8, 2012.

ROCHA, C. Work in Progress: Addressing Food Insecurity in Brazil. In Caraher, M. and Coveney, J., eds., **Food Poverty and Insecurity: International Food Inequalities**. New York: Springer, 2016.

ROCHA, JM. Trabalhadores on demand e pandemia: uma etnografia com motoristas e entregadores de aplicativo na região metropolitana de Porto Alegre. **Dissertação** (Mestrado em Políticas Públicas) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/231646>.

RIBEIRO, PR. Motociclistas são 70% dos internados no Instituto de Ortopedia e Traumatologia do Hospital das Clínicas das Clínicas, diz médica na CPI dos Aplicativos. **The Intercept**, The First Look Institute, 12 de Dezembro de 2022 Disponível em: <https://theintercept.com/2022/12/12/entregadores-de-apps-sao-70-dos-internados-no-instituto-de-ortopedia-e-traumatologia-do-hospital-das-clinicas-diz-medica/>. Acesso em 10 de janeiro de 2023.

RUEDA, D. Insider-outsider Politics in Industrialized Countries: the challenge to social democratic parties. **The American Political Science Review**, Volume 99, Número 1, pp. 61-74, 2005.

SANTARELLI, M. et al. **Da democratização ao golpe: avanços e retrocessos na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil.** Brasília: FIAN Brasil, 2017.

SALLES-COSTA et al. **Sistemas alimentares, fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil.** Rio de Janeiro, Fiocruz, 2022.

SANTOS, M. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos.** São Paulo: Editora Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Território: globalização e fragmentação.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 15-20.

\_\_\_\_\_. **O retorno do território.** En: OSAL: Observatorio Social de America Latina. Ano 6 n° 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, T. et al. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, e00066917. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2018000405006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018000405006&lng=en&nrm=iso)>. access on 12 Aug. 2020. Epub Mar 29, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00066917>.

SANTOS, LM. et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002: 4 - Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro v. 23, n. 11, p. 2681-2693, Nov 2007. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2007001100016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001100016&lng=en&nrm=iso)>. access on 13 Aug. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001100016>.

SEGALL-CORRÊA, AB et al. Refinement of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale: Recommendation for a 14-item EBIA. **Revista de Nutrição**, Campinas, 27(2):241-251, mar./abr., 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução Laura Teixeira Mota;revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SLEE, T. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado.** 1ª edição. São Paulo: Elefante, 2017.

SOUZA, P. Os Ricos e a Desigualdade no Brasil ao longo de Nove Décadas. A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. **Tese de Doutorado**, UNB. Capítulo 5, 2016.

SILVA, S.P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação.** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

SILVEIRA, WP & de LAAT, EF. Análise coletiva do trabalho dos trabalhadores de aplicativos. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, vol 1, nº 3 marzo 2021, pp. 1-12). Disponível em: <https://www.eumed.net/es/revistas/contribuciones-ciencias-sociales/marzo-2021/analise->. Acesso em 10 out 2022.

SINDICATO DOS TRABALHADORES CONDUTORES DE VEÍCULOS, MOTONETAS, MOTOCICLETAS E SIMILARES DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA (SINTRAMOTOS), s/d. Disponível em: <http://www.sintramotos.org.br/paginas/noticias>. Acesso em 15 outubro 2020.

SOUZA, LR. et al. Changes in food security in Latin America from 2014 to 2017 **Food Security. The Science, Sociology and Economics of Food Production and Access to Food**. Springer; The International Society for Plant Pathology, 2019a. vol. 11(3), pages 503-513, June.

\_\_\_\_\_ et al. Food security status in times of financial and political crisis in Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 7, e00084118, 2019b. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2019000905008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000905008&lng=en&nrm=iso)>. access on 18 Aug. 2020. Epub July 29, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00084118>.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Tradução Cristina Antunes, 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 (Invenções Democráticas, v. IV).

STUKLER D, NESTLE, M. Big Food, Food Systems, and Global Health. **PLoS Med** 9(6): e1001242, 2012. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1001242>.

SWINBURN, B; EGGER, G.; RAZA, F. Dissecting obesogenic environments: the development and application of a framework for identifying and prioritizing environmental interventions for obesity. **Preventive Medicine**, New York, v. 29, n. 6, p. 563-570, dec. 1999.

\_\_\_\_\_. The global obesity pandemic: shaped by global drivers and local environments. **The Lancet**. 2011; 378 (9793): 804 – 814.

\_\_\_\_\_ et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, 2019 [citado em 28 set 20]; 393(10173).

TARRÃO, MY, SANTOS, BO, LOURENÇO, BH. Precarização do trabalho e alimentação entre entregadores. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 29, p. 1-11. e022030. 2022. Acessível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/san.v29i00.8670704>. Acesso em 10 março 2023.

THE INTERCEPT. “Tudo bem por aí?” 5 de setembro de 2022. Acesso em 10 de fevereiro em 2023. Disponível em: [iFood desativou entregador por 'má conduta' 11 dias após morte \(theintercept.com\)](https://www.theintercept.com).

The WHOQOL Group. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Soc Sci Med** 1995; 41:1403-10.

TOMAZELLI, I. Maioria dos trabalhadores de aplicativos não contribui para o INSS. Folha de São Paulo. 19 de fevereiro de 2023. Disponível em: [INSS: maioria dos trabalhadores de apps não contribuem - 19/02/2023 - Mercado - Folha \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/folha/emprego/noticias/2023/02/19/maioria-dos-trabalhadores-de-apps-nao-contribuem-para-o-inss-19-02-2023-mercado-folha/). Acesso em 21 fevereiro 2023.

UNICEF, IBOPE. **Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes** Relatório de análise 2ª Rodada. Acesso em 28 janeiro 2023. Disponível em: [Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes \(unicef.org\)](https://www.unicef.org/pt-br/impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes).

UNITED NATIONS. 1948. **The Universal Declaration of Human Rights, Article 25, United Nations General Assembly**, 10 December, 1948, Resolution 217 A III. UN.

UNITED NATIONS. 1966. International Covenant on Economic Social and Cultural Right, Article 11, **United Nations General Assembly**, 16 December, 1966, Resolution 2200 A XXI. UN.

VASCONCELOS, F. G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, ago. 2005. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732005000400001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000400001&lng=pt&nrm=iso). acessos em 20 out. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732005000400001>.

\_\_\_\_\_. et al. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 32, e180161, 2019. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732019000100301&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732019000100301&lng=en&nrm=iso). access on 18 Aug. 2020. Epub Feb 04, 2019. <https://doi.org/10.1590/1678-9865201932e180161>.

VENTURA, D; AITH, F; REIS, R. Crimes against humanity in Brazil's covid-19 response—a lesson to us all **BMJ** 2021; 375 :n2625 doi:10.1136/bmj.n2625.

VIDIGAL, V. Circulando entre Neoliberalismo e a Necropolítica: o caso dos entregadores via plataformas na pandemia de COVID-19. **Política & Sociedade**, dez 2021.

WALLACE, R. **Pandemia e Agronegócio**. Doenças Infeciosas, Capitalismo e Ciência. São Paulo Editora Elefante, 2020.

WOODCOCK, J. “O panóptico algorítmico da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle. In: **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

WHO Coronavirus Disease (COVID19) Dashboard. [https://covid19.who.int/?gclid=Cj0KCQjwk8b7BRCaARIsAARRTL5M36u3187KplivUkMCpSLxBpoqdf4rmVTsV-Wq0efq3xLD5W6Dt8aAoJQEALw\\_wcB](https://covid19.who.int/?gclid=Cj0KCQjwk8b7BRCaARIsAARRTL5M36u3187KplivUkMCpSLxBpoqdf4rmVTsV-Wq0efq3xLD5W6Dt8aAoJQEALw_wcB)

WU, P, ZHAO, Y e LI, Y. Happy riders are all alike? Ambivalent subjective experience and mental well-being of food-delivery platform workers in China, **Wiley Online Library**, 09 May 2022.

## ANEXO I

### ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EBIA)

1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar mais ou receber mais comida?
2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4. Nos últimos três meses os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?
5. Nos últimos 3 meses, algum morador com 18 anos ou mais de idade, deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?
7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?
8. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou o dia inteiro sem comer, porque não havia dinheiro para comprar a comida?
9. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou menos de idade, alguma vez deixou de ter uma alimentação saudável e variada, porque não havia dinheiro para comprar comida?
10. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou menos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
11. Nos últimos três meses foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
13. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia mais dinheiro para comprar comida?
14. Nos últimos três meses, alguma vez algum morador com menos de 18 anos de idade fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro, porque não havia dinheiro para comprar comida?

FONTE: Segall-Corrêa et al, 2014.

## APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
 FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA  
 DEPARTAMENTO POLÍTICA, GESTÃO E SAÚDE  
 Av. Dr. Arnaldo, 715 – CEP 01246-904 – São Paulo – Brasil  
 Telefone: (11) 3066-7743 – Fax (11) 3853-3501

### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Telefone ( ) \_\_\_\_\_

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) Sr(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “Trabalho informal, itinerários e desigualdades alimentares em Curitiba-PR”, que tem objetivo entender as relações entre insegurança alimentar e nutricional, desigualdades alimentares e informalidade no município de Curitiba, por meio da análise do acesso de grupos de entregadores de aplicativo e trabalhadoras domésticas.

A etapa a qual será participante, se assim desejar, compreenderá a realização de uma entrevista individual com duração máxima de 30 minutos. Estas técnicas de coletas de dados têm a pretensão de identificar e analisar as suas ideias sobre as condições de trabalho, o acesso a alimentos no ambiente de trabalho e domiciliar e as consequências em termos de saúde e qualidade de vida.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar em qualquer penalidade ou perda de benefícios, e o(a) Sr(a) pode retirar o seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. Todos os dados e informações fornecidos serão tratados com sigilo, serão divulgados somente os conteúdos que não comprometam o(a) Sr(a) e/ou instituições de trabalho. Seu nome, ou qualquer material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. O(a) Sr(a) não terá despesas pessoais nem mesmo compensação financeira em qualquer fase da pesquisa.

É importante também esclarecer que esta pesquisa oferece riscos mínimos ou desconfortos associados com possíveis lembranças de valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como hábitos e costumes relacionados à alimentação e à condições de trabalho para responder às questões propostas. Mas, para minimizá-los, será garantido: (i) a liberdade para não responder questões constrangedoras; (ii) a atenção aos sinais verbais e não verbais de desconforto; (iii) a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); (iv) a confidencialidade, a privacidade e a proteção da imagem e a não estigmatização; (v) o respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos,



bem como os hábitos e costumes. Caso ainda seja comprovada a ocorrência de danos imediatos ou tardios por conta da participação na pesquisa, o(a) Sr(a) poderá ser indenizado(a).

O benefício de sua participação será a contribuição na problematização e reflexão sobre os impactos do trabalho informação na alimentação, saúde e qualidade de vida dos sujeitos entrevistados na cidade de Curitiba.

As responsáveis pela pesquisa são a estudante Vanessa Daufenback Ramos e a professora Cláudia Maria Bógus. Em caso de dúvidas ou solicitação de novas informações, o(a) Sr(a) pode entrar em contato nos telefones (41) 998774204, no e-mail: vdaufen@usp.br. O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo também poderá ser consultado para dúvidas/denúncias relacionadas à Ética da Pesquisa e localiza-se na Av. Dr. Arnaldo, 715, Cerqueira César – São Paulo, SP, horário de atendimento: de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 15h telefone, (11) 3061-7779, que tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho.

Uma via deste consentimento informado será arquivada no Departamento de Política, Gestão e Saúde da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e outra será fornecida ao(a) Sr(a).

Eu \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, declaro que concordo em participar desta pesquisa. Assinei duas vias deste termo de consentimento livre e esclarecido, o qual também foi assinado pela pesquisadora, foi me dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações para motivar minha decisão, se assim o desejar. Também me foi certificado que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais e somente pesquisadores terão acesso. Também sei que caso existam gastos, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas poderei entrar em contato pelo telefone e e-mail informado. Uma via deste documento, devidamente autorizada foi deixada comigo.

Li e concordo em participar da pesquisa

Autorizo gravação do áudio da entrevista

Não autorizo gravações de qualquer tipo

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Ao clicar no botão abaixo, o(a) Senhor(a) concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Caso não concorde em participar, apenas feche essa página no seu navegador.

APÊNDICE II - INSTRUMENTO DE CAMPO



**Instrumento de pesquisa:**  
**“Entregadores de comida, saúde e segurança alimentar e nutricional”**

Nome: \_\_\_\_\_

1) Data de nascimento: \_\_\_\_\_

2) Renda mensal domiciliar: \_\_\_\_\_

3) Gênero: masculino( ) feminino( ) outro( )

4) Estado civil: casado( ) solteiro( ) separado( )

divorciado( ) viúvo( )

5) Nacionalidade: \_\_\_\_\_

6) Possui filhos: sim( ) não( )

6.1) se sim, quantos filhos possui? \_\_\_\_\_

7) Raça: preta( ) amarela( ) branca( ) parda( )

Indígena( )

8) Quantas pessoas moram no seu domicílio? \_\_

9) Nível de escolaridade:

( ) Ensino fundamental completo

( ) Ensino médio completo

( ) Ensino técnico completo

( ) Ensino superior completo

( ) Outro \_\_\_\_\_

10) É a única pessoa responsável pela renda ou maior parte da renda do domicílio?

Sim( ) Não( ) Não sei( )

11) Está trabalhando no momento?

Sim( ) Não( )

12) Qual é a sua forma de trabalho de entrega?

( ) via empresa de aplicativo

( ) via empresa terceirizada

( ) com o estabelecimento de forma direta

( ) outros

13) Qual o meio de entrega?

bicicleta( ) moto( ) patinete( ) a pé( )

14) Se trabalha via empresas de app, quais atende?

( ) iFood ( ) James ( ) Rappi ( ) UberEats

( ) outras \_\_\_\_\_

15) Tipo de vínculo empregatício com a(s) empresa(s) de entrega

Formal( ) Informal( )

16) Possui outro trabalho além das entregas?

Sim( ) Não( )

16.1) Se sim, qual ou quais? \_\_\_\_\_

16.2) Esses outros empregos possuem carteira assinada: Sim( ) Não( )

17) Quantas horas trabalha por dia? \_\_\_\_\_

18) Quantos dias trabalha por semana? \_\_\_\_\_

19) Quantas horas dorme por dia em média? \_\_\_\_\_

20) Como avalia a sua qualidade de vida?

Péssima/ruim( ) Regular/razoável( ) Boa/ótima( )

21) Faz descanso durante o trabalho para o almoço ou outras necessidades?

Sim( ) Não( )

**22) Se alimenta durante o trabalho?**

Sim( ) Não( )

**22.1) Se não se alimenta durante o trabalho, qual o motivo?** \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**22.2) Em quais horários se alimenta durante o trabalho?**

**22.3) Quais os alimentos consumidos?** \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**22.4) Traz os alimentos de casa?**

Sim( ) Não( ) Às vezes( )

**22.5) Ou compra estes alimentos em algum local próximo?** Sim( ) Não( ) Às vezes( )

**22.6) Em qual ou quais locais?**

**22.7) Já sofreu alguma situação onde foi impedido(a) de se alimentar durante o trabalho?**

Sim( ) Não( )

**23) Qual o nível de satisfação com o trabalho?**

( ) Totalmente insatisfeito

( ) Insatisfeito

( ) Satisfeito

( ) Totalmente satisfeito

**24) Como classifica a situação alimentar de sua família?**

Ruim( ) Regular( ) Boa( ) Ótima( )

**25) Recebe ajuda de parentes, vizinhos ou amigos para alimentar a sua família?** ( )Sim ( )Não

**26) Onde costuma comprar os alimentos da família?**

( )Armazém da Família ( )Feira Livre ( )Sacolão da Família

( )Supermercado ( )Mercearias Locais

**27) A pandemia do novo coronavírus prejudicou a alimentação de sua família?**

Sim( ) Não( ) Talvez( ) Não tenho certeza( )

**27.1) Se a pandemia prejudicou a alimentação de sua família, isto ocorreu por qual motivo?**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**28) Recebeu auxílio emergencial?** Sim( ) Não( )

**28.1) Chegou a solicitar o auxílio emergencial?**

Sim( ) Não( )

**28.2) Quantas parcelas do auxílio emergencial recebeu?** \_\_\_\_\_

**28.3) Qual o valor total recebido?**

\_\_\_\_\_

**29) Possui alguma doença diagnosticada?** Sim( ) Não( )

**29.1) Qual doença?:** \_\_\_\_\_

**30) Frequenta algum serviço de saúde público?**

Sim( ) Não( )

**31) Se sim, qual unidade de saúde costuma ir?**

**32) Se não, paga algum serviço? Qual?**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**38) NOS ÚLTIMOS 3 MESES**, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim( ) Não( )

**39) NOS ÚLTIMOS 3 MESES**, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim( ) Não( )

**40) NOS ÚLTIMOS 3 MESES**, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?  
Sim( ) Não( )

**\*\*\*\*\*RESPONDA APENAS SE HOUVER MORADOR MENOR DE 18 ANOS NO SEU DOMICÍLIO\*\*\*\*\***

**41) NOS ÚLTIMOS 3 MESES**, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida? Sim( ) Não( )

**42) NOS ÚLTIMOS 3 MESES**, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, comeu menos do que deveria porque não havia dinheiro para comprar comida? Sim( ) Não( )

**43) NOS ÚLTIMOS 3 MESES**, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, por que não havia dinheiro para comprar comida? Sim( ) Não( )

**44) NOS ÚLTIMOS 3 MESES**, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, deixou de fazer alguma refeição, por que não havia dinheiro para comprar comida? Sim( ) Não( )

**45) NOS ÚLTIMOS 3 MESES**, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida? Sim( ) Não( )

**46) NOS ÚLTIMOS 3 MESES**, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida? Sim( ) Não( )

**47) Considera que há possibilidade de melhora na alimentação de sua família nos próximos meses?**

Sim( ) Não( ) Não tenho certeza( )

**48) Gostaria de fazer algum comentário sobre algum dos assuntos abordados?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**33) NOS ÚLTIMOS 3 MESES**, os moradores do seu domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida? Sim( ) Não( )

**34) NOS ÚLTIMOS 3 MESES**, os alimentos acabaram antes que os moradores do seu domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida? Sim( ) Não( )

**35) NOS ÚLTIMOS 3 MESES**, os moradores do seu domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

Sim( ) Não( )

**36) NOS ÚLTIMOS 3 MESES**, os moradores do seu domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham por que o dinheiro acabou? Sim( ) Não( )

**37) NOS ÚLTIMOS 3 MESES**, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida? Sim( ) Não( )

**- Muito obrigada pela sua participação!!**

**Se você gostou da pesquisa e quer contribuir um pouco mais, podemos entrar em contato pelo seu telefone e email para marcar uma entrevista online para aprofundar estes temas?**